

Museu Condes de Castro Guimarães – História, Diagnóstico e Prospetiva para o seu Centenário.

Ana Isabel Diogo Brás

Trabalho de Projeto de Mestrado em Museologia

Dezembro, 2021

**Trabalho de Projeto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Museologia realizado sob a orientação científica de
Mestre Maria da Graça da Silveira Filipe.**

*“Eu interesse-me pelo futuro porque
é lá que passarei o resto da minha vida.”*

C. F. Kettering

Agradecimentos

A realização deste trabalho não seria possível sem a compreensão, o suporte e o carinho de todos os que me acompanharam, motivando-me a continuar e a não desistir. A todos, dedico este projeto.

Agradeço em primeiro lugar à minha orientadora. À Professora Graça Filipe por ter aceitado a orientação deste trabalho de projeto, pela sua disponibilidade, pelas constantes sugestões e horas de revisões, mas sobretudo pela confiança que depositou em mim.

À Câmara Municipal de Cascais, nas pessoas da Chefe de Divisão de Museus e Promoção Cultural, Dr.^a Cláudia Marques e da Coordenadora do Museu Condes de Castro Guimarães, Dr.^a Cristina Gonçalves pelo apoio, pela cedência e disponibilização para consulta de toda a documentação necessária à elaboração deste trabalho e de todos os esclarecimentos solicitados. À Dr.^a Catarina Aleluia, Coordenadora do Serviço Cultural e Educativo do Bairro dos Museus, pela disponibilidade em responder às nossas questões. Aos colegas do Museu Condes de Castro Guimarães, Alexandra, Antónia e Cláudia por ouvirem os meus desabafos e aturarem o meu mau feitio. Ao João pela partilha de histórias e constante disponibilidade para responder às nossas questões.

Aos colegas do Mestrado em Museologia que ao longo do ano letivo de 2019/2010 partilharam conhecimentos, experiências e amizade, mas sobretudo à Ana Batista e à Elisa pelos concelhos, partilhas e incentivo.

Aos meus amigos de sempre, Luísa, Pedro A., Pedro C. e Sandra que, mesmo à distância, nunca deixaram de estar presentes.

Ao meu treinador pela compreensão no incumprimento do plano de treinos. À Carla pela constante motivação e “kamonguince”.

Por fim, um agradecimento muito especial à minha família. Aos meus pais e ao meu irmão, por todo o suporte e incentivo a continuar, e por aturarem o meu mau feitio que se intensificou nos últimos tempos.

Bem hajam!

Museu Condes de Castro Guimarães – História, Diagnóstico e Prospetiva para o seu Centenário

Ana Isabel Diogo Brás

Resumo

Palavras-chave: Museu Condes de Castro Guimarães; Cascais; História dos Museus; Planificação e Programação Museológicas.

Este trabalho de projeto em Museologia é dedicado ao Museu Condes de Castro Guimarães, instituição museológica com 90 anos de existência, a mais antiga do concelho de Cascais, e ao seu contexto de existência. Desenvolvendo-se nas áreas de história dos museus e de planificação e programação museológicas, incide numa análise e síntese histórica da instituição, na elaboração de um diagnóstico à situação atual da instituição e na construção de uma proposta programática de caráter prospetivo.

Com base em pesquisa bibliográfica, documental e de campo, fazemos uma análise e uma síntese histórica da instituição, pretendendo compreender como a sua génese, constituição e percurso se inserem no panorama e na história dos museus em Portugal e a sua atual relevância no panorama cultural e patrimonial, quer municipal, quer nacional.

Procedendo a um diagnóstico museológico incidente no último decénio do MCCG e ancorando-nos num enquadramento conceptual e metodológico respeitante ao planeamento estratégico e aos estudos de futuro dos museus, construímos e apresentamos uma proposta para o futuro da instituição, a partir de três eixos estratégicos que pretendem conduzir a uma melhor operacionalização dos programas e projetos do museu, com particular enfoque nos campos funcionais da comunicação e da educação. Com a nossa proposta de teor museológico, para a qual foi também importante a nossa experiência profissional em trabalho de museu, pretendemos contribuir para a programação do próximo decénio do museu e para a celebração do seu centenário, em 2031, esperando assim que venha a ter alguma aplicação prática no contexto institucional.

*Condes de Castro Guimarães Museum – History, Diagnosis and Prospect for its
Centennial*

Ana Isabel Diogo Brás

Abstract

Keywords: Condes de Castro Guimarães Museum; Cascais; History of Museums; Museum Planning and Programming.

This project work in Museology is about the Counts of Castro Guimarães Museum, an institution with 90 years of existence, the oldest of the county of Cascais, and to its context of existence. The project covers the areas of museum history and museum planning and programming. It focuses on an analysis and historical synthesis of the institution, the elaboration of a diagnosis of the current situation of the institution and the development of a programmatic proposal for the future.

Based on bibliographic, documentary and field research, we make an analysis and a historical synthesis of the institution, aiming to understand how its creation, establishment and development are part of the panorama and history of museums in Portugal, and its current relevance in the cultural and heritage landscape, both at local and national level.

Based on a museological diagnosis of the last decade and supported by a conceptual and methodological framework regarding strategic planning and future studies of museums, we build and present a proposal for the future of the institution, based on three strategic pillars that aim to lead to a better operationalisation of the museum programmes and projects, with particular focus in the fields of communication and education.

With our museological proposal, for which our professional experience in museum work was also important, we intend to contribute to the programming of the museum's next decade and to the celebration of its centennial, in 2031, hoping that it will have some practical application in the institutional context.

Lista de abreviaturas e acrónimos

AHMC – Arquivo Histórico Municipal
BM – Bairro dos Museus
CACR – Centro de Arte e Cultura Russa
CMC – Câmara Municipal de Cascais
DABP – Divisão de Arquivos, Bibliotecas e Património Histórico
DAPC – Divisão de Animação e Promoção Cultural
DGPC – Direção Geral do Património Cultural
DGS – Direção Geral da Saúde
DIC – Departamento de Inovação e Comunicação
DMCO – Divisão de Marca e Comunicação
DMEI – Direção Municipal de Estratégia, Inovação e Qualificação
DMPC – Divisão de Museus e Promoção Cultural
DMSL – Divisão de Manutenção e Serviços Logísticos
FDL I – Fundação D. Luís I
HR – Humidade Relativa
IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus
ICOM – International Council of Museums
MBCCG – Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães
MCCG – Museu Condes de Castro Guimarães
MNAA – Museu Nacional de Arte Antiga
OAC – Observatório das Actividades Culturais
OCCO – Orquestra de Câmara de Cascais e Oeiras
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PSC – Project Scientifique Culturel
ROSM - Regulamento de Organização dos Serviços Municipais
RPM – Rede Portuguesa de Museus
SCEBM – Serviço Cultural e Educativo do Bairro dos Museus
SE – Serviço Educativo
ZEP – Zona Especial de Proteção

Índice de fotografias, mapas, tabelas, plantas e gráficos

Fotografia 1 - Vivenda O'Neil em construção. [c. 1897-1900] Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/NEG/005147.....	p. 15.
Fotografia 2 - Manuel de Castro Guimarães no seu terraço (atual Sala de Jantar do MCCG). [c. 1910] Arquivo MCCG.....	p. 18.
Fotografia 3 - Biblioteca do Conde (atual Sala Neogótica). Octávio Bobone, c. 1930. Arquivo MCCG....	p. 21.
Fotografia 4 - Primeira página do inventário de 1930, conferido por João Couto. Arquivo MCCG.....	p. 22.
Fotografia 5 - João Couto na Sala da Música do MBCCG. [c.1931] Arquivo MCCG.....	p. 24.
Fotografia 6 - Leitores junto à Biblioteca Móvel de Cascais. Arquivo MCCG.....	p. 27.
Fotografias 7 e 8 - Oficinas de pintura e gravura. Serviço Educativo do MBCCG. [c.1965-70] Arquivo MCCG.....	p. 30.
Fotografia 9 e 10 – Atividade “Máquina do tempo”. Serviço Educativo do MBCCG, 2004. Arquivo MCCG.....	p. 31.
Fotografia 11 - Exposição temporária <i>Traje de Corte – Séc. XVIII e Império</i> . Sala José de Figueiredo, 1984. Arquivo MCCG.....	p. 33.
Fotografias 12 e 13 - Aspetos da sala “O fascínio da arte russa: encontro da terra com o céu. Legado Pedro Vieira da Fonseca”, 2014.....	p. 36.
Mapa 1 - Mapa de Cascais por freguesias, com a localização do MCCG.....	p. 45.
Mapa 2 - Bairro dos Museus, 2015.....	p. 46.
Tabela 1 - Relação dos equipamentos existentes no perímetro [hoje] designado de BM em 2004, 2011 e 2021.....	p. 47.
Tabela 2 - Relação entre as áreas de atuação referidas no Regulamento Interno (MCCG, 2009, artigo 8º) e as funções museológicas mencionadas na Lei-Quadro dos Museus Portugueses (Lei n.º 47/2004, capítulo II, artigo 7.º).....	p. 52.
Planta 1 - MCCG Piso -1 com áreas privadas assinaladas a verde.....	p. 58.
Planta 2 - MCCG Piso 0 com áreas privadas assinaladas a verde e área pública assinalada a laranja.....	p. 59.
Planta 3 - MCCG Piso 1 com área pública assinalada a laranja.....	p. 59.
Planta 4 - MCCG Piso 2 com áreas privadas assinaladas a verde e área pública assinalada a laranja.....	p. 60.
Tabela 3 - Síntese das coleções do MCCG inseridas no <i>Porbase</i> e no <i>In Patrimonium NET</i>	p. 64.
Gráfico 1 - Estatística Anual de Frequentadores do MCCG (2011-2021).....	p. 73.
Gráfico 2 - Relação de Frequentadores do MCCG por Faixas etárias e por Ano.....	p. 73.
Gráfico 3 - Motivo de frequência ao MCCG por Ano.....	p. 74.
Gráfico 6 - Relação dos Participantes por nível de ensino nas Visitas orientadas e Ação educativa.....	p. 75.
Gráfico 9 - Relação de Frequentadores do MCCG em atividades presenciais e online (2020-2021).....	p. 77.
Tabela 4 - Síntese com as funções desempenhadas pelos 11 trabalhadores do MCCG.....	p. 79.
Esquema 1 - Relação entre a Missão, a Visão e a Vocação do MCCG.....	p. 88.
Esquema 2 - Análise <i>SWOT</i> realizada ao MCCG.....	p. 91.

Esquema 3 - Iniciativas estratégicas por ordem de prioridades.....	p. 93.
Tabela 5 – Síntese das propostas que integram o Eixo Estratégico 1: Otimizar a gestão e a infraestrutura operacional da instituição museal.....	p. 95.
Tabela 6 – Síntese das propostas que integram o Eixo Estratégico 2: Contribuir para o estudo, a proteção e a divulgação do património arquitetónico, bibliográfico e artístico da instituição.....	p. 100.
Tabela 7 – Síntese das propostas que integram o Eixo Estratégico 3: Reforçar a comunicação e a relação com os públicos e a captação de novos segmentos.....	p. 107.

Índice geral

Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	iv
Abstract.....	v
Lista de abreviaturas e acrónimos.....	vi
Índice de fotografias, mapas, tabelas, plantas e gráficos.....	vii
Índice geral.....	ix
1. Introdução.....	1
1.1. Tema e objetivos do trabalho de projeto.....	1
1.2. Enquadramento concetual.....	2
1.2.1. Planeamento e programação museológicos.....	3
1.2.2. Estudos de futuro dos museus.....	9
1.3. Metodologia e apresentação.....	12
2. Museu Condes de Castro Guimarães: um olhar sobre 90 anos da sua história (1931-2021).....	15
2.1. Da construção da Torre de S. Sebastião à filantropia de Manuel de Castro Guimarães (1897-1927).....	15
2.2. Génese e instalação do Museu-Biblioteca Conde de Castro Guimarães (1927-1931).....	18
2.3. O primeiro conservador: João Couto e o desenvolvimento da ação museológica (1931-1941).....	22
2.4. Branquinho da Fonseca e a leitura itinerante: renovação e valorização da Biblioteca (1942-1960).....	26
2.5. Maria Alice Beaumont e a implementação do Serviço Educativo (1961-1971).....	29
2.6. Tempo de continuidade e ação de Maria José Rego de Sousa: o gosto pela educação e a aproximação à comunidade (1971-2006).....	30
2.7. José António Proença em período de renovação, novas dinâmicas de funcionamento e renomeação do Museu (2006-2019).....	34
2.8. Balanço de um percurso singular.....	38

3. 90 anos de história... E agora? Contributos para um diagnóstico museológico do MCCG (2019-2021)	40
3.1. Metodologia de diagnóstico.....	40
3.2. Localização e envolvente.....	44
3.3. Enquadramento programático e modelo de gestão.....	47
3.4. Edifício e espaços.....	55
3.5. Constituição e preservação do acervo.....	60
3.6. Comunicação e educação.....	66
3.7. Síntese de diagnóstico.....	78
4. Planear para o futuro: contributos em prospetiva para o centenário do MCCG (2022-2031)	83
4.1. Principais linhas de planeamento estratégico.....	83
4.1.1. Conhecer os desafios atuais, antever cenários futuros.....	83
4.1.2. Modelo, instrumentos e órgãos de gestão.....	85
4.2. Projetos de comunicação, mediação e educação.....	95
4.2.1. Preservar e constituir o acervo do futuro.....	95
4.2.2. Comunicar, ser publicamente interventivo e ser relevante na sociedade do futuro.....	100
5. Considerações finais	108
Fontes e referências bibliográficas	111
Apêndices	I
Apêndice 1. Tabela com as exposições temporárias realizadas no MCCG (2011-2021).....	I
Apêndice 2. Entrevistas.....	II
Apêndice 3. Gráficos.....	XIX
Anexos	XX
Anexo 1. Excerto da <i>Octagessima sexta sessão da Comissão Administrativa da Camara Municipal de Cascaes</i>	XX
Anexo 2. Cópia de parte do Testamento de Manuel de Castro Guimarães.....	XXI
Anexo 3. Regulamento Interno do MCCG.....	XXIV
Anexo 4. Relatório de Apreciação da Candidatura do MCCG à Credenciação....	XLIII
Anexo 5. Folha de estatística do MCCG.....	LX

Anexo 6. Horário do MCGG.....	LXI
Anexo 7. Tabela de preços do MCGG.....	LXII

1. Introdução

O nosso trabalho de projeto insere-se na modalidade da componente não letiva do Mestrado em Museologia, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. De acordo com o Regulamento Interno da Faculdade, optámos pela “concepção e desenvolvimento pelo aluno de uma aplicação original dos conhecimentos e competências adquiridas à satisfação de fins sociais, culturais e/ou económicos identificados”. O presente trabalho de projeto desenvolve-se na área de Planificação e Programação Museológica, tendo como principal objeto de estudo o Museu Condes de Castro Guimarães (MCCG) e o seu contexto de existência.

1.1. Tema e objetivos

O Museu Condes de Castro Guimarães é a instituição museológica mais antiga do concelho de Cascais. A sua criação foi indissociável da iniciativa de Manuel de Castro Guimarães e do seu ato de doação ao Município de Cascais. Durante uma época o museu teve uma gestão invulgar no contexto português, aspeto de extrema importância, porque o facto de ter estado ligado a figuras marcantes da museologia portuguesa, e a forma como aquelas desenvolveram o seu trabalho, tornaram este museu numa instituição interventiva na comunidade. José de Figueiredo, João Couto, António Branquinho da Fonseca, Maria Alice Beaumont, Maria José Rego de Sousa e José António Proença, são algumas das personalidades que marcaram a história deste museu. Os conhecimentos de alguns dos seus principais protagonistas, as suas propostas dinâmicas e a vontade de ir ao encontro dos públicos, tornaram esta instituição um centro de cultura da vila de Cascais. Com 90 anos de história, atualmente integrado num modelo de gestão diferenciador, que o associa a outros designados equipamentos culturais municipais, o Museu Condes de Castro Guimarães continua a ser uma instituição culturalmente marcante na Vila de Cascais.

A escolha do MCCG como objeto de estudo em contexto académico está relacionado com o nosso interesse pessoal e profissional, uma vez que existe um vínculo laboral com a instituição. Outro fator da nossa escolha prende-se com os conhecimentos adquiridos nos seminários do ano letivo anterior, que proporcionaram uma reflexão mais aprofundada no campo museológico, e ajudaram a levantar algumas questões, incluindo detetar uma série de fragilidades e/ou carências, para as quais pretendemos contribuir

para uma visão crítica e para a construção de ferramentas adequadas a melhorias da atividade do museu.

Um objetivo traçado foi o da análise e síntese histórica da instituição, com particular interesse sobre os factos que motivaram a génese e constituição do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães (MBCCG), a sua localização e indissociabilidade do edifício, desde a construção até aos primeiros anos enquanto museu; e de que forma a sua constituição e percurso de existência se insere no panorama e na história dos museus em Portugal. Outro objetivo passa pelo diagnóstico museológico à instituição, no presente, analisando o seu perfil disciplinar e funcional e de que forma influenciam e definem o funcionamento do museu, tendo sempre presente a localização e a envolvente, assim como o próprio edifício.

No nosso diagnóstico são analisados: a missão, os objetivos e a vocação do MCCG; o(s) programa(s) das coleções e da sua comunicação, envolvendo, portanto, os destinatários e os públicos. Também é do nosso interesse a análise do modelo de gestão, nomeadamente o praticado desde 2015, após implementação do Protocolo de Gestão dos Equipamentos Culturais Municipais, assinado entre a Câmara Municipal de Cascais (CMC) e a Fundação D. Luís I (FDL I), e os seus benefícios e/ou consequências. A partir do diagnóstico ao museu pretendemos identificar possíveis problemas e contribuir para a elaboração de propostas, com vista a melhorar a atividade museológica, com enfoque na comunicação e educação. Também temos como objetivo refletir sobre a visão da instituição: perceber se o MCCG possui um programa a médio e longo prazo e de que forma se prepara para o implementar; ou, se for inexistente, compreender os motivos pelos quais ainda não foi elaborado. A partir daqui, pretendemos construir uma proposta de carácter prospetivo, na área da comunicação e educação, de acordo com a nossa experiência profissional em museologia e pelo facto de antevermos esta área de incidência principal no nosso percurso como técnica superior, no campo museológico desta instituição. Com esta proposta de programação futura pretendemos também contribuir para a celebração do 100º aniversário do museu em 2031, esperando que a estratégia preconizada neste trabalho possa vir a ter alguma aplicação prática no contexto institucional.

1.2. Enquadramento concetual

O diagnóstico e elaboração de propostas de futuro decorrentes deste trabalho de projeto assentam e levam-nos a utilizar uma série de conceitos e metodologias que nos conduzem para o planeamento estratégico e para os estudos de futuro em museus. Neste sentido, entendemos como necessário dedicar dois subpontos a estes conceitos, aos seus principais teorizadores e às principais tendências e propostas de futuro para os museus.

1.2.1. Planeamento e programação museológicos

A definição porventura mais usada de museu é a do International Council of Museums (ICOM), que o considera

“uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o património material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite”¹.

Nesta definição são enunciados os princípios universais deste tipo de entidade, as funções museais primordiais e os fins mais importantes da sua existência. Para potenciar o desempenho das funções museais e o cumprimento dos objetivos ou razão de ser, a cada museu é requerida uma gestão global, em que o planeamento e a programação assumem um papel fundamental. A gestão dos museus e a introdução de métodos de planificação supera a mera função executiva e implica uma nova forma de trabalhar nas instituições públicas e nos museus em particular.

Um dos tipos de documentos norteadores ou principais instrumentos de gestão de museus identificado pela bibliografia museológica designa-se por plano museológico. Para o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), esta ferramenta de planeamento estratégico é elaborada a partir da articulação entre um diagnóstico institucional e um programa de linhas (orientadoras) de ação correspondentes às suas especificidades².

¹ ICOM Portugal. [em linha] [Consult. 2/02/2021] Disponível em: <WWW:URL:<https://icom-portugal.org/2015/03/19/definicao-museu/>>.

² AA., VV. - *Subsídios para a elaboração de Planos Museológicos*. IBRAM, 2016. [em linha] [Consult. 2/02/2021] Disponível em: <WWW:URL:<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/Subs%C3%ADdios-para-a-elabora%C3%A7%C3%A3o-de-planos-museol%C3%B3gicos.pdf>>.

Segundo Manuelina Duarte Cândido, museóloga também brasileira, esta articulação, por sua vez, é mediada sistematicamente por planejamentos estratégicos e sistemas de monitorização referentes ao seu desenvolvimento. Para a referida autora, trata-se de um documento que deve refletir o perfil institucional, explicitar a vocação museológica, assegurar as respectivas responsabilidades públicas e que a atuação do museu no presente tenha em conta os horizontes futuros. O plano museológico é, ao mesmo tempo, um documento que assegura a identidade da instituição, que ajuda a melhorar a sua forma de atuar, atentando aos constantes desafios, e que indica caminhos prospectivos³.

Para Manuelina Maria Duarte Cândido, “um bom plano [museológico] necessita ser estratégico, conciso, exequível e considerar todos os aspetos de uma maneira integrada”⁴. Outro aspeto importante apontado por esta museóloga é a “implementação e a avaliação”, uma vez que, depois de elaborado, não é um documento fechado e pode ser revisto e/ou atualizado sempre que necessário. Para um museu implementar o plano museológico é indispensável conhecer bem a instituição, definir a missão e fazer um diagnóstico rigoroso. O diagnóstico museológico deve olhar o museu como um todo, de maneira a chegar a uma análise global e prospectiva da instituição.

Entre os vários autores anglo-saxónicos que mais têm contribuído com novas abordagens sobre o planeamento museológico, realçando a importância e a necessidade de programar o trabalho de museu no quadro das diferentes funções museológicas, Barry Lord e Gail Dexter Lord são uma das nossas principais referências. Tomando como base e ferramentas necessárias ao bom funcionamento de uma instituição museal a análise da realidade museológica e o planeamento interno, produziram uma série de manuais onde são apresentadas metodologias e práticas para

³ CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte - *Orientações para Gestão e Planeamento de Museus*. Coleção Estudos Museológicos, Volume 3. Florianópolis, 2014, p. 54. [em linha] [Consult. 2/02/2021] Disponível em: <WWW:URL:<https://docplayer.com.br/6785958-Orientacoes-para-gestao-e-planeamento-de-museus.html>>.

⁴ CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte – *Op. Cit.*, p.55.

a gestão dos museus⁵, para expandir ou planear novos museus⁶ e para desenvolver exposições em museus⁷.

Segundo estes especialistas, na edição mais recente da obra *The Manual of Museum Planning*, o planeamento deve seguir cinco linhas orientadoras: o público (*Planning For People*), as coleções (*Planning For Collections*), o funcionamento (*Planning For Operations*), o edifício (*Planning For The Building*) e a implementação do plano (*Implementation*). É dada a prioridade ao planeamento para as pessoas e para as coleções, antes de começar a trabalhar no edifício. Este planeamento é focado no regulamento do museu e na definição dos *foundation statements* (missão, vocação e visão), orientados para o cumprimento de objetivos. O subtítulo desta edição, *Sustainable Space, Facilities, and Operations*, apresenta um conceito fundamental para a gestão museológica: a sustentabilidade, associada ao espaço. Atualmente, a abordagem sistemática ao planeamento em museus tem de incorporar disposições explícitas para operações bem-sucedidas e sustentáveis, como parte essencial de qualquer plano para nova construção, renovação ou expansão, seja numa galeria, ou ala expositiva, seja num edifício como um todo funcional. Com o objetivo de preservar o “património material e imaterial” na perpetuidade, os museus são uma das principais ferramentas para ajudar a refletir e comunicar sobre a sustentabilidade. Os museus têm de ser sustentáveis com a finalidade de cumprir a sua missão, ser capazes de responder aos desafios atuais e ser inovadores na busca de formas de mitigar os riscos ambientais, sociais e económicos inerentes a essa missão⁸. Para tal, há que adaptar o processo de planeamento estratégico às realidades dos museus, orientando-o para a gestão museal e para estimular a articulação entre os vários setores de funcionamento, ora com a finalidade de melhorar instituições museológicas já existentes, ora em caso de criação de novas entidades.

Na obra intitulada *The manual of strategic planning for museums*, Gail Dexter Lord e Kate Market definem o plano estratégico como uma arquitetura de futuro: “the

⁵ LORD, Gail Dexter; LORD, Barry - *The Manual of Museum Management*. Plymouth: AltaMira Press, 2009.

⁶ LORD, Gail Dexter; LORD, Barry; MARTIN, Lindsay - *The Manual of Museum Planning*. Plymouth: AltaMira Press, 2012.

⁷ LORD, Barry; PIACENTE, Maria - *The Manual of Museum Exhibitions*. Plymouth: Rowman & Littlefield, 2014.

⁸ LORD, Gail Dexter; LORD, Barry; MARTIN, Lindsay – *Op. Cit.*, p. 6.

*opportunity a museum has to assess its situation, debate the options, and determine a course of action – that is, to be the real architect of its own future”*⁹. O planeamento estratégico constitui-se, pois, como uma ferramenta que permite ordenar e priorizar as ações que são desenvolvidas pelo museu para o cumprimento da sua função social e constitui-se como um documento museológico que baliza a trajetória da instituição. Para tal, o museu necessita de fazer uma análise ao ambiente em que está inserido, ou seja, um diagnóstico da sua situação atual, dos seus recursos e dos seus públicos. As prioridades atuais, os eventuais sucessos e dificuldades, os seus objetivos, metas e projetos, definem um ponto de partida para a construção da estratégia que virá a ser desenvolvida no futuro.

Timothy Ambrose também refere a importância do planeamento para o futuro dos museus, como uma forma de resolver problemas e rentabilizar melhor os seus recursos:

*“Forward planning is thus about freeing the museum to control its destiny by looking ahead. It should not be seen as constraint. It is a creative process which will help the museum (...). In essence the purpose of a forward plan is to provide the museum and its staff with a sense of purpose, a sense of direction and a sense of achievement”*¹⁰.

Segundo este autor, o museu como um todo (e em equipa) deve ser capaz de medir o seu sucesso em relação aos objetivos a que se propôs e, assim, controlar o seu futuro. Em termos práticos, outra obra que consideramos de referência neste campo é o manual *Criterios para la Elaboración del Plan Museológico*¹¹, editado pelo Ministério da Cultura Espanhol e que se apresenta como uma ferramenta integrada, de diagnóstico e de apoio à programação museológica. Este manual propõe uma metodologia assente em três conceitos: o plano, onde se enumeram objetivos e áreas de atuação de forma a estabelecer prioridades; o programa (ou programas), onde serão definidas as linhas de

⁹ LORD, Gail Dexter; MARKERT, Kate - *The manual of strategic planning for museums*. Plymouth: AltaMira Press, 2007, p. 4.

¹⁰ AMBROSE, Timothy; RUNYARD, Sue – *Forward Planning. A handbook of business, corporate and development planning for museums and galleries*. London: Routledge, 1991, pp. 2-3.

¹¹ AA., VV. - *Criterios para la Elaboración del Plan Museológico*. [S.l.]: Museos Estatales / Ministerio de Cultura, 2005. [em linha] [Consult. 22/02/2021] Disponível em: <WWW:URL:<http://www.culturaydeporte.gob.es/cultura/areas/museos/mc/pm/pm/anexos.html>>.

atuação de acordo com o cumprimento das funções museológicas; e o projeto (ou projetos), onde são registadas as estratégias de execução que permitirão concretizar as linhas definidas no programa, com propostas de soluções adaptadas à instituição. Esta obra defende o plano museológico como instrumento de orientação à planificação, como um roteiro flexível de onde derivam os planos de ação ou linhas de atuação estratégicas.

Os vários processos de elaboração e implementação de um plano museológico apontam inequivocamente a necessidade de um diagnóstico, para que podem ser convocadas metodologias e ferramentas aplicáveis a cada contexto, quer concebidas originalmente fora da realidade museal, quer especificamente adaptadas ao contexto de intervenção. Sobre as possíveis matrizes de referência e a nossa metodologia para o diagnóstico ao MCCG debruçar-nos-emos no ponto 3.

De Espanha, foram-nos também úteis, num âmbito geral de abordagem museológica, as obras de Francisca Hernández e de Luís Alonso Fernández respetivamente o *Manual de Museología*¹² e a obra *Museología y Museografía*¹³.

No panorama francês, destacamos autores como George Henri Rivière¹⁴, Manfred Lehbruck¹⁵, Patrick O’Byrne e Claude Pequet¹⁶, que examinam a função e a relevância da programação como base do projeto arquitetónico, e os papéis do programador, do conservador e do arquiteto neste processo. A programação passa a abranger o planeamento e o cumprimento das funções museológicas.

Neste contexto, não podemos deixar de assinalar o conceito de Projeto Científico e Cultural (*Project Scientifique et Culturel – PSC*), que surgiu em França, com enquadramento legal, em finais do século XX. Este conceito consiste numa ferramenta de trabalho que, no âmbito da programação museológica, define a identidade cultural do museu através da sua vocação, da sua missão, dos seus objetivos e do papel que

¹² HERNÁNDEZ, Francisca Hernández – *Manual de Museología*. Madrid: Ediciones Sintesis, 1994.

¹³ FERNÁNDEZ, Luis Alonso – *Museología y Museografía*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1999.

¹⁴ RIVIÈRE, Georges Henri – *La Museología. Curso de Museologia / Textos y testimonios*. Madrid: Ediciones Akal, 1993.

¹⁵ LEHMBRUCK, Manfred – “La Programmation”. In *Museum*. XXXI. Nº2. Paris: UNESCO, 1979. p. 94-96.

¹⁶ O’BYRNE, Patrick et PECQUET, Claude – “La Programmation, Un Outil au Service du Conservateur, du Maître d’Ouvrage et du Maître d’Oeuvre”. In *Museum*. XXXI. Nº2. Paris: UNESCO, 1979. p. 74-91.

desempenha ao serviço da sociedade¹⁷. O projeto científico e cultural define as principais orientações e estratégias do museu e analisa as interações entre as coleções, os públicos, o seu ambiente e o edifício¹⁸.

Principalmente de um ponto de vista prático, destacamos as *Museofiches*¹⁹, ferramentas de planeamento elaboradas pela *Direction des Musées de France*, onde se reconhecem de forma clara e concisa diversos aspetos chave da prática museográfica como a conservação preventiva, a iluminação, a segurança, os modos de expor, entre outros. Uma parte importante destas fichas é dedicada à criação ou renovação de um museu, e mostra-nos de forma esquemática os vários passos a seguir desde a elaboração do projeto, à instalação das coleções e à abertura ao público.

Em Portugal, no quadro legal e a nível institucional, a Lei-Quadro dos Museus Portugueses²⁰ veio instituir um regime abrangente da realidade museológica portuguesa, regulamentando um universo particular onde se integram os museus credenciados, no âmbito de uma rede que visa estimular as boas práticas. Na Lei-quadro é referida a importância do regulamento do museu, onde estão definidos a vocação do museu, o seu enquadramento orgânico e as funções museológicas, que abordaremos no subponto 3.6 e no capítulo 4. Apesar da maioria dos museus não ter personalidade jurídica, mas enfatizando a responsabilidade das entidades de tutela, traçou-se na Lei-Quadro um modelo organizacional que os pretende aproximar de um serviço público com identidade reconhecida, promovendo a investigação científica e uma programação sem constrangimentos, potenciadas por uma gestão autónoma das funções museológicas²¹. No Artigo 86.º, refere-se o programa museológico como algo de fundamental para a criação ou a reformulação de museus, integrando a denominação do museu e todos os elementos associados aos requisitos normalizados de programação museológica.

¹⁷ *Réaliser un projet scientifique et culturel*. Ministère de la Culture. [em linha] [Consult. 17/06/2021] Disponível em: <WWW:URL:<https://www.culture.gouv.fr/Regions/DRAC-Nouvelle-Aquitaine/Patrimoines-Architecture/Musees/Realiser-un-projet-scientifique-et-culturel>>.

¹⁸ *Idem, Ibidem*.

¹⁹ *Museofiches*. Ministère de la Culture. [em linha] [Consult. 16/04/2021] Disponível em: <WWW:URL:<http://www2.culture.gouv.fr>>.

²⁰ Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto. Diário da República. 1.ª série-A, n.º 195.

²¹ CLARO, João Martins – Lei-Quadro dos museus portugueses. Breves notas sobre os princípios estruturantes e a sua aplicação desde 2004. *In Lusíada. Direito*, S. 2, n. 18, 2017, p. 33-46.

A estruturação da Rede Portuguesa de Museus (RPM) surge como instrumento de qualificação dos museus e de tendencial paradigma de cumprimento de todas as funções museológicas presentes na Lei-Quadro. Neste âmbito, tem como objetivos:

“a valorização e a qualificação da realidade museológica nacional; a cooperação institucional e a articulação entre museus; a descentralização de recursos; o planeamento e a racionalização dos investimentos públicos, decorrentes da aplicação de fundos comunitários em museus; a difusão da informação relativa aos museus; a promoção do rigor e do profissionalismo das práticas museológicas e das técnicas museográficas; o fomento da articulação entre museus e a valorização formativa dos seus profissionais”²².

Para além disto, é uma rede com consequências jurídicas por via da credenciação de museus e pela sua função de regulação vinculativa sobre a atividade que estes desenvolvem. A credenciação de museus, de acordo com o artigo 110º da Lei-Quadro dos Museus Portugueses, “consiste na avaliação e no reconhecimento oficial da qualidade técnica dos museus, tendo em vista a promoção do acesso à cultura e o enriquecimento do património cultural”. Só depois de verificado o cumprimento de todas as funções museológicas definidas na Lei-Quadro é validada a credenciação e consequente adesão à RPM por parte da instituição museal que se proponha a tal processo. Este cenário legislativo pressupõe uma rede de museus com regras definidas, estabelecendo responsabilidades quer por parte dos museus, através das suas tutelas, quer por parte do Estado. Uma vez que este é um processo voluntário, pretende-se que as tutelas cumpram os requisitos para que as suas instituições se tornem mais qualificadas, desenvolvam boas práticas e proporcionem melhores condições de acesso e fruição aos seus públicos.

1.2.2. Estudos de futuro dos museus

Nas últimas décadas têm surgido várias reflexões e alguns estudos sobre o futuro dos museus e sobre as principais tendências que poderão influenciar esse futuro. Este

²² Rede Portuguesa de Museus. [em linha] [Consult. 17/06/2021] DGPC. Site: <WWW:URL:<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/>>.

interesse pelo futuro das instituições museais é manifestado em grande parte por associações de museus que têm preparado importantes relatórios prospetivos, relacionados com as restrições orçamentais (que muitos museus enfrentam e que podem levar ao seu encerramento), com o envelhecimento da população, com as novas tecnologias, com o aumento do turismo, entre outros tópicos.

Neste âmbito, a *American Alliance of Museums* criou, em 2008, o *Center for the Future of Museums*, o qual tem desenvolvido literatura muito sustentada e dedicada nomeadamente ao estudo de três tendências: demografia, educação e tecnologias móveis digitais²³. Esta associação tem como missão promover os museus e promover a excelência em parceria com todos os seus membros e aliados. Como tal, desenvolve pensamento estratégico sobre desafios e oportunidades, numa perspetiva de evolução e adaptação do mundo museológico, de forma a permitir que cada instituição se prepare para as mudanças que deverão ocorrer nos próximos anos. Desde 2012, este centro para o futuro dos museus tem publicado uma série de relatórios anuais, intitulados *TrendsWatch*, onde são descritos uma série de fatores que se acredita que influenciarão a área dos museus no futuro.

Na Europa, outras associações desenvolveram alguns estudos sobre o futuro dos museus, nomeadamente a *Association Générale des Conservateurs des Collections Publiques de France*, a *British Museums Association* e a *Netherlands Museums Association*, publicando respetivamente *Le Livre Blanc des Musées de France* (2011), *Museums Change Lives* (2013) e *Agenda 26: Study on the Future of the Dutch Museum Sector* (2010). Cada visão apresentada nestes documentos reflete as particularidades do respetivo país e não uma visão universal. Mas a sua leitura em conjunto permite identificar uma série de recorrências em comum, que influenciam a vida dos museus: a demografia, a globalização, a atividade económica, a inovação tecnológica, a evolução da educação e a especificidade técnica de cada museu²⁴.

Em Portugal, também se sentem as influências destas tendências no dia a dia dos museus, mas os estudos e análises prospetivas não abundam ou são ainda pouco conhecidos. Na realidade nacional, o planeamento estratégico é raro e a sua prática

²³ MAIRESSE, François – Éléments de prospective muséale. In *La Lettre de l'OCIM*, nº 150, novembre-decembre 2013, p. 10.

²⁴ *Idem, Ibidem*, p. 11.

descontinuada e raramente avaliada²⁵. Desta forma, torna-se mais difícil conhecer a situação atual do(s) museu(s) para pensar linhas de ação para o seu futuro. Para além de

“uma dinâmica prospetiva, de planificação estratégica e de programação de museus, é fundamental reconhecer e inscrever nas políticas culturais a participação cidadã (por comunidades e por profissionais) na vida cultural e no funcionamento dos museus”²⁶.

É importante que a(s) comunidade(s) e as tutelas incorporem a mudança, para que os profissionais de museu trabalhem para traçar estratégias de ação para o futuro. Para isso importa “analisar o presente contexto de cada museu, ousando questionar a sua razão de ser, para poder antecipar o seu futuro, agora, com medidas concretas”²⁷.

Num plano formal, mas restringindo-se a entidades tuteladas pela Direção Geral do Património Cultural (DGPC) e pelas Direções Regionais de Cultura, as reflexões sobre o futuro dos museus intensificam-se em Portugal com a criação do Grupo de Projeto “Museus no Futuro”, criado em 2019 por iniciativa governamental, e a publicação do seu Relatório Final em 2021²⁸. A sua missão consistiu em identificar, conceber e propor medidas que contribuam para a sustentabilidade, acessibilidade, inovação e relevância dos Museus, Palácios e Monumentos sob a dependência da DGPC e das Direções Regionais de Cultura. Foram apresentados uma análise, um diagnóstico e propostas para as seguintes áreas de trabalho: Gestão de Museus; Redes e Parcerias; Transformação Digital; Gestão de Coleções; Públicos e Mediação. Pretendeu-se a construção de uma visão de futuro com base no conhecimento e na caracterização do estado atual de cada uma destas instituições, propondo recomendações e linhas de atuação para a próxima década. As propostas apresentadas para as várias áreas contemplam quer

²⁵ FILIPE, Graça; CAMACHO, Clara Frayão – Que futuro queremos dar ao(s) museu(s)? Algumas questões da museologia contemporânea, entre o panorama mundial e a situação em Portugal. *In RP – Revista Património*, No. 5, 2018, p. 54.

²⁶ *Idem, Ibidem*, p. 57.

²⁷ *Idem, Ibidem*, p. 59.

²⁸ CAMACHO, Clara Frayão – *Relatório Final do Grupo de Projeto Museus no Futuro*. Grupo de Projeto Museus no Futuro, 2021. [em linha] [Consult. 14/06/2021] Disponível em: <WWW:URL:<http://patrimoniocultural.gov.pt/static/data/docs/2021/02/15/RelatorioMuseusnoFuturo.pdf>>.

recomendações de implementação imediata, quer de implementação a médio e longo prazo. Embora este relatório retrate o universo das instituições museológicas (ou consideradas similares) da DGPC, muitas das questões diagnosticadas são comparáveis à realidade dos museus municipais: escassez de recursos humanos, necessidade de capacitação profissional, reservas insuficientes, falta de cooperação, poucos meios digitais, comunicação desconcertada e pouco acessível, entre outras características do seu estado atual.

Consideraremos a edição de 2021 do *TrendsWatch*²⁹ e as cinco tendências abordadas no relatório do Grupo de Projeto Museus no Futuro, como documentos norteadores e de referência para o exercício de planificação e programação do MCCG, com a intenção de construir algumas propostas de futuro que possam potenciar esta instituição.

1.3. Metodologia e apresentação

Em termos de metodologia, a nossa investigação desenvolveu-se em duas vertentes de pesquisa: a bibliográfica e a documental e de campo. Ao nível da bibliografia de referência, sobressaem as monografias, os artigos e as comunicações sobre planeamento e programação museológica, os estudos de futuro dos museus, a legislação em vigor, e bibliografia específica sobre o MCCG. O levantamento bibliográfico priorizou as publicações mais recentes, sobre os temas associados à pesquisa e foram recolhidos todos os dados necessários sobre a instituição em análise. A pesquisa de campo revelou-se crucial e muito relevante, juntamente com o recurso às fontes facultadas pelo MCCG e documentos existentes no seu arquivo (Planos e Relatórios de Atividades, Estatística de visitantes, Dossiê de candidatura à RPM, Cópia do Testamento de Manuel de Castro Guimarães, fotografias), e outros documentos internos (Regulamento do Museu, Regulamento da Política de Incorporações, Normas e Procedimentos de Conservação Preventiva, Relatório de Apreciação de Candidatura à Credenciação). Para conhecer o ponto de vista de alguns dos intervenientes e perceber quais as suas expectativas de futuro para o MCCG, foram realizadas três entrevistas. Entendemos como relevante entrevistar a coordenadora do MCCG, o funcionário mais antigo do museu e a coordenadora do SCE do Bairro dos Museus.

²⁹ *TrendsWatch*. American Alliance of Museums. [em linha] [Consult. 18/07/2021] Disponível online: <WWW:URL:<https://www.aam-us.org/programs/center-for-the-future-of-museums/trendswatch/>>.

A partir daqui foi feito o diagnóstico à instituição e foram analisados todos os resultados e conclusões, que permitiram efetuar uma reflexão conducente a propostas com vista à melhoria das funções museológicas e à programação e comunicação futuras. Procurámos construir uma retrospectiva histórica sobre o museu, e fizemos um ponto de situação sobre o último ciclo de dez anos (2011-2021), com maior enfoque no presente (entre 2019 e 30 de setembro de 2021).

O duplo envolvimento pessoal – académico e profissional – permitiu-nos analisar o MCCG de uma perspetiva diferente, mais crítica, utilizando metodologias características da museologia. Este foi o grande desafio: olhar a instituição sob um ponto de vista objetivo e, tendo em conta o nosso envolvimento profissional, tentar fazer uma avaliação imparcial. Os anos de trabalho prático neste museu permitiram-nos uma reflexão mais profunda, resultado da apreensão das sucessivas alterações que foram ocorrendo, e da pertinência em enquadrar o MCCG nas novas realidades. Esta proximidade permitiu-nos, também, aprofundar alguns aspetos da pesquisa e localização da informação e a realização das entrevistas.

Entendemos pertinente colocar algumas fotografias, mapas, tabelas, gráficos e esquemas junto ao texto, para uma melhor compreensão das ideias apresentadas, e elencadas por ordem de apresentação. Também elaborámos alguns apêndices, que encarámos como instrumentos do trabalho de projeto, e que nos ajudaram a complementar e sistematizar alguns assuntos. Remetemos para os anexos a informação e a documentação institucionais.

Na elaboração e apresentação do nosso trabalho aplicamos o acordo ortográfico de 1990, mas respeitamos a grafia original das citações e bibliografia. Optámos pela norma de referência bibliográfica NP 405.

No que respeita à apresentação, o nosso trabalho encontra-se organizado em cinco capítulos. No primeiro apresentamos o tema e os objetivos do trabalho de projeto; fazemos um breve enquadramento concetual, refletindo sobre alguns dos princípios teóricos do planeamento e da programação museológicos, as principais referências e respetivas abordagens. Neste capítulo fazemos ainda uma breve referência aos estudos sobre o futuro dos museus e a sua importância na antevisão de cenários em contexto museal.

No segundo capítulo abordamos a história da instituição, desde a construção do edifício à gênese e constituição do museu, os principais momentos e os respetivos intervenientes.

O terceiro capítulo corresponde ao diagnóstico museológico e à análise do MCCG, e foi subdividido em sete subcapítulos que focaram a metodologia seguida; a localização e a envolvente do museu; o enquadramento programático e o modelo de gestão; o edifício e os respetivos espaços; o acervo e a sua preservação; a comunicação e a educação; e, por fim, a síntese de diagnóstico.

No quarto capítulo apresentamos o ponto de partida para a construção da estratégia que propomos desenvolver para o futuro do museu, tendo em conta os desafios atuais e apresentando contributos na área da comunicação e educação, com vista ao centenário do MCCG.

2. Museu Condes de Castro Guimarães: um olhar sobre 90 anos da sua história (1931-2021)

2.1. Da construção da Torre de S. Sebastião à filantropia de Manuel de Castro Guimarães (1897-1927)

Em 1859, com o início da construção das estradas que viriam a ligar Cascais a Oeiras, e depois a prolongar essa ligação até Sintra (1868), e com a inauguração do caminho de ferro até Lisboa (1889), a vila parecia superar a estagnação em que vivia desde o pós-terramoto de meados de setecentos³⁰. A partir de 1870, Cascais, que já registava alguns melhoramentos urbanísticos, passou a receber regularmente a Família Real na época estival, um facto importante para a vida local. Para acomodar a Família Real, foram feitas obras no Palácio dos Governadores, localizado na Cidadela, e assistiu-se à construção de novas habitações. Cascais tornou-se então local de frequência regular, não só da corte, como das aristocracias portuguesa e estrangeiras, de capitalistas e intelectuais dos séculos XIX e XX. Para acomodar as novas famílias que se vinham instalar na vila, construíram-se *chalets* e palacetes, conhecidos como casas de veraneio.



Fotografia 1 - Vivenda O'Neil em construção. [c. 1897-1900] Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/NEG/005147

Um dos mais emblemáticos palácios daquele período em Cascais, com uma estética romântica e revivalista neomedieval, é a Torre de São Sebastião, onde se veio a instalar o Museu Condes de Castro Guimarães. O edifício, assim designado pela existência, na propriedade, de uma ermida do século XVI dedicada a São Sebastião, foi construído em

³⁰ HENRIQUES, João Miguel – *Cascais: 650 anos de história*. Cascais: Câmara Municipal, 2014, pp. 41-43.

1897 com projeto de Francisco Vilaça³¹. A origem desta casa de veraneio é fruto da encomenda de Jorge O’Neill³² e foi habitada pela primeira vez em 1900.

Em 1910, Jorge O’Neill vendeu a Torre de São Sebastião. Comprou-a Manuel de Castro Guimarães, nascido em Lisboa em 1858, moço-fidalgo com exercício no paço e formado bacharel em Direito, pela Universidade de Coimbra em 1879. Exerceu a profissão de advogado e, em simultâneo, foi diretor do Banco Lisboa & Açores entre 1900 e 1926. Em 1882 casou com Maria Ana Reis de Andrade, também ela oriunda de uma família de banqueiros de Lisboa³³. Em 23 de setembro de 1909, Manuel de Castro Guimarães é agraciado com o título nobiliárquico de Conde, por D. Manuel II (1908-1910), um dos últimos títulos que a monarquia concedeu. Para além da habitação, procedeu à aquisição de vários terrenos adjacentes ao palacete, nomeadamente ao Visconde dos Olivais³⁴, aumentando a propriedade, de forma a poder criar um grande jardim. Instalou-se na Torre de São Sebastião, trocando progressivamente o seu palacete lisboeta no Pátio do Torel³⁵ por Cascais, e transferiu grande parte do recheio para a sua nova habitação. Com este novo proprietário, o palacete de Cascais foi sofrendo algumas alterações, a fim de ser adaptado às necessidades e gosto dos novos moradores. Em 1912, foi suprimido o piso superior de uma das salas para instalar um órgão de tubos. Esta foi a alteração maior na casa, dotando a sala de um teto em caixotão para melhorar as condições acústicas. O teto foi decorado com o seu brasão, com a sua divisa pessoal “Por Bem

³¹ Francisco Vilaça (m. 1914) foi um pintor, arquiteto e decorador. Ganhou relevo na zona de Cascais ao desenhar a Casa Branca de Manuel Gomes, no Monte Estoril. Este pintor-arquiteto teve também a seu cargo a direção artística para a decoração do Palácio Beau Séjour, enriquecido com obras de pintores portugueses, onde pontificavam todos os elementos do denominado Grupo do Leão, assim como um conjunto de obras da sua autoria. [em linha] [Consult. 28/12/2020] Disponível em: <WWW:URL:<http://www.acasasenhorial.org/acs/index.php/pt/artistas/257-francisco-vilaca-c-1850-1915>>.

³² Jorge O’Neill (1849-1925), descendente direto da Real Casa Soberana da Irlanda, Príncipes de Tyrone e Clannaboy, foi casado com D. Maria Isabel Fernandes (1855-1953). Esteve ligado à política, como deputado em 1887, e foi um dos membros da Sociedade Torlades O’Neill, dedicada à finança e à indústria tabaqueira. LEANDRO, Sandra – Da Torre de S. Sebastião ao Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães. In *Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães – Roteiro*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2008, p. 12.

³³ Maria Ana Reis de Andrade (1859-1924), filha do capitalista António José de Andrade (1800-1888) e Emília Reis (1817-1891), era a mais nova de seis irmãos, um deles o pintor e arquiteto Alfredo de Andrade (1859-1915).

³⁴ COLAÇO, Branca Gonta; ARCHER, Maria – *Memórias da Linha de Cascais*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1943, p. 347.

³⁵ Este palacete foi vendido por Manuel de Castro Guimarães ao Estado Português, em 1927. Centro Galego de Lisboa. [em linha] [Consult. 22/11/2020] Disponível em: <WWW:URL:<http://www.juventudedagaliza.com/xuventude-de-galicia/jardim-do-torel-lisboa.html>>.

Fazer” e com os brasões dos seus antepassados, obra da autoria de Henrique O’Connor Martins³⁶, um pintor do início do século XX amigo da família³⁷. Na sala designada dos trevos, Manuel de Castro Guimarães mandou colocar o seu brasão de armas na lareira, pintado em azulejo por Pereira Cão (1841-1921), substituindo os brasões da família O’Neill e Brito e Cunha. Como também era um apaixonado por livros, transformou a sala de jantar em biblioteca. Um dos terraços foi fechado e transformado na nova sala de jantar; e um dos espaços de apoio à cozinha e a serviço de jantar foi transformado em escritório, construindo-se do lado norte uma nova cozinha³⁸. Mandou adossar ao claustro, no lado norte, uma torre com um relógio mecânico, decorada com um painel de azulejos representando S. Sebastião, com data de 1919 (provavelmente a data de construção desta torre). O jardim também foi obra do seu cuidado e atenção, ao alargar a propriedade, anexando o Sítio dos Cedros e o Pinhal a poente, onde construiu o lago dos gansos e a fonte de inspiração árabe. Adquiriu, também, o espaço confinante à atual Av. Rei Humberto II de Itália, onde já se encontrava a Capela de S. Sebastião, e construiu a estufa e a garagem para o seu automóvel. Em 1925, faz um novo arranjo no Sítio dos Cedros e instala junto à fonte árabe um painel de azulejos com o tema da Glorificação da Virgem, com a inscrição “*DEUS NOBIS HAEC OTIA FECIT*”³⁹ (“DEUS CONCEDEU-NOS ESTE DESCANSO”). Pela sua dedicação a este espaço, percebemos que existe uma importância simbólica do lugar, acentuada pelos cedros e pela sua simbologia ligada à imortalidade e ressurreição⁴⁰. Na mesma data, junto ao pátio, Manuel de Castro Guimarães mandou construir a Fonte do Leão, decorada com um painel de azulejos

³⁶ Em 1891 Henrique O’Connor Martins foi nomeado Encarregado de Negócios Interino da Legação de Portugal em Berna ([em linha] [Consult. 24/11/2020] Disponível em: <WWW:URL:<https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/historia-diplomatica?view=article&id=670:suica-titulares&catid=120>>), ocupou de 1896 a 1909, entre outros, o cargo de Secretário da Embaixada de Portugal em Roma. Paralelamente à carreira diplomática, durante o período da estada em Itália, apresentou obras de pintura no Salão de Roma - *LXXIV Esposizione Internazionale di Belle Arti della Società Amatori e Cultori di Belle Arti* (Roma, Palazzo delle Esposizioni, 1904). In Hemeroteca Digital. [em linha] [Consult. 24/11/2020] Disponível em: <WWW:URL: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1905/N79/N79_master/N79.pdf>.

³⁷ BEAUMONT, Maria Alice – Pequena História do Museu de Cascais. In *Boletim Nº 2 [do] Museu-Biblioteca do Conde de Castro Guimarães*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1971, p. 20.

³⁸ *Idem, Ibidem*, p. 19.

³⁹ Foi com estas palavras que Virgílio, nas “Éclogas”, agradeceu ao Imperador Augusto. In *Português à letra*. [em linha] [Consult. 22/11/2020] Disponível em: <WWW:URL:<https://portuguesaaletra.com/latim/deus-nobis-haec-otia-fecit-latim/>>.

⁴⁰ SILVA, Vítor; LOUÇÃO, Paulo Alexandre – *O Segredo do Conde. A Catedral da Natureza*. Lisboa: Eranos Edições, 2018, p.22.

representando o Dogma da Imaculada Conceição. Com a morte da sua esposa Maria Ana de Castro Guimarães, em 1924, e pela ausência de descendência direta, Manuel de Castro Guimarães alterou o seu testamento, e legou o palácio, o recheio e toda a propriedade envolvente ao Município de Cascais, na condição de se instalar um “pequeno” museu municipal e uma biblioteca pública. Com este testemunho de filantropia, ao falecer também nesta casa a 15 de agosto de 1927, Manuel de Castro Guimarães potenciou o desenvolvimento cultural e educativo da vila de Cascais.



Fotografia 2 - Manuel de Castro Guimarães no seu terraço (atual Sala de Jantar do MCCG). [c. 1910] Arquivo MCCG.

2.2. Génese e instalação do Museu-Biblioteca Conde de Castro Guimarães (1927-1931)

Manuel de Castro Guimarães, para além de todo o património legado, deixou ao Município de Cascais uma quantia avultada em dinheiro destinada ao enriquecimento do acervo bibliográfico e artístico do futuro Museu-Biblioteca, assim como a gastos relacionados com manutenção e ordenados dos funcionários. Foi também registado no testamento que a admissão naquela instituição cultural deveria ser gratuita para os habitantes de Cascais.

Após contactos com o Arquivo Histórico Municipal de Cascais (AHMC), consultámos as *Actas da Comissão Administrativa da Camara Municipal de Cascaes*, onde encontramos a referência à aceitação deste legado por parte da CMC, a 12 de março de 1928. Nas *Deliberações* é possível ler o seguinte:

“Pelo senhor Presidente foi dito que esta Comissão Administrativa em sessão de 15 de setembro de mil novecentos e vinte sete tomou conhecimento de que o falecido benemerito Doutor Manuel de Castro Guimarães (Conde de Castro Guimarães) legou à Camara o palacio que possuia nesta Vila, com o seu recheio, bem como o parque anexo, sendo o palacio para um museu e biblioteca e tudo para gozo publico, deixando mais à Camara duas nonas partes do remanescente da herança para com o respectivo rendimento se custearem as despesas com a conservação das ditas propriedades e aumento do museu e biblioteca, esta constituída a principio pelos livros lá existentes e aquele pelos objectos que guarnecem o palácio. Esta disposição testamentaria tem o caracter de beneficiencia e de utilidade publica e nessa conformidade a Comissão Administrativa em nome da Câmara Municipal a aceita para todos os efeitos legaes, com o mais reconhecido agradecimento para com a memória de tão grande benemerito”⁴¹.

No entanto, surgiram algumas dificuldades processuais que atrasaram a efetivação das cláusulas do testamento e a comissão incumbida da sua aplicação só assumiu as suas funções administrativas a partir de julho de 1930.

No testamento, Manuel de Castro Guimarães deixou expresso que seriam três membros a formar uma Comissão Administrativa que iria gerir o futuro museu: o Presidente da Câmara, o Secretário de Finanças do Concelho e um representante da Academia de Belas-Artes de Lisboa. Os primeiros membros foram, respetivamente, Amílcar Mário de Jesus, António Crisóstomo e José de Figueiredo. Esta comissão tinha funções muito definidas, e deveria reunir pelo menos uma vez por mês. Tinha como competências administrar o “capital” nos termos dispostos no testamento de Manuel de Castro Guimarães, organizando um orçamento anual, registado em livro de contas, para evitar que as verbas fossem aplicadas a outros fins. O Vogal Cultural tinha um papel preponderante no estudo, aquisição, conservação e dinamização do Museu-Biblioteca e do Parque, exercendo funções atribuídas ao Conservador, no impedimento deste.

⁴¹ *Octagessima sexta sessão da Comissão Administrativa da Camara Municipal de Cascaes*. 12-03-1928. Actas da Comissão Administrativas da Camara Municipal de Cascaes. Livro 56, pp. 175v-176. CMC/AHMC.

Enquanto primeiro Vogal Cultural da Comissão Administrativa deste museu, em representação da “Academia de Belas Artes”⁴², entre julho de 1930 e dezembro de 1937, José de Figueiredo⁴³ contribuiu decisivamente para a institucionalização do museu e para o enriquecimento do acervo artístico inicial. Na função da qual estava incumbido na Comissão, incluía-se tratar do cumprimento das disposições testamentárias do Conde de Castro Guimarães. Procedeu à elaboração de um regulamento para o Museu e abriu concurso para Conservador Bibliotecário, no qual ficou classificado em primeiro lugar João Couto⁴⁴. Providenciou também o registo fotográfico dos espaços exteriores e interiores do museu pelo fotógrafo do Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA), Octávio Bobone; encarregou o arquiteto Guilherme Rebelo de Andrade de mandar levantar as plantas do edifício e estudar as obras a fazer; e, por último, contactou o Maestro Francisco de Lacerda,

“organista de grande mérito e renome, para saber deste se estava disposto a superintender em tudo o que dissesse respeito à conservação e utilização do órgão

⁴² Embora tenha sido assim designada por Manuel de Castro Guimarães no seu testamento (Averbado nos livros de registo de testamentos arquivados na secção administrativa da Câmara Municipal de Cascais, livro nº 72 do ano de 1927, p. 1), a Academia de Belas Artes foi extinta pela República. Em 1911, sucedeu-lhe o Conselho de Arte e Arqueologia do qual, à data da constituição da Comissão Administrativa do MBCCG, José de Figueiredo faria parte.

⁴³ José de Figueiredo (1871-1937) licenciou-se em Direito na universidade de Coimbra, em 1893. Dois anos depois prosseguiu os seus estudos em Paris, onde frequentou cursos livres de História da Arte no Louvre e no *Collège de France*. Conviveu diretamente com críticos e historiadores de referência e beneficiou de todo o ambiente de mudança que a cidade vivia com a preparação da Exposição Universal de 1900. Já em Portugal, foi Sócio da Sociedade Nacional de Belas Artes, Vogal do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais e Académico de Mérito da Real Academia Nacional de Belas Artes. Escreveu para a *Ilustração Portuguesa* e alguns jornais, tendo peso no meio cultural como historiador e crítico de arte. Assumiu a função de Diretor do MNAA, nomeado em 1911, cargo que ocupou até ao fim da sua vida. BAIÃO, Joana – José de Figueiredo *In Dicionário Quem é Quem na Museologia Portuguesa*. Lisboa: IHA/NOVA FCSH, 2019, pp. 114-117.

⁴⁴ João Couto (1892-1968) concluiu o bacharelato em Direito em 1913 e a Licenciatura em Ciências Histórico-Geográficas em 1915, ambos na Universidade de Coimbra. Exerceu posteriormente as funções de professor de liceu. Foi o primeiro Conservador do Museu-Biblioteca Conde de Castro Guimarães em Cascais e, em 1937, substituiu José de Figueiredo como Conservador do Museu Nacional de Arte Antiga. Foi também Vogal da Junta Nacional de Educação, a partir de 1938, membro da Academia de Belas Artes, membro da Comissão de Estudo do projeto de organização da Inspeção de Belas Artes (1940), representante de Portugal nas Conferências Internacionais de Restauro (1950), pertenceu à administração da Fundação Casa de Bragança e foi membro do Instituto de Alta Cultura e Diretor do Centro de Estudos de Arte e Museologia. Biblioteca Digital do Instituto Politécnico de Bragança. [em linha] [Consult. 28/12/2020] Disponível em: <WWW:URL:https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/17420/1/JO%C3%83O%20COUTO_DEP_LE.pdf>.

do Palácio, tendo-lhe dito o referido Senhor que do melhor gosto tomava esse encargo sem dispêndio para o Museu”⁴⁵.



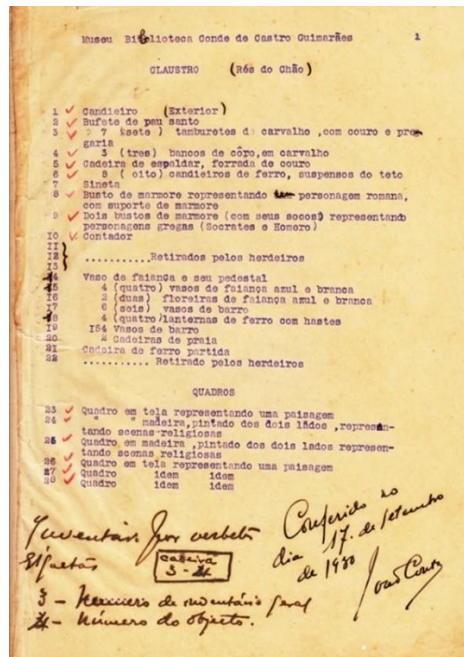
Fotografia 3 - Biblioteca do Conde (atual Sala Neogótica). Octávio Bobone, c. 1930. Arquivo MCGG.

José de Figueiredo propôs e intermediou a aquisição de alguns dos objetos mais emblemáticos do museu, com a preocupação de aumentar e valorizar a coleção⁴⁶. Nem tudo foi favorável, uma vez que a CMC e a Liga Naval iniciaram negociações para que a coleção Oceanográfica do Rei D. Carlos fosse depositada e exposta no museu, o que se veio a concretizar em 1931, ocupando o espaço da antiga cozinha e anexos. José de Figueiredo não era a favor deste processo, pois achava que o palácio não era o local adequado para este espólio, o qual só em 1936 foi transferido para o Aquário Vasco da Gama⁴⁷.

⁴⁵ 1.º Livro de Actas da Comissão Administrativa, Acta n.º 5- 28 de Outubro de 1930. Arquivo MCGG.

⁴⁶ LEANDRO, Sandra – *Op. Cit*, p. 21.

⁴⁷ *Idem, Ibidem*, p. 21.



Fotografia 4 - Primeira página do inventário de 1930, conferido por João Couto. Arquivo MCGG.

João Couto tomou posse como primeiro Conservador-Bibliotecário em 16 de setembro de 1930 e promoveu de imediato o inventário do espólio legado pelo Conde de Castro Guimarães, assumindo um papel preponderante na definição do programa museológico inicial⁴⁸. O inventário de 1930 foi sumário, constituído por verbetes⁴⁹, sendo identificados e inventariados 659 objetos museológicos. No que respeita ao tipo de museu que iria surgir, apesar da tendência recair para um museu de pintura e artes decorativas, não era aconselhado “um museu de tipo didático com seriação histórica, cronológica ou outra. A solução adoptada foi a mais conveniente – manteve-se o aspecto de casa habitada, em que os objectos têm, além do seu valor intrínseco, o de criarem um ambiente evocativo”⁵⁰.

2.3. O primeiro conservador: João Couto e o desenvolvimento da ação museológica (1931-1941)

O Museu abriu as portas ao público a 12 de janeiro de 1931, mas só inaugurou oficialmente a 12 de julho desse ano, com o nome Museu-Biblioteca Conde de Castro

⁴⁸ *Idem, Ibidem*, p. 20.

⁴⁹ *Cadastro Geral do Museu do Conde de Castro Guimarães*. Cascais, junho de 1933. Arquivo MCGG. Documento Manuscrito.

⁵⁰ BEAUMONT, Maria Alice – *Op. Cit.*, p. 23.

Guimarães (MBCCG). Inicialmente, apenas se visitavam as salas do piso térreo e a salinha, o quarto e a galeria superior do claustro, no 1º andar. Conforme indicação no testamento do Conde, a admissão era gratuita para os residentes no Concelho, mas os visitantes de fora tinham de pagar um escudo⁵¹. No discurso de abertura, João Couto diz que:

“este Museu-Biblioteca tem de ser por força da imperativa vontade do doador aquilo que, afinal, todos os Museus deviam ser – casas de activa educação, colaborando, particularmente, na formação do gosto e do carácter. Estão já longe os tempos em que os Museus nada mais eram do que sumptuosas arrecadações das obras primas criadas pelos homens”⁵².

Neste mesmo discurso, aconselha ainda que o trabalho desenvolvido no museu se inspire no que mais inovador se faz na América do Norte, considerando o exemplo dos museus da Europa como antiquado. Continua afirmando que o Museu:

“é escola viva, onde não pairam só as sombras do passado, mas onde se prepara o renovamento do gosto pela arte, onde cada objecto dos séculos idos é lição para o dia de amanhã. O Museu pretende ser o necessário complemento de todo o ensino, sem o qual a instrução mais cuidada é incompleta, pois sem arte não há gosto, e sem gosto não há boa educação. O Museu é o abrigo onde cabem todas as manifestações artísticas – das artes plásticas, à música e à coreografia. (...)”⁵³.

⁵¹ *Idem, Ibidem*, p. 20.

⁵² COUTO, João – Museu-Biblioteca Conde de Castro Guimarães. *In Boletim Nº 2 [do] Museu-Biblioteca do Conde de Castro Guimarães*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1971, p. 13.

⁵³ *Idem, Ibidem*, p. 14.



Fotografia 5 - João Couto na Sala da Música do MBCCG. [c.1931] Arquivo MCCG.

Considerava a música como uma das artes que devem fazer parte de um museu, coincidindo com o gosto do doador, tornando uma prioridade a realização de atividades musicais, que contemplavam concertos de órgão. Estas atividades foram coordenadas por si, por José de Figueiredo e pelo maestro Francisco de Lacerda. A dança rítmica também foi uma aposta na programação do Museu, utilizando os espaços exteriores, de jardim. O público que começou a frequentar estas iniciativas e concertos era cada vez mais jovem e, apesar de ainda não existir serviço educativo, João Couto já o imaginava tomando algumas notas sobre a receptividade de alguns acolhimentos a escolas depois de assistirem aos concertos⁵⁴. A biblioteca nesta altura tinha muito poucos leitores; as cerca de três mil obras deixadas pelo Conde (história e disciplinas afins) não constituíam grande interesse para o público em geral.

Apesar da importância dada por João Couto à arte e educação, a organização e a preservação do espólio não ficaram esquecidas, assim como a intenção de investir na história local. Inspirou-se na museologia da América do Norte incentivando a abertura do museu à comunidade, mais de acordo com a realidade local do MBCCG, e articulando-se de forma consciente com o meio envolvente, utilizando a museologia como forma de expressar a sua compreensão dos valores de memória e do património. O museu tornou-se um espaço de dinamização cultural, e não apenas espaço de exposição. Em 1931,

⁵⁴ BEAUMONT, Maria Alice – *Op. Cit.*, p. 25.

com a intenção de dinamizar o museu, João Couto e Luís Chaves⁵⁵ realizaram algumas conferências⁵⁶. Em 1933 é realizado o Cadastro Geral do Museu, de forma a colmatar a inexistência de um inventário anexo ao testamento do Conde de Castro Guimarães⁵⁷. João Couto contribuiu para a construção da identidade deste museu, pensando e antevendo a instalação, na sua génese, das funções museológicas. Com a morte de José de Figueiredo em 1937, João Couto passou definitivamente para o Museu Nacional de Arte Antiga, mas manteve-se como vogal cultural da Comissão Administrativa até 1941. O sucessor de João Couto foi o pintor Carlos Bonvalot (1893-1934), admitido no concurso de 1932⁵⁸ como Conservador interino, passando a efetivo em 1933. Bonvalot formou-se em Belas Artes e, para além da pintura, dedicou-se ao estudo e à prática da conservação e restauro de pintura, demonstrando “conhecimentos e metodologias modernas, antes dele inéditas em Portugal”⁵⁹. Por este motivo, em 1934 é convidado por João Couto para dirigir a Oficina de Restauro do MNAA, mas a morte súbita leva-o antes que pudesse ocupar esse cargo ou que realizasse um trabalho promissor à frente do MBCCG⁶⁰. A 25 de Outubro de 1936 cumpre-se mais um desejo dos doadores e os restos mortais dos Condes são transladados para o parque da propriedade⁶¹, na presença de familiares, amigos e dos mais altos representantes do Concelho e do Estado.

⁵⁵ Luís Chaves (1888-1975) formou-se em Estudos Matemáticos pela Escola Politécnica e pela Universidade de Coimbra desenvolveu atividade como escritor, etnógrafo, arqueólogo e filólogo. O seu percurso na investigação etnográfica ficou marcado pela atividade que desenvolveu no Museu Etnológico Português (atual Museu Nacional de Arqueologia) desde 1912. Matriz. [em linha] [Consult. 28/12/2020] Disponível em: <WWW:URL:<http://www.matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI.Web/pt-PT/RecursosSearch/PesquisaInvestigadores?IdEntidade=447>>.

⁵⁶ A primeira palestra realizou-se em 23 de julho de 1931, intitulada *A evolução da arte em Portugal*; a segunda, *O município e os seus monumentos*, realizou-se a 13 de agosto. LEANDRO, Sandra – *Op. Cit.*, p. 21.

⁵⁷ Como foram notadas algumas diferenças de numeração entre inventário antigo e o moderno, e pela existência de objetos de menor relevância que apenas aparecem nos verbetes antigos, João Couto conferiu todos os objetos e realizou um cadastro que inclui todos os objetos e as respetivas numerações. Apesar de não referir a proveniência das peças, permitiu conhecer integralmente o acervo do Museu em 1933, e dar uma ideia aproximada do legado dos Condes, uma vez que incluiu as compras e ofertas adquiridas por sugestão de José de Figueiredo até aqui.

⁵⁸ A este concurso candidatou-se também Fernando Pessoa, que foi preterido por não possuir as qualificações necessárias para o cargo. A documentação da sua candidatura faz parte do espólio do MCGG.

⁵⁹ SILVA, Raquel Henriques da – Carlos Bonvalot: a pintura como celebração da memória e da paisagem. *In Cascais de Carlos Bonvalot*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2009, p. 18.

⁶⁰ De 1934 a 1941 o MBCCG é orientado por João Couto e João de Lacerda, respetivamente Vogal Cultural e Delegado da Comissão Administrativa.

⁶¹ No testamento, Manuel de Castro Guimarães deixou também à Câmara Municipal a condição: [de que deveria empregar] “todos os meios para que os meus restos mortais e os da minha mulher Dona Maria Ana d’Andrade, Condessa de Castro Guimarães, sejam depositados num jazigo idêntico ao que existe no Cemitério Municipal de Cascais no qual está sepultada a minha falecida mulher, que fará construir no sítio

Em setembro de 1938 foram inaugurados novos espaços: a Sala José de Figueiredo (com o seu legado⁶²) e a Sala dos Contadores, constituídas maioritariamente por aquisições e ofertas feitas durante a década de 1930. Nestas salas existiam até então o gabinete do conservador e a secretaria, os quais a partir desta alteração passam a funcionar no 2º piso do museu. Desta forma, todas as salas do 1º piso passaram a integrar o percurso expositivo e ficaram acessíveis ao público.

Na reunião da Comissão Administrativa, de setembro de 1940, o Presidente da Câmara informa a Comissão Administrativa do Museu que a autarquia comprou os terrenos da Gandarinha (adjacentes ao jardim do MBCCG) e pondera que se ligue esta propriedade à propriedade privada do museu⁶³. Na reunião seguinte a Comissão resolve que aos domingos, durante o horário de funcionamento do museu, o portão fique aberto e a passagem livre⁶⁴. Em 1941 o muro que separava as duas propriedades foi demolido, algo que desagradou ao vogal cultural, João Couto⁶⁵. No ano seguinte, o Presidente da Câmara dá conhecimento dos elogios que tem recebido pela nova organização do museu e do Parque Municipal e que, por este motivo, o número de visitantes do MBCCG aumentou⁶⁶.

2.4. Branquinho da Fonseca e a leitura itinerante: renovação e valorização da Biblioteca (1942-1960)

Em 1942 é contratado para o museu o escritor António José Branquinho da Fonseca, nascido em Mortágua em 1905. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, onde conviveu com escritores como João Gaspar Simões e José Régio, com quem funda a revista *Presença* em 1927. Em 1930 desliga-se definitivamente da revista e passa a

dos Cedros, no fundo da propriedade legada e onde porá a seguinte inscrição: Sepultura de Manuel de Castro Guimarães Conde de Castro Guimarães e sua mulher Dona Maria Ana d'Andrade Condessa de Castro Guimarães fundadores d'esta instituição P.N.A.M. (...)", conforme averbado nos livros de registo de testamentos arquivados na secção administrativa da Câmara Municipal de Cascais, livro nº 72 do ano de 1927.

⁶² José de Figueiredo deixou no seu testamento o recheio da sua sala de visitas ao Palácio de Queluz, mas no impedimento deste, o que veio a acontecer, deveria passar para o MBCCG. GONÇALVES, Maria Cristina – *A ação do Dr. José de Figueiredo no enriquecimento das coleções do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães (1930 – 1937)*. Conferência no âmbito do Dia Internacional dos Museus – “Museus: as coleções criam conexões”. Cascais: MBCCG, em 13/05/2014.

⁶³ 2.º Livro de Actas da Comissão Administrativa, Acta n.º 76 – 27 de Setembro de 1940. Arquivo MCCG.

⁶⁴ 2.º Livro de Actas da Comissão Administrativa, Acta n.º 77 – 14 de Outubro de 1940. Arquivo MCCG.

⁶⁵ 2.º Livro de Actas da Comissão Administrativa, Acta n.º 90 – 31 de Outubro de 1941. Arquivo MCCG.

⁶⁶ 2.º Livro de Actas da Comissão Administrativa, Acta n.º 107 – 30 de Outubro de 1942. Arquivo MCCG.

exercer funções no Registo Civil de Marvão e de Nazaré, até ocupar o cargo de Conservador do MBCCG⁶⁷.

Este poeta, dramaturgo e ficcionista desempenhou as funções de conservador durante quase vinte anos e demonstrou especial interesse pela renovação e valorização da biblioteca. No seu entender, a frequência da biblioteca aumentaria com a aquisição de mais livros, e estes teriam de ser escolhidos de acordo com os interesses dos leitores⁶⁸.

Para uma melhor prestação de serviço, em 1943 publicou o Regulamento do Museu-Biblioteca⁶⁹, no qual é introduzida a leitura domiciliária. Em 1953 trata de pôr em prática a primeira experiência realizada em Portugal no domínio das bibliotecas itinerantes, e para esse fim adaptou e apetrechou um carro, que durante alguns anos proporcionou, através do regime do empréstimo domiciliário, a fruição da leitura a grande parte da população do concelho de Cascais⁷⁰.



Fotografia 6 - Leitores junto à Biblioteca Móvel de Cascais. Arquivo MCCG.

Fruto da sua formação e do seu gosto, a sua preferência recaía sobre a biblioteca, mas não deixou de investir a sua atenção no museu. Em 1942 inaugura-se um novo espaço: a Sala de Arqueologia Padre Eugénio Jalhay e Afonso do Paço⁷¹. Em 1943 é editado o

⁶⁷ ALMEIDA, Maria Mota – Branquinho da Fonseca *In Dicionário Quem é Quem na Museologia Portuguesa*. Lisboa: IHA/NOVA FCSH, 2019, pp. 118-120.

⁶⁸ BEAUMONT, Maria Alice – *Op. Cit.*, p. 29.

⁶⁹ *Museu-Biblioteca do Conde Castro Guimarães: regulamento*. Cascais. Lisboa: Oficina Gráfica, Ld.^a, 1943.

⁷⁰ Tal facto levou a que fosse convidado pela Gulbenkian para organizar e dirigir o Serviço de Bibliotecas Itinerantes e Fixas dessa mesma Fundação a partir de 1960, tendo sido o seu primeiro diretor até à data da sua morte, em 1974.

⁷¹ Esta sala foi inaugurada com o apoio da Junta de Turismo que financiou as intervenções arqueológicas no Concelho. Nesta sala ainda existem as placas onde são reconhecidos os arqueólogos pelo trabalho e dedicação pela defesa do património local.

Boletim do Museu-Biblioteca Conde de Castro Guimarães; conseguiu verbas para a realização de um novo ciclo de concertos (Concertos de Verão, promovidos em 1944, com o objetivo de cativar novos visitantes⁷²) e para obras no edifício; e, em 1952, elaborou e publicou o primeiro guia-roteiro do MBCCG em três línguas (português, francês e inglês).

Nos anos 1950, a instituição passa a designar-se de Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães, passando a contemplar-se o casal na designação institucional.

A Comissão Administrativa manteve-se autónoma até 1950, altura em que foi considerada uma fundação sem personalidade jurídica e, a partir de 1 de janeiro de 1951, foi integrada na estrutura orgânica da Câmara Municipal de Cascais⁷³. Apesar disso, continuou a existir, mas apenas com funções consultivas, passando a designar-se de Comissão Consultiva. Esta situação proporcionou algumas vantagens, como a estabilização da situação financeira do museu e a transferência de todo o pessoal para os quadros da Câmara (exceto o posto de Conservador), “passando a fazer parte do funcionalismo administrativo, com garantias”⁷⁴ de estabilidade e emprego que não tinha até então; mas o facto também traria alguns inconvenientes, nomeadamente:

“o Museu deixou de ter iniciativas e de figurar como organizador e depende por completo dos serviços camarários (...). Do ponto de vista das actividades culturais sofre uma aplicação estricta das normas de um Código Administrativo antiquado, restritivo, mesmo negativo, que só permite a iniciativa nesse campo através da Junta de Turismo”⁷⁵.

Estas alterações e as dificuldades em conseguir verbas para a aquisição de livros, levaram Branquinho da Fonseca a demitir-se das suas funções em 1960. Na sua carta de demissão, endereçada ao Presidente da Câmara, Branquinho da Fonseca refere que o MCCG

⁷² HENRIQUES, João Miguel – *Cascais: Território | História | Memória: 1364-2014*. Edição Comemorativa do 650.º aniversário da vila de Cascais. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2014, p. 201.

⁷³ BEAUMONT, Maria Alice – *Op. Cit.*, p. 21.

⁷⁴ *Idem, Ibidem*, p. 22.

⁷⁵ *Idem, Ibidem*, pp. 21-22.

“foi, em vários aspectos, prejudicado pela anexação à Câmara Municipal. Não só as necessidades de conservação não têm sido atendidas com a urgência e zelo que estas coisas requerem, como também a sua acção cultural vem sendo afectada por não se adquirirem livros”⁷⁶.

As linhas orientadoras de Branquinho da Fonseca foram seguidas por Gilberto Andrade⁷⁷, que ocupa o lugar de conservador do museu por um período muito breve (1960-61).

2.5. Maria Alice Beaumont e a implementação do Serviço Educativo (1961-1971)

A Gilberto de Andrade sucedeu Maria Alice Beaumont⁷⁸, considerada muito próxima dos ideais de João Couto, defendendo a importância do trabalho do museu com e para a comunidade (e não privilegiando o turista), com atividades diversificadas e de continuidade⁷⁹. Em 1962 iniciam-se os Cursos Musicais Internacionais de Férias, direcionados para músicos profissionais e com a participação de artistas e compositores estrangeiros, organizados e promovidos pela Junta de Turismo da Costa do Sol⁸⁰. A nova conservadora reorganizou a biblioteca por assuntos, promoveu uma série de exposições temporárias⁸¹ e conferências, em parceria com João Couto, e inaugurou uma nova sala

⁷⁶ Rascunho de carta de Branquinho da Fonseca dirigida ao Presidente da Câmara Municipal de Cascais, informando-o de que pretende deixar o cargo de Conservador do Museu-Biblioteca Conde de Castro Guimarães, por considerar prejudicial a sua anexação à Câmara Municipal. Documento reproduzido em *António José Branquinho da Fonseca: Uma vida (1905-1974)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Cascais: Câmara Municipal, 2001, p. 43.

⁷⁷ Gilberto Andrade era licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas e professor de liceu. Ocupou este cargo a tempo parcial, mas destacou-se pela preocupação com a preservação patrimonial e pela organização de uma grande exposição a propósito das comemorações henriquinas.

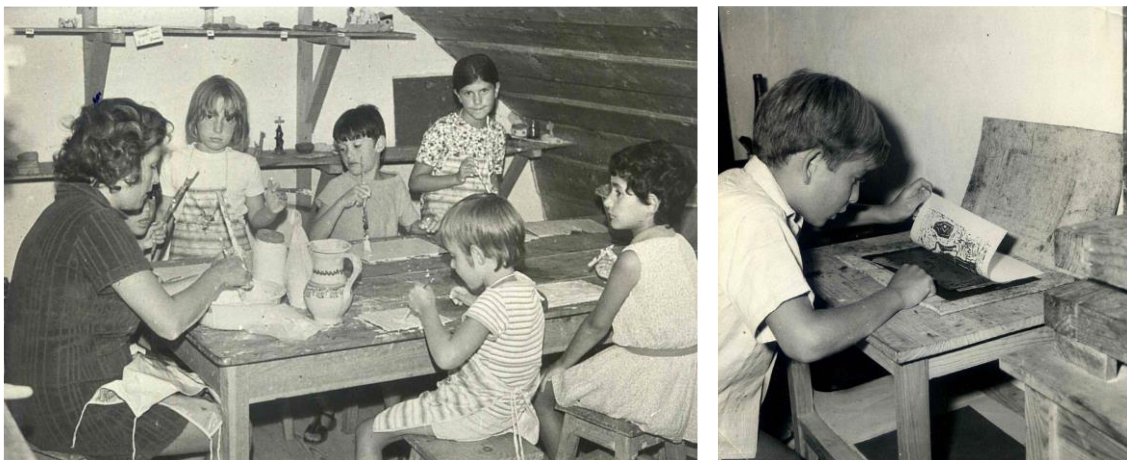
⁷⁸ Maria Alice Beaumont (1929-2004) licenciou-se em Ciências Histórico-Filosóficas (1956) e foi finalista do Curso de Conservadores de Museu em 1959. Ocupou o lugar de Conservadora do MBCCG entre 1962 e 1971. Deixa o MCCG para ocupar o lugar de Conservadora e Diretora do MNAA. LEANDRO, Sandra – Maria Alice Beaumont *In Dicionário Quem é Quem na Museologia Portuguesa*. Lisboa: IHA/NOVA FCSH, 2019, pp. 44-43.

⁷⁹ ALMEIDA, Maria Mota – *Os primeiros 50 anos do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães – Cascais: Pioneirismo Mediado pela Ação Cultural e Educativa*. Paris: Nota de Rodapé Edições, 2016, p. 176. Tese de Doutoramento.

⁸⁰ PORTUGAL, José Blanc de – Música: os «Cursos Musicais Internacionais de Férias» em Cascais. *In Ocidente: revista portuguesa*, Vol. 63, nº 295 (nov. 1962), Lisboa, 1962, p. 252-255.

⁸¹ Exposição itinerante de pintura do Museu Nacional de Arte Antiga (1962); Exposição documental sobre Cascais, inserida nas Comemorações do VI Centenário da Vila de Cascais (1964); Exposição de pintura do Rei D. Carlos - 1º centenário do seu nascimento (1964), Exposição do II centenário do nascimento do pintor Domingos António de Sequeira (1968); Exposição de pinturas e desenhos de Carlos Bonvalot (1970).

de arqueologia, dedicada à mostra de objetos recolhidos de escavações no concelho de Cascais.



Fotografias 7 e 8 - Oficinas de pintura e gravura. Serviço Educativo do MBCCG. [c.1965-70] Arquivo MCGG.

Via no MBCCG um espaço com “excelentes condições de ser uma casa de convívio cultural para todas as idades”⁸², pois sempre desejou formar no MBCCG um Centro Infantil como o que João Couto iniciou no MNAA. Essa vontade concretizou-se, com a inauguração dos Serviços Educativos, a 21 de janeiro de 1964. Este novo serviço do museu, orientado por Maria da Graça Pessoa de Amorim, disponibilizava oficinas (pintura, gravura, colagens, modelagem, etc.) e visitas guiadas (que podiam ser complementadas com alguma oficina), que muito sucesso tiveram, pelo pioneirismo e pela qualidade das iniciativas. Este interesse pelo público infanto-juvenil levou Maria Alice Beaumont a criar a Biblioteca Infantil e Juvenil em fevereiro de 1971, com o apoio financeiro da Fundação Calouste Gulbenkian. Pretendia com este novo espaço cativar crianças e jovens para a frequência da biblioteca (um público quase inexistente até então), dotando-o com livros destinados a esta faixa etária. Nesse mesmo ano, a conservadora pede demissão de funções no MBCCG e transita para o MNAA.

2.6. Tempo de continuidade e ação de Maria José Rego de Sousa: o gosto pela educação e a aproximação à comunidade (1971-2006)

⁸² BEAUMONT, Maria Alice – *O Museu-Biblioteca do Conde de Castro Guimarães, em Cascais e as suas possibilidades educativas*. Comunicação apresentada à 3ª Reunião dos Conservadores dos Museus, Palácios e Monumentos Nacionais, Porto Setembro de 1962, Sep. Museu, 2ª série, nº 5. Porto: Gráf. do Porto, 1963, p. 110.

O museu continua o seu trabalho, com a equipa como condutora da sua ação, até Rafael Calado⁸³ tomar posse como conservador, no verão de 1972. Desde essa data até 1978 o MBCCG não apresenta projetos de relevo museológico, altura em que Maria José Rego de Sousa⁸⁴ assume o lugar de conservadora, no qual permanece durante vinte e cinco anos. Do trabalho prosseguido, destaca-se a continuidade e o desenvolvimento das atividades do serviço educativo, através da realização de oficinas e visitas guiadas, e da biblioteca, sempre com a preocupação de aproximação à comunidade. Destacam-se a iniciação à Música Clássica, com o Maestro José Atalaya; a reabertura da Biblioteca Itinerante (1988), que estava desativada desde 1983; as sessões de leitura “Levar o livro à escola”; a Hora do Conto (a qual incluía leitura acompanhada com jogos e puzzles e dramatização espontânea); teatros de fantoches; jogos (tradicionais, de observação e pista); filatelia (posto de troca de selos); jardinagem; criação do setor de animação cultural (1986); e História ao Vivo (1989)⁸⁵.



Fotografia 9 e 10 – Atividade “Máquina do tempo”. Serviço Educativo do MBCCG, 2004. Arquivo MCCG.

⁸³ Rafael Calado (1937-2006) licenciou-se em Pintura e graduou-se com o Curso Complementar de Pintura, pela Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. Profissionalmente, iniciou-se numa carreira de docência, atividade que manteve paralelamente à carreira em museologia. Esteve à frente do MBCCG até 1973. Posteriormente, foi fundador e primeiro diretor do Museu Nacional do Azulejo e ocupou o lugar de Conservador do Museu Nacional de Arte Antiga. Foi Comissário e organizador de várias exposições em Portugal e no estrangeiro, com uma vasta obra publicada, principalmente dedicados à cerâmica, à faiança e à azulejaria nacional. No Mundo dos Museus. [em linha] [Consult. 28/12/2020] Disponível em: <WWW:URL:<https://nomundodosmuseus.hypotheses.org/308>>.

⁸⁴ Maria José Rego de Sousa (Chaves, 1941) licenciou-se em Filologia Românica com pós-graduação em Ciências Pedagógicas desde 1968, pela Universidade de Coimbra. Em 1980 fez uma pós-graduação em Museologia. Substituiu João Alfredo Donas de Sá Pessoa, que ocupou o lugar de Conservador do MBCCG de 1974 a 1976.

⁸⁵ ALMEIDA, Maria Mota – *Os primeiros 50 anos do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães - Cascais: Pioneirismo Mediado pela Ação Cultural e Educativa*. Paris: Nota de Rodapé Edições, 2016, pp. 184-190. Tese de Doutoramento.

Em 1986, foi proposta em Reunião de Câmara a separação entre a biblioteca e do museu, decorrente da opinião manifestada pela própria conservadora, que “expressou que não se sentia preparada para orientar a biblioteca, daí a decisão de temporariamente separar a biblioteca da chefia normal do Museu Condes Castro Guimarães (...)”⁸⁶. A CMC acabou por validar esta proposta por maioria. Embora a biblioteca se mantivesse fisicamente no espaço do museu, passou a ter a sua própria chefia e autonomia programática.

Foi proposto e realizado um novo arranjo nas salas do museu, de modo a renovar a exposição e fomentar novas visitas⁸⁷. Neste processo, a conservadora tinha também a intenção de recuperar espaços como a cozinha e os lavabos, espaços que foram destituídos das suas funções quando a casa foi adaptada a Museu-Biblioteca. No seu entender, estes espaços seriam elementos indispensáveis num museu que funciona como “casa habitada” e responderiam à curiosidade do público, que interroga a sua “inexistência”⁸⁸. Em 1993 o edifício do museu é classificado como imóvel de interesse público, “incluindo a Capela de São Sebastião, Cruzeiro fronteiro à Capela, painéis de azulejo (dois) e parque envolvente, limite da antiga propriedade do conde de Castro Guimarães, na enseada da praia de Santa Marta, junto à foz da ribeira dos Mochos”⁸⁹. Nesse ano, é feita uma alteração expositiva no Torreão, onde se evoca a memória do primeiro proprietário do palácio, Jorge O’Neill, o qual estava esquecido desde a inauguração do museu. Aquele espaço, onde estão representados os brasões da família O’Neill, passa a integrar o percurso das visitas guiadas com uma pequena exposição⁹⁰. A conservadora estava convicta que, com esta mostra, se estaria a preencher uma lacuna

⁸⁶ *Acta da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cascais*. Acta Nº. 18/86, de 13 de maio de 1986. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1986, p. 3.

⁸⁷ SOUSA, Maria José Rego de – O Museu Condes Castro Guimarães, sua concepção museológica e perspectivas futuras. In *Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município*, Nº 8. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1989, pp. 181-188.

⁸⁸ Esta vontade nunca chegou a ser concretizada. Para tal, exigia-se a aquisição de peças que fossem testemunho da época em que o palácio foi construído e das suas vivências e que, como qualquer outra peça do museu, tivessem um objetivo cultural, educativo e/ou de deleite.

⁸⁹ Decreto n.º 45/93, DR, 1.ª série-B, n.º 280 de 30 novembro 1993. [em linha] [Consult. 28/12/2020] <WWW:URL:<https://dre.pt/dre/detalhe/decreto/45-1993-552318>>.

⁹⁰ Esta pequena exposição consistiu na apresentação de fotografias antigas com o aspeto de algumas salas na época que esta família habitou o palácio, um retrato a óleo de Jorge O’Neill, uma árvore genealógica que se mandou pintar e a sua carta de armas. SOUSA, Maria José Rego de – Reflexão Museológica: O Torreão do Palácio Condes de Castro Guimarães. In *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 8, nº 8, 11, 1996, pp.169-171.

sobre a história do palácio⁹¹. A vertente educativa era uma das suas áreas preferenciais no museu mas, para além das atividades já referidas anteriormente, organizaram-se diversos cursos e colóquios, em parceria com universidades e instituições culturais. Destacamos os Cursos Internacionais de Verão de Cascais, que se iniciaram em 1994 no MCCG. Também se realizaram exposições temporárias variadas, nomeadamente: O Mundo Maravilhoso do Soldadinho de Chumbo – exposição de uniformologia e iconografia histórico-militar portuguesa (1979); Viajar Pintando do Comandante Pinto Basto (1983); Traje de Corte – Séc. XVIII e Império (1984); Cascais Antigo (1989); D. Carlos I e a Oceanografia (1992); Cascais na Pintura (1995).



Fotografia 11 - Exposição temporária *Traje de Corte – Séc. XVIII e Império*. Sala José de Figueiredo, 1984. Arquivo MCCG.

Em 1999, é publicado um novo roteiro do museu, em português e inglês, onde já se faz referência ao Torreão e ao pequeno núcleo expositivo. No ano 2000, a Biblioteca é transferida para outro edifício do Município – a Casa da Horta da Quinta de Santa Clara –, adaptado para esta função, com mais espaços e melhores condições para receber os leitores. Contudo, o espólio bibliográfico que pertenceu aos Condes de Castro Guimarães ficou em exposição no museu. Com esta alteração, o museu ganha alguns espaços: uma sala de exposições temporárias (na antiga sala de leitura da biblioteca) e uma sala que, mais tarde, deu origem a um gabinete de conservação e restauro.

⁹¹ SOUSA, Maria José Rego de – Reflexão Museológica: O Torreão do Palácio Condes de Castro Guimarães. *In Cadernos de Sociomuseologia*, v. 8, nº 8, 11, 1996, pp. 169-171.

Até 2001, o MCCG era frequentemente solicitado para a realização de eventos, quer externos (reuniões de empresas, cursos, casamentos civis), quer do executivo municipal (muitos deles incluindo refeições ou *cocktails*), para grupos consideráveis de participantes⁹². Para tal, muitas das salas do museu eram encerradas durante largos períodos e algumas peças do acervo movidas para outros espaços, interferindo desta forma com os normais funcionamento e dinâmicas da instituição.

De acordo com os objetivos estratégicos da Rede de Museus de Cascais⁹³, entre 2002 e 2005 iniciou-se um novo capítulo da ação museológica e promoveu-se o estudo das coleções do museu, nomeadamente das coleções de porcelana⁹⁴, ourivesaria e mobiliário. Ainda neste âmbito, e como resposta às determinações da Lei-Quadro dos Museus Portugueses, deu-se início ao processo de informatização dos registos de inventário do museu. A Câmara Municipal de Cascais viabilizou a aquisição da aplicação informática *In Patrimonium Premium*, servindo de suporte digital ao registo, ao estudo e à gestão do património cultural.

2.7. José António Proença em período de renovação, novas dinâmicas de funcionamento e renomeação do Museu (2006-2019)

Em 2006, José António Proença⁹⁵ assume a direção do museu num período que se pretendia de renovação. O percurso expositivo é alterado em 2007, assim como a museografia de algumas das salas, dotando-as de melhores condições de segurança (estruturas metálicas de proteção, vitrinas), de conservação (telas microperfuradas, sensores de presença e iluminação mais sustentável) e de exposição (legendagem e textos de sala, em português e inglês). Estas alterações tornaram o percurso expositivo mais coerente, apelativo e com informação mais detalhada para o público, permitindo

⁹² Neste ano, 2001, toma posse um novo executivo, tendo como Presidente António d'Orey Capucho (Lisboa, 1945), que gradualmente deixa de requisitar o MCCG para este tipo de eventos, demonstrando uma maior sensibilidade cultural e patrimonial.

⁹³ A Rede de Museus de Cascais é abordada na dissertação: CONSTANTE, Ana Maria – *Património(s) em Diálogo. Redes de Museus Municipais: Gestão e implementação de estratégias - Caso de Cascais*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2007. Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro.

⁹⁴ MOTA, Maria Manuela Soares de Oliveira – *Porcelanas Orientais da Coleção do Museu Condes de Castro Guimarães*. Lisboa: Fundação Oriente/Câmara Municipal de Cascais, 2000.

⁹⁵ José António Proença (Fundão, 1959) licenciou-se em História pela Universidade de Coimbra e é especialista em mobiliário. Foi conservador adjunto da Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves e sucedeu a Rui Alves Trindade, como conservador do MBCCG, que desempenhou funções entre 2004 e 2006.

que as pessoas circulem de forma livre e autónoma⁹⁶ no museu, o que aumentou significativamente o número de visitantes. Foram lançados os catálogos das coleções de ourivesaria⁹⁷ e de mobiliário⁹⁸ e um novo roteiro do MBCCG⁹⁹, com uma edição em português e outra em inglês. A introdução de registos de inventário na base de dados *In Patrimonium* é completada e revista. Em 2009 realizam-se algumas obras, de forma a dotar o museu de novos espaços e serviços, como um Centro de Documentação, uma receção com Loja e um WC adaptado. Precedeu-se também à requalificação e instalação de novos equipamentos na Sala de Reservas, dotando-a de melhores condições para acondicionamento e acesso ao acervo em reserva. O museu adere à Rede Portuguesa de Museus em 2011, demonstrando que cumpre todos os pré-requisitos necessários para o efeito, passando a ter definidos os conceitos de missão e vocação da instituição, bem como objetivos para a sua atividade. Ainda nesse ano, foi lançado o *website* do museu. A partir de 2013, o imóvel do museu passa a integrar a Zona Especial de Proteção (ZEP) conjunta da Cidadela de Cascais, a qual inclui a Fortaleza de Nossa Senhora da Luz e a Torre Fortificada de Cascais, o Marégrafo de Cascais, o Palácio dos Condes de Castro Guimarães, a Casa de Santa Maria e o Forte de Santa Marta¹⁰⁰.

Em 2014 é inaugurada uma nova sala de exposição, designada “O fascínio da arte russa: encontro da terra com o céu. Legado Pedro Vieira da Fonseca”¹⁰¹, onde se apresenta grande parte de um vasto e heterogéneo conjunto de bens legado ao museu por aquele colecionador. Constitui-se como a segunda maior doação inscrita no acervo do MCCG, desde a doação dos Condes de Castro Guimarães, e, como tal, decidiu-se criar um espaço que homenageasse aquela ação benemérita. Outra razão prendeu-se com o facto de,

⁹⁶ Até aqui o museu só recebia visitantes de hora a hora e em regime de visita guiada.

⁹⁷ D’OREY, Leonor – *A Coleção de Ourivesaria do Museu Condes de Castro Guimarães*. Lisboa: Câmara Municipal de Cascais, 2005.

⁹⁸ PROENÇA, José António – *A Coleção de Mobiliário do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2009.

⁹⁹ CARVALHO, António de (coord.) – *Roteiro do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2008. É o primeiro roteiro concebido nestes moldes, em mais de 75 anos de existência do museu, com base em estudos realizados por especialistas de cada uma das matérias abordadas, disponível em português e inglês.

¹⁰⁰ Anúncio n.º 340/2013, DR, 2.ª série, n.º 211.

¹⁰¹ Pedro Vieira da Fonseca (1929-2011) nasceu e viveu grande parte da sua vida em Cascais. Curso Sociologia Geral e Relações Internacionais na Faculdade de Ciências Económico-Sociais da Universidade de Genebra e trabalhou na Delegação de Portugal junto dos organismos internacionais com sede naquela cidade suíça, até 1960. Concluída a sua passagem pelo Exército, no posto de tenente da Arma de Cavalaria, este homem culto e bibliófilo ingressou em 1972 no Ministério dos Negócios Estrangeiros, onde exerceu, entre outras funções, o cargo de Adjunto do Protocolo de Estado durante largos anos.

neste legado, se destacar uma coleção de dezassete ícones russos do século XIX, uma forma de arte tão ligada ao imaginário místico russo e com o qual o público ainda está potencialmente pouco familiarizado. Para além dos ícones, apresentaram-se neste espaço os diários das duas viagens realizadas por Pedro Vieira da Fonseca à Rússia, nos anos de 2000 e 2001, e um pequeno número de objetos de *memorabilia*, trazido dos locais que visitou e testemunho do fascínio que nutria pela cultura e civilização daquele país. Os restantes objetos (mobiliário, cerâmica e outros objetos) foram integrados “ao longo da exposição permanente do MBCCG, em sistema de rotatividade de peças”¹⁰².



Fotografias 12 e 13 - Aspectos da sala “O fascínio da arte russa: encontro da terra com o céu. Legado Pedro Vieira da Fonseca”, 2014. Arquivo MCCG.

A partir de 2014, o espaço do Centro de Documentação é usado para a instalação de três funcionários da Divisão de Divisão de Arquivos, Bibliotecas e Património Histórico (DABP), inviabilizando que o museu continue a receber estudantes e investigadores em condições condignas para o efeito.

A partir de 2015, a gestão da programação e a bilhética de todos os equipamentos museológicos de Cascais passam a ser feitas pela Fundação D. Luís I. Uma vez que a maioria destes equipamentos se encontram no mesmo perímetro geográfico, é criado o conceito de Bairro dos Museus¹⁰³, do qual faz parte o museu. Neste âmbito, o seu nome

¹⁰² Proposta de Reunião de Câmara. Aceitação do Legado Dr. Pedro Miguel Vieira da Fonseca à Câmara Municipal de Cascais/Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães, Proposta 203/2012 de 20 de fevereiro de 2012. Documento interno.

¹⁰³ Concebido pela Câmara Municipal de Cascais e a Fundação D. Luís I, o Bairro dos Museus abrange um conjunto de equipamentos culturais e define um perímetro geográfico e cultural, em Cascais. “Sendo pioneiro no nosso país, o Bairro dos Museus distingue-se por uma forte componente de inovação e de coerência cultural. Agrega um conjunto de equipamentos, dando resposta aos consumidores de cultura mais exigentes e ávidos de alargar o âmbito das suas experiências, o que significa, desde logo, um melhor serviço prestado a quem visita os equipamentos culturais integrados no referido perímetro.” *In* Bairro dos Museus. [em linha] [Consult. 28/12/2020]. Disponível em: <WWW:URL:<https://bairrodosmuseus.cascais.pt/list/bairro-dos-museus/o-bairro-dos-museus>>.

volta a alterar-se para Museu Condes de Castro Guimarães, perdendo o conceito fundador de Museu-Biblioteca. O horário de abertura ao público também se altera e o MCCG passa a funcionar entre as 10h e as 18h, alargando o seu funcionamento para mais uma hora¹⁰⁴. O *website* do museu é desativado, uma vez que passa a existir uma página oficial do Bairro dos Museus, que contempla um separador sobre cada um dos equipamentos que o integram.

No ano de 2016, por decisão do executivo municipal, a Capela de S. Sebastião passou para a gestão da Paróquia de Cascais¹⁰⁵. Com a cedência deste espaço por parte do Município, a paróquia passa a deter os direitos de utilização por inteiro da capela¹⁰⁶.

Em 2017, a Fundação D. Luís I cria o Centro de Arte e Cultura Russa (CACR), coordenado pela Dr.ª Irina Marcelo Curto¹⁰⁷, que vem a ser instalado no MCCG no espaço do Centro de Documentação e junto aos técnicos da DABP. Foram definidos como objetivos do CACR:

“o estudo, a conservação e a divulgação das expressões de arte e cultura russa existentes em museus e coleções particulares portuguesas, ação na qual ganha relevância o trabalho de peritagem técnica e consultadoria sobre peças de iconografia russa, assim como o intercâmbio entre museus, universidades e outras entidades culturais portuguesas, russas e de vários outros países”¹⁰⁸.

Em 2019, no âmbito do centenário sobre o primeiro estudo e divulgação realizados pelo Conde de Castro Guimarães, o museu apresentou a digitalização integral numa edição *e-book* da *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques*.

¹⁰⁴ Desta forma, todos os equipamentos culturais do Bairro dos Museus passam a ter o mesmo horário de funcionamento.

¹⁰⁵ Câmara Municipal de Cascais. [em linha] [Consult. 10/04/2021] Disponível em: <WWW:URL:<https://www.cascais.pt/noticia/capela-de-sao-sebastiao-e-agora-gerida-pela-paroquia>>.

¹⁰⁶ Neste período a capela praticamente não fazia parte da programação do MCCG; era apenas incluída no percurso de algumas das visitas orientadas, por solicitação dos grupos. Em períodos anteriores serviu de palco para a realização de concertos e exposições (de paramentos e alfaias religiosas).

¹⁰⁷ Irina Marcelo Curto é artista, conservadora de arte, especialista em arte e iconografia russa e Diretora do Centro de Artes e Cultura Russa.

¹⁰⁸ Centro de Arte e Cultura Russa. Fundação D. Luís I. [em linha] [Consult. 10/04/2021] Disponível em: <WWW:URL:http://fundacaodomluis.com/index.php?option=com_content&view=article&id=920&catid=72>.

Apesar da falta de recursos humanos e financeiros, o museu apresentou neste período uma programação variada, com a realização de diversas exposições temporárias¹⁰⁹ (pelo menos uma por ano), peças em destaque, cursos e conferências, concertos, peças de teatro, visitas temáticas e de índole geral, atividades educativas e parcerias com outras instituições. Depois de treze anos como coordenador¹¹⁰ do Museu, José Proença foi substituído a partir de outubro de 2019 por Maria Cristina Gonçalves¹¹¹.

2.8. Balanço de um percurso singular

O MCCG foi o primeiro e único museu em Cascais durante cerca de 60 anos e teve uma gestão singular, até mesmo invulgar no contexto museal português. Ao longo dos seus 90 anos de existência, o Museu Condes de Castro Guimarães foi gerido por algumas figuras pioneiras da museologia em Portugal. Os entendimentos de José de Figueiredo e de João Couto, enquanto conservadores, do que deveria ser um museu e o seu programa de atividades configuraram a identidade e o percurso e porventura condicionam ainda, até certo ponto, a vida futura deste museu. Também a ligação de ambos ao MNAA tornou o Museu Condes de Castro Guimarães numa espécie de “escola” para as gerações de conservadores que se seguiram na instituição, uma vez que vários foram, conjuntamente ou não, convidados a deixar o lugar que desempenhavam para transitar para o referido museu nacional. Tal aconteceu com João Couto, Maria Alice Beaumont e Rafael Salinas Calado.

¹⁰⁹ Ver Apêndice 1.

¹¹⁰ No âmbito do programa de reformas da Administração Pública de 2008, com a extinção de carreiras e categorias cujos trabalhadores transitam para as carreiras gerais, conforme DL n.º 121/2008, de 11 de julho, o lugar de Conservador deixa de existir passando o respetivo perfil a integrar a carreira geral de técnico superior.

¹¹¹ Maria Cristina Gonçalves (Oeiras, 1966) é licenciada em História (FLUL) e pós-graduada em Património, Museologia e Desenvolvimento (Universidade dos Açores e UNL/FCSH). Iniciou o percurso profissional no Palácio Nacional da Pena em 1988, no âmbito da investigação sobre as vivências da família real portuguesa e da organização da biblioteca especializada. Em 1993, ingressou no quadro da Direção Regional da Cultura dos Açores, onde desenvolveu funções na coordenação da rede regional de museus, acompanhando a renovação ou criação de novos museus e a formação profissional das respetivas equipas técnicas. Enquanto chefe de divisão (1998-2003), além dos museus, coordenou ainda o património arqueológico móvel e os arquivos históricos. Transitou em 2006 para a Divisão de Museus da Câmara Municipal de Cascais, tendo apoiado o trabalho de coordenação da rede de museus municipais, nomeadamente na candidatura de três museus à RPM, na instalação do Farol-Museu de Santa Marta e da renovação do Forte de S. Jorge de Oitavos. Desde 2011 desenvolve funções de inventário e estudo das coleções do MCCG, passando em 2019 a Coordenadora do equipamento. LinkedIn. [em linha] [Consult. 6/02/2021] Disponível em: <WWW:URL:<https://pt.linkedin.com/in/maria-cristina-gon%C3%A7alves-b9b38615>>.

O facto de o museu ter sido integrado na orgânica da Câmara Municipal e a forma desta integração contribuíram para retirar importância à figura do conservador e para lhe subtrair autonomia de funções de direção de âmbito museológico, cada vez mais abafadas por prioridades da instituição pública e pelas suas políticas. Aliás, em Portugal, a carreira profissional de conservador de museu acabou mesmo por ser extinta em 2008, com as reformas da Administração Pública, absorvida pela carreira geral de técnico superior.

Num olhar global em que tentámos traçar a síntese de 90 anos de vida museal originada pela filantropia de Manuel de Castro Guimarães e desenvolvida pelo Município, há que reconhecer que, apesar das descontinuidades e das limitações à atuação de sucessivas direções, ainda assim, cada uma à sua maneira, e de acordo com a vocação pessoal e o contexto de época, desenvolveram o seu trabalho com um objetivo comum: tornar esta instituição num importante polo de cultura da Vila de Cascais.

Consideraremos os anos de 2019 a 2021 a fase que culmina o período de 90 anos de história e que metodologicamente tomamos como a transição do nosso estudo, tornando-os objeto de diagnóstico museológico e base de reflexão prospetiva sobre o atual museu.

3. 90 anos de história... E agora? Contributos para um diagnóstico museológico do MCCG (2019-2031)

3.1. Metodologia de diagnóstico

Neste capítulo procederemos a um diagnóstico museológico do Museu Condes de Castro Guimarães, tendo em conta os desafios de planeamento e de programação museológica de uma instituição com nove décadas de história e de um percurso nem sempre linear. Para este exercício de reflexão e análise escolhemos como parâmetros de caracterização presente no MCCG:

- a localização e a envolvente;
- o enquadramento programático e o modelo de gestão;
- o edifício e os espaços;
- a constituição e a preservação do acervo;
- a comunicação e a educação.

Uma vez que no capítulo anterior já caracterizámos a história da instituição, torna-se necessário reunir também conhecimento sobre a sua envolvente, os conceitos e as rotinas de funcionamento, o seu acervo e a função comunicacional, procurando investigar e compreender não apenas o museu, mas também a relação com a comunidade em que está inserido e as suas necessidades. Por fim, com base na caracterização do museu, procuraremos formular uma síntese do diagnóstico da instituição, salientando os aspetos positivos e as principais dificuldades, quer na sua estrutura de gestão, quer em geral na sua planificação e programação, a fim de poder construir algumas propostas de superação no futuro próximo.

A presente análise fundamenta-se na consulta de bibliografia sobre museologia e os pressupostos teóricos sobre planeamento e programação museológicos, com especial enfoque nas obras *Criterios para la elaboración del plan museológico*, *The Manual of Museum Planning*, *The manual of strategic planning for museums* e *Orientações para a Gestão e Planeamento de Museus*. No que respeita à caracterização do museu, faremos a recolha e análise dos documentos fundadores, de fontes escritas não publicadas e documentação relativa ao processo de credenciação e adesão à Rede Portuguesa de Museus e a programação desenvolvida.

O diagnóstico é o primeiro passo para a elaboração de um plano museológico, e consiste na análise global da instituição, a partir do que é o museu, dos seus antecedentes e de

onde e para quem este pretende atuar. Através desta ferramenta deverá ficar clara a potencial vocação do museu, de acordo com o seu acervo, a sua capacidade técnica e científica, a realidade social e cultural onde está implementado, a sua infraestrutura, os recursos humanos e financeiros e as políticas públicas a que está sujeito.

Contudo, dado tratar-se aqui de um exercício académico e, portanto, não enquadrado numa equipa técnica alargada, nem de estudo multidisciplinar, não se pretende comparar o MCCG com outras instituições, nem aprofundar o diagnóstico museológico a todos os domínios de funcionamento do museu.

Apesar das condicionantes deste trabalho de projeto, temos como objetivo analisar criticamente o MCCG “em diferentes momentos e perceber os avanços e recuos, os desafios e as potencialidades”¹¹², procurando construir uma perspetiva histórica de referência sobre o museu, traçando um ponto de situação sobre o último ciclo de 10 anos até ao presente (2011-2021). Ao avaliar o estado atual do museu, procuramos refletir sobre os seus desafios e encontrar soluções para melhorar a sua forma geral de atuar¹¹³ e em especial de comunicar com os públicos.

É importante um planeamento concetual prévio, que tenha como meta estabelecer a missão e a visão da instituição, embora aqui não se trate de um museu novo, mas se possa tratar de repensar ou atualizar uma instituição existente. Implica uma reflexão e o estabelecimento da vocação, dos objetivos e o alcance que o museu pretende ter de acordo com o seu perfil e redes em que participa¹¹⁴. Nesta primeira fase, o ponto mais importante é o da avaliação e análise, onde podem ser incorporados indicadores quantitativos em torno dos recursos humanos, das coleções, dos visitantes ou outros que possam ser-nos úteis para elaborar indicadores derivados do planeamento e conceber documentos de procedimentos, diretrizes e critérios pelos quais o museu se rege¹¹⁵.

Para tal, não podemos descurar os estudos do Observatório das Atividades Culturais (OAC) sobre a realidade cultural de Cascais entre 2002 e 2004, em particular o volume

¹¹² CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte – *Op. Cit.*, p. 53.

¹¹³ *Idem, Ibidem*, p. 54.

¹¹⁴ AA., VV. - *Criterios para la Elaboración del Plan Museológico*. [S.l.]: Museos Estatales / Ministerio de Cultura, 2005, pp. 35-36.

¹¹⁵ *Idem, Ibidem*, p. 37.

sobre os museus deste município¹¹⁶, publicados em 2005. Estas publicações são o resultado de estudos realizados no âmbito do Programa Cascais Cultura, uma parceria entre a CMC e a OAC que consistiu no levantamento, na caracterização e na avaliação das atividades desenvolvidas, dos equipamentos culturais existentes e de todos os intervenientes na atividade cultural da autarquia.

Outro aspeto importante prende-se com a publicação da Lei-Quadro dos Museus Portugueses, que motivou a modernização da Rede de Museus de Cascais, de forma a dar resposta às exigências legais e a dotar os equipamentos e respetivos serviços municipais das condições favoráveis à possível credenciação e integração na Rede Portuguesa de Museus. Uma vez que a credenciação pretende avaliar e qualificar a realidade museológica portuguesa, exige o cumprimento de todas as funções museológicas enunciadas na Lei-Quadro, bem como a existência de instalações adequadas, de recursos humanos e financeiros, a aprovação do regulamento do museu e garantia de acesso público¹¹⁷, conforme o estipulado no Despacho Normativo n.º3/2006¹¹⁸.

Neste contexto, em 2009, a Divisão de Museus de Cascais começou a preparar a candidatura de três dos seus equipamentos municipais à RPM: o Museu Condes de Castro Guimarães, o Museu do Mar – Rei D. Carlos e o Museu da Música Portuguesa – Casa Verdades de Faria. A realização da documentação necessária para esta candidatura foi coordenada pela técnica superior da Divisão de Museus de Cascais, Maria Cristina Gonçalves, pela sua experiência na preparação de adesão de nove museus da rede regional dos Açores. Para tal, foram consultados documentos como as “Bases orientadoras” para a elaboração do “Regulamento Interno dos Museus Portugueses”, as “Normas e Procedimentos de Conservação Preventiva” e documentos normativos de outros museus municipais com boas práticas museológicas reconhecidas¹¹⁹. Foram também realizadas reuniões com os coordenadores e técnicos dos três museus e, nesta

¹¹⁶ SANTOS, Jorge Alves dos; NEVES, José Soares – *Os Museus Municipais de Cascais*. Docs, Documentos de Trabalho, 6. Lisboa: Observatório das Atividades Culturais, 2005.

¹¹⁷ Artigo 113.º, Lei n.º 47/2004, Diário da República, 1.ª série-A, n.º 195, de 19 de agosto. [em linha] [Consult. 7/01/2021] Disponível em: <WWW:URL:<https://dre.pt/dre/detalhe/lei/47-2004-480516>>.

¹¹⁸ Despacho Normativo n.º 3/2006, Diário da República. 1.ª série-B, n.º 18, de 25 de janeiro de 2006. [em linha] [Consult. 7/01/2021] Disponível em: <WWW:URL: <https://dre.pt/dre/detalhe/despacho-normativo/3-2006-542018>>.

¹¹⁹ Ver Apêndice 2. Entrevista (1).

articulação, foram criadas as minutas dos documentos necessários que deram origem aos documentos finais, tendo sempre em conta a Lei-Quadro dos Museus Portugueses, o Código Deontológico do ICOM para os Museus e outros documentos normativos nacionais e internacionais. Toda a documentação elaborada teve em conta a realidade de Cascais e a melhor adequação possível das boas práticas museológicas nacionais e internacionais à realidade local destes museus¹²⁰.

A candidatura do MCCG à RPM iniciou-se em 2010, e o conseqüente processo culminou na credenciação e adesão em 2011. A partir do relatório de apreciação da candidatura estabelecemos o ponto de situação do museu até ao presente, tendo em conta os parâmetros já referidos e que orientam a nossa análise.

Vemos necessidade de avaliar cada aspeto do museu e, por razões metodológicas, o diagnóstico será feito em etapas abordando faseadamente as várias áreas.

O diagnóstico ao modelo de gestão dar-nos-á a base para perceber de que forma a tutela do museu gere os seus recursos e as suas necessidades, consoante a importância, os planos e as metas para o futuro.

Em relação aos recursos humanos, é importante saber quantos elementos exercem funções no museu, quais as suas formações e perfis de competências, para aferir quer necessidades de capacitação e/ou de contratação, quer de organização interna.

No que respeita ao edifício e aos seus espaços, podemos questionar a sua capacidade para acolher e expor o acervo, as condições em que recebe os públicos, a logística associada às funções museológicas instaladas e o pessoal que as desenvolve, a acessibilidade e determinar possíveis necessidades de intervenção e de adaptação.

O diagnóstico do acervo deve ser completo e indicar a quantidade, o espaço, o estado de conservação, a situação atual do inventário, as condições de acondicionamento e de exposição. Este levantamento permitirá perceber a constituição e em traços gerais a situação do acervo, as suas lacunas, a forma como é interpretado e comunicado e a relevância que tem para os públicos potencialmente interessados nele. Para tal, teremos também em consideração a programação desenvolvida, analisando os planos e os relatórios de atividades do MCCG.

¹²⁰ Ver Apêndice 2. Entrevista (1).

3.2. Localização e envolvente

Cascais é uma vila portuguesa situada a ocidente do estuário do Tejo, entre a serra de Sintra e o oceano Atlântico, limitada a norte pelo concelho de Sintra, a sul e a ocidente pelo Oceano Atlântico e a oriente pelo concelho de Oeiras¹²¹. O município faz parte do distrito e da área metropolitana de Lisboa. Cascais goza de uma localização privilegiada, com um importante património natural e paisagístico, não apenas pela proximidade com o mar, mas também pela presença do Parque Natural Sintra Cascais.

A origem da vila, enquanto entidade territorial data de 7 de junho de 1364 quando o Rei D. Pedro I de Portugal subscreveu a Carta da Vila, separando Cascais de Sintra em virtude do seu desenvolvimento económico¹²². Em termos administrativos, Cascais apenas se tornou independente de Sintra em 1514, data em que lhe é concedido um foral próprio¹²³. Ocupado desde o Paleolítico, o território do atual município esteve ao longo do tempo voltado para a produção agrícola, para a pesca e para a extração de recursos. Também a sua posição estratégica na Barra do Tejo contribuiu para a sua importância. Sobretudo graças ao reconhecimento e estudo da história da sua ocupação humana, dispõe hoje de um vasto património, nomeadamente arqueológico e arquitetónico militar¹²⁴.

Do ponto de vista demográfico, em 2021 o concelho de Cascais totaliza 214 134 habitantes¹²⁵, distribuídos por uma área de 97,4 km², subdividida em quatro freguesias: Alcabideche, Carcavelos e Parede, Cascais e Estoril e São Domingos de Rana¹²⁶. Na freguesia de Cascais e Estoril estão contabilizados 64 310 habitantes, mais 2 502 habitantes que no ano de 2011¹²⁷.

¹²¹ HENRIQUES, João Miguel – *Cascais: Território | História | Memória: 1364-2014*. Edição Comemorativa do 650.º aniversário da vila de Cascais. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2014, p. 7.

¹²² *Idem* – *Cascais, 650 anos de História*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2014, pp. 6- 7.

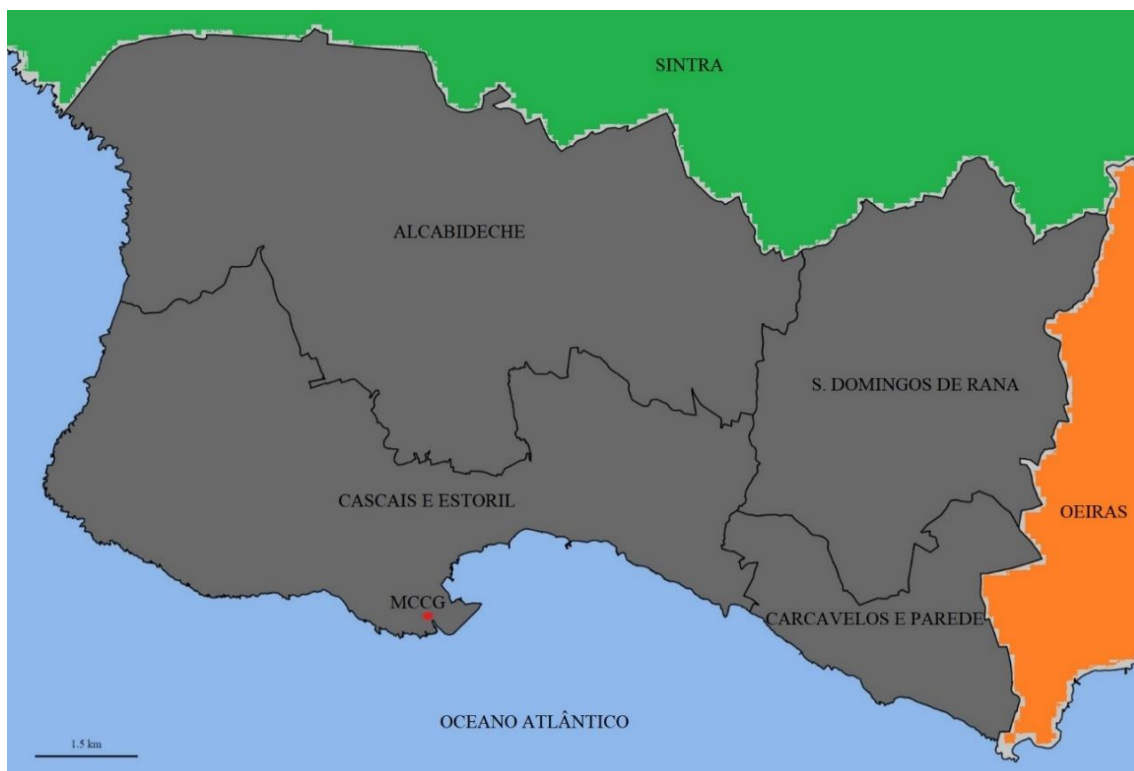
¹²³ *Idem, Ibidem*, p. 18.

¹²⁴ *Idem, Ibidem*.

¹²⁵ Em 2011 o concelho de Cascais totalizava 206 479 habitantes, menos 7 655 que em 2021. Censos 2021. Variação da População Residente 2011-2021, Municípios - Continente. INE. [em linha] [Consult. 17/08/2021] Disponível em: <WWW:URL:https://ine.pt/scripts/db_censos_2021.html>.

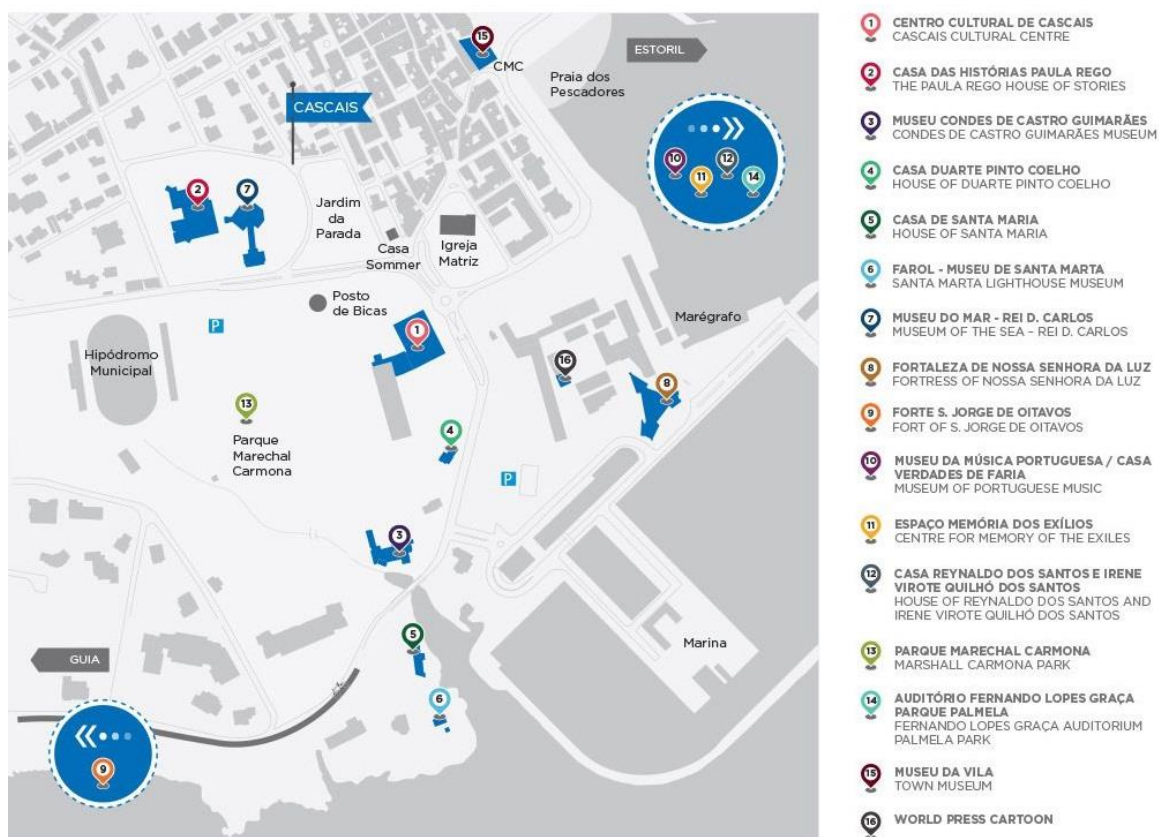
¹²⁶ HENRIQUES, João Miguel – *Cascais: Território | História | Memória: 1364-2014*, p. 7.

¹²⁷ Censos 2021. Variação da População Residente 2011-2021, Freguesias - Continente. INE. [em linha] [Consult. 17/08/2021] Disponível em: <WWW:URL:https://ine.pt/scripts/db_censos_2021.html>.



Mapa 1 - Mapa de Cascais por freguesias, com a localização do MCGG.

O Museu Condes de Castro Guimarães está localizado na freguesia de Cascais e Estoril, na Avenida Rei Humberto II de Itália, especificamente dentro do Parque Marechal Carmona. Em termos paisagísticos, encontra-se perfeitamente integrado com o meio envolvente, como a praia de Santa Marta e a ponte rústica, e com os restantes edifícios existentes. Neste perímetro urbano encontra-se um conjunto notável de equipamentos culturais: o Museu do Mar-Rei D. Carlos, o Centro Cultural de Cascais, a Casa de Santa Maria, o Farol-Museu de Santa Marta, a Casa das Histórias Paula Rego, o Palácio Real da Cidadela, a Casa Duarte Pinto Coelho, o *World Press Cartoon*, o Museu da Vila, a Fortaleza de N. S. da Luz e a Casa Sommer/Arquivo Histórico Municipal. Esta área urbana caracteriza-se como a zona histórica da vila, também conhecida por Bairro dos Museus, de grande atratividade turística, mantendo polos habitacionais. Nas imediações também podemos encontrar a Biblioteca Infantil e Juvenil, a Marina, o Hipódromo Municipal, a Igreja Matriz de Cascais, o Teatro Gil Vicente, o Marégrafo, o edifício da Câmara Municipal, o Cascais *Visitor Center*/Associação de Turismo de Cascais e inúmeras unidades hoteleiras.



Mapa 2 - Bairro dos Museus, 2015.

O *cluster* cultural¹²⁸, de que este Bairro dos Museus é exemplo, pode tornar-se a chave para uma nova leitura dos museus e da cidade, mostrando profundas mudanças no seu relacionamento com a comunidade. A sua forma urbana, o dinamismo e as relações que se podem estabelecer, e o espaço público que se cria durante a interação com a cidade tornam-se cada vez mais importantes¹²⁹. O museu em análise, por se encontrar localizado num “perímetro definido geograficamente [pela marca Bairro dos Museus] que integra diversos equipamentos culturais e que caracteriza a paisagem local”¹³⁰, enquadra-se neste conceito onde as várias instituições podem beneficiar e potenciar as

¹²⁸ Este conceito foi abordado no seminário de Arquitetura de Museus e Museografia, durante a componente letiva do Mestrado em Museologia, e, por definição, consiste numa “concentração geográfica de instituições e actividades inter-conectadas, que prestam ou oferecem serviços especializados e complementares”. VIEIRA, Ana Bastos – *Cluster Cultural em Coimbra*. Archilovers. [em linha] [Consult. 11/07/2021] Disponível em: <WWW:URL:https://www.archilovers.com/projects/50542/cluster-cultural-em-coimbra.html#info>.

¹²⁹ NIKOLIC, Mila – *City of Museums: Museum Clusters in the Contemporary City*. 2012. [em linha] [Consult. 3/04/2021] Disponível em: <WWW:URL:https://www.researchgate.net/publication/255172538_City_of_Museums_Museum_Clusters_in_the_Contemporary_City>.

¹³⁰ Ver Apêndice 2. Entrevista (3).

suas atividades. Neste sentido, “a programação que aí é desenvolvida (...) potencia a identidade de cada espaço, cada um propõe representar a memória, a tradição e o património de maneira dinâmica, participativa e criativa”¹³¹.

Em comparação com a tabela 1., é possível constatar que, neste perímetro urbano, ocorreu um aumento significativo do número de equipamentos museológicos ou culturais. Em 2004 existiam apenas o MCCG, o Centro Cultural de Cascais e o Museu do Mar-Rei D. Carlos¹³².

Equipamentos Culturais	2004	2011	2021
Museu Condes de Castro Guimarães	X	X	X
Museu do Mar-Rei D. Carlos	X	X	X
Centro Cultural de Cascais	X	X	X
Casa de Santa Maria		X	X
Farol-Museu de Santa Marta		X	X
Casa das Histórias Paula Rego		X	X
Palácio Real da Cidadela		X	X
Casa Duarte Pinto Coelho			X
World Press Cartoon			X
Museu da Vila			X
Fortaleza Nossa Senhora da Luz			X
Casa Sommer-Arquivo Histórico Municipal			X

Tabela 1 - Relação dos equipamentos existentes no perímetro [hoje] designado de BM em 2004, 2011 e 2021.

A zona de localização do museu está próxima de vários acessos a transportes públicos (autocarros e comboio) e a autoestradas (A5 e A16), o que facilita a deslocação dos públicos ao MCCG. A rede de autocarros de Cascais é gratuita para residentes, estudantes e trabalhadores do concelho de Cascais, e frequentemente utilizada pelos usufrutuários do MCCG, uma vez que existe uma paragem próxima da sua localização. Na sua envolvência, também encontramos algumas escolas (de vários ciclos) e instituições seniores que muitas vezes se deslocam a pé para participar nas atividades do museu.

3.3. Enquadramento programático e modelo de gestão

¹³¹ Ver Apêndice 2. Entrevista (3).

¹³² SANTOS, Jorge Alves dos; NEVES, José Soares – *Op. Cit.*, p. 22-25.

O MCCG é uma entidade pública, inserida na orgânica municipal, tutelada pela Câmara Municipal de Cascais. Como vimos, este museu foi criado por vontade expressa do Conde Manuel de Castro Guimarães que, por testamento de 1 de agosto de 1924¹³³, fez saber que:

“Deixo à vila de Cascais, representada pela sua Câmara Municipal a minha propriedade denominada “Torre de S. Sebastião” sita n’esta vila (se ela ainda me pertencer à data da minha morte), com toda a mobília, objectos de arte, livros e pratas que n’elas se contenham (...)”, e que “A casa de habitação será destinada a um pequeno Museu Municipal e Biblioteca Pública, e os jardins e parque contíguo para recreio do público. (...)”.

Deste modo, e uma vez que o documento considerado até agora como fundador é um testamento¹³⁴, não são explanados a missão, vocação, objetivos e visão.

Em 2004 o MCCG estava inserido no Departamento de Cultura, na Divisão de Museus Municipais de Cascais¹³⁵, a quem competia a base de atuação na área dos museus. Esta pretendia a modernização da Rede de Museus de Cascais, com o objetivo de a integrar na RPM, onde já se antevia o melhoramento dos equipamentos, a capacitação do pessoal e o estabelecimento de missão, vocação e objetivos para cada um dos museus que a integravam¹³⁶, de forma a responder aos requisitos que a Lei-Quadro apontava. Esta situação foi parcialmente colmatada com a elaboração de um novo¹³⁷ Regulamento para o MCCG e com a informação que consta na candidatura à Rede Portuguesa de Museus, elaborados no ano de 2010. As orientações da RPM, de acordo com o Despacho

¹³³ Averbado nos livros de registo de testamentos arquivados na secção administrativa da Câmara Municipal de Cascais, livro nº 72 do ano de 1927.

¹³⁴ O MCCG assume o testamento de Manuel de Castro Guimarães como o seu documento fundador. *Relatório de Apreciação de Candidatura à Credenciação*. Instituto dos Museus e da Conservação, 2010, p. 4. Documento não publicado.

¹³⁵ Em dezembro de 2004 foi aprovado o novo *Regulamento de Organização dos Serviços Municipais (ROSM)* e, de acordo com a nova reestruturação, é criada a Divisão de Museus Municipais de Cascais. SANTOS, Jorge Alves dos; NEVES, José Soares – *Op. Cit.*, pp. 19-20. Em 2012 volta a alterar a sua designação e passa a Divisão do Património e Museus Municipais. Regulamento de Organização dos Serviços Municipais de Cascais. Despacho n.º 17044/2011, Diário da República, 2.ª série, n.º 242, de 20 de dezembro de 2011. [em linha] [Consult. 28/11/2021] Disponível em: <WWW:URL:<https://dre.pt/dre/detalhe/despacho/17044-2011-2286182>>.

¹³⁶ CONSTANTE, Ana Maria – *Op. Cit.*, pp. 161-176.

¹³⁷ Até à data o MCCG tinha o Regulamento elaborado por Branquinho da Fonseca, publicado em 1943.

Normativo n.º 3/ 2006, previram a elaboração de um “Regulamento Interno do Museu”, enquanto documento orientador com normas e procedimentos internos, onde devem estar patentes a missão e os objetivos do museu.

De acordo com o seu regulamento, o MCCG tem como “vocação primordial conservar, estudar, interpretar e divulgar as colecções de arte, ‘artes decorativas’ e bibliográfica que integram o seu acervo (...)”¹³⁸. É igualmente sua vocação “apoiar e colaborar, sempre que solicitado, na salvaguarda, estudo e divulgação do património móvel, nomeadamente de colecções similares pertencentes a outras instituições ou a proprietários particulares”¹³⁹. A vocação, que consideramos ter um carácter fundamental num museu, parece-nos, neste caso, mal formulada, vaga, não refletindo as características das coleções, nem o campo temático e não estabelecendo a extensão territorial onde o MCCG atua. Em teoria, a vocação de um museu

“establishes the framework for the museum’s activities: the fields or disciplines for which the museum claims responsibility, particular with respect to collections, research, and exhibition. The mandate should state clearly the geographical and chronological extent and limits of the museum’s collection or exhibition program (which may not be the same)”¹⁴⁰.

No relatório de apreciação da candidatura do MCCG à credenciação, apesar de considerar-se a sua vocação de acordo com o conceito de museu referido na Lei-Quadro dos Museus Portugueses, também é sugerido que se reformule parte do texto uma vez que “a mesma não caracteriza a instituição pelos acervos que lhe cabe conservar, estudar e divulgar”¹⁴¹.

O MCCG tem como missão, definida em 2010:

“apoiar a política cultural do Município, com uma intervenção activa na identificação, classificação, preservação, investigação e promoção do património cultural móvel; preservar, estudar e valorizar o património (...) à sua guarda,

¹³⁸ *Idem*, Artigo 3.º, p. 2.

¹³⁹ *Idem*, *Ibidem*, 3.º, p. 2.

¹⁴⁰ LORD, Gail Dexter; LORD, Barry; MARTIN, Lindsay – *Op. Cit.*, p. 46.

¹⁴¹ *Relatório de Apreciação de Candidatura à Credenciação*. Instituto dos Museus e da Conservação, 2010, p. 3. Documento não publicado.

promovendo, de forma sistemática, a investigação e o debate científico (...); tornar públicos os resultados da investigação e debate (...); apoiar e colaborar com instituições culturais afins; colaborar com departamentos e institutos estatais que superintendam o património cultural; apoiar e colaborar com os estabelecimentos dos vários graus de ensino, particularmente os situados na área do Município; suscitar o mais amplo debate e reflexão sobre o património cultural, contribuindo para uma maior sensibilização na necessidade do seu estudo e preservação; contribuir para o desenvolvimento económico e social equilibrado”¹⁴².

Parece-nos igualmente que a sua missão se encontra mal formulada e desajustada, quase como se se tratasse de um enunciado de objetivos. Em teoria, uma missão não deve ser definida pela oferta de serviços, mas sim indicar o papel que o museu desempenha na sociedade e a sua razão de existir para satisfazer todos os que nele estão envolvidos e/ou interessados.

Neste documento também encontramos os objetivos do Museu que, de uma forma geral, passam por

“garantir o destino unitário de um conjunto de bens culturais (móveis, imóveis e imateriais), valorizando-o através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com fins científicos, educativos e lúdicos, fomentando o acesso regular do público, no intuito de democratizar a cultura, promover a pessoa e desenvolver a sociedade”¹⁴³.

Com carácter mais específico, e igualmente definidos em 2010, são objetivos do MCCG:

“inventariar, salvaguardar, estudar e divulgar as coleções que constituem o seu acervo; ampliar as coleções do Museu de acordo com a política de incorporações definida e o programa museológico em implementação; tornar as coleções e núcleos do seu acervo acessíveis (...); elaborar pareceres e informações relacionadas com o património móvel do município e de outras instituições, quando solicitado; apoiar (...) a criação, organização e consolidação de núcleos

¹⁴² *Regulamento Interno do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães*, Artigo 4.º, 2010, pp. 2-3. Documento não publicado.

¹⁴³ *Idem*, Artigo 5.º, p. 3.

museológicos públicos ou privados, na área do Município, ajudando a promover e divulgar as boas práticas museológicas (...); preparar os procedimentos administrativos com vista a estabelecer parcerias, através da Divisão de Museus Municipais, com outras instituições, municipais, nacionais e internacionais, que visem idênticos objectivos; diversificar os públicos e fomentar o seu acesso ao Museu, desenvolvendo uma programação cultural regular com visitas guiadas, actividades educativas, concertos, colóquios, conferências e cursos, onde se promova a discussão e apresentação de temáticas próprias”¹⁴⁴.

Os objetivos do museu são muito numerosos e deviam ser formulados de acordo com a visão e a missão, de forma a serem alcançados no futuro (a curto, a médio e a longo prazo). No que diz respeito à visão por que se orienta o museu, não a encontramos mencionada em qualquer documento consultado.

No mesmo documento, são também definidas as atribuições de cada área de atuação do museu, e que correspondem às funções museais enunciadas na sua missão, entre as quais, citando os documentos institucionais, constam: Gestão de Coleções; Documentação e Divulgação; Gabinete de Conservação e Restauro; Serviço de Educação; Serviço Administrativo; Portaria e Vigilância. Algumas das suas áreas de atuação não são cumpridas no seu pleno ou estão desativadas, por falta de recursos humanos. Aquando do procedimento de credenciação do MCGC, foi referido no *Relatório de Apreciação de Candidatura à Credenciação* que este estava na iminência de perder duas trabalhadoras contratadas a termo certo, uma das quais técnica superior de Conservação e Restauro¹⁴⁵. A referida técnica deixou de desempenhar funções no ano seguinte e o seu lugar nunca foi preenchido, e o Gabinete de Restauro acabou por ser desinstalado¹⁴⁶. Também está definida a área do Serviço de Educação, mas a técnica superior que desempenhava funções nesta área deixou de colaborar no museu em 2009 pelo que os autores do relatório recomendaram “o provimento deste lugar assim que considerado oportuno”¹⁴⁷. A reintegração desta colaboradora aconteceu em novembro

¹⁴⁴ *Idem, Ibidem*, pp. 3-4.

¹⁴⁵ *Relatório de Apreciação de Candidatura à Credenciação*. Instituto dos Museus e da Conservação, 2010, p. 11. Documento não publicado.

¹⁴⁶ O espaço é atualmente utilizado pelo Serviço Educativo para a realização de diversas atividades, entre as quais ateliês e cursos.

¹⁴⁷ *Relatório de Apreciação de Candidatura à Credenciação*. Instituto dos Museus e da Conservação, 2010, p. 11. Documento não publicado.

de 2011. À data de 30 de setembro de 2021, o grupo profissional do museu é composto por 4 técnicos superiores¹⁴⁸ (História e Museologia; História da Arte; Turismo; e Pintura), 4 assistentes técnicos (1 de museografia e 3 em funções de bilhética, vigilância e acompanhamento de visitantes) e 3 assistentes operacionais (em funções de vigilância e acompanhamento de visitantes). O MCCG totaliza assim 11 trabalhadores (7 do género feminino e 4 do género masculino), com uma média de idades distribuída da seguinte forma: 35-40 (1 elemento); 50-60 (7 elementos); +60 (3 elementos). Trata-se de um grupo profissional bastante envelhecido (e que num período inferior a 10 anos atinge a idade da reforma) e sem a capacitação que ajude a desenvolver e potenciar as funções museais.

Áreas de atuação do Regulamento Interno (MCCG, 2009)	Funções museológicas enunciadas na Lei-Quadro dos Museus Portugueses (Lei n.º 47/2004)	Trabalhadores MCCG afetos a cada área
Gestão de coleções	Incorporação; Inventário e documentação	2
Documentação e divulgação	Inventário e documentação; Interpretação e exposição	5
Gabinete de conservação e restauro	Conservação	1
Serviço de educação	Educação; Interpretação e exposição	2
Serviço administrativo	Incorporação; Interpretação e exposição	4
Portaria e vigilância	Segurança	6

Tabela 2 - Relação entre as áreas de atuação referidas no Regulamento Interno (MCCG, 2009, artigo 8º) e as funções museológicas mencionadas na Lei-Quadro dos Museus Portugueses (Lei n.º 47/2004, capítulo II, artigo 7.º).

Ainda de acordo com o Regulamento Interno do museu, os seus instrumentos de gestão “são o projecto e relatório de actividades, avaliação interna e informação estatística”¹⁴⁹. Estes documentos são preparados pela coordenação do museu, com a participação da equipa técnica, e com aprovação da CMC.

No âmbito da candidatura do MCCG à Credenciação/RPM foram também elaborados os documentos relativos à sua Política de Incorporações e as Normas e Procedimentos de

¹⁴⁸ Um dos quais desempenha a função de coordenador do museu.

¹⁴⁹ *Regulamento Interno do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães*, Artigo 6.º, 2010, p. 4. Documento não publicado.

Conservação Preventiva, documentação exigida no Despacho Normativo n.º 3/ 2006, e sobre os quais no debruçaremos no subponto 3.5. deste capítulo.

Com o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais (ROSM) de 2013¹⁵⁰ os museus passam a integrar o Departamento de Educação, Desporto, Juventude e Promoção Cultural, Divisão de Animação e Promoção Cultural. De acordo com o Artigo 3.º do ROSM, a partir de 1 de janeiro de 2016¹⁵¹, os serviços municipais voltam a alterar-se e passam a organizar-se em 4 categorias: Direções Municipais, Departamentos, Divisões e Unidades, e Gabinetes. Os museus passam a integrar o Departamento de Inovação e Comunicação (DIC), que por sua vez pertence à Direção Municipal de Estratégia, Inovação e Qualificação (DMEI), mas a unidade orgânica mantém-se como Divisão de Animação e Promoção Cultural (DAPC).

Com as várias alterações ao ROSM é possível constatar que, a partir de 2013, deixou de existir um Departamento de Cultura e que a Divisão perdeu o conceito e o termo de “Museus”. Podemos subentender que se pretende relacionar a área da cultura com outras áreas e divisões (unidades orgânicas), de acordo com os objetivos estratégicos municipais, que se desenvolvem no sentido da coesão territorial do Plano Diretor Municipal¹⁵².

Atualmente, de acordo com o artigo 57.º do ROSM em vigor, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 68, de 6 de abril de 2020, o Museu insere-se no Departamento de Inovação e Comunicação/Divisão de Museus e Promoção Cultural (DMPC). São competências desta unidade orgânica municipal:

“Gerir a rede de Museus Municipais; Conservar o Património integrado em coleções de Museus sob sua responsabilidade, (...) garantindo a sua fruição pelo público; Promover a gestão e exibição das coleções da rede de Museus Municipais (...); Propor e desenvolver com carácter sistemático ações programáticas de informação e animação (...), tendo por objetivo a valorização integrada do património na sua

¹⁵⁰ ROSM Organograma (2013). Câmara Municipal de Cascais. [em linha] [Consult. 16/04/2021] Disponível em: <WWW:URL:https://www.cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/rosm_web.pdf>.

¹⁵¹ Regulamento de Organização dos Serviços Municipais de Cascais. Diário da República, 2.ª série, n.º 1, de 4 de janeiro de 2016. [em linha] [Consult. 18/04/2021] Disponível em: <WWW:URL:<https://dre.pt/dre/detalhe/aviso/13785-2016-75688065>>.

¹⁵² Cascais Plano Diretor Municipal (2015). Cascais Data. [em linha] [Consult. 16/04/2021] Disponível em: <WWW:URL:https://data.cascais.pt/sites/default/files/2017-07/reot_2.pdf>.

função social, tanto ao nível cultural e educativo, como turístico; Promover e incentivar a difusão e criação da cultura (...), de acordo com programas específicos e integrados com o esforço de promoção turística, valorizando os espaços e equipamentos disponíveis e atendendo a critérios de qualidade; Colaborar com outros serviços municipais no desenvolvimento de programas especiais e integrados (...); Gerir a rede de Auditórios e Teatros Municipais (...)"¹⁵³.

Em 2014 a Câmara Municipal de Cascais assinou com a Fundação D. Luís I¹⁵⁴ um Protocolo de Gestão dos Equipamentos Culturais do Município de Cascais, com efeitos a partir de fevereiro de 2015. A parceria entre estas duas instituições já acontecia desde o ano 2000, em que a FDL já estava encarregue da gestão programática de alguns equipamentos culturais (como o Centro Cultural de Cascais, a Casa Duarte Pinto Coelho e a Casa das Histórias Paula Rego). Este protocolo veio alargar essa parceria, aumentando o número de equipamentos em gestão conjunta. Em termos práticos, o novo protocolo visa a gestão da programação e da bilhética, assim como a criação de um Serviço Cultural e Educativo em rede. Os objetivos estratégicos definidos, então, entre a FDL e a CMC, para a gestão destes equipamentos, visavam

“estabelecer as linhas programáticas para a gestão dos equipamentos, no seu conjunto. O documento baseia-se no Plano Estratégico Cascais Cultura 2020, da Câmara Municipal, e defende uma visão integrada na qual a Cultura preside a um ciclo virtuoso em que têm lugar Educação, Urbanismo, Juventude e Turismo”¹⁵⁵.

Com este projeto, pretendia-se desenvolver a cultura e trabalhar para que a mesma fosse um fator de desenvolvimento para o município, com o seguinte propósito:

¹⁵³ Regulamento de Organização dos Serviços Municipais de Cascais. Despacho n.º 4231/2020, Diário da República, 2.ª série, n.º 68, de 6 de abril de 2020. [em linha] [Consult. 18/04/2021] Disponível em: <WWW:URL: <https://dre.pt/dre/detalhe/despacho/4231-2020-131137813>>.

¹⁵⁴ A FDL foi criada em 1996, com a intenção de otimizar a atividade municipal no que diz respeito ao desenvolvimento da política cultural de Cascais. É uma instituição independente, de origem municipal, mas a sua atuação também conta com a comparticipação financeira privada, ou seja, o seu “funcionamento é viabilizado pelos setores público (autarquia) e privado (mecenias)”. A FDL encontra-se instalada no Centro Cultural de Cascais desde que este entrou em funcionamento (2000). MARTINHO, Teresa Duarte; GOMES, Rui Telmo Gomes – *O Centro Cultural de Cascais. Estudo de um Equipamento Municipal*. Docs, Documentos de Trabalho, 3. Lisboa: Observatório das Atividades Culturais, 2005.

¹⁵⁵ *Linhas programáticas para a gestão dos Espaços Culturais sob responsabilidade da Fundação D. Luís I no quadro do Bairro dos Museus*. Bairro dos Museus, sem data, p. 4.

melhorias ao nível da comunicação; reorganização e gestão dos equipamentos culturais municipais; definição de um perímetro geográfico, unificador e inovador, de bilhética e de oferta cultural – o Bairro dos Museus; coerência programática; e a abertura de novos equipamentos¹⁵⁶. Para a sua concretização foi criada uma Comissão de Gestão, composta por um Coordenador-geral designado pela Fundação D. Luís I e dois representantes do Pelouro da Cultura da CMC, sendo um a Chefe de Divisão de Animação e Promoção Cultural¹⁵⁷ (atual DMPC). Desta forma, a Fundação D. Luís I assume a gestão da programação, comunicação e meios do Bairro dos Museus. Apesar deste modelo de gestão partilhada, os equipamentos culturais continuam a depender da CMC e mantêm a sua “autonomia”.

Esta parceria, entre setores público e privado, visa a junção de esforços financeiros (o facto de ser uma fundação permite receber apoios públicos e privados¹⁵⁸) e humanos para a concretização deste protocolo de gestão.

3.4. Edifício e espaços

O Palácio dos Condes de Castro Guimarães constitui um exemplo de ecletismo, ao mesmo tempo unificador de várias linguagens arquitetónicas, que lhe conferem um enorme sentido de monumentalidade¹⁵⁹. Constitui-se como um dos mais emblemáticos edifícios da designada arquitetura de veraneio, e está presente na memória coletiva de grande parte dos habitantes de Cascais.

“Será a partir da sua preservação e aproveitamento que se poderá construir e desenvolver uma comunidade com a natural emergência de um sentimento de

¹⁵⁶ FERREIRA, Filipa Pereira Coutinho Duarte – *Políticas culturais locais: alterações e continuidades na última década em Cascais*. Lisboa: ISCTE-IUL- Instituto Universitário de Lisboa, 2016, pp. 85-87. Dissertação de Mestrado em Empreendedorismo e Estudos da Cultura.

¹⁵⁷ *Protocolo de Gestão dos Equipamentos Culturais do Município de Cascais (Município de Cascais e Fundação D. Luís I)*. Cascais: Câmara Municipal, 2014, p. 6.

¹⁵⁸ Grande parte dos investimentos na área da cultura advém das contrapartidas da concessão de jogo do Estoril. A CMC recebe uma percentagem dos lucros do jogo, e uma parte dessa verba é atribuída à FDL para ser usada em fins exclusivamente culturais ou turísticos. SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos; LIMA, Maria João; e NEVES, José Soares Neves – *Cartografia cultural do concelho de Cascais*. Obs, Pesquisas, 13. Lisboa: Observatório das Atividades Culturais, 2005, p. 322.

¹⁵⁹ SILVA, Raquel Henriques – *Cascais*. Lisboa: Editorial Presença, 1988, p. 76.

vínculo, só possibilitado pela existência e preservação coletiva de um determinado património”¹⁶⁰.

Como já referimos no capítulo anterior, em 1993 o edifício do MCCG é classificado como imóvel de interesse público e, em 2013, é abrangido pela Zona Especial de Proteção conjunta da Cidadela de Cascais, que inclui outros edifícios já mencionados. Inerentemente a esta classificação, há que referir a importância do edifício do museu enquanto património, sendo, conjuntamente com o jardim e o espaço envolvente, representativos da evolução histórica de Cascais. O valor patrimonial pode ser uma forma estratégica para o desenvolvimento local, como base para o conhecimento histórico, cultural e paisagístico.

“No processo de construção do lugar casa-museu, o edifício não é um mero contentor de objectos, é ele próprio objecto de exposição. A hipótese de nele apresentar o seu próprio conteúdo ou outro com ele relacionável, não está dependente de extensas avaliações sobre a relação entre história de construção e natureza das colecções”¹⁶¹.

Embora o MCCG não se assuma como uma casa-museu, o valor patrimonial do edifício e da paisagem em que se insere potenciam o desenvolvimento cultural e turístico de Cascais. Pela antiguidade e época que o edifício representa, traduz a história da Vila e dos seus habitantes e dá a conhecer diferentes formas de viver. Grande parte dos seus espaços ainda mantêm a organização funcional e espacial doméstica, evocando a época em que foi habitado. O edifício constitui-se, assim, como um elemento importante para a construção de uma identidade social e cultural, definindo a identidade de uma época e da sua sociedade.

¹⁶⁰ PEREIRA, Ana Sofia Gomes – *Edifícios com Valor Patrimonial. Proposta de Reabilitação do Solar da Família Pessanha na Quinta dos Buxeiros*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2017, p. 4. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura.

¹⁶¹ MOREIRA, Marta Rocha – *Da casa ao museu. Adaptações arquitectónicas das casa-museu em Portugal*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2006, p. 323. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Metodologias de Intervenção no Património Arquitectónico.

“A recorrente hesitação sobre o que fazer com a forma quando desaparece a função parece encontrar aqui alguma resolução. Legitimada a sua exteriorização simbólica, avaliados os seus valores e capacidades patrimoniais, definidos os conteúdos expositivos e identificado o público alvo, é possível que este edifício seja útil no âmbito museológico”¹⁶².

Em grande parte dos estudos e reflexões sobre programação museológica, salienta-se a necessidade de existir um diálogo entre o programador e o arquiteto, de forma a desenvolver-se um projeto arquitetónico adequado às necessidades museais – espaços funcionais e circulações; coleções e serviços – e às necessidades do público. No caso do MCGG, a adaptação do palácio a museu não contou com nenhum projeto arquitetónico e não foi redigido nenhum programa museológico. Optou-se por manter o aspeto de uma casa habitada, realçando a arquitetura interior, os motivos decorativos e as coleções (património móvel) que integram o acervo. Foi a equipa técnica que, ao longo dos anos, e de acordo com o seu conhecimento e a sua sensibilidade, definiu a localização das diferentes áreas e as suas possíveis ligações, em função da estrutura do edifício, da história e vivências dos espaços e da documentação existente. Neste processo, para além das intervenções de segurança respeitantes às instalações elétricas e à introdução de sistema anti-incêndio, apenas se realizaram algumas obras de manutenção no exterior e no interior do edifício. Só em 2009 se realizaram obras de teor mais profundo, com o objetivo de dotar o museu de novos espaços e serviços e para requalificação das reservas.

De acordo com Barry Lord, cada museu deve definir claramente quatro zonas distintas, conforme os usos e funções que lhe são atribuídas e as respetivas circulações: área pública sem coleções, área pública com coleções, área privada sem coleções e área privada com coleções¹⁶³. Simplificando a representação da nossa análise aplicada aos espaços dos quatro pisos que constituem o edifício do MCGG, delimitámos as áreas públicas (com cor laranja) e as áreas privadas (com cor verde) nas plantas que aqui apresentamos.

¹⁶² MOREIRA, Marta Rocha – *Op. Cit.*, p. 324.

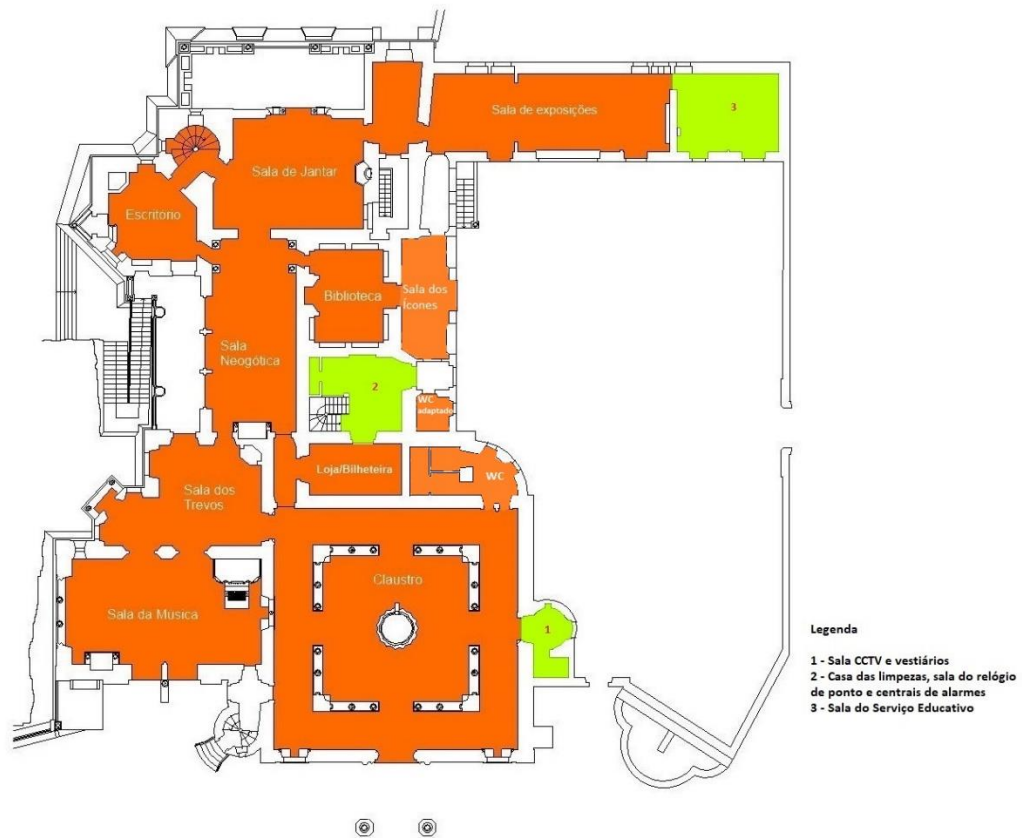
¹⁶³ LORD, Barry – *Museum Building Zones and Functional Areas. In The Manual of Museum Planning*. Plymouth: AltaMira Press, 2012, p. 283-288.

O acesso ao edifício do museu faz-se pelo Claustro, onde existe a entrada para a receção e loja e onde tem início o percurso expositivo (que contempla três pisos) com a coleção em exposição permanente. O acesso físico aos vários pisos de exposição é feito apenas por uma escadaria de pedra em caracol. Este facto impossibilita o acesso e a circulação nos pisos superiores por parte de utentes de cadeiras de rodas ou pessoas com mobilidade reduzida. Existem uma sala de exposições temporárias e áreas de acesso restrito ao público, onde se encontram as reservas e a área técnica (gabinetes de trabalho). O acesso a estes espaços é feito igualmente por duas escadarias, de madeira, também em caracol, acarretando os mesmos constrangimentos já referidos, aos quais acresce a dificuldade de circulação de peças do acervo quando necessário.

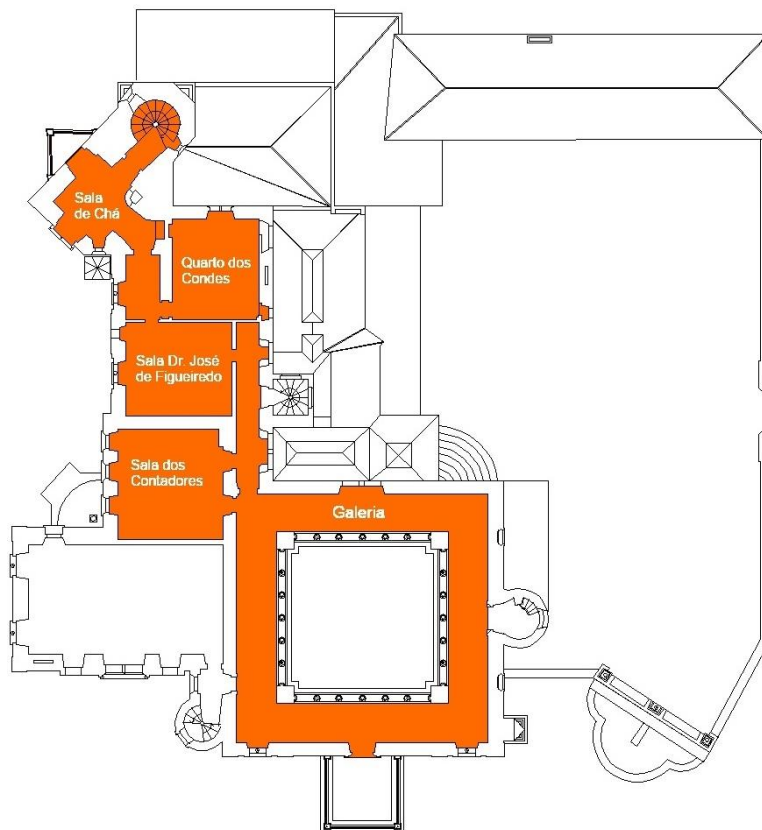
Apesar do museu ser dotado de um Centro de Documentação, com bibliografia específica e de referência, à data, e como já foi referido, aquele encontra-se inativo uma vez que o espaço se converteu num gabinete para acomodar funcionários da DABP.



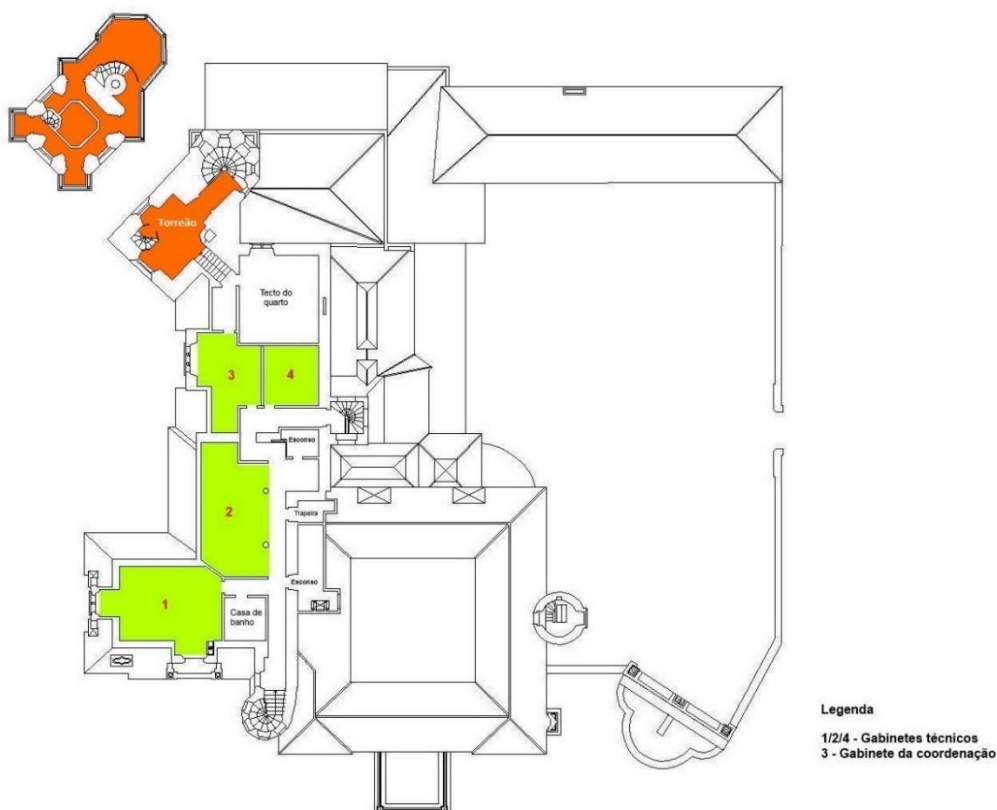
Planta 1 - MCGG Piso -1 com áreas privadas assinaladas a verde.



Planta 2 - MCGG Piso 0 com áreas privadas assinaladas a verde e área pública assinalada a laranja.



Planta 3 - MCGG Piso 1 com área pública assinalada a laranja.



Planta 4 - MCGG Piso 2 com áreas privadas assinaladas a verde e área pública assinalada a laranja.

3.5. Constituição e preservação do acervo

No século XXI as coleções (acervo, património museológico) ainda configuram o coração das atividades dos museus e continuam essenciais para o cumprimento das suas missões, enquanto instituições públicas e educativas que contribuem para a salvaguarda do património¹⁶⁴.

O acervo do MCGG é constituído por coleções de objetos de natureza histórica e artística, marcadas pelo gosto eclético dos antigos proprietários, os Condes de Castro Guimarães. Estas coleções, que podemos distinguir de “1ª geração”, são compostas por objetos reunidos pelos Condes e objetos que pertenceram a Jorge O’Neill e que ficaram na casa quando esta foi adquirida pelos segundos proprietários. Ao longo do tempo, o núcleo original foi sendo completado e enriquecido pela ação das sucessivas direções, através de novas aquisições e da incorporação de outras doações de menor dimensão.

¹⁶⁴ DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François – *Conceitos-chave de Museologia*. ICOM. São Paulo: Armand Colin, 2013, p. 32.

Atualmente, e de acordo com o seu Regulamento de Política de Incorporações, o MCCG continua a enriquecer o seu acervo prevendo a possibilidade de aquisição pelas seguintes modalidades: compra; doação; legado; herança; recolha; achado; transferência; permuta; afetação permanente; preferência; dação em pagamento. De acordo com os termos previstos na Lei nº 107/2001, de 8 de setembro¹⁶⁵ podem também ser incorporados no museu bens culturais que venham a ser expropriados, bens arqueológicos provenientes de trabalhos científicos ou de achados fortuitos. No seu regulamento estão também definidos os fatores preferenciais para a incorporação de um bem no seu acervo. São eles:

“estar relacionado ou ser complementar das coleções já existentes no Museu; resultar de trabalho ou achado arqueológico ocorrido na área do Município; possuir especial significado para a constituição e compreensão da identidade de Cascais; estar relacionado com o património imóvel e imaterial do Município, particularmente o identificado na Carta do Património Cultural Municipal; ser bem de Interesse Municipal ou detentor de classificação superior”¹⁶⁶.

Qualquer incorporação de bens culturais no MCCG tem de ser aprovada pela tutela, mediante fundamentação do museu. A atual política de incorporações tenta dar seguimento a um equilíbrio entre a representatividade e a quantidade, uma vez que pode ainda incorporar outros bens “com relevância patrimonial, desde que devidamente avaliadas, livres de impedimentos e não constituindo conflito de interesses”¹⁶⁷, tendo como base documentos legais como a Lei-Quadro dos Museus Portugueses, o Regulamento do Museu e o Código Deontológico do ICOM. O Artigo 9.º do Regulamento Interno do MCCG também remete para a existência de um documento autónomo, onde está descrita a sua Política de Incorporações.

Do acervo do MCCG destacamos as seguintes coleções:

¹⁶⁵ A Lei de Bases do Património Cultural estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural português.

¹⁶⁶ *Regulamento de Política de Incorporações do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães*. Artigo 4.º, 2010, p. 3. Documento não publicado.

¹⁶⁷ *Idem, Ibidem*, p. 3.

- a) Bibliográfica, composta por cerca de 2830 volumes que se dividem em variadas temáticas: a música (com uma importante coleção de partituras para órgão e piano, assim como obras de ensino de música); a História (onde se inclui o documento manuscrito e iluminado do século XVI, a Crónica do Rei D. Afonso Henriques por Duarte Galvão); a literatura em todas as suas vertentes (poesia, teatro, romance, memórias e escritos históricos, obras completas de autores clássicos e viagens); o estudo de línguas (dicionários, gramáticas e guias de conversação); a navegação; a arte e obras de referência de apoio ao seu estudo (dicionários e léxicos de termos de arte); a construção e manutenção de jardins¹⁶⁸;
- b) Ourivesaria nacional e estrangeira que abrange um leque muito diversificado de exemplares (salvas de aparato e gomis e bacias de água às mãos; serviços de baixela; serviços de chá e café; serviço de toilette; imagens e relicários; objetos ligados à escrita e troféus), abarcando um período temporal que vai desde o final do século XVII ao início do século XX¹⁶⁹;
- c) Porcelana da China, formada essencialmente por exemplares de exportação produzida no decorrer dos séculos XVIII e XIX, dos quais se destacam as peças armoriadas¹⁷⁰;
- d) Pintura nacional e estrangeira (flamenga, italiana, francesa e espanhola) que reúne mais de 200 obras de diferentes temáticas, entre óleos, aguarelas, desenhos e gravuras, datadas entre o século XVI e o século XX. A produção artística nacional do século XIX e primeiras décadas do século XX, constituem o maior número de obras expostas¹⁷¹;

¹⁶⁸ JÚDICE, Maria Assunção – Biblioteca do Conde de Castro Guimarães. *In Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães – Roteiro*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2008, pp. 63-67.

¹⁶⁹ D'OREY, Leonor – Coleção de Ourivesaria. *In Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães – Roteiro*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2008, pp. 135-145.

¹⁷⁰ MATOS, Maria Antónia Pinto de – Coleção de Porcelana Chinesa. *In Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães – Roteiro*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2008, pp. 147-155.

¹⁷¹ FALCÃO, Isabel – Coleção de Pintura. *In Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães – Roteiro*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2008, pp. 75-99.

- e) Mobiliário, constituído por cerca de duas centenas de peças de várias épocas. Encontramos mobiliário de produção nacional, indo-portuguesa e estrangeira, maioritariamente balizada entre os séculos XVI e XIX¹⁷²;
- f) Escultura, que se divide entre a temática religiosa e obras de temática diversificada, na sua maioria dos séculos XVI ao XX¹⁷³;
- g) Ícones Russos, composta por 17 exemplares do século XIX, divididos em três grupos temáticos: Cristo Pantocrator, Mãe de Deus e os Santos Intercessores, proveniente do legado Pedro Vieira da Fonseca;
- h) Outras coleções, como o núcleo de peças egípcias ou egipcizantes (entre os séculos XV a. C. e o século XX), vidros (séculos XIX e XX), têxteis europeus e orientais (entre os séculos XVII e XX), leques (séculos XVIII e XIX) e armaria (entre os séculos XVI e XX).

Ainda destacamos um conjunto considerável de fotografias¹⁷⁴ e documentos de arquivo sobre a história do imóvel enquanto casa de habitação e sobre a história da instituição museal.

O acervo é composto por c. de 6000 objetos, dos quais 1680 se encontram inseridos na base de dados destinada ao inventário do museu.

Os técnicos do MCCG continuam a trabalhar no sentido de acrescentar, de atualizar ou de desenvolver conteúdos. Atualmente, o inventário é elaborado com recurso ao *software* informático de gestão de coleções museológicas *In Patrimonium NET*, da *Sistemas do Futuro*. Por forma a normalizar os processos de documentação das coleções, o MCCG utiliza o *Manual de Procedimentos do Sistema de Informação dos Museus de Cascais*, aprovado pela Câmara Municipal de Cascais em 2006. A coleção bibliográfica, composta por 2830 volumes, encontra-se registada, na sua totalidade, no catálogo *Porbase* das Bibliotecas Municipais de Cascais. Apenas a obra *Crónica de El-Rei*

¹⁷² PROENÇA, José António – Coleção de Mobiliário. *In Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães – Roteiro*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2008, pp. 113-133.

¹⁷³ FALCÃO, Isabel – Coleção de Escultura. *In Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães – Roteiro*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2008, pp. 101-111.

¹⁷⁴ O fundo fotográfico do MCCG localiza-se maioritariamente nas reservas (pisos -1) e na parte administrativa (pisos 2). Este espólio foi objeto de uma primeira classificação arquivística, mas todos os núcleos necessitam ser registados numa coleção de fotografia antiga e inseridos na base de dados *In Patrimonium Premium*. Atualmente, uma parte da coleção está a ser fruto de investigação no âmbito de um projeto de mestrado, com o objetivo de preparar um manual de procedimentos de inventário e documentação do património fotográfico do MCCG e contributos para a sua conservação.

D. Afonso Henriques (MCCG-BIB-014) se encontra registada também no *In Patrimonium NET*, uma vez que é solicitada para empréstimo inúmeras vezes.

Coleções	Nº de Objetos
Bibliográfica	2830
Ourivesaria	314
Cerâmica	247
Pintura	213
Mobiliário	204
Escultura	49
Legado Pedro Vieira da Fonseca	42
Outras	611

Tabela 3 - Síntese das coleções do MCCG inseridas no *Porbase* e no *In Patrimonium NET*.

O acesso público das coleções do MCCG pode ser feito através da plataforma Bens Culturais, no *website* da CMC¹⁷⁵. Aqui pode ser consultado um conjunto de peças representativas do acervo do museu. A *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques* também se encontra digitalizada e disponibilizada em acesso livre, em formato *e-book*¹⁷⁶.

As principais coleções do MCCG encontram-se estudadas e com os respetivos catálogos publicados, de que são exemplo as obras: *Porcelanas Orientais da Coleção do Museu Condes de Castro Guimarães* (2000), *A Coleção de Ourivesaria do Museu Condes de Castro Guimarães* (2005) e *A Coleção de Mobiliário do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães* (2009). No *Roteiro do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães* (2008), é feita uma síntese da história do edifício, da instituição e do seu acervo, com textos realizados por especialistas das diversas áreas sobre os diferentes tipos de objetos de acervo.

O museu continua a desenvolver o estudo e a investigação das suas coleções e temáticas. Neste âmbito, apresentou uma candidatura ao Programa de Apoio a Museus da Rede Portuguesa de Museus – *ProMuseus*, com o projeto Exposição Digital “As Casas de Jorge O’Neill (1848-1925) – Os deslumbramentos da Arquitetura”, à Área de Apoio 10 – Parcerias, como proponente líder. A candidatura foi aprovada e será um dos

¹⁷⁵ Cascais Cultura. Bens Culturais. [em linha] [Consult. 20/08/2021] Disponível em: <WWW:URL:<https://cultura.cascais.pt/iframe/inventario-de-bens-culturais>>.

¹⁷⁶ Cascais Cultura. Notícias. [em linha] [Consult. 20/08/2021] Disponível em: <WWW:URL:<https://cultura.cascais.pt/noticias/cascais-lanca-ebook-da-cronica-de-el-rei-d-afonso-henriques>>.

principais projetos a desenvolver pelo MCCG, com início previsto em outubro de 2021 e data prevista para apresentação em outubro de 2022.

O museu apresentou o estudo sobre o núcleo de vidros de Murano, do qual resultou uma pequena exposição intitulada “*Acqua in bocca – Vidros de Murano na coleção do MCCG*”, inaugurada no âmbito do 90º aniversário do MCCG em julho de 2021, e um caderno digital que serve de catálogo à exposição. Encontra-se também a fazer a revisão de toda a comunicação expositiva, com o objetivo de atualizar e completar a informação e tornar a exposição mais atrativa.

De acordo com o seu Regulamento, o MCCG procura garantir “as condições adequadas, promove as boas práticas e implementa as medidas de conservação preventiva para os bens culturais à sua guarda”¹⁷⁷. Para ajudar ao cumprimento destas premissas, desenvolveu um documento com as suas Normas e Procedimentos de Conservação Preventiva onde são estabelecidas as medidas de conservação preventiva dos bens culturais móveis e imóveis ao seu cuidado. Este documento foi apresentado como anexo na candidatura do museu à Credenciação e foi elogiado “pelo seu rigor”, “organização” e estruturação¹⁷⁸.

O MCCG dispõe de instrumentos para a monitorização das condições ambientais – *dataloggers*, termohigrómetro – e lumínicas – luxímetro. A monitorização dos índices de humidade relativa (HR) e controlo de temperatura é feita diariamente, e os respetivos aparelhos são programados para fazer registos semanais. A recolha de dados e gráficos são posteriormente analisados, de forma a fazer uma leitura comparativa. Sempre que possível, a equipa do museu realiza ações de conservação preventiva, que consistem na limpeza superficial das peças em exposição; e ações de limpeza mais específicas e de periodicidade anual, nomeadamente dos metais (objetos em prata, cobre e latão) e dos lustres.

As reservas do museu também são alvo de monitorização regular. No ano de 2009 este espaço foi requalificado e realizaram-se obras de conservação das paredes. Foi também adquirido equipamento para o adequado acondicionamento dos objetos em reserva, nomeadamente: estantes metálicas, grades metálicas de correr para a pintura, armários

¹⁷⁷ *Regulamento Interno do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães*. Artigo 12.º, 2010, p. 7. Documento não publicado.

¹⁷⁸ *Relatório de Apreciação de Candidatura à Credenciação*. Instituto dos Museus e da Conservação, 2010, p. 6. Documento não publicado.

de gavetas para documentos gráficos (e outros objetos) e uma estrutura metálica com cinco rolos para a coleção de têxteis (tapetes, colchas, tapeçarias). Foi colocada uma porta corta-fogo e existem equipamentos de monitorização das condições ambientais (*datalogger*) e estabilização das mesmas (desumidificador) quando necessário. Aquando da visita técnica durante o processo de credenciação, foi mencionado que os objetos estavam organizados e bem acondicionados, “todos eles bem identificados e com as devidas regras para uma boa conservação”¹⁷⁹. No entanto foi feito um reparo, no que diz respeito à sua localização (piso -1) e ao acesso, feito através de uma escada estreita em madeira. Estes acessos dificultam a circulação dos bens.

O edifício do museu, como património imóvel classificado, também requer cuidados de monitorização e manutenção constantes.

3.6. Comunicação e educação

No Artigo 7.º da Lei-Quadro dos Museus encontram-se identificadas as várias funções museológicas à luz dos princípios da política museológica nacional: estudo e investigação; incorporação; inventário e documentação; conservação; segurança; interpretação e exposição; educação. A definição de museu formulada pelo ICOM, que citámos anteriormente¹⁸⁰, remete para cinco funções museais: a aquisição, a conservação, a investigação, a comunicação e a exposição. Na literatura museológica encontramos diversas abordagens e metodologias de identificação das funções museais, sendo variáveis as tipificações específicas apontadas, ora em relação à Lei-Quadro dos Museus Portugueses, ora em relação à definição do ICOM.

Uma vez que procurámos construir uma metodologia de diagnóstico adequada ao nosso trabalho de projeto, neste subponto focamo-nos na função museológica de comunicação, associada à educação, mas debruçando-nos implicitamente sobre a interpretação e a exposição (ou comunicação expositiva).

A supostamente considerada na Lei-Quadro como dupla função, de interpretação e exposição, está intimamente ligada à forma pela qual o museu comunica com os seus públicos e principalmente divulga o seu acervo. Para tal, o museu deve ter um plano de

¹⁷⁹ *Idem, Ibidem*, p. 8.

¹⁸⁰ ICOM Portugal. [em linha] [Consult. 2/02/2021] Disponível em: <WWW:URL:<https://icom-portugal.org/2015/03/19/definicao-museu/>>.

exposições de acordo com os seus públicos-alvo e com as características do seu acervo, assim como, complementarmente, um plano de edições (entre outras formas de comunicação não expositiva), nos quais reflita a sua vocação, e um programa de atividades diversificado¹⁸¹.

“No contexto dos museus, a comunicação aparece simultaneamente como a apresentação dos resultados da pesquisa efetuada sobre as coleções (catálogos, artigos, conferências, exposições) e como o acesso aos objetos que compõem as coleções (exposições de longa duração e informações associadas). Esta perspectiva vê a exposição não apenas como parte integrante do processo de pesquisa, mas, também, como elemento de um sistema de comunicação mais geral, compreendendo, por exemplo, as publicações científicas”¹⁸².

Podemos assim considerar que nos museus existe comunicação expositiva e comunicação não expositiva. No que se refere à comunicação expositiva, o MCCG reformulou o seu percurso expositivo em 2007,

“de forma a torná-lo mais coerente e fornecer ao público uma informação mais detalhada sobre o Museu e as suas colecções. A exposição permanente passou a estar dotada de tabelas (português/inglês) para todos os objectos, tabelas de conjunto, com textos com dois níveis de leitura: um mais imediato e outro mais desenvolvido e ainda textos de 60 peças de referência do acervo”¹⁸³.

Este percurso mantém-se desde então, tendo sido apenas integrada uma nova sala: “O fascínio da arte russa: encontro da terra com o céu. Legado Pedro Vieira da Fonseca”. Nos seus objetivos, o MCCG refere-se à exposição como uma das formas de tornar o seu acervo mais acessível ao público¹⁸⁴.

¹⁸¹ Artigo 39.º e 40.º, Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto. Diário da República. 1.ª série-A, n.º 195.

¹⁸² DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François – *Op. Cit.*, p. 35

¹⁸³ *Relatório de Apreciação de Candidatura à Credenciação*. Instituto dos Museus e da Conservação, 2010, pp. 8-9. Documento não publicado.

¹⁸⁴ *Regulamento Interno do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães*. Artigo 5.º, 2010, p. 4. Documento não publicado.

No que respeita à comunicação não expositiva, o MCCG tem vindo a realizar algumas publicações (já mencionadas no subponto anterior), conferências, visitas, atividades lúdicas, cursos e *workshops* e outras iniciativas, maioritariamente relacionadas com o seu acervo e/ou com o seu historial, e que também se relacionam com a função de educação.

Podemos entender a educação como um processo que implementa os meios necessários para a formação e o desenvolvimento dos indivíduos e das suas capacidades, a partir de um conjunto de valores, conceitos, saberes e práticas. A dimensão educativa dos museus assenta principalmente nas suas coleções e exposições, de acordo com a sua missão e objetivos, mas cada vez se manifesta mais através da sua comunicação não expositiva. Mais especificamente, a educação museal

“está ligada à mobilização de saberes relacionados com o museu, visando ao desenvolvimento e ao florescimento dos indivíduos, principalmente por meio da integração desses saberes, bem como pelo desenvolvimento de novas sensibilidades e pela realização de novas experiências. (...) As noções de *animação* e de *ação cultural*, bem como a de *mediação* são corretamente evocadas para caracterizar o trabalho com os públicos no ato de *transmissão* do museu”¹⁸⁵.

De acordo com a estrutura orgânica e de serviços do MCCG, este dispõe de um Serviço de Educação que

“assegura a estruturação e acompanhamento das diferentes actividades organizadas pelo Museu que exigem o contacto pessoal com os diferentes públicos. Produz os conteúdos necessários para a elaboração de instrumentos destinados a uma comunicação mais eficaz das colecções e do património cultural. Organiza actividades de ocupação e animação como oficinas, cursos livres e visitas orientadas ao Museu, à Capela de S. Sebastião e ao parque envolvente”¹⁸⁶.

¹⁸⁵ DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François – *Op. Cit.*, pp. 29-30.

¹⁸⁶ *Regulamento Interno do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães*. Artigo 8.º, 2010, p. 5. Documento não publicado.

No seu Regulamento Interno, referindo ainda a educação, são descritos os tipos de visitas e atividades realizadas, a sua organização e as condições de acesso¹⁸⁷. O Serviço Educativo (SE) do MCCG desenvolve visitas orientadas (de índole geral ou temáticas) e ação educativa (visitas jogo, visitas ateliê, visitas encenadas, teatros de fantoches), destinadas a vários tipos de público (escolar, adulto, seniores e famílias); e formação acreditada para professores (de curta e longa duração)¹⁸⁸. No que diz respeito à sua estrutura funcional, o SE do MCCG dispõe de dois técnicos (formação em História da Arte; e Pintura, com Mestrado em Ciências da Educação). Existe no edifício do museu uma sala destinada à realização de atividades do SE, mas o seu caráter polivalente e a necessidade constante de espaço para armazenar equipamento do museu (vitrinas, cadeiras e outros materiais), leva a que muitas vezes esta se encontre indisponível ou sem as condições ideais para a sua conveniente utilização principal.

Com o surgimento do Bairro dos Museus, no âmbito do protocolo celebrado entre a FDL I e a CMC, nasce também o Serviço Cultural e Educativo do Bairro dos Museus (SCEBM) e o ENVOLVE-TE, Programa Cultural e Educativo do Bairro dos Museus, “como contributo para o alargamento do território da ação educativa em contexto não formal, através do diálogo e da partilha de experiências de todos e para todos”¹⁸⁹. Este programa estimula a experiência e a participação, envolvendo a comunidade, e atua de acordo com os seus objetivos gerais e específicos¹⁹⁰. O objetivo é o trabalho em rede entre os vários equipamentos e as suas interações com a comunidade (local, escolar, sénior, entre outras), de forma a possibilitar mais e melhores experiências para todos, “construindo e proporcionando espaços de fruição, aprendizagem e produção criativa”¹⁹¹.

Uma vez que o MCCG integra o protocolo de gestão conjunta entre a CMC e a FDL I, existem algumas funções museais que são coordenadas por elementos externos ao museu, nomeadamente no que respeita à educação. A coordenação do SCEBM é feita

¹⁸⁷ *Idem*, Artigo 27º, p. 17.

¹⁸⁸ Síntese com base nos relatórios de atividades do Museu Condes de Castro Guimarães de 2011 a 2020 e das brochuras ENVOLVE-TE – Programa Cultural e Educativo Bairro dos Museus.

¹⁸⁹ ENVOLVE-TE – Programa Cultural e Educativo Bairro dos Museus, Brochura fevereiro a junho 2021, p.3.

¹⁹⁰ Ver Apêndice 2. Entrevista (3).

¹⁹¹ ENVOLVE-TE – Programa Cultural e Educativo Bairro dos Museus, Brochura fevereiro a junho 2021, p.3.

por um elemento da FDL I, com a preocupação de uma programação concertada e em rede.

O serviço educativo do MCCG integrou e acolheu bem esta proposta de coordenação e trabalho em rede e as parcerias que daí advieram, uma vez que “o programa promove o encontro e o diálogo entre públicos e mediadores culturais”¹⁹² dos vários equipamentos, na medida em que envolve e trabalha conteúdos na área da educação, cultura, arte, património, ambiente e ciência, de acordo com a vocação e a missão de cada um.

Para uma aprendizagem bem-sucedida e eficaz nos museus é necessário conhecer bem os seus frequentadores e os seus interesses. A aprendizagem depende de conhecimentos e experiências anteriores, das suas motivações, do seu meio envolvente, porque tudo isso poderá proporcionar outras experiências após a visita.

Neste ponto importa conhecer quais os públicos do MCCG. Para esta análise incluiremos os estudos de público existentes, as visitas, a programação de atividades no período compreendido entre 2011 e 2021 e os serviços disponíveis para o público (atendimento presencial, acessibilidade e serviços disponíveis através da internet). Outros elementos a ter em conta na comunicação desenvolvida pelo museu são a sua imagem institucional, a relação com os meios de comunicação, a página na internet.

Uma breve análise à programação do MCCG permite verificar que nos últimos 10 anos tem sido realizada pelo menos uma exposição temporária por ano. As exposições temporárias, na sua maioria, estão relacionadas com o estudo das suas coleções, artes decorativas, arte contemporânea ou com o historial do MCCG. Em casos pontuais a escolha da exposição foi de iniciativa da tutela, não se ajustando à vocação do museu.

Para além das exposições temporárias e das visitas e atividades desenvolvidas pelo SE, o MCCG realizou iniciativas de divulgação em destaque de peças da coleção, conferências, palestras, cursos, celebrações de efemérides relacionadas com a história do museu e concertos. Estes últimos, realizados em grande número, apesar de estarem relacionados com a tradição musical do palácio, eram maioritariamente realizados com a participação de grupos corais (de Cascais e área metropolitana de Lisboa) e da

¹⁹² *Idem, Ibidem*, p.3.

Orquestra de Câmara de Cascais e Oeiras (OCCO)¹⁹³. Uma vez que a sua realização não acarretava qualquer custo para o museu, eram eventos de acesso gratuito e que tinham muita afluência de público.

Constata-se que, apesar de variada, a programação de atividades do MCCG é repetitiva ao longo dos anos, principalmente devido à falta de verbas para novas alternativas que permitam ao museu manter uma dinâmica com os públicos.

Conforme já referimos, a partir de 2015 o MCCG deixou de ter uma página *web* própria (que funcionava desde 2011), e passou a estar associado à página do Bairro dos Museus e Cultura Cascais. A divulgação das atividades desenvolvidas é feita pelo próprio museu, através da sua *mailling list*, ou através dos canais oficiais: página de *Facebook* da CMC; página de *Facebook* do Bairro dos Museus (que em 2021 passou a designar-se Cultura Cascais); Agenda Cascais (separador da página *web* da CMC); e página *web* da FDL I.

Apesar de reiterada ao longo dos anos a proposta do MCCG junto da tutela para a realização de um folheto explicativo, com um resumo da sua história e breve informação sobre as salas de exposição, planta dos vários pisos e informações gerais e de contacto, tal publicação ainda não se concretizou, revelando-se uma falha ao nível da comunicação do museu com os seus públicos.

Como já foi referido anteriormente, o Observatório das Actividades Culturais realizou um estudo sobre os museus municipais de Cascais, onde se inclui um estudo de públicos. Este foi um estudo sistemático onde foi feita uma análise a partir da consulta de fontes documentais, como por exemplo estatísticas de entradas de visitantes, de entrevistas e de um inquérito por questionário aos públicos de quatro espaços museológicos¹⁹⁴ por eles implementado. Assim foi possível caracterizar, comparativamente, os diferentes públicos dos museus em estudo.

Propomos realizar uma análise aos dados estatísticos do museu, mas antes de proceder à exposição dos dados estatísticos recolhidos, importa caracterizar o MCCG quanto ao modo de funcionamento, permanente (de 3ª feira a Domingo), e a forma como regista o controlo de entradas, feito em suporte informático (bilhética) e manualmente (de forma a distinguir géneros, origem e faixas etárias na recolha dos dados). Estes dados

¹⁹³ Esta orquestra é financiada pela Câmara Municipal de Cascais e por acordo mútuo tem de realizar uma série de concertos gratuitos nos espaços culturais de Cascais, atuando no MCCG duas vezes por ano.

¹⁹⁴ Estudaram-se os públicos do Museu Condes de Castro Guimarães, do Museu do Mar – Rei D. Carlos, do Forte de São Jorge de Oitavos e do Museu da Música Portuguesa.

são registados numa folha impressa que apresenta uma tabela¹⁹⁵ com os diversos campos que devem ser preenchidos. Todos os dados são transferidos no início do mês seguinte para uma base de dados informatizada, que consiste num conjunto de folhas de cálculo do programa *Excel* (de conceção do próprio museu). A cada folha de cálculo corresponde um mês, e os dados migram automaticamente para uma folha anual (comum a todos os Museus de Cascais), sendo as folhas diárias depois arquivadas.

Como já foi referido, o museu em estudo é a instituição museológica mais antiga de Cascais e uma das mais visitadas. Aquando da celebração do Protocolo de Gestão dos Equipamentos Culturais do Município (2015), entre a Câmara Municipal de Cascais e a Fundação D. Luís I, surgiram algumas alterações funcionais que influenciaram a estatística de frequência anual, nomeadamente a introdução de bilhética (o Museu tinha entrada gratuita desde 2009) e a alteração de horário dos equipamentos¹⁹⁶ (10h00 às 18h00 e abertura aos Feriados, exceto nos dias 1 de janeiro, Domingo de Páscoa, 1 de maio, 24, 25 e 31 de dezembro). Com a introdução de bilhética¹⁹⁷, deixou de existir um dia (ou período do dia) de acesso livre, contrariando o disposto no Artigo 55º, nº 4 da Lei nº 47/2004 de 19 de agosto (Lei-Quadro dos Museus Portugueses). Esta situação só foi revertida a partir de julho de 2018, sendo estabelecido o primeiro domingo do mês como dia de acesso livre.

No que diz respeito à análise dos dados, foram objeto de estudo os registos de visitantes do período compreendido entre 2011 e 2021 (dados recolhidos até 30 de setembro). Começou-se por uma análise comparativa dos frequentadores do MCCG de 2011 a 2021. Aqui destacamos os dados referentes a 2014, como forma de comparação entre o período de gratuitidade e a introdução de bilhética. Observando os valores, é possível notar o decréscimo acentuado dos frequentadores, que passaram de 56093 (2014) para 33800 (2015).

¹⁹⁵ Ver Anexo 5.

¹⁹⁶ Ver Anexo 6.

¹⁹⁷ Ver Anexo 7.

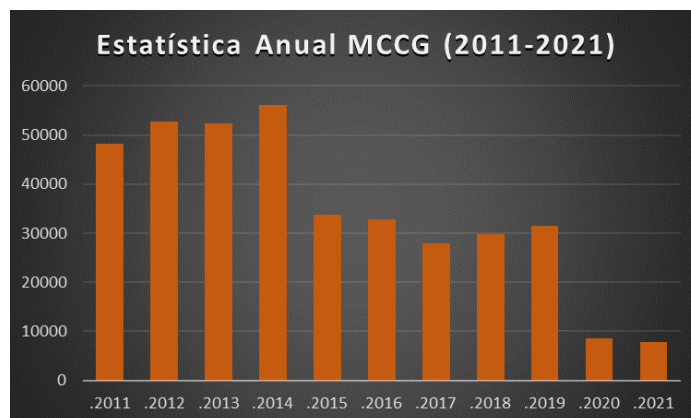


Gráfico 1 - Estatística Anual de Frequentadores do MCGG (2011-2021).

A implementação da bilhética teve um impacto muito acentuado na opção de visitação por parte dos frequentadores. Os números voltaram a decrescer de 2016 para 2017, altura em que os frequentadores seniores passam a pagar entrada (50% do valor), baixando até aos 27449 frequentadores. Em 2018, nota-se uma ligeira subida, na totalidade de frequentadores, em relação ao ano anterior (e que continua em 2019), devido à implementação de um dia de acesso gratuito (1º domingo do mês) a partir de julho de 2018. Também analisámos os Frequentadores do MCGG por Faixas etárias e por Ano.

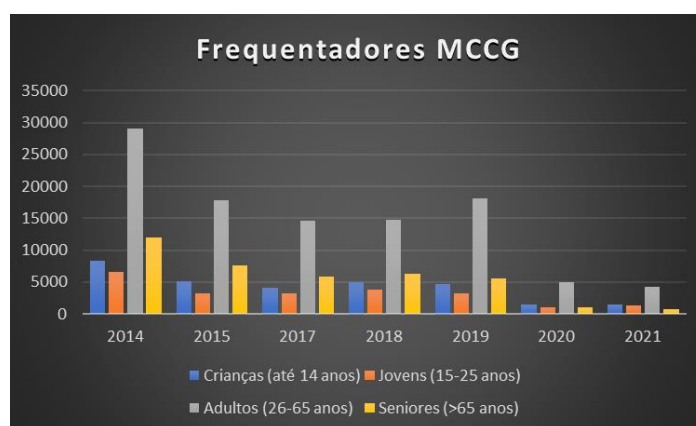


Gráfico 2 - Relação de Frequentadores do MCGG por Faixas etárias e por Ano.

De seguida, procedeu-se a uma análise dos dados anuais separados por *Motivo de frequência: Visita livre; Visita orientada; Ação educativa* (visitas ateliê, visitas jogo e visitas encenadas); *Eventos; e Centro de documentação.*

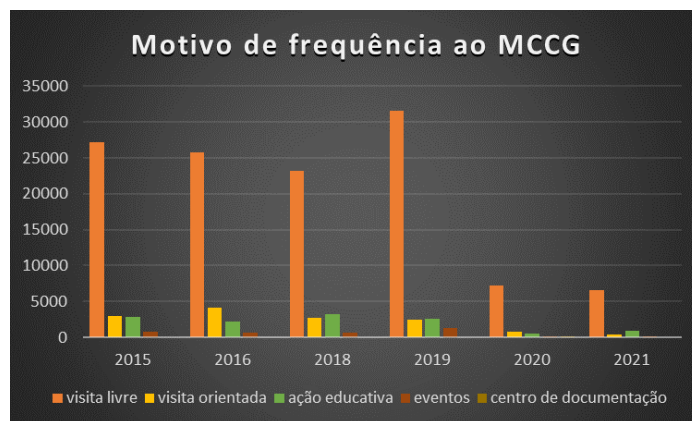


Gráfico 3 - Motivo de frequência ao MCGG por Ano.

Claramente, a maior parte dos frequentadores do MCGG chega através de visita livre, seguindo-se as visitas orientadas e a ação educativa e só depois os frequentadores de eventos. Estes últimos vinham numa linha crescente até 2019, pois o museu, como forma de contrariar a bilhética, realizou mais eventos, sempre gratuitos, para atrair mais público.

No que respeita aos frequentadores das *Visitas orientadas* e *Ação educativa*, procedeu-se à identificação dos grupos dentro destes motivos de visita. Separaram-se os dados por *Grupos escolares* e *Outros grupos*¹⁹⁸. Dentro dos *Outros grupos*, chegou-se a uma separação por grupos de *Seniores*, grupos com *Necessidades especiais* e *Outros* (grupos organizados, associações, estrangeiros, protocolo). Os grupos *Seniores* e grupos com *Necessidades especiais* são em número inferior aos *Outros grupos*¹⁹⁹.

Dadas as suas características arquitetónicas já referidas por nós, o edifício apenas tem uma escadaria de pedra (em caracol) como único acesso aos pisos superiores de exposição, não apresentando as melhores condições de acessibilidade física, nomeadamente para os grupos *Seniores* e para grupos com *Necessidades especiais*. O serviço educativo tem um registo informal dos contactos efetuados por parte de instituições que trabalham para pessoas com estas características e que face às condições do MCGG optam por não realizar a visita.

Em relação aos *Grupos escolares* (*Visitas orientadas* + *Ação educativa*), realizou-se uma separação de *Participantes por nível de ensino*.

¹⁹⁸ Ver Apêndice 3., gráfico 4.

¹⁹⁹ Ver Apêndice 3., gráfico 5.

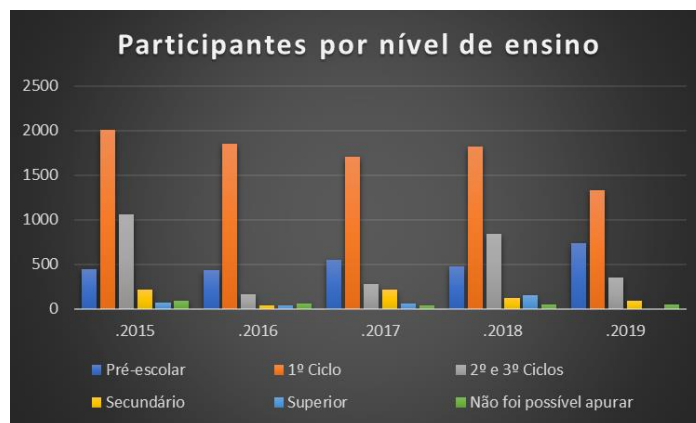


Gráfico 6 - Relação dos Participantes por nível de ensino nas Visitas orientadas e Ação educativa.

Os participantes de *Grupos escolares* são maioritariamente do 1º ciclo, seguindo-se o Pré-escolar e o 2º e 3º ciclos. O *Ensino superior* é o segmento com a menor frequência. No entanto, no ano de 2018 atingiu os valores de frequência mais altos. Neste ano, Cascais foi a Capital Europeia da Juventude e houve um trabalho municipal conjunto (no qual se incluíam os espaços culturais) para realização de inúmeras iniciativas neste âmbito.

Os números do segmento *Grupos escolares* têm vindo a baixar significativamente. Pode estar relacionado com as alterações ao *modus operandi* de requisição de transporte por parte das escolas ao Departamento de Transportes da Câmara Municipal de Cascais. Outro fator pode ser a saturação ou falta de interesse pela programação oferecida pelo serviço educativo do museu. Para conhecer melhor esta realidade, e apurar as razões desta quebra, organizaram-se os *Grupos escolares* por *Origem*²⁰⁰. A maior parte dos grupos que frequentam o MCCG são oriundos do Concelho de Cascais, seguindo-se a Área Metropolitana de Lisboa (maioritariamente dos Concelhos de Oeiras e Sintra). Os grupos oriundos de *Outros concelhos* do país e do Estrangeiro são pouco representativos, e escolheram visitar o MCCG pelo interesse na temática da Arquitetura de Veraneio. Dentro dos grupos oriundos do Concelho de Cascais, apuraram-se os grupos por *Freguesias*²⁰¹. A frequência é maioritariamente feita por grupos oriundos das freguesias de Cascais e Estoril os quais, pela proximidade, se deslocando muitas vezes a pé ou utilizam a linha de comboio de Cascais. Os grupos oriundos da freguesia de

²⁰⁰ Ver Apêndice 3., gráfico 7.

²⁰¹ Ver Apêndice 3., gráfico 8.

Alcabideche apresentam-se em crescente número de 2015 a 2018, tendo baixado a frequência em 2019. As freguesias de S. Domingos de Rana e Carcavelos e Parede apresentam os valores de frequência mais baixos, pela localização no interior do Concelho. Ainda assim, em 2018, os grupos escolares oriundos da freguesia de Carcavelos e Parede participaram em massa nas atividades realizadas no período da Páscoa e no final do ano letivo, em consequência do apoio da Junta de Freguesia na atribuição de transportes.

Em 2020 e 2021, com a pandemia por COVID-19 e os consequentes confinamentos e restrições impostas pela Direção Geral de Saúde (DGS), o museu teve de encerrar as suas portas²⁰² entre 14 de março e 18 de maio de 2020 e entre 14 de janeiro e 5 de abril de 2021. Nestes últimos dois anos o MCCG teve de repensar a sua programação e de encontrar soluções para contornar os constrangimentos e a impossibilidade de receber os seus públicos como estava habituado, tendo o número de visitantes baixado acentuadamente. Apesar de tudo, esta situação permitiu que o museu pudesse realizar a sua Visita Virtual²⁰³, um recurso há muito pretendido, mas que ainda não tinha sido possível priorizar. Este recurso permitiu a realização de visitas virtuais orientadas através de plataformas digitais (Zoom e Microsoft Teams). Foram também realizadas formações para professores e atividades com escolas à distância. Esta situação veio demonstrar algumas das fragilidades que em geral os museus têm, no que toca equipamento e conhecimentos informáticos por parte de alguns técnicos. O museu também adaptou a sua programação presencial, propondo visitas temáticas mensais, de caráter mais informal e com lotação muito restrita, permitindo momentos de aprendizagem e partilha que fidelizaram público. Uma vez que em cada visita mensal se explorava um tema, um objeto ou um conjunto de objetos, levou a que o público interessado, e previamente inscrito, viesse regularmente ao museu para assistir às várias temáticas. A cada sessão foi surgindo sempre algum usufrutuário novo e, por vezes, foi necessário alargar o número de sessões previstas para cada temática.

²⁰² Foi a segunda vez na história do MCCG que este encerrou tanto tempo ao público.

²⁰³ Visita 360 | Museu Condes de Castro Guimarães. Fundação D. Luís. [em linha] [Consult. 15/07/2021] Disponível em: <WWW:URL:http://www.fundacaodomluis.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=896:museu-condes-de-castro-guimaraes-museu-da-vila-visitas-virtuais-exposicoes2020-centro-cultural-de-cascais-fundacao-d-luis-i&catid=80:outras-iniciativas&Itemid=97>.

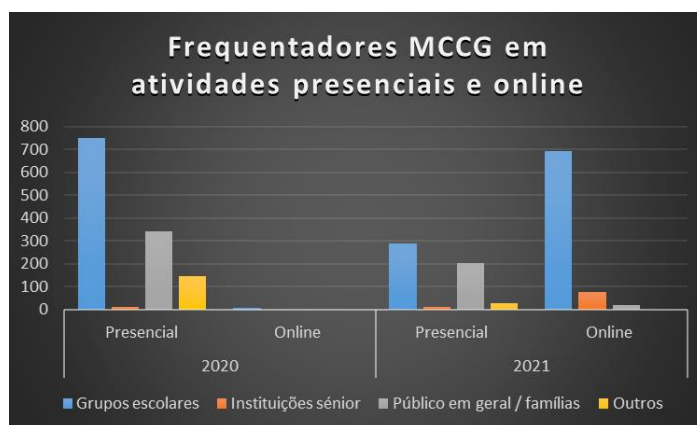


Gráfico 9 - Relação de Frequentadores do MCGG em atividades presenciais e online (2020-2021).

Uma vez que a situação pandémica não permitia o MCGG receber grupos ou turmas com mais de 10 elementos, o SE também se disponibilizou para sair fora de portas, e deslocou-se a várias escolas do concelho para realizar algumas das suas atividades.

Os dados aqui apresentados foram todos trabalhados em contexto académico. O museu apenas considera os totais anuais, os totais por motivo de visita e os totais por nacionalidade (portugueses e estrangeiros), para efeitos de relatório anual de atividades, para o inquérito do INE ou se algum dado específico for solicitado pela tutela. O SE aprofunda um pouco mais a informação recolhida, uma vez que, para além das faixas etárias e sexo, regista: o nome da atividade realizada; quem a realiza; se se trata de uma instituição ou família; a localidade de origem; o ano de escolaridade ou curso.

A caracterização e análise dos dados é limitada, por não ser possível caracterizar o público na sua universalidade, uma vez que apenas o público do serviço educativo foi analisado com maior detalhe. Tivemos como objetivo estabelecer conjuntos coerentes de frequentadores e modalidades de práticas, ou seja, numa tentativa de criar de perfis de visitantes, através da estatística e do público aí previsto. Como o público que mais visita o MCGG é o público estrangeiro, seria interessante recolher dados sobre como tiveram conhecimento do museu, o que motivou a sua visita, o que acharam da comunicação expositiva e se o museu correspondeu às suas expectativas.

No momento atual, de uma forma geral, é possível conhecer os públicos que frequentam o MCGG, mas é necessário pensar e formular estratégias para incrementar o uso público do espaço e alargar a participação nas iniciativas do museu.

3.7. Síntese de diagnóstico

Chegou o momento de apresentarmos uma síntese do diagnóstico ao Museu Condes de Castro Guimarães, salientando os aspetos positivos e as principais dificuldades, focando quer a sua estrutura de gestão, quer em geral a sua planificação e programação.

Recordamos que o MCCG está instalado num edifício histórico, um palacete do início do século XX. Apesar de o edifício não ter sido alvo de um projeto arquitetónico na adaptação a museu, de se respeitar a morfologia e manter as características de casa habitada, a confluência entre salas não impossibilitou a circulação de pessoas e de bens. O maior constrangimento consiste nos acessos aos vários pisos do museu, possibilitado através de três escadarias em caracol: duas de madeira (acesso a áreas privadas, como a parte administrativa do museu no 2º piso; e as reservas, na cave) e uma de pedra (acesso aos espaços expositivos). Esta situação traz dificuldades no acesso físico a grande parte do percurso expositivo, por parte das pessoas com mobilidade reduzida ou utilizadoras de cadeira de rodas, e na circulação de bens no acesso às reservas.

O edifício revela alguns problemas de conservação, nomeadamente infiltrações e frestas nas portas e janelas. Ao longo dos anos, algumas destas ocorrências foram remediadas pelos colegas da Divisão de Manutenção e Serviços Logísticos (DMSL) da CMC. Atualmente, as equipas da DMSL não têm as competências ou a capacidade de resposta necessários, face aos problemas específicos que o património imóvel integrado apresenta e que requerem meios especializados em conservação de edifícios históricos. A permanente falta de verbas e investimento nesta área dificulta a ação para uma adequada gestão de meios e soluções²⁰⁴ com vista à prevenção e manutenção do edifício.

Os painéis azulejares que revestem as salas dos Trevos e da Música e uma das varandas estão a desintegrar-se devido ao salitre, e já se notam algumas lacunas. A ausência de investimento na área da conservação e manutenção constitui uma ameaça ao edifício e às suas coleções. Está prevista uma obra de recuperação de uma das varandas e de um banco de jardim, que está a provocar uma infiltração no piso -1, mas o atraso do seu início, por dificuldades burocráticas, agrava a situação de dia para dia. As dificuldades

²⁰⁴ Ver Apêndice 2. Entrevistas (2).

crónicas²⁰⁵, assim consideradas pelos trabalhadores do museu, demonstram neste caso uma negligência por parte da tutela, uma vez que não basta ter conhecimento da situação, é preciso agir.

A análise ao MCGG permite-nos caracterizá-lo como uma instituição dinâmica que faz os possíveis para consolidar a sua missão e acompanhar os desafios colocados pela sociedade. Nos seus 90 anos de existência, o MCGG tem demonstrado capacidade de inovação em algumas áreas da sua atividade que importa reter: a implementação da primeira biblioteca itinerante em Portugal, em 1953; e, em 1964, a criação de um Serviço Educativo pioneiro, pelo sucesso e qualidade das visitas e oficinas promovidas. No entanto, e uma vez que o seu Regulamento Interno mais recente foi elaborado em 2010, é pertinente rever e/ou atualizar o documento, principalmente no que respeita à sua missão, à vocação e aos objetivos, assim como elaborar a sua visão, tendo em conta os seus objetivos futuros.

O grupo profissional do museu apresenta uma média de idades que permite caracterizá-lo como envelhecido, pouco capacitado ou com desadequação da formação técnica para as funções atribuídas. Tem um número reduzido de técnicos superiores, com conhecimentos especializados que permitam desenvolver projetos que materializem um olhar inovador sobre as coleções e que ajudem a desenvolver e a potenciar as funções museais. Nomeadamente no estudo, na conservação e preservação das coleções, e na relação com os seus públicos.

TRABALHADORES MCGG	ÁREAS DE ATUAÇÃO DO MCGG							
	Estudo / Investigação	Inventário	Conservação	Exposição / Divulgação	Serviço Administrativo	Serviço Educativo	Bilhética	Vigilância e acompanhamento de visitantes
Técnico Superior 1	X	X		X	X			
Técnico Superior 2		X		X	X	X		
Técnico Superior 3	X			X		X		
Técnico Superior 4	X							
Assistente Técnico 1		X	X	X	X			
Assistente Técnico 2	X						X	X
Assistente Técnico 3					X		X	X
Assistente Técnico 4							X	X
Assistente Operacional 1								X
Assistente Operacional 2								X
Assistente Operacional 3								X

Tabela 4 - Síntese com as funções desempenhadas pelos 11 trabalhadores do MCGG.

Na estrutura do MCGG, o serviço educativo ocupa uma posição fundamental no contacto com o público e na dinâmica da instituição. Apesar de tudo, este lugar de destaque

²⁰⁵ Ver Apêndice 2. Entrevistas (1).

usufrui de alguma autonomia para a programação, o que permite que se tenham desenvolvido alguns projetos de relevo. Em paralelo, o serviço educativo apresenta uma programação dinâmica para escolas, instituições sénior e público em geral, sem esquecer as famílias.

Como foi referido, a partir de 2015 a CMC assinou com a FDL um protocolo para a gestão conjunta dos equipamentos culturais do Município. A gestão da programação, da comunicação e da bilhética passou então a ser da responsabilidade da FDL, assim como a criação de um Serviço Cultural e Educativo em rede. Esta estrutura de gestão é algo disfuncional, uma vez que uma parte da gestão das funções museais é assumida pela FDL (mesmo que não tenha acesso direto ao acervo) – como a educação, a sua comunicação e divulgação, e a programação. No entanto, omite responsabilidades nas funções de inventário, de conservação e de estudo, e de gestão de recursos humanos, que devem ser assumidas pela CMC. Esta gestão bipartida revela um entendimento desagregado do cumprimento das funções museais e torna-se uma ameaça para o museu, dificultando a tomada de decisões, a elaboração de estratégias e a otimização de recursos para um objetivo comum. No que diz respeito à comunicação, esta situação também se torna uma ameaça. Um dos objetivos pretendidos com a criação da marca Bairro dos Museus era o de uniformizar a comunicação de todos os equipamentos culturais com o seu público, mas no início de 2021 a página de *Facebook* do Bairro dos Museus deixou de ser gerida pela FDL e passou a ser gerida pela CMC, e alterou o seu nome para Cultura Cascais. Esta página passa a divulgar toda a programação cultural de Cascais (museus, bibliotecas e arquivo, teatros, concertos e espetáculos). Em termos de comunicação a marca BM perdeu visibilidade.

No que respeita à gestão de coleções, salientamos a diversidade do acervo do MCCG e a necessidade de tratamento específico. O inventário e o estudo do seu património são da responsabilidade da CMC, assim como a sua conservação, a qual não tem tido a merecida atenção e o investimento necessário, quer por dificuldades orçamentais, quer por falta de programas específicos em cada uma das áreas.

A comunicação e a educação, enquanto funções de um museu, assumem um lugar de relevo, uma vez que o público é um dos principais intervenientes da vida destas instituições. De acordo com a Lei-Quadro, os museus devem “facultar acesso regular ao

público e fomentar a democratização da cultura”²⁰⁶. Desta forma, o MCCG desenvolve uma programação cultural e educativa que vai de encontro às necessidades dos seus usufrutuários, e procura formas de divulgar o seu trabalho, atividades e conteúdos a um número alargado de pessoas que são ou podem vir a ser público. Para tal, há que conhecer o(s) seu(s) público(s) (sem perder de vista o futuro potencial público), avaliar o que se faz e se os conteúdos são atrativos. Os estudos de público constituem-se como uma ferramenta essencial para conhecer todos quantos visitam o museu (tipologias de usufrutuários) e identificar quem é o público potencial, mas também como elemento influenciador da sua programação futura. A partir da análise dos dados estatísticos do museu, foi possível chegar a algumas conclusões. No contexto da pandemia o MCCG teve de dar uma resposta proativa no sentido de manter a sua relação com os públicos. Através das novas plataformas digitais (visita virtual e Zoom) trabalhou com escolas e instituições sénior à distância (visitas virtuais orientadas e projetos com a comunidade), apresentou uma programação presencial à medida (visitas temáticas de duração e lotação reduzida), concebeu alguns suportes em formato digital (vídeos, PDF’s) e realizou atividades adaptadas aos suportes virtuais. O museu procurou potenciar este contacto privilegiado com os públicos, e melhorar a sua presença nos canais de comunicação das tutelas que, até aqui, estavam menos ativos. De 2020 para 2021, a realização de atividades (para o público escolar e instituições sénior) em contexto digital aumentou as suas participações, em virtude dos constrangimentos provocados pela pandemia. Ainda assim, a estatística de frequentadores do MCCG desceu para um terço da visitação pré-pandemia e, apesar de se ter fidelizado algum público local, a maioria dos frequentadores do museu continua a ser o público estrangeiro. Seria interessante aprofundar esta análise e estendê-la ao público de visitação livre (maioritariamente estrangeiro), perceber as nacionalidades que mais visitam o MCCG, como tiveram conhecimento da sua existência e atividade e abordar outras questões que possam ajudar a potenciar uma melhor comunicação e a criação de parcerias com organizações turísticas e hoteleiras.

O diagnóstico ao MCCG permite-nos concluir que o entendimento da entidade museal enquanto espaço expositivo e o reflexo desta noção na estrutura do modelo de gestão

²⁰⁶ Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto, art.º 3º, alínea b).

adotado dificultam o planeamento e a gestão da programação museológica. Partindo destas noções, o capítulo seguinte (ponto 4) pretenderá consistir num exercício de planificação e programação, com o objetivo de construir algumas propostas de superação no futuro próximo, tendo em conta a concretização plena da missão do MCCG e com o objetivo de potenciar as valências e o dinamismo característicos desta instituição.

4. Planear para o futuro: contributos em prospetiva para o centenário do MCCG (2022-2031)

4.1. Principais linhas de planeamento estratégico

No capítulo anterior realizámos o diagnóstico ao MCCG, ao analisarmos globalmente a instituição, e salientámos os aspetos positivos e negativos da sua estrutura de gestão e da sua programação. Este diagnóstico servirá de instrumento de trabalho e de planeamento estratégico, na identificação de soluções e meios para um processo de (re)programação futuro, tendo em conta a missão e o posicionamento do MCCG no contexto social e museológico atuais. Conforme apontado na introdução e assumindo a limitação do nosso solitário exercício académico, para estruturar e planificar os conteúdos e temas a abordar no presente capítulo, tomámos como meta de reflexão um cenário a 10 anos, o qual nos permita estabelecer um plano e objetivos a curto e a longo prazo, incluindo a celebração do centenário do MCCG.

Refletiremos em especial sobre a estruturação de alguns serviços do museu e as suas estratégias de comunicação, de educação e de mediação.

4.1.1. Conhecer os desafios atuais, antever cenários futuros

Para este processo, teremos como referência o documento *TrendsWatch: Navigating a Disrupted Future*²⁰⁷, elaborado pela *American Alliance of Museums*, um relatório realizado no contexto de crise devido à pandemia por Covid-19 na sociedade e nos museus norte americanos. É dedicado a questões que os museus devem atender no seu presente (agora), de forma a minimizar os danos às suas comunidades e garantir a sua sobrevivência. Este documento apresenta os problemas da atualidade, sugere questões críticas para os museus, descreve os desafios, resume a forma como a sociedade e os museus estão a responder a esses desafios, apresentam uma estrutura para a ação, documenta exemplos de museus que lidam com essas questões e fornece recursos adicionais para ajudar a lidar com os problemas apresentados. O relatório também formula quatro mini cenários – Crescimento, Limitação, Colapso e Transformação – que descrevem como o mundo pós-pandemia poderá ser em 2025, com reflexões sobre

²⁰⁷ *TrendsWatch: Navigating a Disrupted Future*. Edição de 2021. American Alliance of Museums. [em linha] [Consult. 11/07/2021] Disponível em: <WWW:URL:<https://www.aam-us.org/programs/center-for-the-future-of-museums/trendswatch/>>.

como os museus se podem adaptar a cada um. Constitui-se como uma ferramenta que explora o impacto que as forças emergentes de mudança podem ter sobre os museus na próxima década (ou mais), tornando-se relevante para o exercício académico que pretendemos fazer, de construir algumas propostas de superação no futuro próximo do MCCG, não obstante termos em consideração a significativa diferença de contextos conceituais e operacionais.

Esta edição *TrendsWatch* de 2021 apresenta cinco tendências críticas que estão a afetar os museus e as suas comunidades:

- a desigualdade de riqueza e poder;
- o uso de tecnologias essenciais para sobreviver à pandemia;
- os modos de cuidar dos mais vulneráveis em tempos de crise;
- o impacto da Covid-19 no ensino superior;
- o papel vital da previsão estratégica no planeamento do museu.

Sendo de enfatizar que o relatório analisa a situação norte-americana, todas estas questões influenciam de alguma forma, noutras partes do mundo, a vida dos museus, dos seus frequentadores e dos seus parceiros. Pela forma como ajudam a sociedade a responder à pandemia, os museus mostram o seu poder e importância. Da mesma forma, ao ajudarem a formar um mundo mais justo e equitativo, os museus estabelecerão o seu papel na criação de um futuro melhor.

Antes da pandemia, os museus estavam lentamente a adotar hábitos de planeamento. Mas com a velocidade disruptiva com que o mundo se altera há necessidade de acurar o seu planeamento através de uma “previsão estratégica” – uma conceção e metodologia que ajuda as organizações a administrar a incerteza e a preparar respostas flexíveis e adaptativas²⁰⁸. A estas tendências, cruzamos os quatro importantes eixos de trabalho, pela sua atualidade e transversalidade, definidos em 2021 pelo ICOM: “a sustentabilidade, o ambiente, os novos modelos de gestão e a transformação digital”²⁰⁹. Teremos também em consideração a bibliografia específica sobre programação museológica e planeamento estratégico, nomeadamente nas obras *Criterios para la elaboración del plan museológico*, *The Manual of Museum Planning*, *The manual of*

²⁰⁸ *TrendsWatch: Navigating a Disrupted Future*. Edição de 2021, p. 36.

²⁰⁹ *O FUTURO DOS MUSEUS: RECUPERAR E REIMAGINAR – Dia Internacional dos Museus 2021*. ICOM Portugal. [em linha] [Consult. 16/09/2021] Disponível em: <WWW:URL:<https://icom-portugal.org/2021/05/17/o-futuro-dos-museus-recuperar-e-reimaginar/>>.

strategic planning for museums. Serão igualmente consultadas outras ferramentas disponibilizadas pelo *Center for the Future of Museums*²¹⁰ e pela *Wallace Foundation*²¹¹. Estas tendências e eixos também se refletem em Portugal, estão em discussão na sociedade e desafiam as instituições museológicas e os seus profissionais.

As entrevistas que realizámos vão ajudar-nos a perceber como estes profissionais vêem o MCCG no presente, de que forma a instituição desempenha uma intervenção específica face aos problemas atuais e quais as iniciativas e estratégias que preconizam para o seu futuro.

Através da adoção de ferramentas de planeamento e previsão estratégica, formularemos propostas e vias para melhorar a forma do MCCG atuar e comunicar no futuro.

4.1.2. Modelo, instrumentos e órgãos de gestão

O plano estratégico assume-se como uma ferramenta para determinar em que “coisas” ou funções os museus se devem focar e como²¹². A realização do diagnóstico da situação atual do MCCG, dos seus recursos e dos seus públicos, dos sucessos e das dificuldades, dos objetivos, das prioridades atuais, os seus objetivos, metas e projetos, ajudam-nos a definir um ponto de partida para a construção da estratégia que propomos para o futuro.

Importa salientar que vamos abordar individualmente (e de certa forma solitariamente) as questões de planeamento estratégico, iniciativa e processo que deveriam ser trabalhadas de forma mais exaustiva, promovida com a tutela e os parceiros do museu, necessariamente por uma equipa multidisciplinar.

Em primeiro lugar é necessário refletir sobre o documento fundador e sobre a designação do próprio museu. À data, o MCCG assume o testamento de Manuel de Castro Guimarães como o seu documento fundador. Apesar da importância deste documento, por conter a vontade expressa de Manuel de Castro Guimarães em deixar

²¹⁰ *Center for the Future of Museums*. American Alliance of Museums. [em linha] [Consult. 1/08/2021] Disponível em: <WWW:URL:<https://www.aam-us.org/programs/center-for-the-future-of-museums/>>.

²¹¹ *Navigating Uncertain Times: A Scenario Planning Toolkit for the Arts and Culture Sector*. Wallace Foundation. [em linha] [Consult. 1/08/2021] Disponível em: <WWW:URL:<https://www.wallacefoundation.org/knowledge-center/pages/navigating-uncertain-times-a-scenario-planning-toolkit-for-arts-culture-sector.aspx>>.

²¹² LORD, Gail Dexter; MARKERT, Kate – *Op. Cit.*, p. 2.

o seu legado ao Município de Cascais, em nosso entender, o documento fundador do MCCG deve referir a aceitação por parte da CMC e validar essa intenção. Assim, propomos que a ata da *Octagesima sexta sessão da Comissão Administrativa da Camara Municipal de Cascaes* seja considerado como o seu documento fundador, complementado pelo testamento do Conde, uma vez que o próprio definiu e providenciou neste documento todos os meios para a instituição do museu.

Assim, Manuel de Castro Guimarães deixou o seu palácio para que este fosse constituído um “Museu Municipal e biblioteca pública”, tendo este sido designado como Museu-Biblioteca Conde(s) de Castro Guimarães. O conceito de biblioteca nunca se devia ter dissociado do conceito de museu, uma vez que o espólio bibliográfico dos Condes, que deu origem à primeira biblioteca de Cascais, constitui-se como parte integrante do acervo e do percurso expositivo do MCCG. Por este motivo, e porque essa evocação ainda está muito presente na memória da sua comunidade local, entendemos que a sua designação deverá ser reconsiderada. Não pretendemos com isto sugerir trazer de novo a biblioteca municipal para o espaço físico do museu, uma vez que este, atualmente, não apresenta espaços disponíveis ou condições para prestar um adequado serviço aos seus leitores. Mas porque faz parte do conceito fundador desta instituição.

Na análise elaborada no capítulo anterior, constatámos que existe a necessidade de o Museu Condes de Castro Guimarães adequar e atualizar o seu âmbito de atuação, que deverá espelhar as suas especificidades e do seu acervo, bem como a definição do seu campo temático e alcance territorial.

Como foi referido no diagnóstico elaborado, a missão, a vocação e os objetivos do MCCG foram redigidos no seu Regulamento, na fase de preparação da candidatura à RPM (2010). O planeamento estratégico fornece as ferramentas necessárias para uma revisão ou atualização objetiva dos *foundation statements*²¹³. Importa redefinir estes elementos e atualizar os seus documentos orientadores, uma vez que consistem em aspetos essenciais para o bom funcionamento de um museu.

Como nos encontramos a realizar um trabalho académico, parece-nos pertinente apresentar este exercício, mas apenas no sentido de que as formulações aqui

²¹³ *Idem, Ibidem*, p. 7.

apresentadas constituam um contributo para a discussão num ulterior grupo de trabalho.

A missão indica a sua razão de ser do museu²¹⁴, o seu propósito, e deve corresponder ao papel que o museu desempenha na sociedade, de acordo com “os valores, as metas, a estratégia e o público-alvo da instituição, de maneira informativa e inspiradora”²¹⁵. Assim, consideramos que a missão do MCCG deverá ser reformulada e propomos como base de nova redação: o MCCG existe como um espaço de referência, ativador de cidadania, de diálogo crítico sobre o passado e de participação nos desafios para o desenvolvimento sustentável de Cascais, para preservar o património que lhe está associado e incrementar de forma inclusiva o seu usufruto social.

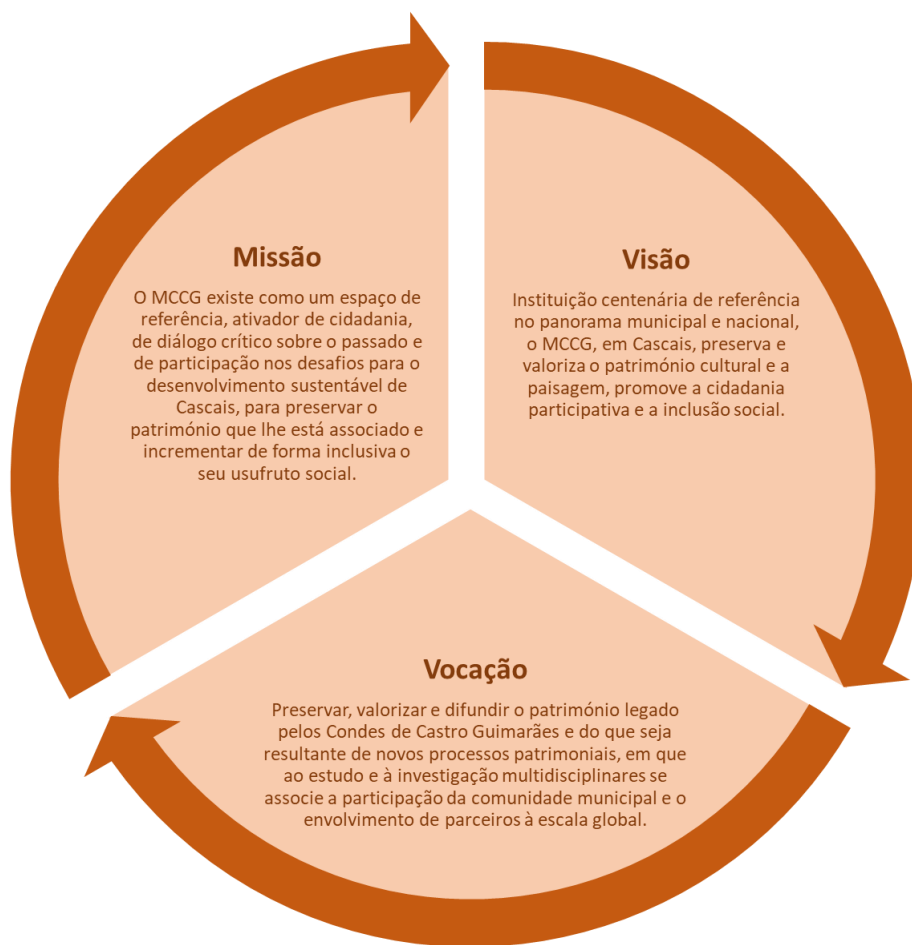
Propomos como base de reformulação e redação da sua vocação: preservar, valorizar e difundir o património legado pelos Condes de Castro Guimarães e do que seja resultante de novos processos patrimoniais, em que ao estudo e à investigação multidisciplinares se associe a participação da comunidade municipal e o envolvimento de parceiros à escala global.

Já referimos que não existe qualquer menção à visão do MCCG, embora esta seja essencial, como imagem da instituição no futuro, uma vez que descreve “*the impact that the museum aspires to make in the world or in the community that it is serving or proposes to serve. It should be short, sharp and inspiring*”²¹⁶. Desta forma, a nossa proposta de visão (a dez anos) para o MCCG passará por: instituição centenária de referência no panorama municipal e nacional, o MCCG, em Cascais, preserva e valoriza o património cultural e a paisagem, promove a cidadania participativa e a inclusão social.

²¹⁴ LORD, Gail Dexter; LORD, Barry; MARTIN, Lindsay – *Op. Cit.*, p. 45.

²¹⁵ CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte – *Op. Cit.*, p. 56.

²¹⁶ LORD, Gail Dexter; LORD, Barry; MARTIN, Lindsay – *Op. Cit.*, p. 47.



Esquema 1 - Relação entre a Missão, a Visão e a Vocação do MCCG.

Também sentimos como necessário definir um conjunto de valores que esteja de acordo com o modo de trabalhar do museu, no quadro de uma tutela pública, autárquica, e das parcerias estabelecidas com outras entidades, valores esses que se constituam como uma referência no modo de atuar em todas as suas atividades e serviços. Preferencialmente, estes conceitos devem estar em concordância com os valores das entidades de tutela, mas ao consultar as páginas da CMC e da FDL I, não foi possível encontrar de forma direta os seus valores. Apenas encontramos os princípios gerais de atuação de ambas as instituições, respetivamente nos seus Código de ética e de

conduta²¹⁷ e Código de conduta²¹⁸, onde alguns dos princípios se relacionam com os valores que apresentamos de seguida.

De acordo com a sua situação atual, entendemos que o MCCG se deve pautar pelos seguintes valores: diálogo crítico (ser um lugar permanente de trocas); inovação (estimular a criatividade e as novas formas de fazer); cidadania (atuar de acordo com os princípios da cidadania e da solidariedade); transparência (tornar públicos todos os processos e resultados); inclusão (acolher a diversidade e promover o acesso para todos); conhecimento (estimular o conhecimento e a aprendizagem); sustentabilidade (atuar em prol dos desafios do desenvolvimento sustentável); diversidade cultural (interpretar os territórios e as comunidades).

O modelo de gestão implementado em 2015, resultado do protocolo assinado entre a CMC e a FDL, resultou numa gestão bipartida dos equipamentos culturais de Cascais e, em particular do Museu Condes de Castro Guimarães. Através do diagnóstico e das entrevistas, verificámos que o presente modelo de gestão não é adequado. As vantagens apontadas prendem-se com o trabalho em rede e com a maior rapidez nos processos de contratação de serviços externos; enquanto as desvantagens se relacionam com a dificuldade de comunicação e gestão internas, de equipas e espaços, uma vez que cada órgão da tutela (CMC e FDL I) chefia áreas de atuação diferentes²¹⁹. Importa conferir ao MCCG (e aos restantes museus de Cascais) maior autonomia de decisão e de gestão orçamental no que respeita ao plano anual de atividades, à resolução de assuntos relacionados com o funcionamento e à divulgação das suas atividades. De acordo com o ROSM em vigor, o museu insere-se no Departamento de Inovação e Comunicação e pertence à Divisão de Museus e Promoção Cultural, onde não existe qualquer unidade orgânica, algo que nos parece fundamental. A subdivisão dentro da DMPC, ao tornar o museu numa unidade orgânica, permitiria maior autonomia de ação, como já referimos, e a valorização das funções de coordenador ao

²¹⁷ *Código de ética e de conduta do Município de Cascais*. Câmara Municipal de Cascais, julho de 2009. [em linha] [Consult. 8/10/2021] Disponível em: <WWW:URL:https://www.cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/new/cmcc_codigo_de_etica_e_de_conduta_2019_0.pdf>.

²¹⁸ *Código de Conduta da Fundação D. Luís I*. [em linha] [Consult. 8/10/2021] Disponível em: <WWW:URL:https://www.fundacaodomluis.pt/media/relatorios/C%C3%B3digo%20de%20Conduta_Fun_da%C3%A7%C3%A3o%20D.%20Lu%C3%ADs%20I.pdf>.

²¹⁹ Ver apêndice 2. Entrevistas (1).

equipar-se aos cargos de direção intermédia de 3º grau das unidades orgânicas flexíveis, nos termos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, base atual da organização, da estrutura e do funcionamento dos serviços municipais.

A par da valorização das funções de coordenador ou responsável técnico-científico do museu, também levantamos a questão do papel institucional desempenhado por este e qual a formação adequada para o seu sucesso. “A direção de um museu é um posto-chave e, para sua nomeação, as autoridades de tutela devem levar em consideração os conhecimentos e as competências requeridas para ocupar o cargo com eficiência”²²⁰. No nosso entender, o responsável por cuidar do espaço do museu e mantê-lo vivo para a sociedade, deve ter formação em museologia. A sua formação e experiência permitem-no atuar nas principais áreas do museu – gestão, pesquisa, conservação, programação e comunicação –, que consistem na conciliação entre o público e o espaço, ou seja, realiza tarefas relacionadas com os objetos e a exposição, com a preservação do património que está ao seu cuidado e desenvolve uma relação entre o objeto e o observador. Outra área de que se deve ocupar é a educação, que consiste na mediação entre o museu e os seus públicos. Não obstante a sua área de atuação, este profissional deve entender a linguagem do museu e as suas necessidades, de modo a trabalhar para torná-lo o melhor possível aos olhos de todos os que com ele se relacionam.

Também já apontámos que o museu necessita de um maior investimento na área de recursos humanos, uma vez que estes são insuficientes para o cumprimento de todas as funções museológicas e necessidades de atuação, assim como incentivar a formação contínua e o desenvolvimento profissional.

“É necessária a admissão de pessoal qualificado, com competência para atender a todas as responsabilidades a cargo do museu. (...) Deve-se promover oportunidades adequadas de formação continuada e de desenvolvimento profissional para todo o pessoal do museu a fim de manter sua eficiência”²²¹.

²²⁰ ICOM/UNESCO. *Código Deontológico do ICOM para os Museus*. Buenos Aires: International Council of Museums, 1986/Barcelona: International Council of Museums, 2001. Trad. ICOM Portugal, 2009, p. 7. [em linha] [Consult. 1/09/2021] Disponível em: <WWW:URL:https://icom-portugal.org/wp-content/uploads/2015/03/CodigoICOM_PT-2009.pdf>.

²²¹ *Idem, Ibidem*, p. 7.

É essencial discutir com a tutela os perfis de profissionais que o museu precisa, definindo planos de ação futuros para os recursos humanos. A curto prazo, propomos a integração de quatro técnicos superiores (dois na área de estudo/investigação e inventário; um na área de educação/mediação; e um na área de conservação e restauro/gestão de coleções) e de três assistentes técnicos (um na área de educação e dois para a bilhética e acompanhamento de visitantes). Embora a investigação já seja uma realidade no MCCG, com o preenchimento das necessidades de recursos humanos, será possível alargar essa função e abranger outros estudos possíveis de se realizar no museu e que potenciarão outras áreas de atuação. A médio prazo será necessário integrar outros técnicos, uma vez que no período compreendido entre 5 e 10 anos mais de metade dos trabalhadores do museu estarão aposentados, e alargar as áreas de formação (nomeadamente nas áreas de arquivo, história da arte, artes plásticas/decorativas, mediação e comunicação) de forma a constituir uma equipa multidisciplinar. No seguimento do diagnóstico realizado ao MCCG, através de uma análise *SWOT*²²², pretendemos ilustrar as suas potencialidades e carências e delinear as estratégias para um funcionamento mais eficaz²²³.

Análise SWOT

		Forças	Fraquezas
Fatores internos		Tradição e boa imagem da instituição	Recursos humanos escassos
		Localização privilegiada	Acessibilidade insuficiente
		Serviço Educativo em rede	Falta de divulgação própria
		Edifício histórico considerado um marco na arquitetura local	Modelo de gestão (bi partida) adotado e falta de autonomia
		Qualidade e diversidade dos acervos bibliográfico e artístico	Dificuldades de comunicação interna
		Degradação do edifício e do acervo	
		Oportunidades	Ameaças
Fatores externos		Proximidade com Lisboa e Sintra	Pandemia
		Boas acessibilidades por transportes públicos e próprios	Relação frequência x investimento público desfavorável
		Formação de parcerias para qualificar o trabalho e diversificar propostas	Crescente número de museus / equipamentos culturais em Cascais
		Integração no mercado turístico	Falta de investimento na conservação e preservação do edifício e do acervo
		Perspetivas de público constante	

Esquema 2 - Análise *SWOT* realizada ao MCCG.

²²² Esta tarefa deve ser assumida pela equipa do museu, mas como nos encontramos a realizar um exercício académico foi apenas realizado pela autora.

²²³ LORD, Gail Dexter; LORD, Barry; MARTIN, Lindsay – *Op. Cit.*, pp. 15-17.

“A partir das definições da missão do museu, da visão, dos valores, da identificação de seus pontos fortes e fracos, das oportunidades e ameaças do ambiente interno e externo, é possível determinar os objetivos estratégicos para a instituição, ou seja, o que deve ser feito para que sua função na sociedade seja realizada”²²⁴.

A definição destes objetivos ajudará a construir a estratégia de comunicação, monitorização e modificação dos projetos que virão a ser desenvolvidos, e pressupõe-se que devem ser detalhados para uma melhor operacionalização dos programas e projetos. Desta forma, definimos para o MCCG três eixos estratégicos:

- Eixo estratégico 1: Otimizar a gestão e a infraestrutura da instituição museal;
- Eixo estratégico 2: Contribuir para o estudo, a proteção e a divulgação do património arquitetónico, bibliográfico e artístico da instituição;
- Eixo estratégico 3: Reforçar a comunicação e a relação com os públicos e a captação de novos segmentos.

Estes eixos estratégicos deverão ser desenvolvidos ao longo do tempo, interligando-se entre si através de objetivos e ações concretas. Temos presente que muito há para ser atendido no futuro, e não tencionamos assinalar tudo o que há para fazer. A partir destes eixos estratégicos pretendemos responder às tendências que poderão afetar o museu no futuro e criar um cenário ideal, onde o museu desempenhe em pleno as suas funções museológicas e se torne um espaço participativo e um parceiro ativo de instituições sociais, de ensino e culturais na sua comunidade local e nacional.

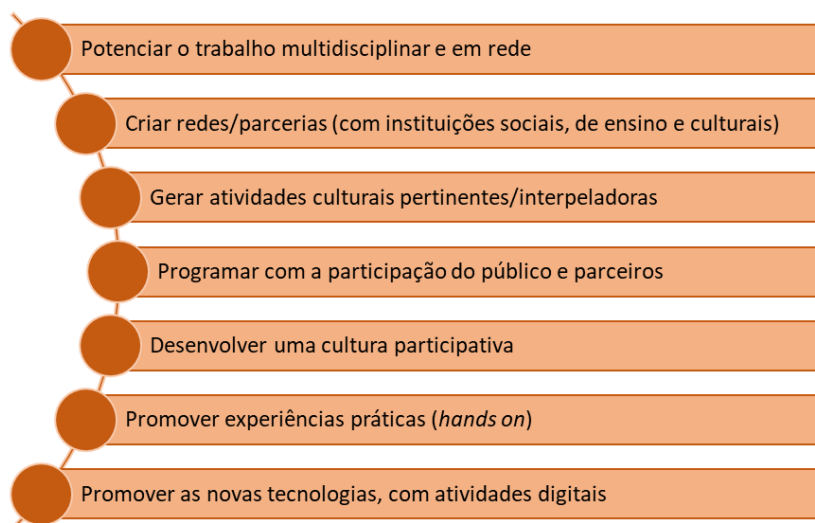
Idealizamos o MCCG com maior autonomia de gestão, com uma equipa multidisciplinar e acesso pleno ao seu acervo, promovido pelo seu estudo, conservação e comunicação. Ser capaz de desenvolver processos de programação mais partilhados que permitam cada vez mais o acesso aos objetos, às dinâmicas e às narrativas que se podem criar a partir deles. As narrativas têm de ser partilhadas, reinventadas, incluir as pessoas nos processos existentes ou até pensar com elas outros processos possíveis. O museu tem de se tornar um espaço onde as pessoas possam discutir e propor formas diferentes de ser contada a mesma história. O museu também precisa de se envolver na sua comunidade e discutir questões culturais, sociais e políticas relevantes na sua

²²⁴ AA., VV. – *Subsídios para a elaboração de Planos Museológicos*. IBRAM, 2016, p. 44.

comunidade local, fomentando o debate público. Ao tornar-se um local de intercâmbio cultural, como espaço de diálogo cívico sobre os interesses da comunidade e as políticas que a afetam, concretiza as suas missão e vocação, e atinge a visão a que se propôs.

Uma vez que a pandemia pode trazer a ameaça de recessão, no futuro, o museu terá de se manter como um oásis estável, oferecendo acesso e programação de forma gratuita; proporcionar o bem-estar da sua comunidade, como lugar emocionante e envolvente, promotor de experiências únicas; e apoiar o ensino, como importante instrumento de educação formal e não formal.

Neste sentido, delineámos algumas iniciativas e estratégias para o futuro do MCCG, que organizámos de acordo com a ordem de prioridade enunciada nas entrevistas²²⁵ realizadas aos profissionais do MCCG e à coordenadora do SCEBM:



Esquema 3 - Iniciativas estratégicas por ordem de prioridades.

Neste alinhamento de prioridades, os profissionais entrevistados atribuíram maior importância ao trabalho multidisciplinar e em rede e à criação de redes e parcerias com instituições sociais, de ensino e culturais. Destacaram, igualmente, a questão da participação do público e parceiros no processo de programação, assim como o desenvolvimento de uma cultura participativa. Consideraram de menor importância a promoção das novas tecnologias e desenvolvimento de atividades digitais. A transição digital e os seus desafios, constituem-se como uma ferramenta essencial no alcance de públicos, quer pelo contexto pandémico, quer pela distância ou inacessibilidade do

²²⁵ Ver Apêndice 2. Entrevistas.

espaço físico do museu para alguns usufrutuários. Cada vez mais usufrutuários vão valorizar ferramentas que colaborem na interpretação do conteúdo do museu. Apesar da importância que atribuímos a estes instrumentos, temos consciência da importância de vivenciar o espaço físico do museu e proporcionar um contacto real com os objetos. Ao longo deste suponto já fomos apresentando algumas propostas para a melhoria de desempenho em algumas áreas de atuação do museu, tendo o seu centenário como meta para um cenário futuro. Desta forma, e para ajudar o museu a atingir as suas metas, a curto prazo propomos a constituição de um grupo de trabalho relacionado com o centenário do MCCG: “100 anos de MCCG em Cascais”. Este grupo teria como objetivos discutir ideias, criar objetivos de planificação estratégica e de análise prospetiva para concretização de objetivos futuros e para a celebração dos 100 anos enquanto instituição museal. Deste grupo fariam parte o máximo de representantes de parceiros locais e nacionais, incluindo os atuais e os que se venham a formar no futuro. De forma participada, este grupo discutiria propostas e soluções que levassem o MCCG a atingir os objetivos e as ações propostas nos eixos estratégicos. Esta proposta abriria a porta a um futuro modelo de gestão, mais participativo, integrado e mais aberto do que aquele que existe atualmente.

A constituição deste grupo também se relaciona com a importância de desenvolver e criar novas parcerias e redes de trabalho entre o museu e outras instituições (sociais, culturais, de ensino e de investigação). Estas parcerias com entidades públicas ou privadas têm como objetivo principal a construção de uma programação conjunta e potencia redes de contacto mais alargadas. A integração do museu na RPM também pode ser um fator relevante na criação de parcerias e integração em redes de trabalho e projetos, que podem potenciar a atividade do MCCG, nas diversas áreas de atuação e de serviço público.

Complementarmente, o MCCG necessita de trabalhar alguns requisitos essenciais ao eixo estratégico 1 que melhoram o funcionamento da instituição, de forma a potenciar as suas atividades e contribuir para um maior bem-estar, quer para os trabalhadores quer para os usufrutuários do museu. A instalação de redes sem fios (*wi-fi*) pode possibilitar outro tipo de interatividade com e para os públicos, *in loco* ou à distância. Uma vez que o museu não tem cafetaria, a instalação de uma máquina de bens alimentares pode suprimir alguma necessidade dos usufrutuários durante a sua visita

ou participação em atividades. O museu também precisa de modernizar e ampliar alguns serviços destinados ao público, como a sinalética e a comunicação expositiva, e desenvolver recursos tecnológicos com vista à transmissão de informação sobre o acervo (áudio guias, mesas interativas, etc.). Também se torna premente tornar o espaço do museu mais acessível e capacitado para responder às necessidades dos usufrutuários, mas sobre este ponto debruçar-nos-emos mais à frente neste trabalho.

	Objetivos	Atividades
Eixo Estratégico 1: Otimizar a gestão e a infraestrutura operacional da instituição museal	Aperfeiçoar os procedimentos administrativos	Realizar um diagnóstico da gestão de procedimentos
		Estabelecer e implementar normas e orientações para a gestão institucional e atualizar o Regulamento Interno do museu
		Propor a reorganização dos serviços, com vista à criação de unidades orgânicas para uma maior autonomia de gestão dos equipamentos do BM
	Capacitar o grupo profissional da instituição	Completar a equipa com profissionais especializados nas diversas áreas de atuação da instituição
		Apostar na formação contínua dos profissionais da instituição, com vista a potenciar a sua atividade
	Constituir o grupo de trabalho "100 anos de MCGG em Cascais"	Criação de um grupo de trabalho para a discussão, conceção e elaboração de um projeto rumo aos 100 anos do museu
		Envolver as instituições parceiras da instituição no grupo de trabalho para a elaboração do projeto
		Desenvolver e realizar ações previstas no projeto
	Criar parcerias e integrar redes de trabalho	Formar acordos de cooperação técnica ou pareceria com Universidades, Institutos de Investigação, Instituições culturais e de ensino
		Estabelecer parcerias com instituições museológicas através da Rede Portuguesa de Museus

Tabela 5 - Síntese das propostas que integram o Eixo Estratégico 1: Otimizar a gestão e a infraestrutura operacional da instituição museal.

4.2. Projetos de comunicação, mediação e educação

4.2.1. Preservar e constituir o acervo do futuro

O acervo do MCGG teve origem no legado dos Condes de Castro Guimarães, composto pelo edifício e “toda a mobília, objectos d’arte, livros e pratas”²²⁶, mas ao longo da sua história enquanto instituição museal foi adquirindo outros objetos, aceitando outras doações e ofertas. É o próprio Conde que, no seu testamento, deixa uma quantia de

²²⁶ Cópia do Testamento de Manuel Inácio de Castro Guimarães. Averbado nos livros de registo de testamentos arquivados na secção administrativa da Câmara Municipal de Cascais, livro nº 72 do ano de 1927, p. 1.

dinheiro para “a compra de livros para aumento da biblioteca, ou de qualquer objecto indispensável”²²⁷. Mas quais foram os critérios de desenvolvimento da coleção? Ao longo dos seus 90 anos, os vários conservadores sugeriram a aquisição de peças que acreditavam completar e enriquecer o acervo inicial. Atualmente, o museu continua a aceitar doações – nos últimos três anos sempre relacionadas com a família O’Neill ou com os Condes – o que nos permite caracterizar a sua coleção como aberta. A própria Lei-Quadro dos Museus não determina que bens e respetivas tipologias devem ser incorporados, mas estes devem estar de acordo com a política de incorporação e com a vocação do museu. Desta forma, importa rever a política de incorporação do MCCG e definir os critérios de seleção e aquisição atuais para o desenvolvimento do acervo, a 5 anos, e regulamentar o processo de integração dos futuros objetos no acervo. Este processo deverá ser repetido em 2027, de forma a (re)constituir o acervo para o seu centenário. O MCCG para continuar a enriquecer o seu acervo de forma contínua e coerente, tem de programar a capacidade de conservação, estudo, exposição ou reserva. Podem criar-se sinergias com outros equipamentos culturais de Cascais (com as mesmas temáticas ou que não tenham espólio), no sentido de expor, divulgar e dinamizar coleções e espaços; ou pode mesmo pensar-se na desincorporação de alguns objetos industriais que foram doados (e aceites) sem critério de aceitação. Os objetos adquiridos no futuro devem ser rigorosamente selecionados e estar de acordo com os seguintes critérios: adequação do objeto à missão e vocação do museu; os objetos deverão estar, preferencialmente, em bom estado de conservação; ter em conta o espaço disponível em reserva e as condições para o acondicionamento e a preservação desses objetos; não aquisição de objetos sem documentação.

O MCCG, pelo seu acervo (onde o edifício se inclui), integra a história de Cascais do final do século XIX e do século XX, interpretando a história de duas famílias e as relações sociais que se estabeleceram nesse período. Neste contexto, importa também realçar a arquitetura e a paisagem cultural evolutiva de Cascais, que o museu também trata como tema, de acordo com o pensamento, os interesses e a compreensão do século XXI. Propomos algumas ações a médio prazo com vista a potenciar o seu estudo, a sua exposição e a sua conservação, com o objetivo de tornar o museu num espaço de

²²⁷ *Idem, Ibidem*, p. 1.

produção de conhecimento e pesquisa. Nomeadamente, a identificação dos objetos mais significativos ou representativos, que possam ser considerados exclusivos ou trazer alguma notoriedade ao museu; o estudo das coleções que ainda se encontram por estudar, como a pintura (antiga e moderna), a escultura ou os leques; identificação dos objetos com necessidades prementes de conservação preventiva e/ou restauro; avaliação da atual gestão das coleções, principalmente no que diz respeito ao estado do inventário, das reservas (e da sua conservação preventiva) e as condições de armazenamento. O estudo e divulgação do acervo só será possível se o museu estabelecer um plano de ações continuadas para a sua monitorização e promoção de medidas bem definidas no Plano de Conservação Preventiva, que terá de ser revisto e atualizado regularmente. Também o edifício precisa de cuidados imediatos de manutenção e preservação que não podem continuar a ser apenas realizados pelos serviços internos da CMC (DMSL), como já referimos no diagnóstico. Há a necessidade de contratar uma empresa especializada em serviços de conservação e manutenção de edifícios históricos, que realize um diagnóstico do estado do MCCG e elabore um programa de acordo com as necessidades do seu edifício. Uma vez que a tutela é a mesma, esta contratação deve ser extensível a outros equipamentos do BM, com características e necessidades similares.

Através destas orientações pretendemos definir as prioridades relacionadas com o tratamento do edifício e das coleções e os consequentes resultados decorrentes do seu estudo, investigação e incorporação, de forma a potenciar a sua exposição e comunicação no centenário da instituição.

Outra questão prende-se com o arquivo documental e fotográfico do MCCG, composto por documentos que são parte da sua coleção (como fotografias e audiovisuais), documentos sobre o seu acervo (como a informação sobre a sua proveniência) e documentos do seu arquivo institucional (produzidos pelo museu no decorrer das suas atividades). Este tipo de bens permanece numa situação de não tratamento ou integram outras categorias, que os dissociam do conjunto do acervo do museu, colocados em listas, dossiês ou bases de dados isolados. Os arquivos de museu desempenham o papel de arquivo permanente (ou histórico) da instituição, ao recolherem os documentos produzidos e acumulados pelo museu no decorrer das atividades planeadas e realizadas ao longo dos anos. O desinvestimento no tratamento deste tipo de bens e a fraca

interoperabilidade entre instrumentos documentais e de cooperação entre os grupos que os trabalham impedem a concretização da vocação dos museus, como sistemas de informação, onde todo o acervo (artístico e documental/arquivístico) deveria estar disponível e acessível, independentemente do seu suporte, formato ou proveniência. O arquivo do MCGG necessita de tratamento documental, digitalização, organização e identificação de todos os documentos, para facilitar o seu acesso e conservação. Alguns documentos já se encontram digitalizados e armazenados num disco externo, mas não estão identificados ou organizados por assunto; outros encontram-se no AHMC, e estão por tratar. O facto de o museu não ter na sua equipa um técnico superior de documentação e arquivo, destinado apenas a esta tarefa, dificulta o próprio trabalho museológico. Se toda a documentação for sistematicamente organizada e estiver acessível, serão facilitados os processos de trabalho do próprio museu, no que respeita às funções de investigação/estudo, inventário e exposição.

Seria interessante criar uma parceria com o AHMC, em que arquivistas e museólogos possam definir e criar procedimentos comuns para o tratamento técnico dos acervos arquivísticos, bem como os espaços onde são guardados e as responsabilidades que implicam. Esta parceria proporcionaria um melhor desempenho no processamento e na preservação do acervo sob a guarda do museu. O próprio Chefe de Divisão da DABP, também responsável pelo AHMC, acredita que o

“reforço da interoperabilidade dos sistemas de informação de Arquivos, Bibliotecas e Museus constitui outro importante desafio. Urge derrubar definitivamente as barreiras que dificultam o acesso e a partilha da informação gerida, em prol da melhoria da resposta fornecida aos utilizadores internos e externos. Para o efeito há que consolidar a partilha de saberes e experiências entre os profissionais da informação (...). Chegou o momento de colaborarmos na afirmação de um novo arquipélago de conhecimento, ao serviço de todos”²²⁸.

²²⁸ *Entrevista a João Miguel Henriques, Chefe da Divisão de Arquivos, Bibliotecas e Património Histórico da Câmara Municipal de Cascais*, de 31/03/2020. *Arquivo Magazine*. [em linha] [Consult. 31/08/2021] Disponível em: <WWW:URL:<https://www.archivozmagazine.org/pt/chegou-o-momento-de-colaborarmos-na-afirmação-de-um-novo-arquipelago-de-conhecimento-ao-serviço-de-todos-entrevista-com-joao-miguel-henriques/>>.

Através deste trabalho em rede, para além da normalização da informação, a documentação poderia ser disponibilizada *online*, permitindo aceder (também à distância) a imagens e descrições de todas as tipologias documentais do arquivo do MCCG. Para que este trabalho colaborativo e cooperativo resulte, também é necessário o diagnóstico de situações possíveis, de pensamento estratégico, programação e planificação de ações, não só com a equipa (do museu) mas também com os parceiros externos. O debate entre profissionais e o diálogo estratégico com outros museus (nacionais e estrangeiros) e instituições (como arquivos e universidades) torna-se fundamental, quer pela troca de saberes e experiências, quer pela criação de processos de documentação e inventariação dos diferentes patrimónios.

Ainda no que respeita ao trabalho em rede, retomamos o assunto da coleção bibliográfica dos Condes. Esta encontra-se catalogada e a informação sobre cada obra está disponível no catálogo geral das bibliotecas de Cascais e pode ser requisitada a sua consulta, no espaço do museu, com a supervisão de um técnico. Mas, tratando-se de peças do acervo, estas deveriam estar inseridas na base de dados *In Patrimonium Net* (à semelhança do que acontece com a obra *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques*), tendo como meta para a realização da tarefa o ano do seu centenário. O manuseamento desta coleção também deve ser evitado, pelo que propomos a digitalização das obras mais relevantes (pela edição, pelo autor, pelas ilustrações, etc.) tornando-as acessíveis *online* a um espetro mais alargado de usufrutuários e, ao mesmo tempo, resguardá-las de manuseamento.

	Objetivos	Atividades
Eixo Estratégico 2: Contribuir para o estudo, a proteção e a divulgação do património arquitetónico, bibliográfico e artístico da instituição museal	Preservar o acervo sob a guarda da instituição	Rever o Plano de Conservação Preventiva e preservar o acervo arquitetónico, bibliográfico, artístico e arquivístico
		Preservar a estrutura do edifício e promover medidas de acordo com as necessidades e riscos do acervo
	Potenciar a gestão do acervo	Completar, rever e atualizar a informação sobre o acervo inserida no <i>In Patrimonium</i>
	Rever a Política de Incorporação da instituição	Rever o Regulamento de Política de Incorporação do museu
		Estabelecer e consolidar procedimentos para a incorporação de bens
	Digitalizar e divulgar o acervo bibliográfico e arquivístico	Promover a digitalização do acervo bibliográfico e arquivístico (documental e fotográfico)
		Disponibilizar o acervo bibliográfico online
	Consolidar o museu como um espaço de produção de conhecimento e pesquisa	Incentivar e promover estudos sobre o acervo do museu, incluindo parcerias com Universidades e Institutos de Investigação
		Desenvolver estudos sobre as vivências do palácio (enquanto habitação e enquanto museu)
		Produzir conteúdos para os recursos tecnológicos (audioguias, mesas interativas, etc.)

Tabela 6 - Síntese das propostas que integram o Eixo Estratégico 2: Contribuir para o estudo, a proteção e a divulgação do património arquitetónico, bibliográfico e artístico da instituição.

4.2.2. Comunicar, ser publicamente interventivo e ser relevante na sociedade do futuro

O MCGG deve apresentar propostas diversificadas de forma a responder aos seus públicos e às suas preferências, apoiando a sua ação em parcerias, transformando-se numa instituição necessária e relevante. O museu só tem sentido se estiver ao serviço da sociedade e da sua demanda de interesses, nomeadamente pela procura dos públicos e de respostas que lhes sejam dadas em cada momento, mas para isso é necessário ter em conta as coleções, a conservação, a comunicação e a educação.

A comunicação com o público é considerada um dos aspetos mais relevantes para o impacto do museu e das suas ações na sociedade. Mas para tal é preciso saber para quem comunicar. O MCGG identifica como seus públicos-alvo a comunidade local, o público nacional (dito em geral e investigadores) e o público estrangeiro²²⁹. Dentro

²²⁹ Ver Apêndice 2. Entrevistas (1).

destas três categorias encontram-se escolas de todos os graus de ensino, seniores, adultos em idade ativa e turistas. No capítulo anterior já definimos alguns grupos de público com os quais o museu estabelece uma relação mais próxima, mas é necessário conhecer os restantes, as suas expectativas em relação ao museu e de que forma o trabalho pode ser desenvolvido para corresponder a essas expectativas. É preciso escutar todos os que habitam o museu, perguntar o que é que pensam e projetam que deve ser o “seu” museu e, assim, o museu conseguir responder às necessidades do(s) seu(s) público(s). Na envolvência do museu existem entidades como restaurantes, hotéis, meios de transporte, agentes de turismo, associações, juntas de freguesia, entre outras, com quem o museu pode contactar e dar a conhecer a sua oferta, reforçando a sua presença enquanto entidade ao serviço da comunidade local.

A comunicação com públicos tão distintos exige diferentes meios e formas de comunicar para os alcançar. O planeamento do museu deve ter em consideração o equilíbrio entre a comunicação e a preservação e investigação do acervo. A produção interna de conhecimento deve ser a base principal do sistema de informação e da produção de conteúdos do museu – e por isso é tão importante uma equipa com elementos suficientes e capacitados –, e é a articulação entre investigação e comunicação que dá sentido à missão e à vocação do museu.

Uma das formas de comunicação mais utilizada entre os museus e os seus públicos é a exposição. A partir dela o usufrutuário pode estabelecer uma ligação afetiva, pela descoberta dos espaços e objetos expostos, capaz até de transformar algum dos seus interesses, atitudes ou valores. No que respeita à comunicação expositiva, na exposição de longa duração do MCCG divulga-se a imagem do museu de uma forma coerente com a história do edifício e das famílias que o habitaram, tendo em conta a investigação e o estado de conservação das coleções. A história do MCCG e das personalidades que marcaram o seu percurso enquanto instituição museal, com os principais momentos de cada conservador/coordenador, através de imagens e documentos de arquivo do MCCG e de testemunhos de familiares e antigos funcionários, poderia ser apresentada numa exposição temporária ou publicação. Também seria interessante a realização da biografia do Conde de Castro Guimarães (28.08.1858 - 15.08.1927), de forma a construir a história desta figura multifacetada e assinalar o centenário da sua morte (2027). Também se torna necessário continuar com o estudo e atualização da informação sobre

o acervo e sobre as comunidades/personalidades que os produziram e/ou lhe deram uso, enriquecendo a experiência do usufrutuário e melhorando a apresentação dos conteúdos expositivos. Propõe-se o estudo das coleções de Pintura (antiga e moderna), Escultura e Leques, uma vez que ainda se encontram por estudar e constituem uma grande parte do acervo em exposição.

A partir de um conjunto coerente de objetos, mais significativos e representativos da sua missão e dos seus objetivos, o MCCG deverá manter a dinâmica de exposições temporárias (de pelo menos uma exposição por ano), com o objetivo de atrair novos públicos e renovar o interesse de quem já o visitou. A partir desses objetos (ou conjuntos) mais significativos ou de reconhecidos autores representados no seu acervo, será importante estabelecer uma rede de contactos e parcerias com outras instituições museológicas, no sentido de trazer para o MCCG exposições itinerantes, ou coleções em reserva, de outros museus nacionais que complementem conjuntos de objetos ou temáticas do MCCG. O museu também deve estabelecer parcerias com instituições universitárias, de modo a promover estágios curriculares ou capacitação de alunos de licenciatura e mestrado nas áreas das Artes, da História, do Turismo, da Mediação, etc., que ajudem a realizar diagnósticos, a potenciar o estudo e a divulgação do acervo.

O modelo de gestão do MCCG reflete a estrutura organizativa da qual faz parte, tornando-o dependente da tutela no que respeita à função de comunicação, subsidiária da Divisão de Marca e Comunicação (DMCO) da CMC. Desta forma, o museu em estudo não tem um *website* próprio nem autonomia para gerir páginas ou canais nas redes sociais, dependendo das páginas da tutela. A comunicação com o(s) público(s) começa muito antes da visita ao museu em si, inicia-se

“a partir do momento em que o potencial visitante, sabendo da existência da instituição, a equaciona enquanto uma opção de escolha, em função de um conjunto de fatores de motivação, seja através de contato realizado pessoalmente, ou através de instrumentos digitais. Por essa razão, os museus têm de desenvolver uma estratégia de comunicação suficientemente abrangente, que antecede e

sucedem a própria visita e que não se resume, necessariamente, numa visita ao local”²³⁰.

Por isso, consideramos de extrema importância o MCGG ter o seu *website* próprio, apelativo e funcional, com toda a informação essencial sobre a instituição, a sua coleção, os serviços disponibilizados, as atividades e as acessibilidades. Este deve recorrer às possibilidades das novas tecnologias, no que respeita a uma maior interatividade e disponibilização de conteúdos (não exaustivos), com a informação histórica sobre o museu, visita virtual, vídeos promocionais (o que há e o que aconteceu) e informativos, fotografias de arquivo e atuais, *links* para as redes sociais da tutela, acesso à programação do museu, informações úteis para preparar a visita, loja do museu com possibilidade de compra *online*, notícias, horários, acessibilidades e bilhetes.

Também se torna necessário o museu ter mais alcance no que respeita às redes sociais, apresentando as suas atividades por essa via e assim chegar a públicos geograficamente distantes. O museu deve aproveitar e potenciar os recursos digitais criados durante a pandemia por COVID-19, onde a proximidade geográfica deixa de ser um motivo determinante para a ida ao museu. Acreditamos que esta oportunidade de alcançar públicos diversos pode ajudar a dissipar barreiras de acesso ao espaço do museu e sobre quem os visita. Desta forma, através da recém-criada visita virtual e de outros conteúdos que podem ser acedidos em casa ou em sala de aula, as suas coleções e atividades saem “fora de portas” e são potenciadas, de acordo com a disponibilidade ou interesse de quem os procura. A pandemia veio acelerar a forma como os museus podem disponibilizar o seu conhecimento. Tendo em conta a quantidade de equipamentos culturais que integram o Património de Cascais, justificava-se a criação de uma subunidade na DMCO dedicada apenas à divulgação desse património, onde o MCGG se inclui. Desta forma poderiam ser realizados pequenos vídeos de divulgação dos equipamentos culturais, das suas coleções, exposições, peças em destaque e das suas atividades; fotografias dos acervos (para divulgação e para o inventário) e das atividades

²³⁰ REMELGADO, Ana Patrícia – *Estratégias de Comunicação em Museus. Instrumentos de Gestão em Instituições Museológicas*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014, p. 117. Dissertação de Doutoramento em Museologia.

realizadas (o que aconteceu); e gerir a presença mais assertiva e regular nas redes sociais da tutela.

No que respeita à comunicação expositiva, o museu já se encontra a rever os conteúdos com o objetivo de atualizar e completar a informação e de tornar a exposição mais atrativa, mas os textos terão também de ser mais acessíveis e adequados em termos de linguagem. Para contemplar a diversidade de públicos e a sua experiência em relação à comunicação, o museu deve pensar numa série de recursos como áudio guias; formas de apresentar a tradução dos textos noutros idiomas (para além do português e do inglês) recorrendo a Códigos QR ou à impressão dos textos de sala em francês, espanhol e russo; e elaborar material pedagógico para ser distribuído ao público e/ou estar disponível para *download*, com o objetivo de aproximar o visitante do acervo do museu. O serviço educativo do museu torna-se uma importante ferramenta de educação, de promoção da cidadania e de participação e um dos elementos-chave nesta comunicação com os públicos. O papel que desempenha como agente na educação não formal da sua comunidade, contribuiu para fomentar o gosto pelo património e pelo seu usufruto. Apesar do contexto pandémico, há que recuperar o público e fazê-lo regressar ao espaço do museu. As experiências proporcionadas no âmbito digital não substituem a importância do relacionamento físico com os espaços e as coleções. Cabe ao serviço educativo do MCCG proporcionar momentos únicos e inesquecíveis, reinventando novas abordagens de comunicação com os públicos, quer no âmbito museográfico, quer através da produção de conteúdos simples e facilitar o acesso ao conhecimento de formas diferentes, criar visitas estimulantes e outras práticas que envolvam os públicos. Compete-lhe promover novas experiências que conquistem e fidelizem usufrutuários, promovendo iniciativas em horários diferentes do horário de funcionamento do museu, apresentar atividades temáticas e promover o debate face aos problemas atuais e como estes afetam a comunidade onde está inserido.

O MCCG, ao fazer parte do SCEBM e programa Envolva-te, trabalha alguns temas chave que permitem uma relação direta com os recursos locais, de forma a construir um currículo local e coletivo, tais como: Artes Visuais e Cultura; História Local e Nacional (do local para o global); Cidadania e Participação. Esta prática é conciliada com o Programa Cidade/Cascais Amiga das Crianças, pela relação com a convenção sobre os direitos das crianças e jovens (nomeadamente os eixos da não discriminação e da participação; e no

direito à vida artística e cultural); e no Programa Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030 (ODS), nos objetivos nº 4 Educação de Qualidade, nº 5 Igualdade de Género; nº 10 Reduzir as Desigualdades; nº 17 Parcerias para a implementação dos Objetivos²³¹. Em contexto pandémico o SE do museu tem de continuar a dar uma resposta ativa, adaptando a oferta programática fundamentada na auscultação dos públicos, de forma a aferir hipóteses de trabalho continuado e em rede com os seus parceiros.

Como temos vindo a referir, o museu encontra-se instalado num edifício antigo que, pelas suas características, não é um espaço físico acessível, uma vez que não permite o acesso pleno dos públicos a todos os seus espaços e serviços. A médio prazo é necessário pensar sobre a adequação dos seus espaços para que usufrutuários com ou sem deficiências, com idades diferentes, estaturas e condições possam ser recebidos e aceder a todos os pisos do museu. Uma das propostas passaria pela instalação de um elevador (na zona 2 das áreas internas da planta piso 0), onde existe uma escada em caracol que liga o piso -1 (Reservas) ao piso 2 (gabinetes de trabalho). Nesta zona entra-se também o WC adaptado e a receção e bilheteira do museu, que também necessitam de requalificação e atualização. Compreendemos que se trata de um imóvel classificado e que esta obra implicaria um projeto de grande envergadura e elevado custo. O museu poderá apresentar uma candidatura ao Programa de Apoio a Museus da Rede Portuguesa de Museus – *ProMuseus* na área de Acessibilidade e Inclusão, e beneficiar não só do apoio financeiro, mas também de consultoria para encontrar a melhor solução. Desta forma, para além dos públicos, o museu também poderá receber trabalhadores em situação de mobilidade condicionada. Mas antes de qualquer alteração ao(s) espaço(s), importa perceber a quem se pretende chegar e de que forma. O MCCG necessita repensar as suas acessibilidades e o lugar que os públicos menos representados ocupam na sua atividade enquanto espaço ao serviço de todos. Nenhum espaço vai conseguir ser 100% acessível a todos, mas o MCCG tem de trabalhar para ser o mais acessível possível. Pensamos que um dos primeiros passos seria a criação de uma Política de Acessibilidade. E este documento, no nosso entender, deveria ser criado em contexto de Bairro dos Museus como a Política de Acessibilidade do BM. Deveria ser

²³¹ Ver Apêndice 2. Entrevistas (3).

nomeada uma pessoa responsável por coordenar esta área, para que haja articulação entre os vários equipamentos e continuidade no trabalho, independentemente de haver mudanças em termos de tutelas, direções ou equipas.

Esta pessoa deveria ter como funções e tarefas:

- facilitar a comunicação e ter conhecimentos atualizados e experiência nesta área, de forma a garantir o cumprimento das leis, o cumprimento da missão e objetivos da organização cultural e a implementação de serviços existentes e novos;
- criar uma equipa de auscultação composta por pessoas ou membros de associações de pessoas com deficiência – física, visual, auditiva e cognitiva -, para que em conjunto se possa realizar um diagnóstico;
- conduzir um diagnóstico a todos os equipamentos/espços (museus, parques, auditórios, fortalezas) e perceber onde e de que forma é possível melhorar os espaços e os programas (programação/atividades e comunicação), tornando-os acessíveis o mais possível;
- organizar ações de formação para os trabalhadores do *front-office*, mediadores/técnicos SE, assistentes de sala (auditórios);
- atualizar o *website* do BM de acordo com as normas de acessibilidade *web*, incluindo um item “Acessibilidade” com informações detalhadas sobre: condições de acesso físico fora e dentro dos espaços, incluindo sobre transportes e estacionamento; os serviços de acessibilidade e apoio no local (por exemplo, política de preços, entrada de assistentes pessoais/cuidadores, empréstimo de cadeiras de rodas, acomodações para cães-guia); a programação acessível (que deve constar também nas páginas específicas dos espetáculos, exposições, atividades e eventos acessíveis); os contactos para esclarecer dúvidas sobre acessibilidade.

Há a necessidade premente de resolver problemas de acesso físico para depois pensar numa oferta de projetos destinados a estes públicos, construindo soluções onde associações e usufrutuários da sua comunidade envolvente possam contribuir com propostas de melhoria. Existe uma multiplicidade de deficiências e de doenças que se manifestam das mais diversas formas, e cada pessoa tem a sua própria condição. O MCGG deverá investir em recursos de acessibilidade, com a consciência de que estes nunca serão suficientes para contemplar as necessidades e particularidades de cada usufrutuário. Neste sentido, a atuação dos recursos humanos do museu é fundamental

para a concretização da acessibilidade, no que respeita ao acolhimento e proatividade para dar resposta às necessidades de cada usufrutuário.

	Objetivos	Atividades
Eixo Estratégico 3: Reforçar a comunicação e a relação com os públicos e a captação de novos segmentos	Expor o acervo bibliográfico, artístico e arquivístico	Revitalizar a apresentação dos conteúdos expositivos a partir do estudo e atualização da informação sobre o acervo bibliográfico, artístico e arquivístico
		Constituir e promover propostas de exposições temporárias elaboradas pelos profissionais do museu
		Estabelecer parcerias com instituições museológicas nacionais para a co-organização de exposições temporárias
		Elaborar propostas com vista ao estudo e exposição do acervo arquivístico e respetivos conteúdos
	Fortalecer a comunicação com os públicos	Propor uma subunidade dentro da DMCO dedicada à comunicação e divulgação do Património de Cascais
		Desenvolver publicações e artigos de atividades educativas e expositivas organizadas pelo museu
		Criar uma página própria (website) ou um separador autónomo dentro da página da tutela
		Realizar um estudo de públicos da instituição, de forma a traçar perfis de usufrutuários
	Assegurar que a instituição seja uma importante ferramenta de educação, de promoção da cidadania e de participação	Reforçar o trabalho em rede no âmbito do programa Envolve-te (parceria com o SCEBM)
		Integrar o Serviço Educativo nas diferente áreas de ação do museu, numa perspetiva multidisciplinar de trabalho
		Fortalecer a relação museu-escola e aumentar a participação de instituições sociais e de ensino nas visitas e atividades mediadas pelo Serviço Educativo
		Realizar novos contactos entre instituições de educação e cultura que resultem em ações educativas
		Promover ações pedagógicas para o público em geral (visitas temáticas, cursos e workshops)
		Acolher o público espontâneo como forma de garantir a democratização de acesso e a formação de novos públicos
		Desenvolver programação para famílias
	Melhorar a acessibilidade no museu	Desenvolver ações de acolhimento para o público com deficiência
Capacitar os profissionais do museu para as questões relacionadas com a acessibilidade		
Desenvolver recursos pedagógicos que permitam experiências sensoriais		

Tabela 7 - Síntese das propostas que integram o Eixo Estratégico 3: Reforçar a comunicação e a relação com os públicos e a captação de novos segmentos.

5. Considerações Finais

Foi nosso objetivo contribuir para um melhor conhecimento da história e das particularidades que levaram à gênese e constituição do Museu Condes de Castro Guimarães, o seu modelo de gestão e a forma como este se insere no panorama e na história dos museus em Portugal. O projeto proposto decorreu da análise e diagnóstico realizados à instituição, tendo em conta a sua localização e envolvente, o enquadramento programático e modelo de gestão, o edifício e os seus espaços, a constituição e a preservação do acervo e a comunicação e a educação²³².

Em termos metodológicos procurámos conhecer tão bem quanto nos foi possível a bibliografia de referência sobre programação e planeamento estratégico e sobre estudos de futuro. Procurámos identificar metodologias e boas práticas que nos ajudassem a elaborar contributos para o melhor funcionamento desta instituição museológica.

Tendo analisado algumas das necessidades de cada área funcional do museu, concluímos que o cumprimento e desenvolvimento das funções museológicas é limitado pela falta de recursos humanos e financeiros, não permitindo a implementação de projetos para a melhoria da sua atividade museológica. Por outro lado, o diagnóstico mostrou ser essencial um maior investimento na programação e planificação estratégica, de modo a definir metas para o futuro do MCCG enquanto instituição municipal que se pretende afirmar no panorama nacional.

Nos últimos dois anos, a pandemia transformou o Mundo, as pessoas, as suas expectativas e as tendências globais e locais alteraram-se. Procurámos compreender as tendências emergentes que estão a moldar a sociedade, de forma a preparar o museu para o impacto dessas tendências na sua realidade. Foi neste cenário de incerteza e mudança que propusemos algumas linhas direcionais, que nos parecem da maior importância, para projetar o MCCG no horizonte 2022-2031, alicerçadas nas expectativas do desenvolvimento da sua missão e da sua visão. No contexto desta visão, dos eixos estratégicos delineados e dos seus objetivos, procurámos evidenciar o papel do museu na construção de propostas mais resilientes, atrativas e inspiradoras e, por isso mesmo, capazes de superar as fragilidades e constrangimentos do seu presente e

²³² O nosso diagnóstico e análise à instituição museal, assim como os dados recolhidos, referem-se ao mandato 2017-2021, da CMC.

de enfrentar os desafios do seu futuro. Estamos convictos que o MCCG assume, no contexto do município de Cascais, um papel fundamental para a superação dos constrangimentos e desafios a que a sociedade está sujeita.

As propostas que aqui apresentamos não são fechadas nem pretendem ser definitivas, mas tidas como linhas orientadoras para uma discussão e hipóteses de validação num (futuro) grupo de trabalho multidisciplinar ou em contexto de trabalho museal.

Conforme fomos referindo ao longo do texto, realizámos um trabalho solitário, ao contrário do que deve ser um projeto deste âmbito. No entanto, apesar de ter sido pensado de forma teórica, como exercício académico, é nossa pretensão que as propostas possam vir a ter alguma aplicabilidade prática no museu.

Das propostas apresentadas, salientamos como prioritárias a preservação do acervo sob a guarda da instituição e a capacitação do grupo profissional. Posteriormente, deveria ser constituído o grupo de trabalho rumo ao centenário do museu. Acreditamos que a constituição deste grupo de trabalho poderá ser facilitadora na formação de parcerias e integração em redes de trabalho, que colaborariam na organização, validação e concretização das propostas para os vários eixos estratégicos de atuação:

1. Otimizar a gestão e a infraestrutura operacional da instituição museal;
2. Contribuir para o estudo, a proteção e a divulgação do património arquitetónico, bibliográfico e artístico da instituição;
3. Reforçar a comunicação e a relação com os públicos e a captação de novos segmentos.

A nossa proximidade laboral à instituição foi vantajosa, pela vivência da realidade do museu e para a recolha de elementos e documentação necessários ao diagnóstico, permitindo elaborar propostas com uma base mais sólida. Ao mesmo tempo, constituiu-se como um dos grandes desafios à realização deste trabalho, pela necessidade de analisar a instituição com um olhar crítico e distanciado dessa realidade.

Durante a realização do trabalho, tentámos tomar as decisões o mais assertivamente possível, quer no que respeita à metodologia aplicada, quer em relação à dinâmica de trabalho. As maiores dificuldades revelaram-se na pouca bibliografia existente sobre a instituição e no cumprimento dos prazos inicialmente estabelecidos.

Apesar disso, o caminho percorrido possibilitou a criação de novas perspetivas de estudo e métodos de investigação, que contribuíram para um crescimento pessoal e profissional, e aumentaram a confiança para a realização de um trabalho académico

deste âmbito. No desenvolvimento deste projeto, tentámos sempre refletir sobre a forma mais adequada de conciliar o referencial teórico de metodologias e boas práticas com a realidade do MCCG, sem descurar o trabalho desenvolvido até hoje pela equipa técnica do museu.

As considerações e propostas que apresentamos neste trabalho de projeto, em contexto académico, são resultado de pesquisa bibliográfica, de reflexão teórica e de alguma experiência profissional como elemento da equipa técnica da entidade museal em estudo.

Embora centrado na realidade própria do MCCG, este trabalho também identifica alguns desafios de cariz transversal, que são enfrentados por outros equipamentos museológicos do Bairro dos Museus.

Como referimos no nosso trabalho, é importante a abertura dos museus a trabalhos académicos como o que aqui apresentamos, como forma participada da sociedade no desenvolvimento das instituições museais. A criação de sinergias entre instituição de ensino e instituição museal, pode levar os alunos a trabalhar com os museus (e não apenas sobre eles) e serem eles a propor às instituições de ensino os projetos que possam ser necessários e desenvolvidos de forma colaborativa.

Fontes e referências bibliográficas

Fontes documentais

Aceitação do Legado Dr. Pedro Miguel Vieira da Fonseca à Câmara Municipal de Cascais/Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães. Proposta de Reunião de Câmara. Proposta 203/2012 de 20 de fevereiro de 2012. Documento interno. Consultado no MCCG.

Acta da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cascais. Acta Nº. 18/86, de 13 de maio de 1986. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1986. Consultado no MCCG.

Cadastro Geral do Museu do Conde de Castro Guimarães. Cascais, junho de 1933. Arquivo MCCG. Documento Manuscrito. Consultado no MCCG.

Cópia de parte do Testamento de Manuel de Castro Guimarães. Averbado nos livros de registo de testamentos arquivados na secção administrativa da Câmara Municipal de Cascais, livro nº 72 do ano de 1927. Consultado no MCCG.

Entrevista a Maria Cristina Gonçalves, Coordenadora do MCCG. Cascais, agosto de 2021.

Entrevista a Catarina Aleluia, Coordenadora do SCEBM. Cascais, agosto de 2021.

Entrevista a João Ferreira, Assistente Técnico/Técnico Profissional de Museografia do MCCG. Cascais, agosto de 2021.

Linhas programáticas para a gestão dos Espaços Culturais sob responsabilidade da Fundação D. Luís I no quadro do Bairro dos Museus. Bairro dos Museus, sem data. Documento não publicado. Consultado no MCCG.

Octagessima sexta sessão da Comissão Administrativa da Camara Municipal de Cascaes. 12-03-1928. Actas da Comissão Administrativas da Camara Municipal de Cascaes. Arquivo Histórico Municipal de Cascais, Livro 56, pp. 175v-176. Consultado no AHMC.

Protocolo de Gestão dos Equipamentos Culturais do Município de Cascais (Município de Cascais e Fundação D. Luís I). Cascais: Câmara Municipal, 2014. Consultado no MCCG.

Regulamento de Política de Incorporações do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães, 2010. Documento não publicado. Consultado no MCCG.

Regulamento Interno do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães, 2010. Documento não publicado. Consultado no MCCG.

Relatório de Apreciação de Candidatura à Credenciação. Instituto dos Museus e da Conservação, 2010. Consultado no MCCG.

1.º Livro de Actas da Comissão Administrativa. 1930-1937. Arquivo MCCG.

2.º Livro de Actas da Comissão Administrativa. 1938-1956. Arquivo MCCG.

Bibliografia

AA., VV. - *Criterios para la Elaboración del Plan Museológico*. [S.l.]: Museos Estatales / Ministerio de Cultura, 2005. [em linha] [Consult. 22/02/2021] Disponível em: <WWW:URL:<http://www.culturaydeporte.gob.es/cultura/areas/museos/mc/pm/pm/anexos.html>>.

AA., VV. - *Subsídios para a elaboração de Planos Museológicos*. IBRAM, 2016. [em linha] [Consult. 2/02/2021] Disponível em: <WWW:URL:<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/Subs%C3%ADdios-para-a-elabora%C3%A7%C3%A3o-de-planos-museol%C3%B3gicos.pdf>>.

A Casa Senhorial. *Francisco Vilaça*. [em linha] [Consult. 28/12/2020] Disponível em: <WWW:URL:<http://www.acasasenhorial.org/acs/index.php/pt/artistas/257-francisco-vilaca-c-1850-1915>>.

ALMEIDA, Maria Mota – Branquinho da Fonseca. *In Dicionário Quem é Quem na Museologia Portuguesa*. Lisboa: IHA/NOVA FCSH, 2019, pp. 118-120.

ALMEIDA, Maria Mota – *Os primeiros 50 anos do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães – Cascais: Pioneirismo Mediado pela Ação Cultural e Educativa*. Paris: Nota de Rodapé Edições, 2016. Tese de Doutoramento.

AMBROSE, Timothy; RUNYARD, Sue – *Forward Planning. A handbook of business, corporate and development planning for museums and galleries*. London: Routledge, 1991.

American Alliance of Museums. *Center for the Future of Museums*. [em linha] [Consult. 1/08/2021] Disponível em: <WWW:URL:<https://www.aam-us.org/programs/center-for-the-future-of-museums/>>.

American Alliance of Museums. *TrendsWatch*. [em linha] [Consult. 11/07/2021] Disponível em: <WWW:URL:<https://www.aam-us.org/programs/center-for-the-future-of-museums/trendswatch/>>.

António José Branquinho da Fonseca: Uma vida (1905-1974). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Cascais: Câmara Municipal, 2001.

Archivoz Magazine. *Entrevista a João Miguel Henriques, Chefe da Divisão de Arquivos, Bibliotecas e Património Histórico da Câmara Municipal de Cascais*, de 31/03/2020. [em linha] [Consult. 31/08/2021] Disponível em: <WWW:URL:<https://www.archivozmagazine.org/pt/chegou-o-momento-de-colaborarmos-na-afirmacao-de-um-novo-arquipelago-de-conhecimento-ao-servico-de-todos-entrevista-com-joao-miguel-henriques/>>.

BAIÃO, Joana – José de Figueiredo *In Dicionário Quem é Quem na Museologia Portuguesa*. Lisboa: IHA/NOVA FCSH, 2019, pp. 114-117.

Bairro dos Museus. [em linha] [Consult. 28/12/2020]. Disponível em: <WWW:URL:<https://bairrodosmuseus.cascais.pt/list/bairro-dos-museus/o-bairro-dos-museus>>.

BEAUMONT, Maria Alice – *O Museu-Biblioteca do Conde de Castro Guimarães, em Cascais e as suas possibilidades educativas*. Comunicação apresentada à 3ª Reunião dos Conservadores dos Museus, Palácios e Monumentos Nacionais, Porto Setembro de 1962, Sep. Museu, 2ª série, nº 5. Porto: Gráf. do Porto, 1963.

BEAUMONT, Maria Alice – Pequena História do Museu de Cascais. *In Boletim Nº 2 [do] Museu-Biblioteca do Conde de Castro Guimarães*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1971.

Biblioteca Digital do Instituto Politécnico de Bragança. *João Couto*. [em linha] [Consult. 28/12/2020] Disponível em: <WWW:URL:https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/17420/1/JO%C3%83O%20COUTO_DEP_LE.pdf>.

CAMACHO, Clara Frayão (coord.) – *Relatório Final do Grupo de Projeto Museus no Futuro*. Grupo de Projeto Museus no Futuro, 2021. [em linha] [Consult. 14/06/2021] Disponível em: <WWW:URL:<http://patrimoniocultural.gov.pt/static/data/docs/2021/02/15/RelatorioMuseusnoFuturo.pdf>>.

Câmara Municipal de Cascais. (2009) *Código de ética e de conduta do Município de Cascais*. [em linha] [Consult. 8/10/2021] Disponível em: <WWW:URL:https://www.cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/new/cmc_codigo_de_etica_e_de_conduta_2019_0.pdf>.

Câmara Municipal de Cascais. (2013) ROSM Organograma. [em linha] [Consult. 16/04/2021] Disponível em: <WWW:URL:https://www.cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/rosm_web.pdf>.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte - *Orientações para Gestão e Planeamento de Museus*. Coleção Estudos Museológicos, Volume 3. Florianópolis, 2014, p. 54. [em linha] [Consult. 2/02/2021] Disponível em: <WWW:URL:<https://docplayer.com.br/6785958-Orientacoes-para-gestao-e-planeamento-de-museus.html>>.

CARVALHO, António de (coord.) – *Roteiro do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2008.

Cascais Cultura. Bens Culturais. [em linha] [Consult. 20/08/2021] Disponível em: <WWW:URL:<https://cultura.cascais.pt/iframe/inventario-de-bens-culturais>>.

Cascais Cultura. Notícias. [em linha] [Consult. 20/08/2021] Disponível em: <WWW:URL:<https://cultura.cascais.pt/noticias/cascais-lanca-ebook-da-cronica-de-el-rei-d-afonso-henriques>>.

Cascais Data. (2015) *Cascais Plano Diretor Municipal*. [em linha] [Consult. 16/04/2021] Disponível em: <WWW:URL:https://data.cascais.pt/sites/default/files/2017-07/reot_2.pdf>.

Centro Galego de Lisboa. *Jardim do Torel*. [em linha] [Consult. 22/11/2020] Disponível em: <WWW:URL:<http://www.juventudedagaliza.com/xuventude-de-galicia/jardim-do-torel-lisboa.html>>.

CLARO, João Martins – Lei-Quadro dos museus portugueses. Breves notas sobre os princípios estruturantes e a sua aplicação desde 2004. *In Lusíada*. Direito, S. 2, n. 18, 2017.

COLAÇO, Branca Gonta; ARCHER, Maria – *Memórias da Linha de Cascais*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1943.

CONSTANTE, Ana Maria – *Património(s) em Diálogo. Redes de Museus Municipais: Gestão e implementação de estratégias - Caso de Cascais*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2007. Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro.

COUTO, João – Museu-Biblioteca Conde de Castro Guimarães. *In Boletim Nº 2 [do] Museu-Biblioteca do Conde de Castro Guimarães*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1971, pp. 10-16.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François – *Conceitos-chave de Museologia*. ICOM. São Paulo: Armand Colin, 2013.

DGPC. Rede Portuguesa de Museus. [em linha] [Consult. 17/06/2021] Site: <WWW:URL:<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/>>.

D'OREY, Leonor – *A Coleção de Ourivesaria do Museu Condes de Castro Guimarães*. Lisboa: Câmara Municipal de Cascais, 2005.

ENVOLVE-TE – *Programa Cultural e Educativo Bairro dos Museus*. Brochura fevereiro a junho 2021, Cascais: Fundação D. Luís, 2021.

FALCÃO, Isabel – Coleção de Escultura. *In Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães – Roteiro*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2008, pp. 101-111.

FALCÃO, Isabel – Coleção de Pintura. *In Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães – Roteiro*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2008, pp. 75-99.

FERNÁNDEZ, Luis Alonso – *Museología y Museografía*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1999.

FERREIRA, Emília; MONTEIRO, Joana d’Oliva; SILVA, Raquel Henriques da - Dicionário Quem é Quem na Museologia Portuguesa. Lisboa: IHA/NOVA FCSH, 2019.

FERREIRA, Filipa Pereira Coutinho Duarte – *Políticas culturais locais: alterações e continuidades na última década em Cascais*. Lisboa: ISCTE-IUL- Instituto Universitário de Lisboa, 2016. Dissertação de Mestrado em Empreendedorismo e Estudos da Cultura.

FILIPPE, Graça; CAMACHO, Clara Frayão – Que futuro queremos dar ao(s) museu(s)?. Algumas questões da museologia contemporânea, entre o panorama mundial e a situação em Portugal. *In RP – Revista Património*, No. 5, 2018.

Código de Conduta da Fundação D. Luís I. [em linha] [Consult. 8/10/2021] Disponível em: <WWW:URL:https://www.fundacaodmluis.pt/media/relatorios/C%C3%B3digo%20de%20Conduta_Funda%C3%A7%C3%A3o%20D.%20Lu%C3%ADs%20I.pdf>.

Fundação D. Luís I. *Centro de Arte e Cultura Russa*. [em linha] [Consult. 10/04/2021] Disponível em: <WWW:URL:http://fundacaodmluis.com/index.php?option=com_content&view=article&id=920&catid=72>.

Fundação D. Luís. *Visita 360 | Museu Condes de Castro Guimarães*. [em linha] [Consult. 15/07/2021] Disponível em: <WWW:URL:http://www.fundacaodmluis.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=896:museu-condes-de-castro-guimaraes-museu-da-vila-visitas-virtuais-exposicoes2020-centro-cultural-de-cascais-fundacao-d-luis-i&catid=80:outras-iniciativas&Itemid=97>.

GONÇALVES, Maria Cristina – *A ação do Dr. José de Figueiredo no enriquecimento das coleções do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães (1930 – 1937)*. Conferência no âmbito do Dia Internacional dos Museus – “Museus: as coleções criam conexões”. Cascais: MBCCG, em 13/05/2014.

Hemeroteca Digital. [em linha] [Consult. 24/11/2020] Disponível em: <WWW:URL:<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>>.

HENRIQUES, João Miguel – *Cascais: 650 anos de história*. Cascais: Câmara Municipal, 2014.

HENRIQUES, João Miguel – *Cascais: Território | História | Memória: 1364-2014*. Edição Comemorativa do 650.º aniversário da vila de Cascais. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2014.

HERNÁNDEZ, Francisca Hernández – *Manual de Museología*. Madrid: Ediciones Sintesis, 1994.

INE. *Censos 2021*. [em linha] [Consult. 17/08/2021] Disponível em: <WWW:URL:https://ine.pt/scripts/db_censos_2021.html>.

ICOM Portugal. *Código Deontológico do ICOM para os Museus*. Buenos Aires: International Council of Museums, 1986/Barcelona: International Council of Museums, 2001. Trad. ICOM Portugal, 2009. [em linha] [Consult. 1/09/2021] Disponível em: <WWW:URL:
https://icom-portugal.org/wp-content/uploads/2015/03/CodigoICOM_PT-2009.pdf>.

ICOM Portugal. *Definição de museu*. [em linha] [Consult. 2/02/2021] Disponível em: <WWW:URL:<https://icom-portugal.org/2015/03/19/definicao-museu/>>.

ICOM Portugal. *Dia Internacional dos Museus 2021*. [em linha] [Consult. 16/09/2021] Disponível em: <WWW:URL:<https://icom-portugal.org/2021/05/17/o-futuro-dos-museus-recuperar-e-reimaginar/>>.

JÚDICE, Maria Assunção – Biblioteca do Conde de Castro Guimarães. *In Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães – Roteiro*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2008, pp. 63-67.

LEANDRO, Sandra – Maria Alice Beaumont *In Dicionário Quem é Quem na Museologia Portuguesa*. Lisboa: IHA/NOVA FCSH, 2019, pp. 44-43.

LEANDRO, Sandra – Da Torre de S. Sebastião ao Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães. *In Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães – Roteiro*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2008, pp. 11-41.

LEHMBRUCK, Manfred – “La Programmation”. *In Museum*. XXXI. Nº2. Paris: UNESCO, 1979.

LinkedIn. *Maria Cristina Gonçalves*. [em linha] [Consult. 6/02/2021] Disponível em: <WWW:URL:<https://pt.linkedin.com/in/maria-cristina-gon%C3%A7alves-b9b38615> >.

LORD, Barry – Museum Building Zones and Functional Areas. *In The Manual of Museum Planning*. Plymouth: AltaMira Press, 2012, p. 283-288.

LORD, Barry; PIACENTE, Maria - *The Manual of Museum Exhibitions*. Plymouth: Rowman & Littlefield, 2014.

LORD, Gail Dexter; LORD, Barry - *The Manual of Museum Management*. Plymouth: AltaMira Press, 2009.

LORD, Gail Dexter; LORD, Barry; MARTIN, Lindsay - *The Manual of Museum Planning*. Plymouth: AltaMira Press, 2012.

LORD, Gail Dexter; MARKERT, Kate - *The manual of strategic planning for museums*. Plymouth: AltaMira Press, 2007.

MAIRESSE, François – Éléments de prospective muséale. *In La Lettre de l'OCIM*, nº 150, novembre-decembre 2013.

MARTINHO, Teresa Duarte; GOMES, Rui Telmo Gomes – *O Centro Cultural de Cascais. Estudo de um Equipamento Municipal*. Docs, Documentos de Trabalho, 3. Lisboa: Observatório das Atividades Culturais, 2005.

MATOS, Maria Antónia Pinto de – Coleção de Porcelana Chinesa. *In Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães – Roteiro*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2008, pp. 147-155.

Matriz. *Luís Chaves*. [em linha] [Consult. 28/12/2020] Disponível em: <WWW:URL:<http://www.matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI.Web/pt-PT/RecursosSearch/PesquisaInvestigadores?IdEntidade=447>>.

Ministère de la Culture. *Museofiches*. [em linha] [Consult. 17/06/2021] Disponível em: <WWW:URL:<http://www2.culture.gouv.fr>>.

Ministère de la Culture. *Réaliser un projet scientifique et culturel*. [em linha] [Consult. 17/06/2021] Disponível em: <WWW:URL:<https://www.culture.gouv.fr/Regions/DRAC-Nouvelle-Aquitaine/Patrimoines-Architecture/Musees/Realiser-un-projet-scientifique-et-culturel>>.

MOREIRA, Marta Rocha – *Da casa ao museu. Adaptações arquitectónicas das casa-museu em Portugal*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2006, p. 323. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Metodologias de Intervenção no Património Arquitectónico.

MOTA, Maria Manuela Soares de Oliveira – *Porcelanas Orientais da Coleção do Museu Condes de Castro Guimarães*. Lisboa: Fundação Oriente/Câmara Municipal de Cascais, 2000.

Museu-Biblioteca do Conde Castro Guimarães: regulamento. Cascais. Lisboa: Oficina Gráfica, Ld.ª, 1943.

NIKOLIC, Mila – *City of Museums: Museum Clusters in the Contemporary City*. 2012. [em linha] [Consult. 3/04/2021] Disponível em: <WWW:URL:https://www.researchgate.net/publication/255172538_City_of_Museums_Museum_Clusters_in_the_Contemporary_City>.

No Mundo dos Museus. *Rafael Salinas Calado*. [em linha] [Consult. 28/12/2020] Disponível em: <WWW:URL:<https://nomundodosmuseus.hypotheses.org/308>>.

Notícias. Câmara Municipal de Cascais. [em linha] [Consult. 10/04/2021] Disponível em: <WWW:URL:<https://www.cascais.pt/noticia/capela-de-sao-sebastiao-e-agora-gerida-pela-paroquia>>.

O'BYRNE, Patrick et PECQUET, Claude – “La Programmation, Un Outil au Service du Conservateur, du Maître d’Ouvrage et du Maître d’Oeuvre”. *In Museum*. XXXI. Nº2. Paris: UNESCO, 1979.

PEREIRA, Ana Sofia Gomes – *Edifícios com Valor Patrimonial. Proposta de Reabilitação do Solar da Família Pessanha na Quinta dos Buxeiros*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2017, p. 4. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura.

Portal Diplomático. [em linha] [Consult. 24/11/2020] Disponível em: <WWW:URL:<https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/historia-diplomatica?view=article&id=670:suica-titulares&catid=120>>),

PORTUGAL, José Blanc de – Música: os «Cursos Musicais Internacionais de Férias» em Cascais. *In Ocidente: revista portuguesa*, Vol. 63, nº 295 (nov. 1962), Lisboa, 1962.

Português à letra. [em linha] [Consult. 22/11/2020] Disponível em: <WWW:URL:<https://portuguesalettra.com/latim/deus-nobis-haec-otia-fecit-latim/>>.

PROENÇA, José António – *A Coleção de Mobiliário do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2009.

PROENÇA, José António – Coleção de Mobiliário. *In Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães – Roteiro*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2008, pp. 113-133.

REMELGADO, Ana Patrícia – *Estratégias de Comunicação em Museus. Instrumentos de Gestão em Instituições Museológicas*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014, p. 117. Dissertação de Doutoramento em Museologia.

RIVIÈRE, Georges Henri – *La Museología. Curso de Museologia / Textos y testimonios*. Madrid: Ediciones Akal, 1993.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos; LIMA, Maria João; e NEVES, José Soares Neves – *Cartografia cultural do concelho de Cascais*. Obs, Pesquisas, 13. Lisboa: Observatório das Atividades Culturais, 2005.

SANTOS, Jorge Alves dos; NEVES, José Soares – *Os Museus Municipais de Cascais*. Docs, Documentos de Trabalho, 6. Lisboa: Observatório das Atividades Culturais, 2005.

SILVA, Vítor; LOUÇÃO, Paulo Alexandre – *O Segredo do Conde. A Catedral da Natureza*. Lisboa: Eranos Edições, 2018.

SILVA, Raquel Henriques – *Cascais*. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

SILVA, Raquel Henriques da - Carlos Bonvalot: a pintura como celebração da memória e da paisagem. *In Cascais de Carlos Bonvalot*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2009, pp. 12-29.

SOUSA, Maria José Rego de – O Museu Condes Castro Guimarães, sua concepção museológica e perspectivas futuras. *In Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município*, Nº 8. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1989, pp. 181-188.

SOUSA, Maria José Rego de – Reflexão Museológica: O Torreão do Palácio Condes de Castro Guimarães. *In Cadernos de Sociomuseologia*, v. 8, nº 8, 11, 1996, pp.169-171.

VIEIRA, Ana Bastos – *Cluster Cultural em Coimbra*. Archilovers. [em linha] [Consult. 11/07/2021] Disponível em: <WWW:URL:<https://www.archilovers.com/projects/50542/cluster-cultural-em-coimbra.html#info>>.

Wallace Foundation. *Navigating Uncertain Times: A Scenario Planning Toolkit for the Arts and Culture Sector*. [em linha] [Consult. 1/08/2021] Disponível em: <WWW:URL:<https://www.wallacefoundation.org/knowledge-center/pages/navigating-uncertain-times-a-scenario-planning-toolkit-for-arts-culture-sector.aspx>>.

Legislação

Aviso n.º 13785/2016, Diário da República, 2.ª série, n.º 1, de 4 de janeiro de 2016. [em linha] [Consult. 18/04/2021] Disponível em: <WWW:URL:<https://dre.pt/dre/detalhe/aviso/13785-2016-75688065>>.

Decreto n.º 45/93, Diário da República, 1.ª série-B, n.º 280, de 30 de novembro de 1993. [em linha] [Consult. 28/12/2020] <WWW:URL:<https://dre.pt/dre/detalhe/decreto/45-1993-552318>>.

Decreto-Lei n.º 121/2008, Diário da República, 1.ª série, nº 133, de 11 de julho de 2008. [em linha] [Consult. 28/12/2020] Disponível em: <WWW:URL:<https://dre.pt/dre/analise-juridica/decreto-lei/121-2008-456561>>.

Despacho n.º 4231/2020, Diário da República, 2.ª série, n.º 68, de 6 de abril de 2020.
[em linha] [Consult. 18/04/2021] Disponível em: <WWW:URL:
<https://dre.pt/dre/detalhe/despacho/4231-2020-131137813>>.

Despacho Normativo n.º 3/2006, Diário da República, 1.ª série-B, n.º 18, de 25 de janeiro de 2006. [em linha] [Consult. 7/01/2021] Disponível em: <WWW:URL:
<https://dre.pt/dre/detalhe/despacho-normativo/3-2006-542018>>.

Lei n.º 47/2004, Diário da República, 1.ª série-A, n.º 195, de 19 de agosto. [em linha]
[Consult. 7/01/2021] Disponível em: <WWW:URL:<https://dre.pt/dre/detalhe/lei/47-2004-480516>>.

Regulamento de Organização dos Serviços Municipais de Cascais. Despacho n.º 17044/2011, Diário da República, 2.ª série, n.º 242, de 20 de dezembro de 2011. [em linha] [Consult. 28/11/2021] Disponível em: <WWW:URL:<https://dre.pt/dre/detalhe/despacho/17044-2011-2286182>>.

Apêndices

Apêndice 1. Tabela com as exposições temporárias realizadas no MCCG (2011-2021).

Exposições MCCG 2011-2021

Título	Duração	Localização	Observações
100 Anos de Arte Portuguesa. Arte Partilhada Millenium BCP	2 de abril a 29 de maio de 2011	Galeria	Parceria Millenium BCP
A Pulsão do Amor. Arte Partilhada Millenium BCP	10 de maio a 22 de julho de 2012	Galeria	Parceria Millenium BCP
Gabinete Fernando Pessoa	13 de junho a 29 de dezembro de 2013	Sala de Exp. Temporárias	
ENTREvenção	10 de agosto a 30 de setembro de 2013	Ao longo do percurso expositivo	Constituída por obras de 6 alunos da Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa
Cascais Quotidiano e Paisagens nos séculos XIX-XX	15 de maio a 21 de setembro de 2014	Sala de Exp. Temporárias	
Pintura Naturalista na Coleção Millenium BCP	24 de abril a 30 de setembro	Galeria	Parceria Millenium BCP
Cast a Cold Eye Olha Friamente: Exposição de Estudantes de Belas-Artes nos 150 Anos do Nascimento do Poeta W. B. Yeats	16 de outubro a 8 de novembro de 2015	Galeria	
Tapetes de Marrocos: A gramática de sons e silêncios	7 de julho a 17 de setembro de 2017	Galeria	Proposta CMC. Realizada no âmbito do evento "Marrocos em Cascais"
Viragem de época. 100 anos da execução do último Imperador russo	19 de junho a 9 de setembro de 2018	Galeria	Proposta FDL I
Pintura de Carlos Solano de Almeida	27 de setembro de 2018 a 6 de janeiro de 2019	Galeria	Proposta FDL I
Momentos da Gravura europeia na Coleção do Museu Condes de Castro Guimarães, Séculos XVI-XIX	13 de julho de 2018 a 28 de fevereiro de 2019	Sala de Exp. Temporárias	
COEXISTÊNCIA E NEGOCIAÇÃO	11 de maio a 14 de julho de 2019	Ao longo do percurso expositivo	Constituída por obras de alunos da Mart
Celebração dos 200 anos da primeira edição completa da Bíblia em português	junho de 2019	Claustro	Proposta FDL I
Para lá da Torre 1938	7 a 23 de fevereiro de 2020	Sala de Exp. Temporárias	Constituída por obras de alunos da Escola Cascais School of Arts & Design
Laura Mulligan. Paisagens Portuguesas vistas por uma pintora irlandesa.	15 de outubro a 29 de novembro de 2020	Sala de Exp. Temporárias	Parceria com a Embaixada da Irlanda
Inspirações em período de confinamento 2020	20 de abril a 27 de junho	Sala de Exp. Temporárias	Constituída por obras de trabalhadores do MCCG realizadas durante o confinamento
Acqua in bocca – Vidros de Murano na coleção do MCCG	17 de julho de 2021 a 27 de fevereiro de 2022	Sala de Exp. Temporárias	

(1) Entrevista a Maria Cristina Gonçalves (MCG), Coordenadora do MCCG

1| Considera o cargo de coordenador(a) de museu adequado à necessidade e ao desempenho das funções que lhe são inerentes?

Sim

Não X

Outra resposta ou um comentário complementar

MCG: Atualmente, um coordenador de museu municipal na Câmara Municipal de Cascais corresponde a um técnico superior que coordena o trabalho desenvolvido pela equipa do museu, assumindo todas as responsabilidades técnicas inerentes ao cargo de diretor de museu na administração central e nas administrações regionais autónomas, embora sem o seu estatuto oficializado, a sua autonomia para gerir uma dotação orçamental ou, a nível de recursos humanos, avaliar os colegas que trabalham sob a sua orientação direta. Para alcançarmos uma maior equidade no exercício das funções, o cargo de coordenador de museu municipal deve ser equiparado aos cargos de direção intermédia de 3º grau das Unidades orgânicas flexíveis, nos termos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, base atual da organização, da estrutura e do funcionamento dos serviços municipais.

2| Procurando comparar o atual perfil de funções de coordenador(a) de museu com o que é definido pela lei-quadro de museus portugueses como responsável técnico (equiparado a diretor de museu), considera

Que é equivalente?

Que é valorizado?

Que é desvalorizado? X

Outra resposta ou um comentário complementar

MCG: Pela diferença de estatuto reconhecido formalmente e de remuneração, o que se reflete na falta de motivação dos atuais coordenadores e de atratividade desta função

acrescida junto dos restantes técnicos superiores a menos que estejam no topo da carreira e auferam como tal, e por falta de autonomia na gestão da dotação orçamental necessária para executar o plano anual de atividades orçamentadas, que, no entanto, é previamente aprovado pela tutela, o que suscita constrangimentos frequentes.

3| Enquanto Técnica Superior da Divisão de Museus de Cascais esteve envolvida no processo de credenciação e adesão dos museus de Cascais à Rede Portuguesa de Museus (RPM), no qual se incluiu o MCGG. Quem preparou os documentos (Regulamento Interno, Regulamento de Política de Incorporações, Normas e Procedimentos de Conservação Preventiva), e quais os critérios para a sua elaboração?

MCG: A experiência profissional anterior na coordenação dos museus da rede regional dos Açores, tutelados pelo Governo/Direção Regional da Cultura, incluindo a participação na revisão e atualização dos decretos regulamentares regionais com as respetivas orgânicas e demais documentação normativa, e ainda a preparação do processo de adesão dos mesmos (nove museus) à RPM, concluído em 2002, facilitou a articulação necessária ao processo de candidatura dos museus de Cascais, realizado em 2010/11. Em paralelo às visitas técnicas de elementos da Estrutura de Projeto da RPM para verificação e ajuste das condições de credenciação, foram-nos facultadas as “Bases orientadoras” para a elaboração do “Regulamento Interno dos Museus Portugueses” e das “Normas e Procedimentos de Conservação Preventiva” e ainda recomendada a consulta de documentos normativos elaborados por outros museus municipais, particularmente representativos das boas práticas museológicas, tais como os regulamentos internos do Museu Marítimo de Ílhavo e do Museu Municipal de Penafiel, entre outros. Nesse sentido, promovi reuniões com os responsáveis e técnicos dos três museus, nas quais apresentei minutas do regulamento interno, do regulamento da política de incorporações e das normas e procedimentos de conservação preventiva, preenchidas com a informação comum, tendo em conta a Lei-Quadro dos Museus Portugueses (Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto), o Código Deontológico do ICOM para os Museus e outros normativos nacionais e internacionais no âmbito das funções museológicas, solicitando a cada museu o preenchimento da informação específica, de acordo com a respetiva história, identidade, coleções e características / condições físicas

dos edifícios. Numa segunda fase, reuni individualmente com cada museu para rever a redação e a adaptação dos documentos à realidade local. Na terceira e última fase, procedi à articulação / harmonização final dos regulamentos e normas, a nível de estrutura, discurso e dimensão, uma vez que os ditos equipamentos integravam e integram uma rede de museus municipais, ligados entre si. Portanto, o critério fundamental consistiu na melhor adequação possível das boas práticas museológicas nacionais e internacionais à realidade local destes museus.

4| “É missão do MBCCG:

- 1.apoiar a política cultural do Município, com uma intervenção activa na identificação, classificação, preservação, investigação e promoção do património cultural móvel;
- 2.preservar, estudar e valorizar o património cultural móvel e imóvel à sua guarda, promovendo, de forma sistemática, a investigação e o debate científico sobre matérias pertinentes;
- 3.tornar públicos os resultados dessa investigação e debate, quer sob a forma de edições próprias, quer pela participação em publicações conjuntas;
- 4.apoiar e colaborar com instituições culturais afins, nomeadamente museus locais públicos ou privados instalados na área do Município, parceiros da Rede Portuguesa de Museus ou outros museus e institutos culturais nacionais e estrangeiros;
- 5.colaborar com departamentos e institutos estatais que superintendam o património cultural;
- 6.apoiar e colaborar com os estabelecimentos dos vários graus de ensino, particularmente os situados na área do Município;
- 7.suscitar o mais amplo debate e reflexão sobre o património cultural, contribuindo para uma maior sensibilização na necessidade do seu estudo e preservação;
- 8.contribuir para o desenvolvimento económico e social equilibrado.” (In Regulamento Interno MBCCG, 2009)

Considera a missão atualmente definida para o MCG adequada?

Sim

Não

Outra resposta ou um comentário complementar

MCG: Este enunciado de 2010 corresponde mais aos objetivos gerais do que à missão. Hoje em dia, a missão de uma organização cultural deve corresponder à definição curta, clara e concisa da sua razão de ser, do principal propósito da sua existência. O MCG é um museu híbrido: não se pode dizer que seja só a casa-museu dos condes de Castro Guimarães ou só um museu de Arte. É o conjunto destas duas características e outras. A sua missão tem de refletir e transmitir essa identidade híbrida.

Proposta de missão: Promover o conhecimento do edifício (antiga Torre de São Sebastião), das figuras que o habitaram e aí deixaram os seus legados e das atuais

coleções artísticas e bibliográfica, num espaço de encontro que convida, através da sua programação, à partilha da memória local, à inspiração e à inovação.

Valores: Proximidade, Autenticidade, Memória, Responsabilidade, Imaginação, Inspiração, Criatividade, Renovação

5| Usando o seu ponto de vista pessoal, pode sinteticamente avaliar o papel desempenhado pelo MCGG no quadro do Município? E no âmbito nacional/do país?

MCG: Enquanto primeiro museu-biblioteca da vila e do concelho, aberto ao público em 1931, o MCGG foi até à década de 1990 a principal “sala de visitas” de Cascais e o seu centro cultural. Ainda hoje é considerado pela autarquia um espaço privilegiado de identidade local, como testemunho emblemático de um período áureo da história da vila, da arquitetura de veraneio na região e da ação filantrópica e mecenática dos testadores, e com uma oferta educativa diversificada nas suas áreas temáticas para os diferentes níveis de ensino. A nível nacional, tem-se destacado no contexto das casas-museu, por integrar obras emblemáticas, provenientes quer do legado inicial dos condes de Castro Guimarães, quer de incorporações feitas ao longo da história do museu, seja na coleção bibliográfica, seja nas coleções artísticas, frequentemente objeto de investigação por especialistas e de pedido de cedência para figurar em exposições de museus nacionais e estrangeiros.

6| Considera o modelo de gestão de Equipamentos Culturais de Cascais, em que se inclui o MCGG,

Adequado à missão e objetivos do MCGG?

Desadequado à missão e objetivos do MCGG?

Outra resposta ou um comentário complementar

MCG: O atual modelo é desadequado visto que o MCGG não possui qualquer autonomia para gerir uma dotação orçamental, nem sequer uma imagem própria ou meio de comunicação direta com o público. No contexto autárquico, os museus municipais devem ser considerados subunidades orgânicas, no caso de Cascais dependente hierarquicamente da atual Divisão de Museus e Promoção Cultural, com uma direção e

competências definidas num regulamento dos equipamentos municipais, a exemplo do que acontece com o Museu Municipal de Ílhavo (artigos 62.º a 100.º do regulamento municipal dos equipamentos de Ílhavo - <https://dre.pt/application/conteudo/114765989>)

7| Supondo que o atual modelo de gestão [iniciado em 2015] possa ter vantagens e desvantagens face ao anterior modelo de gestão praticado pela tutela [até 2014]

Quais as suas principais vantagens?

MCG: Maior rapidez nos processos de adjudicação de bens e serviços necessários à concretização dos projetos incluídos nos planos de atividades e trabalho em rede, especialmente a nível do serviço cultural e educativo.

Quais as suas principais desvantagens?

MCG: Tutela bipartida: Câmara Municipal – Edifício, coleções, gestão e pagamento de recursos humanos permanentes; FDLI – Gestão da programação, incluindo a aprovação do plano de atividades anual, das receitas e dos horários de abertura ao público dos museus.

Outra resposta ou um comentário complementar

8| Quais são os principais públicos-alvo do MCCG? [Se considerar hierarquizar a sua importância, indique a ordem de prioridade]

Comunidade local (1.º)

Público nacional geral e investigadores (2.º)

Público estrangeiro (3.º)

Outra resposta ou um comentário complementar

MCG: Embora o turismo estrangeiro seja o mais preponderante na visita livre ao MCCG (representando 57% dos visitantes no decénio de 2011-2020), os públicos alvo são os indicados.

9| Acha que o MCCG beneficiaria se tivesse um *website* próprio?

Sim

Não

Outra resposta ou um comentário complementar

MCG: Esta necessidade já foi mais premente no passado, pois hoje em dia a comunicação processa-se de forma mais rápida e eficaz através das redes sociais (páginas no Facebook, Instagram, etc.) Não obstante, é sempre útil a existência de uma página institucional, com informação atualizada e pelo menos bilingue (Português / Inglês).

10| Quais são as áreas funcionais onde se fazem sentir maiores necessidades ou os aspetos críticos de funcionamento do MCGG?

- a) Planificação estratégica e programação museológica
- b) Investigação e documentação das coleções X
- c) Conservação das coleções e do património imóvel X
- d) Gestão e organização
- e) Recursos humanos X
- f) Comunicação expositiva
- g) Divulgação e presença em redes sociais X
- h) Acessibilidade X

Justifique cada item ou comente em geral os itens assinalados

MCG: Tratando-se de um museu de média dimensão, em termos físicos/patrimoniais e de recursos humanos (variando entre 12 a 15 colaboradores habituais, entre pessoal do quadro e estagiários ou jovens inseridos em programas de empregabilidade com duração de 8 meses), as maiores necessidades sentem-se, em primeiro lugar, na falta de pessoal habilitado para a receção e acolhimento do público e, em segundo lugar, na investigação e documentação das coleções, na sua conservação e monitorização, bem como do edifício, ou na programação e oferta cultural e educativa, consoante o coordenador técnico em funções seja um técnico superior que tenha a cargo uma das três áreas funcionais mencionadas em segundo lugar. Quanto à acessibilidade e à divulgação e presença em redes sociais, necessitamos não apenas de conhecimento especializado como de recursos materiais e permissões da tutela, no segundo caso.

11| Pode-nos identificar algumas formas por que o MCCG possa desempenhar uma intervenção específica, face aos problemas da atualidade, tais como a pandemia, as alterações climáticas, a desigualdade, o racismo, a pobreza?

MCG: O ecletismo de estilos arquitetónicos do edifício e a diversidade das suas coleções artísticas e bibliográfica permitem-nos um posicionamento multicultural e a aposta em questionamentos e diálogos entre diferentes períodos e civilizações, entre o Ocidente e o Oriente, mesmo entre países, como o Brasil, a China e a Rússia. Este potencial é importante, tendo em conta que a população residente no concelho de Cascais inclui uma significativa representação de pessoas provenientes de diversos países estrangeiros, com culturas originárias de todos os continentes. Compete-nos colaborar ativamente na integração plena desse público na comunidade local, valorizando tanto a diversidade cultural como os valores universais que nos unem.

Por outro lado, através das deslocações da equipa do museu junto das escolas e da programação digital, tentamos mitigar progressivamente as dificuldades de acesso do público com necessidades físicas especiais, face aos condicionalismos de estarmos instalados num edifício histórico, sem elevadores, e às restrições da atual conjuntura pandémica. O facto de dispormos de um pátio ajardinado adjacente e de nos encontrarmos inseridos num parque também propicia a realização de atividades ao ar livre.

12| Que iniciativas ou estratégias futuras preconiza para o MCCG? (Se escolher mais de 2 hipóteses identifique a ordem de prioridade que atribuiria a cada item.)

- a) Criar redes/parcerias (com Instituições Sociais, de Ensino e Culturais) X 2º
- b) Gerar atividades culturais pertinentes/interpeladoras X 3º
- c) Desenvolver uma cultura participativa X 5º
- d) Promover experiências práticas (*hands on*) X 5º (idem com a anterior)
- e) Programar com a participação do público e parceiros X 4º
- f) Potenciar o trabalho multidisciplinar e em rede X 1º
- g) Promover as novas tecnologias, com atividades digitais X 6º

(2) Entrevista a João António Ferreira, Assistente Técnico/Técnico Profissional de Museografia do MCCG

1| Há quanto tempo exerce funções no MCCG e quais as suas principais tarefas?

JAF: Desde Agosto de 1988.

As tarefas principais são desenvolvidas no âmbito da manutenção do edifício, conservação das coleções e museografia (inventário e exposições).

2| Descreva quais as principais ações de conservação realizadas atualmente pelo MCCG?

JAF: Conservação e acondicionamento das coleções.

3| Considera o modelo de gestão de Equipamentos Culturais de Cascais, em que se inclui o MCCG,

Adequado à missão e objetivos do MCCG?

Desadequado à missão e objetivos do MCCG?

Outra resposta ou um comentário complementar

JAF: Os dois modelos de gestão falham por razões diferentes; no entanto um dos aspetos que lhes é comum, e de grande importância, é a permanente falta de verbas que permitam estudar e divulgar as coleções, realizar regularmente restauros nas coleções, e obras de manutenção do edifício. Apesar destas dificuldades crónicas, a instituição, manteve sempre uma ação adequada à gestão de um museu, embora o mais das vezes com grande dificuldade para a desenvolver.

4| Supondo que o atual modelo de gestão [iniciado em 2015] possa ter vantagens e desvantagens face ao anterior modelo de gestão praticado pela tutela [até 2014]

Quais as suas principais vantagens?

Quais as suas principais desvantagens?

Outra resposta ou um comentário complementar

JAF: A única vantagem é a visão de conjunto, o que sob o ponto de vista da comunicação com o público é fundamental.

5| Pode-nos identificar algumas formas por que o MCCG possa desempenhar uma intervenção específica, face aos problemas da atualidade, tais como a pandemia, as alterações climáticas, a desigualdade, o racismo, a pobreza?

JAF: Formas concretas não, no entanto julgo que passa sempre pela ação fundamental do Serviço Educativo, dirigida principalmente aos mais novos, ajudando-os na compreensão dos problemas e dando-lhes a perceber a necessidade e a importância de alterar comportamentos.

6| Que iniciativas ou estratégias futuras preconiza para o MCCG? (Se escolher mais de 2 hipóteses identifique a ordem de prioridade que atribuiria a cada item.)

- a) Criar redes/parcerias (com Instituições Sociais, de Ensino e Culturais) X 3
- b) Gerar atividades culturais pertinentes/interpeladoras X 1
- c) Desenvolver uma cultura participativa X 4
- d) Promover experiências práticas (*hands on*)
- e) Programar com a participação do público e parceiros
- f) Potenciar o trabalho multidisciplinar e em rede X 2
- g) Promover as novas tecnologias, com atividades digitais X 5

(3) Entrevista a Catarina Aleluia (CA), Coordenadora do Serviço Cultural e Educativo do Bairro dos Museus (SCEBM)

1| “É missão do MBCCG:

- 1.apoiar a política cultural do Município, com uma intervenção activa na identificação, classificação, preservação, investigação e promoção do património cultural móvel;
- 2.preservar, estudar e valorizar o património cultural móvel e imóvel à sua guarda, promovendo, de forma sistemática, a investigação e o debate científico sobre matérias pertinentes;
- 3.tornar públicos os resultados dessa investigação e debate, quer sob a forma de edições próprias, quer pela participação em publicações conjuntas;

- 4.apoiar e colaborar com instituições culturais afins, nomeadamente museus locais públicos ou privados instalados na área do Município, parceiros da Rede Portuguesa de Museus ou outros museus e institutos culturais nacionais e estrangeiros;
- 5.colaborar com departamentos e institutos estatais que superintendam o património cultural;
- 6.apoiar e colaborar com os estabelecimentos dos vários graus de ensino, particularmente os situados na área do Município;
- 7.suscitar o mais amplo debate e reflexão sobre o património cultural, contribuindo para uma maior sensibilização na necessidade do seu estudo e preservação;
- 8.contribuir para o desenvolvimento económico e social equilibrado.” (In Regulamento Interno MBCCG, 2010)

Considera a missão atualmente definida para o MCCG adequada?

Sim

Não

Outra resposta ou um comentário complementar

CA: Concordo com a missão definida nos itens sobre o impacto cultural local, capacidade de produção de edições em prol da documentação (das coleções) e estudo dos espólios/coleções, oportunidade de investigações em cooperação com pares.

2| Usando o seu ponto de vista pessoal, pode sinteticamente avaliar o papel desempenhado pelo MCCG no quadro do Município? E no âmbito nacional/do país?

CA: O MCCG é o primeiro espaço constituído como biblioteca e museu no concelho de Cascais, e por isso assume um papel fundamental na vivência (dos públicos) enquanto museu, mas também na relação com o contexto envolvente (como por exemplo: na rota de arquitetura de veraneio, ou na ligação ao Parque Marechal Carmona característico do acervo natural da rota do Bairro dos Museus). Por esta razão é um dos lugares – em constante construção, atualização e reestruturação à luz da sua época e, gradualmente, aos dias de hoje – fundamentais para a definição do contexto cultural de Cascais.

Através da prática educativa (em contexto de museu, pratica esta que vem desde a sua origem na qualidade de museu e interesse na mediação de conteúdos) é um espaço que contribui para a constituição dos recursos educativos locais, bem como para a construção de um currículo local. Nesta lógica de currículo local o MCCG potência também a relação “local → nacional → internacional” através dos seus temas centrais e específicos (que exploram e corroboram a identidade do espaço – história dos proprietários, génese do museu, coleções, impacto na história do município, artes decorativas e outras práticas artísticas, arquitetura de época), e alguns temas satélite (que permitem alargar as relações dos assuntos de forma criativa e intemporal – relação com temas da atualidade como a multiculturalidade, direitos universais, contextos socioeconómicos, entre outros).

É um espaço que potencia a ligação das suas coleções com outras, não só locais como também nacionais (e abrir espaço ao trabalho com outros pares – museus, colecionadores/coleções particulares, galerias) e internacionais (e contribuir para a internacionalização do município). A nível local é, sem dúvida, um dos espaços icónicos e incontornáveis numa visita a Cascais. Também do ponto de vista internacional permite explorar as ligações da sua origem pelos seus proprietários, e pelas múltiplas possibilidades que as suas coleções permitem estabelecer com outros países (na representatividade na história da arte nacional e mundial).

3| Considera o modelo de gestão de Equipamentos Culturais de Cascais, em que se inclui o MCCG,

Adequado à missão e objetivos do MCCG?

Desadequado à missão e objetivos do MCCG?

Outra resposta ou um comentário complementar

4| Supondo que o atual modelo de gestão [iniciado em 2015] possa ter vantagens e desvantagens face ao anterior modelo de gestão praticado pela tutela [até 2014]

Quais as suas principais vantagens?

CA: O desafio lançado em 2015 permitiu, gradualmente, consolidar-se um trabalho em rede entre espaços artísticos e culturais, equipas especializadas e circulação de públicos. Esta mais-valia veio, igualmente, beneficiar os públicos no sentido de uma programação concertada, integrada e que potencia de forma equilibrada todos os espaços que constituem a rota do Bairro dos Museus (e tirar o máximo de partido das sinergias que surgem entre eles – temas partilhados, localização geográfica, cruzamentos de domínios de conhecimento do ponto de vista da investigação académica).

Este trabalho em rede trouxe também a reavaliação do diagnóstico local, não só na vivência e fidelização dos públicos (espaços mais visitados vs. espaços menos visitados. Porquê? Como potenciar?), como na necessidade da reavaliação da capacitação integrada das equipas internas com vista a melhorar o desempenho não só das suas funções, mas, principalmente, na consolidação deste conceito de circuito cultural para públicos diversos com interesses e necessidades muito variados.

A constituição deste circuito – com benefícios internos e externos, já apontados – permite igualmente a partilha de experiências e boas práticas; permite tirar partido da mais-valia dos recursos existentes (técnicos, equipamentos, conteúdos programáticos), e colocar a colocação

do MCGG (e BM) no centro da discussão contemporânea sobre a (re)definição de museu/coleção.

Outra das vantagens foi ainda a criação de uma imagem negociada, única e criativa (a marca BM) que procura manter a identidade de cada espaço, assim como potenciar o conceito de rota cultural (ligação entre espaços que até aqui não acontecia de forma intencional e como um dos eixos programáticos estruturais).

Quais as suas principais desvantagens?

CA: Um dos desafios que se coloca na constituição deste novo conceito inovador do BM é a questão da comunicação interna e externa.

Na comunicação interna: por ser uma gestão partilhada, com chefias colaterais; depara-se com o árduo trabalho de casar equipas internas camarárias com outras equipas do universo municipal e, ainda, abrir este campo de trabalho e investigação com outros interlocutores exteriores (artistas, colecionadores, investigadores, voluntários, estagiários, outros).

Na comunicação externa: pelo desafio acrescido na comunicação eficaz e assertiva sobre a rota do BM e a sua programação multidisciplinar, com base nalgumas das questões-chave sobre o trabalho junto dos públicos “O que é? Onde acontece? A quem se destina?”

Outro desafio que se coloca é a questão da acessibilidade física (quer do ponto de vista dos edifícios e sinalética, como dos acessos físicos até chegar a cada um dos espaços; o pormenor da ligação geográfica dos vários pontos de interesse, e o combate da assimetria do concelho de Cascais – movimentação de públicos em função dos seus contextos socioeconómicos, familiares, culturais); e da acessibilidade linguística na forma como o conteúdo é plasmado nos vários suportes (textos, sinalética, programas, brochuras, folhetos, suportes adaptados em função das idades, idiomas). Continua a ser uma área de investimento e prioridade, na expectativa de se conseguir alcançar a equidade na divulgação dos espaços que nem sempre acontece com êxito.

Outra resposta ou um comentário complementar

CA: Seria interessante a constituição de uma equipa de comunicação que contasse com a participação de representantes dos vários públicos, de forma a conseguir-se uma comunicação dirigida e verdadeiramente inclusiva.

Ainda que esta prática já aconteça, seria também uma mais-valia do ponto de vista da partilha de experiência e capacitação das equipas técnicas, uma maior cooperação entre espaços para potenciar as áreas de formação especializada que as equipas técnicas existentes qualificadas dispõem (técnicos superiores), e assim tirar o máximo de partido em função dos vários espaços (ex.: áreas da curadoria, conservação e restauro, programação educativa, design, produção de exposições, outras áreas de investigação/interesse).

5| Como nasceu e como é definido o conceito de Bairro dos Museus?

CA: O Bairro dos Museus surge do acordo entre a Câmara Municipal de Cascais e a Fundação D. Luís I (2015), com delegação de competências nesta fundação para gestão de toda a programação artística e cultural do concelho. Nesta gestão é então incluída a rota do Bairro dos Museus (assim como outros circuitos que têm vindo a crescer desde 2015; dinamização de rotas já existentes que cruzam a rota do BM; criação de novas rotas e outros polos culturais).

Sobre a rota do BM na qual se insere o MCCG, esta pretende-se que seja um novo conceito de cultura em Cascais, por ser um perímetro definido geograficamente que integra diversos equipamentos culturais e que caracteriza a paisagem local; a programação que aí é desenvolvida sob a tutela da FDL potencia a identidade de cada espaço, cada um propõe representar a memória, a tradição e o património de maneira dinâmica, participativa e criativa.

Para dinamização deste perímetro cultural, e de forma a alargar e fidelizar novos públicos, é constituída a equipa de um serviço cultural e educativo interno que dá resposta a um programa criado de raiz, específico para potenciar as suas várias valências (artística, cultural, natural).

6| Neste âmbito, surgiu o Serviço Cultural de e Educativo do Bairro dos Museus. Quais os seus principais objetivos?

CA: O ENVOLVE-TE é o programa Cultural e Educativo do Bairro dos Museus da responsabilidade, conceção e dinamização do serviço cultural e educativo (equipa interna, constituída por técnicos da CMC e FDL). Este programa surge como contributo para o alargamento do território da ação educativa em contexto não formal, através do diálogo e da partilha de experiências de todos e para todos.

O objetivo do Bairro dos Museus é a interação com diversas comunidades – escolares e institucionais, entre outras – promovendo o enriquecimento de todos, construindo e proporcionando espaços de fruição, aprendizagem e produção criativa. Surge igualmente da intenção de tornar visível a dimensão cultural do espaço educativo e a dimensão educativa do espaço cultural. Em contexto de Museu ou através dos Espaços Verdes do Bairro, o programa promove o encontro e o diálogo entre públicos e mediadores culturais. Procura envolver e transformar questões no âmbito da educação, cultura, arte contemporânea, património, paisagem/ambiente e ciência/investigação.

Valores de atuação do Serviço Cultural e Educativo

FUIÇÃO_ RESPEITO_ BEM-ESTAR_ CRIATIVIDADE_ SOLIDARIEDADE_ DIVERTIMENTO_
INOVAÇÃO_ INCLUSÃO_ PARTILHA.

O Bairro dos Museus, através do serviço cultural e educativo e da relação estreita com as comunidades locais – neste caso em particular, destaca-se a comunidade escolar – contribui para a construção de um currículo local.

O programa convida à vivência e participação artística e cultural local, pretende envolver a comunidade e, assim, refletir e consolidar de que forma é que ela é verdadeiramente incluída na identificação e integração dos saberes locais.

Os temas são explorados através de múltiplas metodologias ativas e participativas, e situam-se entre a Arte e a Arquitetura, a Ciência e a História Local/Nacional. Nos quais o MCCG tem especial destaque nos domínios da História da Arte (nacional e internacional), Arte Contemporânea, e História Local.

Sobre os objetivos gerais:

- ✓ Dinamizar os vários espaços do BM (no qual se insere o MCCG) na qualidade de plataformas de aprendizagem (ao longo da vida, para todos os públicos) complementar e enriquecedora (contexto não formal) ao serviço das comunidades (escolar, local, outras);
- ✓ Dar a conhecer o SCEBM bem como a forma de atuação (missão, visão e valores);
- ✓ Divulgar o programa ENVOLVE-TE junto dos públicos diferenciados;
- ✓ Fidelizar novos públicos;
- ✓ Consolidar os públicos já conquistados;
- ✓ Celebrar parcerias entre pares e outras instituições dedicadas à educação/formação de públicos;
- ✓ Promover a multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade;
- ✓ Promover o BM do ponto de vista da arte, da ciência e da investigação para todos os públicos (infantis, juvenis, adultos, seniores).
- ✓ Contribuir e acrescentar valor no domínio das artes visuais e artes gráficas, em prol da educação pela arte (nos contextos não formais – contextos museológicos e/ou culturais) e com vista ao contributo de um currículo local.

Sobre os objetivos específicos:

- ✓ Privilegiar o trabalho com os públicos com base na premissa *hands on – minds on – hearts on*;
- ✓ Promover a participação das instituições locais e não locais nas atividades promovidas pelo Serviço Cultural e Educativo do Bairro dos Museus;
- ✓ Tornar visível a dimensão cultural do espaço educativo e a dimensão educativa do espaço cultural;
- ✓ Promover experiências e vivências partilhadas entre os diversos públicos;
- ✓ Proporcionar espaços de participação, fruição, aprendizagem crítica e produção criativa de forma integrada e em equidade;
- ✓ Vivenciar o conceito de obra de arte em contexto de museu, galeria e/ou em contexto natural e/ou urbano;
- ✓ Experimentar técnicas de criação visual (artes visuais, gráficas e técnicas associadas com ligação direta às coleções, acervos e exposições);

- ✓ Vivenciar, discutir e consolidar modos de interpretação de uma obra de arte, bem como o seu espaço envolvente;
- ✓ Proporcionar um espaço de formação-reflexão entre docentes, mediadores artísticos culturais, outros agentes educativos, artistas, investigadores, curadores.

7| Quais as principais conclusões da avaliação dos anos decorridos deste trabalho em rede?

CA: Construção de um programa adaptado, com vista à fomentação da identidade de cada espaço, mas também na consolidação de uma visão holística de todos os museus, espaços culturais e espaços naturais que integram a Rota do Bairro dos Museus.

O trabalho em rede potencia, cada vez mais, a relação com outras rotas locais com pouca visibilidade ou que não têm o hábito de se cruzar com o território artístico e cultural (construir novas ligações). Estas novas parcerias e relações acontece igualmente com outros serviços municipais, que permite chegar a outros públicos (exemplos: trabalho em rede com a área social e chegar a públicos com poucos hábitos culturais; trabalho em rede com o setor educativo municipal, que permite consolidar e alargar o trabalho junto das escolas e promover o espaço de museu como plataforma complementar de formação devidamente certificada; trabalho em rede com o departamento da juventude e voluntariado, com vista à inclusão de públicos nouro tipo de contexto/relação com o museu).

Promove-se ainda a vivência significativa da vila (cidade) de forma participativa e ativa por todos os públicos (integração, inclusão, equidade) – os públicos passam a circular cada vez mais entre espaços de forma consciente de que existe um circuito devidamente assinalado.

Atualização da imagem contemporânea – construção de uma marca para divulgação, comunicação e fidelização de públicos.

8| Pode-nos identificar algumas formas por que o MCCG possa desempenhar uma intervenção específica, face aos problemas da atualidade, tais como a pandemia, as alterações climáticas, a desigualdade, o racismo, a pobreza?

CA: O programa ENVOLVE-TE concorre diretamente para três eixos fundamentais que permitem estabelecer uma relação direta com o tema dos recursos locais, em prol da construção de um currículo local coletivo e concertado:

- Na área das Artes Visuais e Cultura (no Bairro dos Museus);
- Na área da História Local, Nacional e referências internacionais (do local para o global);
- Na área da Cidadania e Participação (democratização da construção dos programas culturais educativos com a participação ativa dos seus públicos).

Desta forma conciliamos também a nossa prática com o programa Cidade/Cascais Amiga das Crianças, na ligação direta à convenção sobre os direitos das crianças e jovens (eixos da não discriminação e da participação; e no direito à vida artística e cultural); e no Programa dos ODS 2030 (nos objetivos de ligações mais evidentes: ODS nº 4 Educação de Qualidade; ODS nº 5 Igualdade de Género; ODS nº10 Reduzir as Desigualdades; ODS nº17 Parcerias para a implementação dos Objetivos).

Em contexto pandémico o programa educativo do BM teve uma resposta efetiva num curto espaço de tempo (a partir de abril de 2020), através das novas plataformas digitais, adaptando a oferta programática fundamentada na auscultação dos públicos (através dos projetos com a comunidade, em trabalho de continuidade, que permitiu um contacto diário para aferir as hipóteses viáveis para se continuar a trabalhar com os públicos à distância). Neste caso muito específico procurou-se tirar o máximo partido deste contacto privilegiado com os públicos, e assim melhorar significativamente canais de comunicação até então menos ativos (sites institucionais, redes sociais, atualização de mailing list); foram também criados alguns suportes no formato digital (vídeos, visitas comentadas gravadas, pdf's, kits pedagógicos, ateliês no formato de webinar/reuniões alargadas, visitas virtuais) que deram lugar aos recursos pedagógicos digitais, e que hoje passam a fazer parte da programação regular.

Sobre os temas satélite, estes permitem ligar temas anteriores a temas atuais como o racismo, pobreza, alterações climáticas, questões de género e desigualdades, surgem a partir de peças-chave (exemplo: com mote nas representações na pintura; temas da fotografia contemporânea; ilustrações; instalações; etc).

A partir dos conceitos de “coleção” e “obra de arte” exploram-se temas da contemporaneidade, e promove-se a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade (dentro do espaço do museu através de peças chave, ou além do espaço do museu com ligação a outros espaços/coleções/instituições – artes visuais e decorativas, arquitetura, ciência, música, artes performativas, literatura, outras).

Ex.: celebração de parcerias com instituições de projeção nas áreas social, cultural, artística, política.

9| Que iniciativas ou estratégias futuras preconiza para o MCCG? (Se escolher mais de 2 hipóteses identifique a ordem de prioridade que atribuiria a cada item.)

- a) Criar redes/parcerias (com Instituições Sociais, de Ensino e Culturais) X 1º
- b) Gerar atividades culturais pertinentes/interpeladoras X 3º
- c) Desenvolver uma cultura participativa X 2º

- d) Promover experiências práticas (*hands on*) X 4º
- e) Programar com a participação do público e parceiros X 2º
- f) Potenciar o trabalho multidisciplinar e em rede X 1º
- g) Promover as novas tecnologias, com atividades digitais X 5º

Apêndice 3. Gráficos.

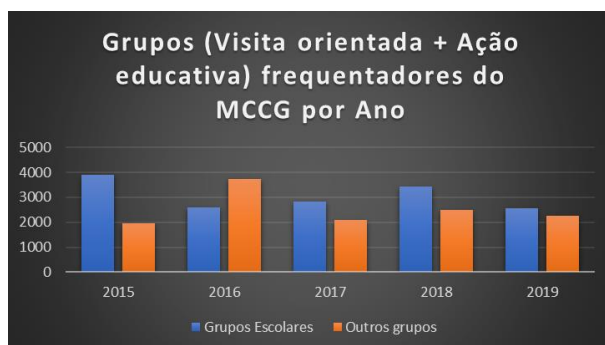


Gráfico 4 - Relação de Grupos frequentadores do MCCG por Ano nas Visitas orientadas e Ação educativa.

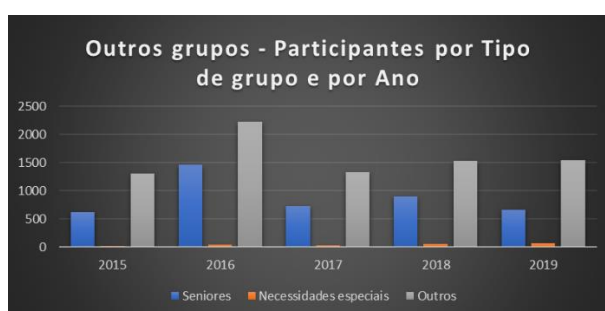


Gráfico 5 - Relação de Participantes por Tipo de grupo e por Ano dentro de Outros grupos.



Gráfico 7 - Origem dos Grupos escolares por Ano nas Visitas orientadas e Ação educativa.

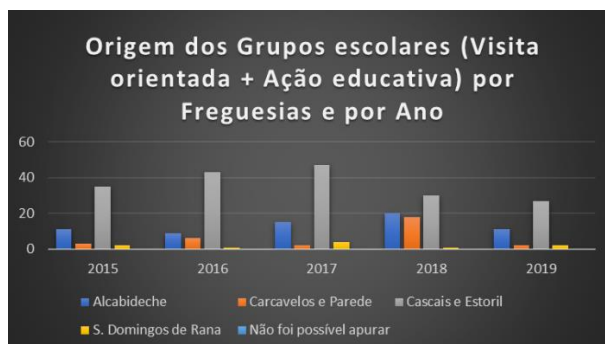


Gráfico 8 - Origem dos Grupos escolares oriundos do concelho de Cascais por Freguesias e por Ano nas Visitas orientadas e Ação educativa.

Anexos

Anexo 1. Excerto da Octogessima sexta sessão da Comissão Administrativa da Camara Municipal de Cascaes. 12-03-1928. Actas da Comissão Administrativas da Camara Municipal de Cascaes. Livro 56, pp. 175v-176. PT/CMCSC-AHMCSC/AADL/CMC/B-A/001/056 LV 0056

requerimento. — Deliberações — Pelo senhor Presidente foi dito que esta Comissão Administrativa em sessão de quinze de Setembro de mil novecentos e vinte e sete tomou conhecimento de que o falecido benemerito Doutor Manuel de Castro Guimarães (conde de Castro Guimarães) legou à Camara o palacio

176

que possuia n'esta Vila, com o seu recheio, bem como o parque anexo, sendo o palacio para um museu e biblioteca e tudo para uso publico, deixando mais à Camara duas novas partes do remanescente da herança para com o respectivo rendimento se sustentarem as despesas com a conservação das ditas propriedades e aumento do museu e biblioteca, esta constituida a principio pelos livros lá existentes e aquelle pelos objectos que guardavam o palacio. Esta disposição testamentaria tem o caracter de beneficencia e de utilidade publica e nessa conformidade a Comissão Administrativa em nome da Camara Municipal a aceita para todos os efeitos legais, com o mais reconhecido agradecimento para com a memoria de tão grande benemerito. + O senhor Franklin Lamas apresentou umas propos

Anexo 2. Cópia de parte do Testamento de Manuel de Castro Guimarães

REPÚBLICA PORTUGUESA
CAMARA MUNICIPAL
DE
CASCAIS
SECRETARIA

Serviço da República

Cópia de parte do testamento cerrado com que falleceu no dia quinze de Agosto de mil novecentos e vinte e sete Manuel de Castro Guimarães, Conde de Castro Guimarães, morador que foi nesta vila de Cascais.

Eu abaixo assinado Manuel de Castro Guimarães, Conde de Castro Guimarães, faço o meu testamento pela forma que se segue: Sou viuvo e não tenho ascendentes nem descendentes pelo que posso livremente dispôr de todos os bens que me pertencem. -- Deixo á vila de Cascais, representada pela sua Camara Municipal, a minha propriedade denominada "Torre de S. Sebastião" sita n'esta vila, (se ella ainda me pertencer á data da minha morte) com toda a mobilia, objectos d'arte, livros e pratas que n'elas se contenham com as condições que passo a indicar.

Primeira- A casa de habitação será destinada a um pequeno Museu Municipal e biblioteca publica, e os jardins e parque contiguo para recreio do publico.

Segunda- A quantia a que adiante me referirei constituirá um capital, cujo rendimento não terá outra applicação que não seja a conservação e custeio dos edificios e jardins, a compra de livros para aumento da biblioteca, ou de qualquer objecto indispensavel e o pagamento da remuneração aos administradores respectivos e dos salarios ou ordenados ao pessoal.

Terceira- Esse capital será entregue e confiado á administração de tres membros, que serão, o Presidente da Camara Municipal e o Secretario de Finanças do Concelho de Cascais e um

terceiro nomeado pela Academia de Belas Artes, aos quaes para dividirem entre si por igual, será dada a remuneração de dez por cento do rendimento do mencionado capital.-----

Quarta- A referida Camara Municipal empregará todos os meios para que os meus restos mortais e os de minha falecida mulher Dona Maria Ana d'Andrade-Condessa de Castro Guimarães, sejam depositados num jazigo identico ao que existe no Cemitério Municipal de Cascais no qual está sepultada minha mulher, digo, minha falecida mulher, que fará construir no sitio dos Cadros, ao fundo da propriedade legada e onde porá a seguinte inscriçõ: Sepultura de Mameel de Castro Guimarães e de sua mulher Dona Maria Ana d'Andrade, digo, Guimarães, Conde de Castro Guimarães e de sua mulher Dona Maria Ana d'Andrade, Condessa de Castro Guimarães, fundadores d'esta instituição, P.N.A.M.-----

-----O remanescente da minha herança será dividido em tres partes eguals.-----

Dois terços d'uma dessas partes deixo-os á Camara Municipal de Cascais para constituirem nos termos e condições acima expostos, o capital a que aludo no primeiro legado constante do presente testamento.-----

O resto dessa terça parte deixo-o á Misericórdia de Cascais, para que a respectiva Provedoria o empregue em melhorar as condições do hospital d'aquella vila, a seu cargo.



REPÚBLICA PORTUGUESA

CAMARA MUNICIPAL

DE

CASCAIS

SECRETARIA

Serviço da República

Fl. 2.

A segunda parte do remanescente da minha herança deixo-o a meu irmão Vicente, se me sobreviver, e se tal se não der, á sua descendencia em partes iguais, mas aos que forem mais proximos parentes meus.-----

A terceira parte do dito remanescente deixo-o em partes iguais aos mais proximos parentes de minha mulher.-----

-----Está conforme-----

-----Secretaria da Câmara Municipal de Cascaes, onze de Julho de mil novecentos e trinta-----

-----O Chefe da Secretaria,-----

Comp. Rui de Azevedo

Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães

Regulamento Interno

Preâmbulo

O Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães, adiante designado pela sigla MBCCG ou por Museu, foi criado por vontade expressa do Conde Manuel de Castro Guimarães, que por testamento de 1 de Agosto de 1924, averbado nos livros de registo de testamentos arquivados na secção administrativa da Câmara Municipal de Cascais, livro nº 72 do ano de 1927, faz saber que “Deixo à vila de Cascais, representada pela sua Câmara Municipal a minha propriedade denominada “Torre de S. Sebastião” sita nesta vila, com toda a mobília, objectos de arte, livros e pratas que nelas se contenham (...)”, e que “A casa de habitação será destinada a um pequeno Museu Municipal e Biblioteca Pública (...)”.

No cumprimento das premissas expressas no testamento do Conde de Castro Guimarães, o Museu abriu oficialmente ao público em dia 12 de Julho de 1931. Encontra-se instalado na designada “Torre de S. Sebastião”, mandada construir, em 1900, por Jorge O’Neill, descendente da real casa soberana irlandesa. O edifício encontra-se rodeado de um parque com recantos azulejados e a Capela de S. Sebastião, templo do século XVII que faz parte integrante do património edificado do Museu.

Em 1910, o Conde Manuel de Castro Guimarães adquiriu estes bens e todo o recheio do Palácio, procedendo a algumas intervenções e adaptando-os ao seu gosto e necessidades.

Assim, na persecução da vontade expressa pelos seus doadores, e de acordo com a sua vocação, compete, no âmbito dos grandes objectivos do Museu, velar pela salvaguarda do património legado pelos Condes de Castro Guimarães, bem como pelas doações e incorporações posteriores, com vista à preservação, estudo, valorização e divulgação das suas colecções de arte, “artes decorativas” e bibliográfica.

No âmbito da sua missão, o MBCCG mantém-se, desde a sua abertura, regularmente aberto ao público nos horários habituais de funcionamento, promovendo a investigação científica e o debate, sobre temáticas de interesse pertinente, realizando inúmeras

actividades culturais, dirigidas a diferentes tipos de público, relacionadas com os seus doadores, o edifício e as colecções.

Capítulo I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Identificação

1. O MBCCG, enquanto instituição museológica é um serviço público da Câmara Municipal de Cascais e foi fundado por disposição testamentária de Manuel de Castro Guimarães, Conde de Castro Guimarães. Está instalado no edifício designado por “Torre de D. Sebastião”.
2. O Museu integra igualmente a Capela de S. Sebastião.

Artigo 2.º

Localização

O Museu situa-se na Av. Rei Humberto II de Itália, Parque Marechal Carmona, 2750-319 Cascais.

Telefones: 21 481 5304/08 e 21 482 54 01.

Fax: 21 482 54 04.

E-mail: mccg@cm-cascais.pt

Site: www.cm-cascais.pt

Artigo 3.º

Vocação

1. O MBCCG tem como vocação primordial conservar, estudar, interpretar e divulgar as colecções de arte, “artes decorativas” e bibliográfica que integram o seu acervo, assegurando a sua fruição cultural e preservando-as para as gerações futuras.
2. O Museu assume igualmente como vocação apoiar e colaborar, sempre que solicitado, na salvaguarda, estudo e divulgação do património móvel, nomeadamente de colecções similares pertencentes a outras instituições ou a proprietários particulares.

Artigo 4.º

Missão

É missão do MBCCG:

1. apoiar a política cultural do Município, com uma intervenção activa na identificação, classificação, preservação, investigação e promoção do património cultural móvel;
2. preservar, estudar e valorizar o património cultural móvel e imóvel à sua guarda, promovendo, de forma sistemática, a investigação e o debate científico sobre matérias pertinentes;
3. tornar públicos os resultados dessa investigação e debate, quer sob a forma de edições próprias, quer pela participação em publicações conjuntas;
4. apoiar e colaborar com instituições culturais afins, nomeadamente museus locais públicos ou privados instalados na área do Município, parceiros da Rede Portuguesa de Museus ou outros museus e institutos culturais nacionais e estrangeiros;
5. colaborar com departamentos e institutos estatais que superintendam o património cultural;
6. apoiar e colaborar com os estabelecimentos dos vários graus de ensino, particularmente os situados na área do Município;
7. suscitar o mais amplo debate e reflexão sobre o património cultural, contribuindo para uma maior sensibilização na necessidade do seu estudo e preservação;
8. contribuir para o desenvolvimento económico e social equilibrado.

Artigo 5.º

Objectivos

É objectivo geral do MBCCG garantir o destino unitário de um conjunto de bens culturais (móveis, imóveis e imateriais), valorizando-o através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com fins científicos, educativos e lúdicos, fomentando o acesso regular do público, no intuito de democratizar a cultura, promover a pessoa e desenvolver a sociedade.

São objectivos específicos do MBCCG:

1. inventariar, salvaguardar, estudar e divulgar as colecções que constituem o seu acervo;
2. ampliar as colecções do Museu de acordo com a política de incorporações definida e o programa museológico em implementação;
3. tornar as colecções e núcleos do seu acervo acessíveis aos investigadores e aos vários tipos de público, nomeadamente através de visitas orientadas, conferências, palestras, exposições, publicações e o empréstimo a outras instituições;
4. elaborar pareceres e informações relacionadas com o património móvel do município e de outras instituições, quando solicitado;
5. apoiar, dentro das suas possibilidades, a criação, organização e consolidação de núcleos museológicos públicos ou privados, na área do Município, ajudando a promover e divulgar as boas práticas museológicas; particularmente no que respeita à preservação patrimonial;
6. preparar os procedimentos administrativos com vista a estabelecer parcerias, através da Divisão de Museus Municipais, com outras instituições, municipais, nacionais e internacionais, que visem idênticos objectivos;
7. diversificar os públicos e fomentar o seu acesso ao Museu, desenvolvendo uma programação cultural regular com visitas guiadas, actividades educativas, concertos, colóquios, conferências e cursos, onde se promova a discussão e apresentação de temáticas próprias.

Artigo 6.º

Instrumentos de gestão

Os instrumentos de gestão do MBCCG são o projecto e relatório de actividades, avaliação interna e informação estatística, anualmente preparados pelo Responsável, com a colaboração da restante equipa do Museu, e aprovados pela Câmara Municipal de Cascais.

Capítulo II

Orgânica dos serviços

Artigo 7.º

Enquadramento orgânico

De acordo com o artigo 89.º do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais em vigor, publicado no *Diário da República*, II Série, n.º 87, de 6 de Maio de 2008, o Museu insere-se no Departamento de Cultura / Divisão de Museus Municipais da Câmara Municipal de Cascais.

Artigo 8.º

Estrutura orgânica e serviços do Museu

O Museu tem um Responsável científico e técnico, nomeado pela Câmara Municipal de Cascais. Compete ao Responsável superintender nos diferentes serviços do Museu, procurando desse modo assegurar o cumprimento das funções museológicas e o desenvolvimento do seu programa.

1. **Gestão de Coleções:** assegura a salvaguarda das colecções do Museu, sendo responsável pela gestão, inventariação, estudo e preservação das peças. Compete ainda a este sector colaborar na documentação das colecções, na preparação de exposições, na elaboração de instrumentos de trabalho necessários ao Museu, no acolhimento a públicos especializados e na preparação de edições de materiais de divulgação e de materiais para o Serviço de Educação.
2. **Documentação e Divulgação:** assegura a gestão e preservação da biblioteca, do arquivo de imagem e da documentação produzida sob qualquer suporte, assim como a gestão das edições e da produção de materiais de divulgação.
3. **Gabinete de Conservação e Restauro:** participa no levantamento do estado de conservação do acervo, assegura as boas práticas em conservação preventiva no Museu, tal como definidas nas *Normas e Procedimentos de Conservação Preventiva*, propondo e aplicando planos específicos para a conservação e salvaguarda das colecções, nos limites da legislação em vigor, e realiza as intervenções de restauro efectivo necessárias que se enquadrem nas áreas dos conhecimentos técnicos e científicos dos seus elementos. Colabora, ainda, nas acções relacionadas com a conservação e restauro do património móvel do Município e de outras instituições, quando solicitado.
4. **Serviço de Educação:** assegura a estruturação e acompanhamento das diferentes actividades organizadas pelo Museu que exigem o contacto pessoal com os diferentes públicos. Produz os conteúdos necessários para a elaboração de instrumentos destinados a uma comunicação mais eficaz das colecções e do património cultural.

Organiza actividades de ocupação e animação como oficinas, cursos livres e visitas orientadas ao Museu, à Capela de S. Sebastião e ao parque envolvente.

5. **Serviço Administrativo:** apoia o Museu na gestão da comunicação telefónica, fax, mail, etc., no tratamento, envio e recepção da correspondência, na organização da contabilidade e da gestão financeira, na elaboração de documentos do Museu.
6. **Portaria e vigilância:** assegura diferentes funções, como a recepção e o acompanhamento do público, e a vigilância das áreas públicas do Museu, velando pela integridade das colecções.

Capítulo III

Gestão do acervo museológico

Artigo 9.º

Política de incorporação

A política de incorporação desta instituição consta do *Regulamento de Política de Incorporação do Museu-Biblioteca dos Condes de Castro Guimarães*, de acordo com o previsto na Lei-Quadro dos Museus Portugueses (Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto).

Artigo 10.º

Inventário

1. Os bens culturais incorporados nas colecções do Museu são alvo de inventário museológico e patrimonial, cujo objectivo é a identificação e individualização de cada item e a integração da respectiva documentação, de acordo com as normas técnicas mais adequadas à sua natureza e características.
2. As colecções resultantes de depósitos são identificadas no inventário por meio de sigla e numeração própria.
3. O inventário é registado em ficha manual e em suporte informático, sendo para tal utilizado um software de gestão integrada de colecções e património.

Artigo 11.º

Investigação e estudo do acervo

1. As principais linhas de investigação a desenvolver internamente pelo Museu são as que se prendem com as colecções, com o edifício e com os doadores, de acordo com a sua vocação.
2. É obrigação do Museu, na medida das suas possibilidades, colaborar com investigadores, centros de investigação, escolas, universidades e outras entidades públicas e privadas com actuação credenciada sobre o património musical português, facultando-lhes (no quadro de protocolo, contrato, compromisso ou outro superiormente sancionado), o acesso às colecções e à documentação inerente, esta até ao nível considerado de acessibilidade própria para cada tipo de utilizador.
3. A disponibilização da informação referida no n.º 2 será efectuada no quadro de protocolo, contrato, compromisso ou outro superiormente sancionado, mediante requerimento no qual se identificará a instituição e/ou o investigador que faz o pedido e quem vai fazer a recolha, bem como o que se pretende consultar e o fim a que se destina.
4. O Museu deverá informar o pedido, deferindo-o positivamente e/ou com condicionantes ou indeferindo-o justificadamente, num prazo de trinta dias úteis.
5. Caso se verifique a recolha ou o uso indevido (particularmente a não identificação da fonte) e não autorizado de informação ou imagem pertencentes ao Museu, serão accionados os direitos legais segundo o estipulado no Código de Direito de Autor e dos direitos conexos (Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de Março, alterado pelas Leis n.º 45/85, de 17 de Setembro, e n.º 114/91, de 3 de Setembro, pelos Decretos-Lei n.º 332/97 e n.º 334/94, ambos de 27 de Novembro, e pela Lei n.º 50/2004, de 24 de Agosto).
6. A prestação de alguns destes serviços pode implicar o pagamento de custos, fixados pelo Município.

Artigo 12.º

Conservação preventiva

1. O Museu garante as condições adequadas, promove as boas práticas e implementa as medidas de conservação preventiva para os bens culturais à sua guarda, no quadro das normas emanadas das entidades nacionais e internacionais competentes nesta matéria.

2. A conservação preventiva dos bens culturais móveis e imóveis ao cuidado do Museu obedece ao estabelecido no documento *Normas e Procedimentos de Conservação Preventiva* e à legislação em vigor.

Artigo 13.º

Segurança

1. O Museu dispõe das condições de segurança indispensáveis para garantir a protecção e a integridade dos bens culturais à sua guarda, bem como dos visitantes, do pessoal e das instalações.
2. O Museu possui um *Plano de Emergência e Segurança* elaborado segundo a legislação em vigor e superiormente aprovado, como estipulado no Artigo 33º da Lei-Quadro dos Museus Portugueses (Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto).
3. O plano de segurança é um documento confidencial e dele têm conhecimento apenas os funcionários do Museu e as autoridades competentes.

Capítulo IV

Normas de acesso a espaços do Museu

Artigo 14.º

Horário

O horário de abertura ao público encontra-se fixado no exterior do Museu e é o seguinte:

Visita às exposições: Terça-feira a Sexta-feira, das 10h00 às 17h00

Sábado e Domingo, das 10h00 às 13h00 e das 14h00 às 17h00

A última entrada de visitantes processa-se às 16h45;

Serviços Administrativos: Segunda a Sexta-feira, das 09h00 às 13h00 e das 14h00 às 17h00;

Dias de encerramento: Segunda-feira; 1 de Janeiro, Domingo de Páscoa; 1 de Maio e 25 de Dezembro.

Artigo 15.º

Restrições à entrada

O Museu reserva-se o direito de admissão nos termos da lei geral e ainda:

1. é proibido entrar com equipamento vídeo ou fotográfico sem autorização prévia;
2. é interdita a entrada de pessoas com malas de grandes dimensões, bem como com mochilas, sacos, guarda-chuvas e outros equipamentos que ponham em risco a integridade das colecções, pessoas e instalações, devendo ficar guardadas na recepção;
3. caso o visitante pretenda guardar na recepção objectos que repute de elevado valor, estes deverão ser declarados e identificados pelo próprio. A responsabilidade civil do Museu pela guarda de objectos de valor elevado implica, por parte do visitante, a respectiva declaração e identificação;
4. o pessoal da recepção pode recusar-se a receber objectos pessoais do visitante, caso se verifique que estes não poderão ser guardados com segurança na área de acolhimento.

Artigo 16.º

Ingresso

1. O ingresso no Museu está sujeito ao pagamento de uma taxa, cujo valor é fixado no *Regulamento e Normas de Cobrança e Tabela de Taxas, Licenças e outras Receitas Municipais*.
2. As situações de isenção face ao pagamento da taxa referida no número anterior são as seguintes:
 - 2.1 domingos;
 - 2.2 dia Internacional dos Museus (18 de Maio);
 - 2.3 público com idade igual ou inferior a 14 anos e igual ou superior a 65 anos;
 - 2.4 portadores do Cartão Jovem;
 - 2.5 professores e alunos de qualquer grau de ensino, mediante comprovação documental;
 - 2.6 grupos organizados, mediante prévia marcação, no âmbito de acções programadas

- com o serviço de educação do Museu;
- 2.7 investigadores, mediante requerimento próprio;
 - 2.8 jornalistas e profissionais do Turismo, no desempenho das suas funções e devidamente identificados;
 - 2.9 associados do Grupo de Amigos do Museu e respectivos acompanhantes;
 - 2.10 membros da APOM / ICOM, mediante comprovação documental;
 - 2.11 funcionários da CMC e respectivos familiares;
 - 2.12 voluntários do Museu e respectivos acompanhantes;
 - 2.13 em dia útil aquando da realização de actividades de extensão cultural, permitindo apenas o acesso às respectivas áreas.

Artigo 17.º

Registo de visitantes

O registo de visitantes do Museu deverá verificar-se de modo a proporcionar um melhor conhecimento dos públicos, com o objectivo de melhorar a resposta às suas necessidades e a qualidade da oferta.

Artigo 18.º

Acolhimento ao público

1. Na recepção ou na portaria estará um funcionário com a função de acolher o visitante, fornecer as informações solicitadas e, se necessário, guardar os bens de entrada interdita.
2. Neste mesmo local existe uma caixa de sugestões, para que desta forma o visitante possa expressar a sua opinião e contribuir para a melhoria do serviço prestado.
3. O público dispõe também de um livro oficial de reclamações.
 - 3.1. O diálogo com o visitante que pretenda reclamar deve ser, numa primeira fase, estabelecido com o funcionário mais graduado que se encontre na recepção ou portaria.

- 3.2. No caso de ser necessária intervenção superior, deve ser chamado o Responsável do Museu ou, na sua ausência, um técnico superior.

Artigo 19.º

Normas de visita

Durante a visita ao Museu, não é permitido:

1. a entrada de animais nas salas e outros espaços fechados, à excepção dos cães de guia;
2. comer ou beber nas salas e outros espaços fechados, excepto nos dedicados para este fim;
3. fumar;
4. correr e provocar perturbação nas salas e outros espaços fechados;
5. tocar ou manusear as peças, excepto as destinadas a este fim;
6. fotografar ou filmar sem autorização prévia;
7. usar o telemóvel por forma a perturbar os outros visitantes;
8. usar veículos motorizados nas áreas ajardinadas e de lazer;
9. utilizar as áreas ajardinadas e de lazer para praticar desportos, jogos ou outras actividades que perturbem os demais utentes;
10. acampar e/ou pernoitar nas áreas exteriores.

Artigo 20.º

Apoio a pessoas com deficiência

Dentro das condicionantes existentes, o Museu desenvolverá esforços no sentido de acolher com a mesma qualidade os diversos públicos, levando em consideração as necessidades especiais que possam manifestar.

Artigo 21.º

Acesso às reservas

1. O Museu possui reservas organizadas, de forma a assegurar a gestão das colecções, tendo em conta as suas especificidades. As reservas estão instaladas em várias áreas

fechadas com tratamento físico e ambiental diferenciado, a fim de garantir prioritariamente a preservação e segurança do acervo.

2. Mas, sendo um serviço público, mesmo as peças em reserva devem estar acessíveis, mediante os critérios que se enumeram:
 - 2.1. o acesso às reservas é competência dos técnicos do Museu mais directamente envolvidos na gestão das colecções, sem prejuízo de, em casos pontuais e autorizados, às mesmas poderem ter acesso os demais técnicos da instituição;
 - 2.2. o acesso pontual de investigadores a peças em contexto de reserva pode ser autorizado, mediante solicitação fundamentada, apresentada ao Responsável, mas sempre na companhia de um técnico do Museu;
 - 2.3. quando concedida aos investigadores autorização para estudo das peças, a sua consulta decorrerá em local do Museu previamente definido pelo Responsável, deslocando-se de cada vez um número limitado de exemplares, que devem ser desacondiçionadas pelos técnicos e manipuladas pelo investigador segundo as boas práticas recomendadas para estas situações, concordantes com as definidas nas Normas e Procedimentos de Conservação Preventiva;
 - 2.4. no final da consulta, as peças devem ser de imediato verificadas, acondicionadas pelos técnicos e recolhidas ao seu local na reserva;
3. São factores para a interdição do acesso directo ao estudo das peças, que será devidamente justificado junto do requerente e, se possível, temporalmente delimitado:
 - 3.1. a indisponibilidade temporária do pessoal técnico do Museu para acompanhar os investigadores autorizados a aceder às reservas;
 - 3.2. causas inerentes à necessidade de cuidados especiais na conservação das peças;
 - 3.3. o mau estado de conservação das peças;
 - 3.4. a presença das peças em exposição temporária no Museu ou no exterior;
 - 3.5. condicionantes impostas para as peças que não são propriedade do Museu por protocolos de depósito ou outros;
 - 3.6. outros factores considerados relevantes pelo Responsável do Museu.

Artigo 22.º

Acesso à documentação

A documentação relativa às colecções e ao património cultural à guarda do Museu será classificada segundo vários níveis de acesso:

1. no primeiro nível, o acesso é público e universal;
2. no segundo nível, o acesso fica reservado ao pessoal técnico e a investigadores que o solicitem, identificando-se e explicitando o âmbito e as finalidades do estudo a realizar;
3. a documentação sobre peças em depósito não pode ser disponibilizada a terceiros, a não ser nos casos em que os depositários concedam também a necessária autorização por escrito;
4. são documentos vedados ao conhecimento do público aqueles que garantem a segurança das colecções, como os documentos de avaliação, a propriedade quando alheia ou partilhada, a localização dos bens nas instalações, os planos de segurança e outros.

Artigo 23.º

Utilização da documentação

1. O Museu facultará a um primeiro nível, sempre que possível, informações e documentação que possua sobre as colecções e o património cultural à sua guarda.
2. Os investigadores ou instituições que desejem utilizar para publicação ou apresentação pública informação disponibilizada ou imagens cedidas ou recolhidas no Museu devem para tal solicitar autorização por escrito, identificando-se e explicitando o âmbito e as finalidades dessa utilização.
3. O investigador ou instituição que utilize informação disponibilizada ou imagens cedidas ou recolhidas no Museu deve mencionar a respectiva fonte e autoria.
4. Caso se verifique o uso indevido (particularmente a não identificação da fonte) ou não autorizado de informação ou imagem pertencentes ao Museu, serão accionados os direitos legais, segundo o estipulado no Código de Direito de Autor e dos direitos conexos (Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de Março, alterado pelas Leis n.º 45/85, de 17 de Setembro, e n.º 114/91, de 3 de Setembro, pelos Decretos-Lei n.º 332/97 e n.º 334/94, ambos de 27 de Novembro, e pela Lei n.º 50/2004, de 24 de Agosto).

5. Os investigadores ou instituições que utilizem para publicação ou apresentação pública informação disponibilizada ou imagens cedidas ou recolhidas no Museu devem, sempre que possível, entregar na instituição um exemplar ou uma cópia dos trabalhos produzidos.
6. Os direitos de autor dos textos produzidos pelos técnicos do Museu no âmbito das suas funções no Museu Municipal pertencem ao Município, sem perda da referência à identidade. Cada técnico que produza textos ou imagem que venham a ser publicados terá direito a um exemplar da edição, a não ser que factores inerentes à sua índole obriguem a limitar a oferta.

Artigo 24.º

Utilização e cedência de espaços

1. As pessoas ou entidades que pretendam utilizar espaços do Museu devem solicitá-lo por escrito, com um mínimo de três semanas de antecedência, identificando o responsável, o objectivo da actividade, o número de participantes, a data prevista para a realização e a respectiva duração.
2. A utilização de alguns destes espaços pode implicar o pagamento de custos, fixados pelo Município.
3. Os espaços do Museu podem ser cedidos a terceiros, mediante a celebração de contrato com o Município, sem prejuízo da actividade e da preservação dos bens culturais à sua guarda.

Capítulo V

Instrumentos de divulgação

Artigo 25.º

Exposição

1. O Museu tem patente ao público uma exposição permanente onde se expõe o conjunto mais significativo do acervo, numa apresentação que conserva o aspecto de casa habitada, respeitando as normas de carácter museológico e museográfico relacionadas com a conservação/preservação dos espécimes e a adequada leitura/valorização dos mesmos. Apesar da exposição permitir um circuito de visita livre, com percursos alternativos, recomenda-se, no entanto, que, de acordo com a

distribuição das respectivas salas e a colocação dos detectores de activação da iluminação, seja seguido o seguinte percurso:

O primeiro contacto com o Museu faz-se pelo claustro, zona de visita livre, onde se podem observar vários ornamentos cerâmicos, painéis azulejares de inspiração hispano-mourisca, pedras epigráficas, e, entre outras peças, um baixo-relevo renascentista.

A partir daqui, o visitante acede à exposição permanente do Museu através da “Sala dos Trevos”. Nesta sala expõem-se, a par dos retratos dos Condes de Castro Guimarães, peças de mobiliário português e francês do século XVIII. Salienta-se, para além do revestimento azulejar setecentista, a ornamentação do tecto, com as características folhas de trevos, testemunho da origem irlandesa de Jorge O’Neill que, em 1900, mandou construir a “Torre de S. Sebastião”.

Do lado esquerdo desta sala, tem-se acesso à designada “Sala da Música” onde se conserva o órgão de tubos adquirido pelo Conde, para além de um importante conjunto de retratos, na sua maioria setecentista. No tecto, em caixotão, exibem-se os brasões dos Condes de Castro Guimarães. A visita prossegue pelo regresso à “Sala dos Trevos” e daí à designada sala neo-gótica, onde sobressai o nervurado do tecto abobadado e se expõe, entre outras, um conjunto de peças de mobiliário do século XVII ao século XIX.

A partir desta sala, o visitante pode optar por três percursos alternativos: do lado direito tem acesso à “Biblioteca”, que conserva o acervo bibliográfico do Conde de Castro Guimarães e onde pontifica o ex-líbris do Museu - a Crónica de D. Afonso Henriques, de Duarte Galvão -; se optar pelo lado esquerdo, entra no “Gabinete do Conde”, uma pequena sala onde, entre outras peças, se apresenta um órgão portátil, datado de 1753; se optar por seguir em frente, entra na “Sala de Jantar” onde se expõe uma “mesa de aparato” e louça da China. Desta sala, o público acede à exposição “Cascais no Terceiro milénio Antes da Nossa Era”, onde se apresentam artefactos, vestígios e reconstituições de vários “povoados” pré-históricos do Concelho de Cascais e imagens, ilustrando três grandes rupturas na Pré-História, bem como o passado e o futuro da Arqueologia em Cascais.

O acesso ao piso superior faz-se pelo regresso à entrada da “Sala de Jantar” e, a partir daí, através de uma escadaria em caracol que dá acesso à “Salinha”, onde se expõem objectos ligados “à cerimónia do chá”. No pequeno corredor que se lhe segue, apresentam-se pequenos objectos de uso quotidiano e peças e imagens de cariz religioso. A porta do lado esquerdo dá acesso ao “Quarto”, onde, além do

mobiliário português dos séculos XVIII e XIX, se apresenta um conjunto de “peças de vitrina” e objectos de uso pessoal.

Do “Quarto”, o visitante passa para a “Sala José de Figueiredo”, divisão em honra deste eminente museológico que integrou a primeira Comissão Executiva do Museu. Aí se apresentam diversas peças de cariz neo-clássico, desde objectos de prata ligados ao hábito do chá, mobiliário e pintura portuguesa e estrangeira deste período. Desta sala acede-se a um pequeno corredor - onde se expõem diversas peças de pendur *Rocaille* - que, por sua vez, conduz à “Sala dos Contadores”, nela pontificando um conjunto de peças indo-portuguesas e pintura flamenga do século XVII. De uma das portas desta sala chega-se à “Galeria”, onde se expõe o conjunto de pinturas e esculturas nacionais e estrangeiras do período Romântico/Naturalista.

No piso superior, no torreão ou “Sala de Armas”, pode-se observar o pequeno núcleo de armaria do Museu e, no tecto, os brasões de armas, pintados, de Jorge O’Neill.

Finalmente, o público pode visitar a Capela de S. Sebastião, acompanhado por um funcionário do Museu.

A exposição permanente pode ser visitada individualmente ou em grupo, sendo neste caso, obrigatório o acompanhamento por um técnico do Museu.

2. Exposições temporárias: a galeria “romântico/naturalista” do piso superior pode ser utilizada para exposições, retirando-se, temporariamente, as peças que aí se exibem. A exposição pode ser visitada isoladamente ou na sequência da anterior.

Artigo 26.º

Difusão dos acervos

A difusão da informação sobre o Museu faz-se com recurso aos seguintes meios:

1. **documentação impressa:** sobre qualquer suporte, para fins de publicidade, de divulgação generalista e de investigação, deverá sempre conter o logótipo da Câmara Municipal de Cascais | Museus Municipais | imagem do Museu de acordo com o respectivo guia de identidade visual, bem como outros dados relevantes para o conhecimento e identificação da instituição, o mesmo sucedendo na documentação produzida em co-edição;

- 1.1. As publicações do Museu inserem-se na política editorial do Departamento de Cultura, com registo ISBN e ISSN, incidindo na divulgação dos acervos junto do

publico generalista, assim como na produção de roteiros e catálogos e na publicação de actas de reuniões científicas e trabalhos de investigação;

2. **Internet:** o Museu divulga através da Internet, nas páginas do Município, no seu próprio sítio e noutros congéneres, a informação com interesse para o público;
 - 2.1. tendencialmente, a informação ao nível básico, sobre as colecções do Museu, ficará disponível por este meio;
3. **documentação fotográfica, audiovisual e multimédia:** o Museu produz e cede, mediante solicitação e após autorização da Câmara Municipal, este tipo de documentação sobre as colecções e o património cultural ao seu cuidado ou pode permitir a sua realização por terceiros;
 - 3.1. a cedência destes materiais, em formato digital, ou a autorização para a sua realização pressupõe a aceitação das condições deste regulamento e da lei em vigor e pode implicar o pagamento de custos, fixados pelo Município;
 - 3.2. todas as imagem cedidas ou colhidas podem ser apenas utilizadas para os fins para que foram autorizadas, sendo obrigatória a identificação da procedência e autor, se for caso disso, bem como da instituição a que pertencem e onde foram colhidas;
 - 3.3. as fotografias colhidas em inaugurações e outros eventos poderão apenas ser utilizadas enquanto instrumento de divulgação das actividades do Museu;
4. **publicidade:** o Museu é identificado pelos logótipos da Câmara Municipal e dos Museus Municipais:
 - 4.1. estes mesmos logótipos devem figurar em toda a publicidade exterior e interior, através da qual se anunciam e promovem as acções do Museu;
 - 4.2. esta publicidade deve ainda respeitar uma linha gráfica que transmita uma imagem de coerência e permita o fácil reconhecimento da instituição.

Artigo 27.º

Educação

Como definido no n.º 4 do Artigo 8.º, o Museu integra um Serviço de Educação que assegura a organização e dinamização de actividades de comunicação com os diferentes públicos:

1. são disponibilizadas regularmente, para diferentes públicos, visitas guiadas, que podem ser generalistas ou temáticas;
2. são organizados, periodicamente, ateliers experimentais, cursos livres e outras actividades similares, em consonância com a programação e temáticas específicas do Museu;
3. estas actividades poderão ser adaptadas às necessidades específicas de um grupo, escolar ou outro, mediante solicitação prévia, no sentido de melhor responder aos interesses dos públicos, procurando assim interligar mais profundamente o Museu com a comunidade;
4. a programação da actividade anual ou plurianual terá em vista diversificar a oferta e melhorar a qualidade do acesso dos fruidores, individuais ou em grupo, às colecções e ao património cultural do Município;
5. a marcação de visitas guiadas e a indicação de participação noutras actividades será feita junto do Museu, no horário normal de funcionamento;
6. as visitas e actividades decorrerão preferencialmente no horário normal de funcionamento, sendo possível, mediante solicitação justificada e após aprovação superior, a sua realização noutros períodos;
7. o número de participantes em cada visita ou actividade será estabelecido em função dos objectivos definidos e da caracterização do grupo;
8. a prestação destes serviços pode implicar o pagamento de custos, fixados pelo Município.

Artigo 28.º

Actividades comerciais

1. A loja do Museu está aberta ao público durante o respectivo horário de funcionamento.
2. O controlo de caixa é feito pelo pessoal da recepção, que presta contas superiormente.
3. Todos os materiais expostos devem ser de qualidade e estar relacionados com as colecções do Museu e o património cultural do Município.

Capítulo VI

Colaborações

Artigo 29.º
Amigos do Museu

1. O Museu estimula a constituição de uma Associação de Amigos do MBCCG, com o objectivo de colaborar no desenvolvimento das diversas actividades da instituição e na sua divulgação.
2. A Associação de Amigos reconhecida deverá integrar a Federação dos Amigos dos Museus de Portugal (FAMP) e a World Federation Friends of Museums (WWFM).

Artigo 30.º
Voluntariado

O Museu aceita a colaboração de voluntários maiores de idade, que por escrito manifestem o seu desejo de participar, de forma desinteressada e não remunerada, com horário a combinar, em actividades a definir superiormente, integradas no âmbito de projectos, programas e outras formas de intervenção desenvolvidas sem fins lucrativos, de acordo com o estipulado nos Decretos-Lei n.º 71/98, de 3 de Novembro, e n.º 389/99, de 30 de Setembro.

Anexo 4. Relatório de Apreciação da Candidatura do MCGG à Credenciação



M
MINISTÉRIO DA CULTURA

Exmo. Senhor
Dr. Carlos Carreiras
Presidente da Câmara Municipal de
Cascais
Praça 5 de Outubro
2754-501 Cascais

Assunto Credenciação do Museu Biblioteca Condes de Castro Guimarães e
integração na Rede Portuguesa de Museus

Sua referência
Sua
comunicação

Nossa referência 82/IMC-DM/2011

Data 2 de Fevereiro de 2011

C. Presidente

Na sequência da candidatura à credenciação do Museu Biblioteca Condes de Castro Guimarães e consequente integração na Rede Portuguesa de Museus, o Instituto dos Museus e da Conservação emitiu um relatório técnico favorável, que tenho o gosto de vos enviar em anexo.

No âmbito da legislação em vigor sobre esta matéria, a Secção de Museus e da Conservação do Conselho Nacional de Cultura, reunida em 29 de Novembro de 2010, emitiu um parecer positivo à credenciação do Museu.

Deste modo, dando cumprimento ao disposto nos artigos 93º e 119º da Lei Quadro dos Museus Portugueses, poderá V. Exa. pronunciar-se num prazo de vinte dias sobre os elementos mencionados, no âmbito da audiência prévia prevista na legislação.

Aproveito esta oportunidade para informar que está prevista a realização de uma cerimónia a assinalar a entrada de seis novos museus na RPM no próximo mês de Maio.

Expressando as minhas sinceras congratulações pela colaboração que agora se preconiza, enquadrada pela Rede Portuguesa de Museus, apresento os meus melhores cumprimentos, *João*

O Director

João Brigola

João Brigola

C/c Museu Biblioteca Condes de Castro Guimarães
Anexo: Relatório Técnico - Apreciação de candidatura à credenciação
CJF/RL

T +351 213 650 800
F +351 213 647 821

Palácio Nacional da Ajuda
Ala Sul, Piso 4
1349-021 Lisboa

www.imc-ip.pt

NIF 508 200 237

1/1



MINISTÉRIO DA CULTURA



INSTITUTO
DOS MUSEUS
E DA CONSERVAÇÃO

Concedido
Fidel Vitorino
11.11.2010

RELATÓRIO Apreciação de Candidatura à Credenciação

Museu		Tutela
Museu Biblioteca Condes de Castro Guimarães		Câmara Municipal de Cascais
NUT II	Concelho	Tipo Tutela
LISBOA	Cascais	Administração Local

Introdução

O processo de candidatura à credenciação do Museu Biblioteca Condes de Castro Guimarães (MBCCG), tutelado pela Câmara Municipal de Cascais, está bem formulado, apresentando informação complementar em anexo. Desde 2007/8 que o Museu se encontra em processo de reestruturação, nomeadamente com a renovação de alguns dos seus espaços e ao nível do percurso expositivo, com a introdução de novos meios de informação ao visitante, designadamente folhas de sala e tabelas bilingues (português/inglês). O conjunto de melhoramentos concorreu para um percurso expositivo mais eficaz, tornando a sua leitura mais clara e promovendo a valorização dos objectos expostos. No centro da sala da Crónica, na Biblioteca do Conde de Castro Guimarães expõe-se a obra mais emblemática e valiosa do acervo do museu, a Crónica d'El Rei D. Afonso Henriques, encomendada pelo Rei D. Manuel I ao historiador e cronista Duarte Galvão e concluída em 1505.

De mencionar que o MBCCG funciona como um núcleo de apoio na área da conservação e restauro para os restantes museus municipais. A presente candidatura foi alvo de aprovação do executivo em Reunião de Câmara, de 25 de Janeiro de 2010.

No dia 5 de Novembro de 2010, foi efectuada uma visita técnica ao MBCCG pelos técnicos do Departamento de Museus do Instituto dos Museus e da Conservação, Dr. Miguel Crespo e Dr. Roberto Leite. Nesta visita estiveram presentes, por parte do MBCCG, o seu Director, o Dr. José António Proença, a Chefe de Divisão de Museus Municipais da Câmara Municipal de Cascais, Dra. Carla Varela Fernandes. Houve ainda oportunidade para contactar com outros profissionais do Museu nos respectivos serviços, designadamente com a Dra. Assunção Júdice e a Dra. Mónica Gonçalves. Foram visitados todos os espaços públicos, de acesso condicionado e privados do Museu e esclarecidos aspectos de caracterização e de funcionamento desta entidade.

I IDENTIFICAÇÃO

1. Designação

Museu Biblioteca Condes de Castro Guimarães.

2. Contactos do museu

O Museu está situado no Distrito de Lisboa, na freguesia de Cascais, concelho de Cascais, pertencente à Câmara Municipal de Cascais / Nut II / LISBOA.

Os contactos do Museu incluem o telefone, o fax e o correio electrónico. O site da tutela dispõe ainda de informação sobre o Museu.

3. Contactos da entidade dotada de personalidade jurídica de que o museu depende (nos casos em que o museu não tenha personalidade jurídica)

Neste ponto são mencionados os contactos da entidade de tutela do Museu, a Câmara Municipal de Cascais.

4. Historial

O Museu Biblioteca Condes de Castro Guimarães nasceu da vontade do próprio patrono do Museu, o Conde Manuel de Castro Guimarães, o qual deixou à Câmara Municipal de Cascais, por testamento datado de 1 de Agosto de 1924, a sua propriedade denominada "Torre de S. Sebastião, com toda a mobília, objectos de arte, livros e pratas que nela se contenham, e que a casa de habitação será destinada a um pequeno Museu Municipal e Biblioteca Pública."

Dando cumprimento à vontade expressa do Conde de Castro Guimarães, o Museu abre oficialmente ao público no dia 12 de Julho de 1931.

O edifício onde está localizado o MBCCG é projecto do arquitecto Jorge O'Neil, e data de 1900, estando enquadrado pelo parque e pela Capela de S. Sebastião, que faz parte integrante do património edificado do Museu.

Desde 2007 que o MBCCG tem vindo a proceder a uma renovação dos seus espaços de exposição permanente, criando novos ambientes, renomeando algumas salas, possibilitando uma maior harmonia dos espaços, tirando partido do enquadramento do parque e da proximidade do mar. Foram criadas folhas de sala e tabelas bilingues, possibilitando uma visita mais completa.

5. Vocação

A vocação do MCL está delineada no artigo 3º do seu Regulamento Interno.

O MBCCG assume como vocação primordial conservar, estudar, interpretar e divulgar as colecções de arte, artes decorativas e bibliográfica.

Apesar da sua vocação estar consonante com o conceito de museu patente na Lei Quadro dos Museus Portugueses, incluindo a menção às diversas funções museológicas, a mesma não caracteriza a instituição pelos acervos que lhe cabe conservar, estudar e divulgar, pelo que seria interessante o Museu vir a reformular parte do texto que diz respeito à sua vocação.

6. Objectivos

Os objectivos traçados pelo Museu apesar de generalistas estão correctos. São objectivos do MBCCG: 1. Inventariar, salvaguardar, estudar e divulgar o seu acervo; 2. Ampliar as colecções de acordo com a sua política de incorporações e torná-las acessíveis aos investigadores e aos vários tipos de público mediante visitas orientadas, conferências, palestras, exposições, publicações e o empréstimo a outras instituições; 3. Apoiar a criação, organização e consolidação de núcleos museológicos públicos ou privados, na área do município; 4. Preparar através da Divisão de Museus da Câmara Municipal de Cascais o estabelecimento de parcerias com outras instituições culturais, regionais, nacionais e internacionais; 5. Diversificar os públicos, mantendo uma programação cultural regular.

7. Acervo

O acervo do MBCCG é constituído por várias doações e aquisições que ao longo dos anos têm vindo a enriquecer o espólio legado pelos Condes de Castro Guimarães.

O acervo pode ser dividido em quatro grandes núcleos:

- Pintura portuguesa e estrangeira (flamenga, italiana, francesa e espanhola) do século XVI ao século XX;
- Ourivesaria nacional e estrangeira do século XVII ao século XIX;
- Mobiliário português, europeu, indo-português e chinês do século XVI ao século XIX;
- Porcelana oriental (com algumas peças armoriadas);
- Escultura nacional de carácter religioso e escultura estrangeira, na sua maioria de autores franceses do século XX;
- Arqueologia;
- Epigrafia;
- Armaria;
- Têxteis;
- Vidros;
- Leques e uma série de conjuntos de peças designado por objectos de "vitrine";
- Refira-se ainda os 2830 títulos que integram a Biblioteca do Conde de Castro Guimarães.

8. Documento fundador do museu

É apresentado como documento fundador uma cópia de parte do testamento cerrado de Manuel de Castro Guimarães, Conde de Castro Guimarães, datada de 11 de Julho de 1930.

9. Programa museológico

Dado o Museu ser de fundação anterior à publicação da Lei Quadro dos Museus Portugueses, não foi apresentado o Programa Museológico, por não ser obrigatório.

II Cumprimento das funções museológicas

10. Estudo e investigação

10.1. Promoção e desenvolvimento de actividades científicas através do estudo e da investigação dos bens do acervo.

10.1.1. Principais estudos efectuados

No formulário de candidatura são apontados alguns dos estudos/publicações realizadas pelo MBCCG de 2007 a 2009.

Em 2007 e 2008 foram realizados 13 textos para o Roteiro do Museu da autoria de diversos especialistas, designadamente Sandra Leandro, Vitor Silva, Miguel Soromenho, Maria Assunção Júdice, Paulo Pereira, Isabel Falcão, José António Proença, Leonor D'Orey, Maria Antónia Pinto de Matos, Luís Manuel Araújo e Victor Gonçalves.

O estudo da colecção de mobiliário finalizou-se em 2009, com o intuito de publicação do catálogo.

Ainda em 2009 foi feito um levantamento, inventariação e referenciação da obra de Carlos Bonvalot, sobretudo com as suas intervenções no património Cascalense e que teve como resultado a exposição temporária Carlos Bonvalot realizada no MBCCG. Este trabalho foi realizado por José António Proença e por Raquel David. O catálogo foi publicado em Novembro de 2009, com autoria de Raquel Henriques da Silva, intitulado-se "Carlos Bonvalot: a pintura como celebração da memória e da paisagem".

10.1.2. Projectos de investigação em curso

Actualmente decorre o projecto de investigação - "Carlos Bonvalot, pioneiro no encontro entre a Arte e a Ciência" de José Pessoa e o estudo e investigação da colecção de pintura do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães.

10.2. Disponibilização de oportunidades de prática profissional

O Museu tem disponibilizado estágios curriculares na sequência de parcerias com diferentes instituições do ensino técnico-profissional e ensino superior, nomeadamente para alunos da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e do Instituto de Artes e Ofícios da Universidade Autónoma de Lisboa.

11. Incorporação

11.1. Política de incorporações

A política de Incorporações do MBCCG vem descrita em documento autónomo, sendo também referenciada no Regulamento Interno (art.º 9º). Apesar de o Museu ter na origem uma colecção estanque, fruto de uma doação testamentária, o MBCCG continua a enriquecer o seu acervo mediante as seguintes modalidades de incorporação: compra, doação, legado, herança, recolha, achado, transferência, permuta, afectação permanente, preferência e dação em pagamento.

Podem ser incorporados no Museu bens culturais que venham a ser expropriados nos termos previstos na Lei n.º107/2001, de 8 de Setembro, bens arqueológicos provenientes de trabalhos científicos ou de achados fortuitos.

Para a incorporação de um bem cultural no MBCCG ele terá de estar relacionado ou ser complementar às colecções já existentes, resultar de um trabalho ou achado arqueológico ocorrido na área de intervenção do Município, possuir especial significado para a constituição e compreensão da identidade de Cascais, estar relacionado com o património imóvel e imaterial do Município, sobretudo o identificado na Carta do Património Cultural Municipal e ser bem de interesse Municipal ou detentor de classificação superior.

Para além do acima mencionado, o MBCCG pode ainda incorporar outros bens culturais com relevância patrimonial, desde que devidamente avaliadas, livres de impedimentos e não constituindo conflitos de interesses.

12. Inventário museológico

12.1. Número de inventário

O sistema de numeração adoptado pelo MBCCG consiste num registo alfanumérico, iniciado pela sigla do Museu, seguido da categoria das colecções, e número de objecto(ex:MBCCG-MOB-075).

O acervo do museu está inventariado na sua totalidade, com ficha introduzida em aplicação informática (*In Patrimonium*) registando-se 1850 peças.

12.2. Ficha de inventário

Da documentação da candidatura fazem parte três exemplos de fichas de inventário efectuadas no programa *In Patrimonium Premium* nas categorias de Cerâmica, mobiliário e ourivesaria.

12.3. Sistema de registo e informatização

12.3.1. Informatização do inventário

O MBCCG utiliza o programa *In Patrimonium Premium*, numa base comum a todos os Museus Municipais de Cascais, estando inserida nesta aplicação a totalidade dos objectos que compõem o acervo do Museu. O fundo bibliográfico (Biblioteca do Conde Castro Guimarães) está registado no programa *Porbase*, com cerca de 2830 registos, com acesso disponível na página da Internet da Câmara Municipal de Cascais.

12.3.2. Cópias de segurança

A aplicação *In Patrimonium Premium* tem dois níveis de segurança: permitindo a existência de uma cópia, localizada noutras instalações e ainda é realizado uma cópia de segurança diária, preservada por um período de 5 semanas desde a data da sua execução, estando desta forma garantidos os níveis de segurança.

13. Conservação

13.1. Normas e procedimentos de conservação preventiva

Em anexo à documentação da candidatura é apresentado o documento "Normas e Procedimentos de Conservação Preventiva", documento datado de Outubro de 2009 e aprovado em reunião de Câmara Municipal de Cascais a 25 de Janeiro de 2010.

O documento caracteriza-se pelo seu rigor estando bem organizado. Apresenta um índice bem estruturado em oito grandes capítulos, designadamente: 1. Segurança; 2. Monitorização e controlo ambiental e biológico; 3. Manutenção de equipamento; 4. Materiais, equipamentos, sistemas de exposição e reserva e organização dos espaços; 5. Limpeza dos espaços, equipamentos e acervo; 6. Circulação de bens culturais; 7. Formação de recursos humanos; 8. Público.

13.2. Monitorização das condições ambiente

13.2.1. Métodos de monitorização

O MBCCG está equipado com os instrumentos necessários à correcta monitorização das condições ambiente.

A monitorização dos índices de HR e controlo de temperatura é feito diariamente, sendo os respectivos aparelhos programados para registos semanais. Os vários gráficos são posteriormente analisados por forma a poder ser feita uma leitura

comparativa. Os índices de luminosidade são controlados mediante a utilização de luxímetros, bem como a medição dos raios UV. Foi enviado em anexo um registo respeitante ao mês de Outubro de 2009, com valores H.R. 30%-65% e temperaturas médias de 25°.

13.3. Instalações do museu

Como já anteriormente mencionado no ponto relativo ao Historial do presente relatório, o Museu Biblioteca Condes de Castro Guimarães ocupa um edifício datado de 1900, projectado por Jorge O'Neil, situado no perímetro arborizado do Parque Marechal Carmona e a poucos metros do mar (traduzindo-se num elevado grau de salinidade no ar).

O controlo das condições ambientais é uma das grande frentes de trabalho do Museu, dado a sua localização e as características do próprio edifício.

São realizadas continuamente observações quer dos objectos expostos, quer dos acondicionados nas reservas.

Todas as janelas e portas envidraçadas estão protegidas com filtros para controlo dos raios UV e ainda equipados com telas microperfuradas.

A colecção de têxteis, documentos gráficos e espólio bibliográfico merecem atenção redobrada, com a redução dos índices de luminosidade, para níveis inferiores a 50 lux. O museu dispõe de termohigrógrafos, datalogger, luxímetro e aparelho de medição dos raios UV.

Alguns objectos de menores dimensões que integram a exposição permanente foram protegidos por campânulas de acrílico, enquanto que pinturas e documentos gráficos de menores dimensões foram fixos por um sistema de travão. Alguns conjuntos de objectos mais sensíveis estão protegidos com estruturas metálicas, por forma a não facilitar o contacto próximo com o visitante, que poderia por em risco a integridade dos mesmos.

As diversas salas integradas no percurso expositivo estão equipadas com detectores de presença que permitem uma redução efectiva dos bens ao efeito nocivo da luz e ainda uma eficaz poupança energética.

13.4. Reservas

O espaço para reserva foi alvo de uma recente requalificação, com obras de conservação das paredes e de parte do piso onde se localizam (piso -1), tendo sido apetrechadas com equipamento adequado ao bom acondicionamento dos objectos. Foram colocadas estantes metálicas, grades corredeiras metálicas para a colocação de pintura. Para o acondicionamento de documentos gráficos existem dois armários de gavetas e para o acondicionamento da colecção de têxteis (tapetes, colchas e tapeçarias) optou-se por uma estrutura metálica composta de cinco rolos. Além deste equipamento, a reserva do MBCCG está também equipada com equipamentos de monitorização das condições de conservação preventiva e com porta corta-fogo.

Durante a visita, podemos observar o quão organizado e bem acondicionado estão os objectos, todos eles bem identificados e com as devidas regras para uma boa conservação. Contudo, não podemos deixar de mencionar o problemático acesso à reserva, localizada no piso -1, acessível apenas por uma escada não muito ampla, o que poderá eventualmente dificultar a passagem em segurança de alguns objectos de maiores dimensões. Este facto deve-se à condicionante do próprio edifício do Museu.

14. Segurança

14.1. Plano de segurança

O Museu dispõe de Plano de Segurança.

No ponto 1 das Normas e Procedimentos de Conservação Preventiva do MBCCG é identificado o Responsável de Segurança e Delegado de Segurança do Museu; as operações de conservação e manutenção das "instalações existentes no edifício, sistemas, equipamentos e dispositivos associados (...)", é classificado o edifício e os locais de risco, são referidas as instalações técnicas existentes e os equipamentos de encaminhamento das pessoas em caso de evacuação, estabelecendo-se um plano de emergência.

14.2. Características do equipamento de segurança

São indicados os equipamentos de segurança de que o Museu dispõe: sistema de videovigilância integrado com 18 câmaras instaladas e em funcionamento; sistemas automáticos de detecção de intrusão e de incêndio, extintores móveis de incêndio colocados em vários locais do museu, cujo manuseamento é do conhecimento de todos os funcionários do museu, e por fim uma sinalética de emergência.

Para além dos meios automáticos, o MBCCG dispõe de vigilância presencial permanente.

14.3. Vigilância

O MBCCG está equipado com um sistema de vigilância electrónico e presencial permanente. O sistema electrónico de vigilância permite a captação, visualização e gravação de imagens, com câmaras instaladas em todas as salas da exposição permanente, sendo que o visionamento é feito por uma empresa externa de segurança, nos termos da lei em vigor.

15. Interpretação e exposição

15.1. Exposições

A concepção da actual exposição permanente do MBCCG iniciou-se em Janeiro de 2007, tendo sido inaugurada a 22 de Novembro desse mesmo ano. Foi feita uma profunda reformulação do percurso expositivo, por forma a torná-lo mais coerente e

fornecer ao público uma informação mais detalhada sobre o Museu e as suas colecções. A exposição permanente passou a estar dotada de tabelas (português/inglês) para todos os objectos, tabelas de conjunto, com textos com dois níveis de leitura: um mais imediato e outro mais desenvolvido e ainda textos de 60 peças de referência do acervo.

Em Novembro de 2009, foi inaugurada a exposição temporária *Cascais de Carlos Bonvalot*, que esteve patente no Museu até 21 de Março último. Foi uma exposição que permitiu divulgar a produção artística de Bonvalot relacionada com Cascais (foi conservador do MBCCG de 1932 a 1934) mas também as intervenções no património cascalense por ele elaborado, designadamente a decoração da Igreja de Stº. António do Estoril e a análise científica que fez para o restauro das tábuas Quinhentistas da Igreja Matriz de Cascais, da autoria de Álvaro Pires. Esta exposição foi completada com um ciclo de conferências em torno desta temática, bem como por actividades dos serviços educativos, de que se destaca *Os Percursos de Bonvalot*. Foi editado um catálogo da exposição.

Integra o percurso de visita a Biblioteca do Conde Castro Guimarães, onde se expõe a Crónica D'El Rei D. Afonso Henriques, associando-se o espaço da Biblioteca à atmosfera das viagens, com exposição em vitrina de objectos egípcios da colecção.

Actualmente, e como tivemos oportunidade de ver durante a visita técnica, está patente a exposição de arqueologia intitulada *Cascais Terceiro Milénio Antes da Nossa Era*, tendo contado com o apoio científico do Prof. Dr. Victor Gonçalves. Trata-se de uma exposição temporária de longa duração que contudo parece não se ajustar à vocação do museu, que poderia beneficiar com a utilização deste espaço para a realização de exposições temporárias afins à sua vocação.

Conforme informações colhidas durante a visita, esta exposição pretende evocar as bases de um futuro núcleo museológico de arqueologia que irá integrar o futuro Museu de Cascais, dedicado à história local.

Uma das salas é dedicada a José de Figueiredo, tendo as obras nelas expostas (mobiliário, gravuras e escultura) sido doadas pelo homenageado que foi membro do núcleo fundador do Museu entre 1927-1937.

15.2. Audiovisuais e multimédia

O MBCCG utiliza meios audiovisuais e multimédia especialmente nas actividades do serviço educativo destinadas a diferentes tipos de público.

15.3. Divulgação

Para além da divulgação efectuada pelo MBCCG através das suas exposições temporárias e respectivos catálogos, roteiros e folhetos, nomeadamente o catálogo "A colecção de Ourivesaria do Museu Condes de Castro Guimarães", da autoria de Leonor D'Orey, a divulgação das actividades do Museu é feita igualmente na Agenda Cultural de Cascais,

na página da internet da tutela e em vários mupis colocados ao longo do Concelho de Cascais.

16. Educação

16.1. Colaboração com o ensino

O MBCCG colabora com variados estabelecimentos de ensino através da divulgação e da realização de variadas actividades lúdico/pedagógicas, e que se adaptam aos vários graus de ensino.

É de destacar a Maleta Pedagógica elaborada pelo museu, contendo no seu interior fantoches que reproduzem caricaturalmente os Condes de Castro Guimarães.

São de destacar também as visitas orientadas, quer temáticas quer de índole geral, ateliês, encontros musicais (como os Encontros Musicais de Natal), jogos, teatro de fantoches, dramatizações e peddy-papers.

Destaque ainda para uma actividade que estava a decorrer a quando da visita técnica, em colaboração com o Teatro Experimental de Cascais. Trata-se de uma dramatização, intitulada *Exilado a Sul*, da autoria de José Jorge Letria, retratando a figura de Manuel Teixeira Gomes, associando-se assim o Museu às comemorações do Centenário da República.

16.2. Tipos de público

São diversificados os tipos de público que visitam e participam nas actividades promovidas pelo Museu, abrangendo alunos dos 1º e 2º ciclo do ensino básico, passando pelo secundário e técnico profissional, bem como público em geral nacional e estrangeiro e também com diferentes graus de mobilidade, apesar de neste caso só poderem aceder ao piso 0.

III – Recursos humanos, financeiros e instalações

17. Recursos humanos

17.1. Direcção do museu

O Director do Museu é licenciado em História, pela Universidade de Coimbra, detentor de uma pós-graduação de Conservador de Museus pela ESBAL/APOM/IEFP e o Curso Superior Especializado em Peritagem em Arte/Mobiliário pela ESAD.

Durante o período de 2003 a 2006, foi Director da Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves (IMC), estando responsável pelo MBCCG desde 2 de Outubro de 2006, com um contrato a termo indeterminado.

17.2. Restante pessoal afecto ao museu

O MBCCG conta com um total de dez funcionários (incluindo o Director), sendo que destes, oito possuem vínculo e dois são contratados a termo certo, designadamente a técnica superior de Conservação e Restauro e o Técnico de Museografia.

Para além do Director, o Museu dispõe de mais três técnicos superiores. Contam-se ainda dois assistentes técnicos e três assistentes operacionais e um técnico profissional de museografia (nas áreas do inventário, serviço educativo e apoio a exposições).

Sugerimos que, futuramente, o Museu possa equacionar a afectação dos técnicos que estão a contrato a termo certo, dada a importância das tarefas que lhes estão confiadas bem como a importância do Museu e da sua colecção.

Durante a visita técnica, foi referido que a técnica superior que colaborava nos Serviços Educativos do Museu deixou de desempenhar funções no museu, pelo que recomendamos o provimento deste lugar assim que considerado oportuno.

17.3. Aquisições de serviços externas

O Museu recorre regularmente a aquisições de serviços externos, designadamente para a realização de estudos relacionados com as suas colecções; para a produção, concepção e montagem de exposições; obras de requalificação e remodelação de instalações; realização de actividades culturais; design gráfico e de equipamento; restauro e consolidação de colecções.

17.4. Formação do pessoal afecto ao museu

Sempre que possível, o MBCCG disponibiliza aos seus funcionários a frequência de acções de formação e de reciclagem quer internamente, quer externamente, em diversas áreas, nomeadamente em museologia, estudo do património móvel e imóvel, conservação e restauro das colecções e de línguas.

Em 2008 frequentaram o curso de inglês dois funcionários, nas instalações da Divisão de Formação da Câmara Municipal de Cascais (Essential Business Skill in English).

Um outro funcionário do Museu frequentou um curso de Conservação e Restauro de Documentos Gráficos, promovido pelo Museu da Presidência da República.

17.5. Estruturas associativas

Está em formação a constituição do Grupo de Amigos do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães.



17.6. Voluntários

É manifestado a vontade e a total receptividade em receber voluntários, mas até ao momento não recebeu qualquer voluntário.

18. Recursos financeiros

18.1. Orçamento

É apresentado em anexo ao formulário o Plano e Orçamento Grandes Opções de 2009 e o de 2010, com os encargos financeiros com o Museu inscritos nas rubricas do Orçamento geral da Câmara Municipal de Cascais, nas dotações do Departamento de Cultura, Programa Rede Municipal de Museus e Centros Interpretativos.

18.2. Mecenato cultural

Neste ponto do formulário, o MBCCG menciona que o mecenato cultural é desejável mas sujeito a autorização da sua tutela.

19. Instalações

19.1. Áreas funcionais do museu

Os espaços do Museu contam com áreas expositivas permanentes e temporárias, acolhimento, salas e gabinetes para serviços técnicos e administrativos, reservas e um laboratório de restauro.

Está pronta, mas a aguardar inauguração uma nova zona de acolhimento com loja, possibilitando um melhor aproveitamento dos espaços, uma vez que actualmente o acolhimento é feito na primeira sala da exposição permanente, podendo interferir com o ambiente da exposição propriamente dita.

No Parque Marechal Carmona e a poucos metros do edifício do Museu, está a Capela de S. Sebastião, que faz parte do percurso expositivo, mas que não está permanentemente aberta ao público. Nesta Capela, sempre que solicitado, são realizados casamentos e baptizados.

Registe-se como aspecto negativo a inexistência de um espaço dedicado aos Serviços Educativos.

19.2. Propriedade do Edifício

O edifício do MBCCG é propriedade da Câmara Municipal de Cascais.

19.3. Acessibilidades

Os visitantes com mobilidade reduzida podem apenas aceder ao piso térreo, onde foi colocada uma rampa de acesso na portaria do museu e adaptada uma IS que permite

a utilização por parte destes visitantes. Está previsto a curto prazo a colocação de uma rampa, à semelhança da que existe na portaria do Museu, por forma a possibilitar a entrada sem barreiras na Capela de S. Sebastião.

Trata-se de uma Casa Histórica com características arquitectónicas próprias de um determinado período histórico, sendo os acessos do piso térreo aos restantes pisos superiores feito por uma escada interior em caracol, cuja largura não permite a colocação de uma plataforma elevatória para cadeiras de rodas.

Futuramente será estudado a solução para a integração de um elevador, no âmbito de um projecto de obras estruturais no edifício. No que respeita à Capela de S. Sebastião, está previsto, como mencionado no ponto anterior, a colocação de uma rampa portátil que possibilite o acesso ao seu interior.

19.4. Restrições de acesso

Na sequência do que está mencionado no ponto anterior do formulário, compreende-se que actualmente o acesso aos pisos superiores do MBCCG apresente barreiras arquitectónicas, mas que serão suprimidas num futuro próximo com a integração de um elevador, como mencionado no formulário de candidatura.

20. Estrutura orgânica e gestão de recursos

20.1. Plano de actividades do museu

Da candidatura do Museu consta em anexo ao formulário o *Plano de Actividades relativo ao ano 2009*. Este documento apresenta-se bem estruturado, abordando as várias funções museológicas.

O Plano está estruturado em 11 capítulos, designadamente: 1. Exposições temporárias e permanente; 2. Edições; 3. Serviço Educativo; 4. Animação / Actividades Culturais; 5. Conservação e Restauro; 6. Inventário; 7. Aquisição de equipamentos; 8. obras de adaptação e melhoramentos do edifício; 9. aquisição de serviços especializados; 10. Comunicação; 11. Formação.

20.2. Relatório de actividades

Em anexo ao formulário consta o *Relatório de Actividades 2008*. Tal como no que respeita ao Plano de Actividades, também este documento se encontra bem estruturado, com referência às funções museológicas.

20.3. Enquadramento orgânico

É apresentado, em anexo ao formulário, cópia do Documento Orgânico da Câmara Municipal de Cascais - *DR II Série, n.º 241, de 15/12/2009*.

O Museu é uma Unidade Orgânica da Divisão de Museus do Departamento de Cultura / Divisão dos Museus Municipais da Câmara Municipal de Cascais, de acordo com o n.º 89 do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais em vigor.

21. Regulamento

A candidatura integra, em anexo ao formulário, o *Regulamento Interno do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães*. Trata-se de um documento recente, muito bem formulado e completo, organizado em capítulos, de acordo com as directrizes preconizadas na Lei Quadro dos Museus Portugueses e nas Bases Orientadoras para a elaboração do Regulamento interno dos Museus Portugueses (IMC).

O artigo 8º define correctamente a estrutura orgânica e de serviços do Museu.

IV Acesso público

22. Horário de abertura

O MBCCG está aberto todos os dias da semana, excepto segunda-feira e dias feriados (1 de Janeiro, Domingo de Páscoa, 1 de Maio e 25 de Dezembro) e pratica o seguinte horário: 3ª a 6ª feira das 10h às 17h; Fins-de-semana das 10h às 17h, encerrando no período de almoço entre as 13h e as 14h.

Na fachada principal do Museu está fixada uma placa com o horário e informação da gratuitidade da entrada no Museu.

Seria desejável que o MBCCG pudesse praticar um horário mais alargado, sobretudo nos meses de Verão, tendo em conta a sua localização, numa zona de grande afluência de veraneantes nacionais e estrangeiros.

23. Sinalização

O MBCCG goza de uma localização privilegiada no centro da cidade de Cascais, a poucos metros da marina e dentro do Parque Marechal Carmona, havendo sinalética urbana identificadora do Museu no interior da cidade. No exterior do edifício existe uma placa de identificação do Museu e na auto-estrada A5 está colocado um painel apresentando um desenho esquematizado do Museu.

24. Ingresso

O ingresso no Museu é gratuito.

25. Registo de visitantes

O registo de visitantes é efectuado por método manual, sendo preenchida uma tabela adequada para esse efeito que permite uma informação diferenciada dos diferentes tipos de público, com registos mensais e anuais.

É feita uma diferenciação do tipo de visitantes, nomeadamente nacionais, estrangeiros, adultos e crianças assim como contabilizadas as actividades em que participam.

Quando a recepção estiver completamente operacional no novo espaço, sugerimos a introdução de um registo informatizado de bilheteira, por forma a assegurar uma maior fiabilidade e contribuir para uma gestão mais eficaz do conhecimento dos públicos.

26. Número de visitantes

De acordo com as informações fornecidas, tem havido um número crescente de visitantes respeitantes aos anos de 2006, 2007 e 2008, numa variação entre 10.351, 14.310 e 28.689 visitantes.

27. Estudos de públicos

O Museu realiza estudos de público no âmbito das acções dos serviços educativos.

Recentemente o MBCCG foi alvo de um estudo aprofundado levado a cabo pelo Observatório das Actividades Culturais (OAC).

28. Acesso às reservas

O acesso às reservas está regulamentado no Regulamento Interno do Museu, no artigo 21º.

O acesso às reservas está permitido aos técnicos do Museu e também a investigadores mediante solicitação fundamentada e o respeito pelas boas práticas, normas e procedimentos de conservação preventiva.

Sempre que não estejam reunidas as condições de conservação e outras que o Responsável do Museu considere impeditivas à observação e manuseamento dos bens, o acesso à reserva é impedido.

Em conclusão

Analisada a candidatura do Museu Biblioteca Condes de Castro Guimarães à Credenciação de Museus pelo IMC, verificou-se que a mesma está bem formulada, contendo a informação fundamental e a totalidade da documentação obrigatória exigidas. Tendo em conta a apreciação dos elementos constantes do processo, de acordo com os critérios e parâmetros do Despacho Normativo n.º 3/2006, de 25 de

Em conclusão

Analisada a candidatura do Museu Biblioteca Condes de Castro Guimarães à Credenciação de Museus pelo IMC, verificou-se que a mesma está bem formulada, contendo a informação fundamental e a totalidade da documentação obrigatória exigidas. Tendo em conta a apreciação dos elementos constantes do processo, de acordo com os critérios e parâmetros do Despacho Normativo n.º 3/2006, de 25 de Janeiro, e o conhecimento das actividades desempenhadas pelo Museu através da visita técnica efectuada em 5 de Novembro de 2010, propomos que esta entidade museológica seja credenciada e, por conseguinte, integrada na Rede Portuguesa de Museus.

Lisboa, 9 de Novembro de 2010

Departamento de Museus


(Miguel Crespo)


(Roberto Leite)

Anexo 5. Folha de estatística do MCGG

Museu Condes de Castro Guimarães Ano: _____ Mês: _____ Dia: _____

		Visitas Livres				Total VL	Visitas Orientadas	AE	CD	Ev.	Totais (segm.)
Crianças (≤ 14 anos)	Locais	F	M								
		M									
	Nacion.	F	M								
Jovens (15-25 anos)		M									
	Estrang.	F	M								
		M									
Adultos (26-64 anos)	Locais	F	M								
		M									
	Nacion.	F	M								
Seniores (> 65 anos)		M									
	Estrang.	F	M								
		M									
Totais (tipo de actividade)		F	M								
		M									
		Nacion.	F	M							
			M								
		Estrang.	F	M							
			M								
		Locais	F	M							
			M								
		Nacion.	F	M							
			M								
		Estrang.	F	M							
			M								
		Locais	F	M							
			M								
		Nacion.	F	M							
			M								
		Estrang.	F	M							
			M								
		Locais	F	M							
			M								
		Nacion.	F	M							
			M								
		Estrang.	F	M							
			M								
		Locais	F	M							
			M								
		Nacion.	F	M							
			M								
		Estrang.	F	M							
			M								
		Locais	F	M							
			M								
		Nacion.	F	M							
			M								
		Estrang.	F	M							
			M								
		Locais	F	M							
			M								
		Nacion.	F	M							
			M								
		Estrang.	F	M							
			M								
		Locais	F	M							
			M								
		Nacion.	F	M							
			M								
		Estrang.	F	M							
			M								
		Locais	F	M							
			M								
		Nacion.	F	M							
			M								
		Estrang.	F	M							
			M								
		Locais	F	M							
			M								
		Nacion.	F	M							
			M								
		Estrang.	F	M							
			M								
		Locais	F	M							
			M								
		Nacion.	F	M							
			M								
		Estrang.	F	M							
			M								
		Locais	F	M							
			M								
		Nacion.	F	M							
			M								
		Estrang.	F	M							
			M								
		Locais	F	M							
			M								
		Nacion.	F	M							
			M								
		Estrang.	F	M							
			M								
		Locais	F	M							
			M								
		Nacion.	F	M							
			M								
		Estrang.	F	M							
			M								
		Locais	F	M							
			M								
		Nacion.	F	M							
			M								
		Estrang.	F	M							
			M								
		Locais	F	M							
			M								
		Nacion.	F	M							
			M								
		Estrang.	F	M							
			M								
		Locais	F	M							
			M								
		Nacion.	F	M							
			M								
		Estrang.	F	M							
			M								
		Locais	F	M							
			M								
		Nacion.	F	M							
			M								
		Estrang.	F	M							
			M								
		Locais	F	M							
			M								
		Nacion.	F	M							
			M								
		Estrang.	F	M							
			M								
		Locais	F	M							
			M								
		Nacion.	F	M							
			M								
		Estrang.	F	M							
			M								
		Locais	F	M							
			M								
		Nacion.	F	M							
			M								
		Estrang.	F	M							
			M								
		Locais	F	M							
			M								
		Nacion.	F	M							
			M								
		Estrang.	F	M							
			M								
		Locais	F	M							
			M								
		Nacion.	F	M							
			M								
		Estrang.	F	M							
			M								
		Locais	F	M							
			M								
		Nacion.	F	M							
			M								
		Estrang.	F	M							
			M								
		Locais	F	M							
			M								
		Nacion.	F	M							
			M								
		Estrang.	F	M							
			M								
		Locais	F	M							
			M								
		Nacion.	F	M							
			M								
		Estrang.	F	M							
			M								
		Locais	F	M							
			M								
		Nacion.	F	M							
			M								
		Estrang.	F	M							
			M								
		Locais	F	M							
			M								
		Nacion.	F	M							
			M								
		Estrang.	F	M							



CULTURA
CASCAIS



HORÁRIO
OPENING HOURS

Terça a Sexta
Tuesday to Friday

10h-18h
10 am - 6 pm

Última entrada às 17h40
Last admission 5.40 pm

Sábado, Domingo e Feriados
Saturday, Sunday and Public Holidays

10h-13h
10 am - 1pm

Última entrada às 12h40
Last admission 12.40 am

Encerra à Segunda-Feira
Closed Mondays

Informamos os nossos visitantes que encerramos ao público nos seguintes dias:

1 de Janeiro (Ano Novo) | 21 de Abril (Páscoa) | 1 de Maio (Dia do Trabalhador)
24 e 25 de Dezembro (Natal) | 31 de Dezembro (Ano Novo)

Please Note: We are closed to the public on:

*1 January (New Year's Day) | 21 April (Easter) | 1 May
24 and 25 December (Christman Eve and Day) | 31 December (New Year's Eve)*

ENTRADA LIVRE AO 1º DOMINGO DO MÊS
FREE ADMISSION EVERY 1ST SUNDAY OF THE MONTH

BAIRODOSMUSEUS.PT



FUNDAÇÃO
D. LUIS

CASCAIS
Tudo começa nas pessoas

Anexo 7. Tabela de preços do MCGG



ENTRADA *ADMISSION*

4 €

BILHETE A PARTIR DOS 19 ANOS / *TICKETS AS FROM 19 YEARS OF AGE*

2 €

mediante comprovativo / valid proof needed

BILHETE MUNICÍPE, SÉNIOR A PARTIR DOS 65 ANOS, ESTUDANTE
MUNICIPAL RESIDENTS, AS FROM 65 YEARS OF AGE, STUDENTS

gratuito *free*

ENTRADA LIVRE AO 1º DOMINGO DO MÊS
FREE ADMISSION EVERY 1ST SUNDAY OF THE MONTH

mediante comprovativo / valid proof needed

CRIANÇAS CHILDREN ATÉ AOS 18 ANOS, SITUAÇÃO DE DESEMPREGO, FUNCIONÁRIOS CMC/ FDL EMPRESAS
E ASSOCIAÇÕES MUNICIPAIS, MEMBROS DO ICOM E DA AICA COM CARTÃO VÁLIDO, GUIAS TURÍSTICOS CREDENCIADOS
*CHILDREN UP TO THE AGE OF 18 YEARS OF AGE, UNEMPLOYED, CASCAIS MUNICIPAL / FDL EMPLOYEES,
ICOM AND AICA MEMBERS WITH VALID CARDS, ACCREDITED TOURIST GUIDES*

mediante comunicação prévia / Advance bookings required

ESCOLAS, ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS, JORNALISTAS EM EXERCÍCIO DE FUNÇÕES
SCHOOLS, NON-PROFIT MAKING ORGANISATIONS, JOURNALISTS ON DUTY

DESCONTOS *DISCOUNTS*

BILHETE FAMÍLIA: NA COMPRA DE 6 BILHETES OFERTA DE 1 BILHETE
FAMILY TICKET: WHEN YOU BUY 6 TICKETS YOU GET 1-DAY FREE

BILHETE GRUPO: A PARTIR DE 7 PESSOAS 25% DE DESCONTO SOBRE O VALOR TOTAL
GROUP TICKET: 7 OR MORE PEOPLE ARE ENTITLED TO A 25% DISCOUNT ON THE TOTAL AMOUNT

13€ PASSE 1 DIA BAIRRO DOS MUSEUS

Passé 1 dia para visitar todos os equipamentos do Bairro dos Museus
1-DAY PASS valid for a one day to visit all museums in the Museum Quarter - Cascais

19€ PASSE 3 DIAS BAIRRO DOS MUSEUS

Passé 3 dias para visitar todos os equipamentos do Bairro dos Museus
3-DAY PASS: Pass lasting 3 days to visit all museums in the Museum Quarter - Cascais

EMIÇÃO DE FATURA COM NIF, SÓ NO ACTO DA COMPRA
INVOICE WITH TAX NUMBER ISSUED ONLY UPON BUYING YOUR TICKET

BAIRODOSMUSEUS.PT

 **FUNDAÇÃO
D. LUIS**

CASCAIS
Tudo começa nas pessoas